



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOCTORADO EM SOCIOLOGIA

MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR

**TRAFICANTE EU? A VENDA “DOMÉSTICA” DE CRACK POR MULHERES NA
FAVELA DO OITÃO PRETO EM FORTALEZA-CE**

FORTALEZA - CEARÁ

2022

MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR

TRAFICANTE EU? A VENDA “DOMÉSTICA” DE CRACK POR MULHERES NA
FAVELA DO OITÃO PRETO EM FORTALEZA-CE

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Glaucíria Mota
Brasil

Coorientador: Prof. Dr. Marcílio Dantas
Brandão

FORTALEZA - CEARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Escobar, Maria Gomes Fernandes.

Traficante eu? a venda "doméstica" de crack por mulheres na Favela do Oitão Preto em Fortaleza- CE [recurso eletrônico] / Maria Gomes Fernandes Escobar. - 2022.

179 f. : il.

Tese (DOUTORADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação Em Sociologia - Doutorado, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof.^a Pós-Dra. Prof.^a Dr.^a Maria Glaucíria da Mota Brasil.

Coorientação: Prof. Dr. Prof.dr.marcilio Dantas Brandão.

1. Crack. 2. Tráfico. 3. Microcomércio. 4. Interseccionalidade.. I. Título.

MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR

TRAFICANTE EU? A VENDA “DOMÉSTICA” DE CRACK POR MULHERES NA
FAVELA DO OITÃO PRETO EM FORTALEZA-CE

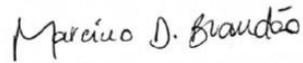
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Aprovado em: 30 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará -UECE



Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão (Coorientador)
Universidade Federal do Vale do São Francisco –
UNIVASF



Prof^ª. Dra. Susana Soares Branco Durão
Universidade de Campinas – UNICAMP



Prof^ª. Dra. Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita
Universidade Estadual do Ceará -UECE



Prof. Dr. Roberto Marques
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Àquela menina que aprendeu a ler embaixo da sombra de um cajueiro no interior do Ceará. À mãe dessa menina que, mesmo sem o suporte e a presença do pai moveu “céus e terras” para garantir o sustento, a educação sendo até hoje seu maior exemplo de força, amor, dedicação, cuidado e coragem. Maria Zilma Fernandes, essa conquista é dedicada a você e a mulher que a senhora me ensinou a ser.

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa e árdua jornada, talvez por isso o momento da escrita dos “agradecimentos” seja de tanta emoção, a hora em que revivo cada acontecimento que atravessou os mais de quatro anos que separam a alegria em ver meu nome na lista dos aprovados a seleção da primeira turma de doutorado do PPGS-UECE e este momento em que finalizo o percurso. Começo então a agradecer por estar viva e com saúde tendo em vista os dois anos de medos, incertezas e perdas irreparáveis causados pela Covid-19.

Agradeço por ter estado “na linha de frente” no enfrentamento a pandemia, ainda que isso tenha impactado na escrita da tese e atrasado sua conclusão.

Agradeço ao PPGS-UECE e o corpo docente do programa que acolheram com sensibilidade nossas solicitações de ampliação de prazo e aos secretários Cristina, Maria Princesa e José Leite que estiveram sempre solícitos em nos orientar, tirar dúvidas e agilizar processos dentro do programa.

Agradeço a Glaucéria Mota Brasil, orientadora querida que confiou em minha capacidade de escrita, me incentivou a prosseguir, discutiu comigo a temática sempre de forma respeitosa, interessada e se tornou muito mais que uma orientadora, uma amiga a quem dedico profunda admiração e gratidão.

Agradeço a Marcílio Dantas Brandão que como coorientador desta pesquisa contribuiu para fortalecer as discussões trazidas além do ser humano incrível que é, amoroso, atento, interessado e muitíssimo competente.

Agradeço a banca de avaliação desta tese composta pelas professoras Doutoras Susana Durão e Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita, mulheres que contribuíram de forma determinante para os “compassos” da pesquisa desde a qualificação e ao professor Doutor Roberto Marques pelo aceite em compor a banca de defesa final. Obrigada pelo tempo na leitura, pelas contribuições pertinentes, pelo aprendizado e pelo apoio e incentivo. Como digo sempre, “minha banca de avaliação de tese é potente”.

Agradeço aos colegas do doutorado (Renata, Fabiane, Camila, Diego, Marcondes, Samuel, Claudio, Marcio, Pedro) incentivadores constantes, com quem dividi medos, angústias e o desespero do final do prazo, com quem me senti acolhida nos momentos mais pesados, de quem recebi indicação de livros, autores, pesquisas e com quem ri, pensei, compreendi e cresci. Obrigada!!

Agradeço a Dayanne Morais, minha amiga e companheira de trabalho na UPA por ter feito tantas trocas de plantão que me permitiram estar nas aulas.

Agradeço a Rafael Escobar por ser um incentivador constante e por assumir quase que sozinho o cuidado dos filhos principalmente nos meses finais da tese. Agradeço a Luísa e Bernardo que nem por um momento foram entraves para a realização do doutorado, ao contrário, motivação, me fazendo sentir uma super heroína capaz de vencer o mundo, por mim, por nós.

Agradeço aos amigos da ONG que acompanhei durante o tempo de pesquisa de campo que, mesmo decidindo não os nomear, não poderia deixar de registrar o quão fundamentais foram para a realização desse estudo. Obrigada pelo tempo dedicado a mim desde o primeiro momento, pela troca de saberes, pela acolhida gentil. O trabalho que vocês fazem é fantástico, imprescindível, ainda que muitos considerem que estão apenas “enxugando gelo” como ouvimos certa vez de um homem que nos via passar. Conviver com vocês foi transformador. Agradeço aos moradores do Oitão Preto, principalmente as quatro mulheres de quem estive mais próxima por me receberem em suas casas e “gastar” comigo um pouco do seu tempo, por exporem suas vidas e as dinâmicas que recortam suas lutas diárias, por me fazer sentir segura, por confiarem em mim e por me permitirem contar suas histórias.

Agradeço ao universo e a força vital de Deus que guia meus passos e me faz sentir sua presença em cada amigo, nas pessoas que admiro e me espelho, naquilo que aprendo a cada dia com meus professores e, agora do outro lado, com meus alunos.

Agradeço por ter aprendido tanto nesses dois últimos anos, sobre vida, sobre morte, sobre perdas e reencontros. Acima de tudo ter aprendido sobre amor, cuidado, brevidade e sonhos. A partir de agora os voos são outros, ter conseguido chegar até aqui foi uma dádiva, impossível de ser alcançada sem que vocês estivessem comigo. Obrigada!!

RESUMO

Esta pesquisa de cunho etnográfico tem o objetivo de dar a conhecer como se desenvolvem as dinâmicas do microcomércio “doméstico” de crack na Favela do Oitão Preto em Fortaleza- CE, a partir da aproximação a quatro mulheres moradoras do local. Ao mesmo tempo perceber como o envolvimento na microeconomia do crack vai produzindo um modo de sociabilidade que intercrucza as múltiplas vulnerabilidades que se expressam em sua condição de gênero, classe, raça e geração. Nesse sentido a tentativa de compreender como elas se apresentam, produzem, praticam e justificam o microcomércio “doméstico” de drogas, distante do discurso oficial que as enquadra como traficantes. A etnografia no Oitão Preto se estendeu entre 2018 e 2019 e foi desenvolvida a partir de uma abordagem interacionista vinculada a sociologia das emoções inspirada em uma perspectiva sociológica compreensiva a partir de autores como Weber, Simmel, Elias, Goffman tendo, no entanto, a preocupação em não me ater em “caixas” teóricas como enfatiza Becker. O texto está dividido em três capítulos que por sua vez se subdividem em subcapítulos, além da introdução e das considerações finais. A intenção inicial da escrita é aproximar o/a leitor(a) do lócus em que se deu a pesquisa de campo e as intermediações que permitiram a aproximação às mulheres interlocutoras. Após, estabeleço uma discussão que envolve a economia da droga, as noções de crime organizado, delineando como se estabelece a venda varejista de drogas a partir do domínio das facções criminosas. Essas abordagens são interligadas a situações presenciadas no microcomércio “doméstico” de crack realizado pelas interlocutoras. Do ponto de vista teórico, convido ao debate diferentes pesquisadores da sociologia e de outros campos do saber, dando particular importância aos estudos e pesquisas de autoras feministas negras muitas delas brasileiras que se sustentam em um estudo interseccional. Nas conclusões, aponto que o microcomércio “doméstico” de crack se constitui em uma “nova” modalidade de comércio dentro da microeconomia da droga nos bairros, comunidades e favelas e, nesse contexto, abre-se a oportunidade de adesão de grupos anteriormente excluídos ou pouco presentes neste universo de ilegalidade como é o caso de mulheres e velhos. As microcomerciantes domésticas de crack do Oitão Preto acumulam vulnerabilidades que se inter cruzam ao gênero, a classe, a raça e a geração, fundamentando uma condição de precariedade sendo a obtenção de dinheiro, o motor determinante para a prática das atividades ilegais.

Palavras-chave: Crack. Tráfico. Microcomércio. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This ethnographic research was developed with the objective of making known how the dynamics of the “domestic” sale of crack develop in Favela do Oitão Preto in Fortaleza-CE, from the approach to four women who live in the place. At the same time, perceiving how involvement in the microeconomy of crack produces a mode of sociability that intersects with the multiple vulnerabilities that are expressed in their condition of gender, class, “race” and generation. In this sense, the attempt to understand how they present themselves, produce, practice and justify the “domestic” sale of drugs, far from the official discourse that frames them as drug dealers. The ethnography in Oitão Preto lasted between 2018 and 2019 and was developed from an interactionist approach linked to the sociology of emotions inspired by a comprehensive sociological perspective from authors such as Weber, Simmel, Elias, Goffman, having, however, the concern in not sticking to theoretical “boxes” as Becker emphasizes. The text is divided into three chapters which in turn are subdivided into subchapters, in addition to the introduction and final remarks. The initial intention of the writing is to bring the reader closer to the locus where the field research took place and the intermediaries that allowed the approach to the interlocutor women. Afterwards, I establish a discussion that involves the drug economy, the notions of organized crime, outlining how the retail sale of drugs is established from the domain of criminal factions. These approaches are linked to situations witnessed in the “domestic” sale of crack carried out by the interlocutors. From a theoretical point of view, I invite different researchers from sociology and other fields of knowledge to the debate, giving particular importance to the studies and research of black feminist authors, many of them Brazilian, who are based on an intersectional study. In the conclusions, I point out that the “domestic” sale of crack constitutes a “new” modality of commerce within the drug microeconomy in neighborhoods, communities and slums and, in this context, there is an opportunity for accession by groups that were previously excluded or little present in this universe of illegality as is the case of women and old people. The “domestic” crack sellers from Oitão Preto accumulate vulnerabilities that intersect with gender, class, “race” and generation, substantiating a condition of precariousness in which obtaining money is the determining engine for the practice of illegal activities.

Keywords: Crack. Traffic. Micro Trade. Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	“O Almoço” – Descartes Gadelha.....	13
Figura 2 –	“Amplificadora Brasil, A Voz Dos Corações” - Descartes Gadelha..	31
Figura 3 –	“Os sobreviventes” – Descartes Gadelha.....	45
Figura 4 –	Favela do Oitão Preto – Google Maps.....	46
Figura 5 –	Trecho do Bairro Moura Brasil que desapareceu com a construção da Av. Leste-Oeste.....	48
Figura 6 –	Rua General Sampaio. A parte final desapareceu com a construção da Av. Leste-Oeste.....	49
Figura 7 –	Fachadas do condomínio Panorama Artesanal e após a reforma que deu lugar a Escola de Hotelaria e Gastronomia Estação das Artes	53
Figura 8 –	Fachada do Complexo Cultural Estação das Artes Belchior.....	53
Figura 9 –	Favela do Oitão Preto - Rua Senador Jaguaribe - Fortaleza/Ceará	57
Figura 10 –	“Mulher e Criança” – Descartes Gadelha.....	65
Figura 11 –	“Repouso do Bicheiro” – Descartes Gadelha.....	85
Figura 12 –	“A Batalha” – Descartes Gadelha.....	93
Figura 13 –	“Sem Título” – Descartes Gadelha.....	100
Figura 14 –	“Sem Título” – Descartes Gadelha.....	112
Figura 15 –	“Amor Total” – Descartes Gadelha.....	124
Figura 16 –	“Um Homem Chegando” – Descartes Gadelha.....	13,5
Figura 17 –	"Bar São Jorge no Curral" – Descartes Gadelha.....	139
Figura 18 –	“Sem Título” - Descartes Gadelha	150
Figura 19 –	“O Azul para Nice” – Descartes Gadelha.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ARV	Antirretroviral
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CE	Ceará
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
EMCETUR	Centro de Turismo do Ceará
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEEC	Federação Espírita do Estado do Ceará
FDN	Família do Norte
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Ceará
GDE	Guardiões do Estado
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IML	Instituto Médico Legal
IDM	Instituto Dragão do Mar
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
MAUC	Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará
METROFOR	Metrô de Fortaleza
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PLS	Programa Locação Social
PNAD	Política Nacional Sobre Drogas

PCC	Primeiro Comando da Capital
POP	Procedimento Operacional Padrão
PM	Polícia Militar
PPGS	Programa de Pós Graduação em Sociologia
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RJ	Rio de Janeiro
SDHDS	Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SER	Secretaria Executiva Regional
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SESA	Secretaria da Saúde
SPD	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
TB	Tuberculose
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDI	Usuário de Droga Injetável
UECE	Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Aproximação teórica ao objeto de pesquisa.....	22
1.2	Organização da tese.....	29
2	PERCURSO METODOLÓGICO: O DESVENDAR DO OBJETO.....	31
2.1	Andanças, encontros e desencontros: os compassos de uma “aventura” etnográfica.....	31
2.2	Do Curral das Éguas ao Oitão Preto.....	46
2.3	Hospitalidade, negociações e inserção no campo.....	57
3	A ECONOMIA DO CRIME NA ÓTICA DO MERCADO DE DROGAS.....	65
3.1	Tráfico de drogas, facções criminosas e a microeconomia do crack.....	74
3.2	Favela do Oitão Preto: a edificação de uma estrutura de oportunidades ilegais.....	85
3.3	Vendedoras e compradores: retratos de algumas interações.....	93
4	AS INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO NO CONTEXTO DO MICROCOMÉRCIO DOMÉSTICO DE CRACK NO OITÃO PRETO.....	100
4.1	Relações raciais no Brasil, classes sociais e gênero: um olhar introdutório.....	100
4.2	“Eu fui criada na lida doutora”	112
4.3	“Eu trabalhava era na calçada”.....	124
4.4	“Ele é um homem muito bom e gosta de mim”.....	135
4.5	“É da polícia que eu tenho mais medo”.....	139
4.6	“Agora que minha filha morreu, eu não quero mais saber disso”.....	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUIR PARA RECOMEÇAR.....	155
	REFERÊNCIAS.....	162
	APENDICE A – SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	179

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - “O Almoço” – Descartes Gadelha¹



Fonte: <https://www.catalogodasartes.com.br/cotacao/pinturas/artista/Descartes%20Gadelha/>

“bom dia, minha linda. Podem entrar, vão desculpendo a bagunça. Joana, tira esses “diabos” de perto da doutora” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Os “diabos”, percebi ao olhar para o tabuleiro, eram minúsculas “pedras²” de crack dispostas ao lado da única cadeira presente naquele cômodo e que foi oferecida como para demonstrar formalidade e respeito à “doutora” que visitava a casa pela primeira vez. Ao ouvir

¹Em toda a tese trarei imagens para compor as narrativas apresentadas. Dentre fotos de lugares e telas do artista plástico cearense Descartes Gadelha, profundo conhecedor da história da cidade de Fortaleza, seus contornos e fronteiras colocando em tela momentos e recortes do cotidiano de um povo “indesejado”, invisível e esquecido, marcado pela vulnerabilidade e pela violência, mas também pelo riso, pela festa, pelo amor. Assim ao longo do texto o(a) leitor(a) poderá encontrar representações das telas deste autor principalmente aquelas que retratam o bairro Arraial Moura Brasil, o Curral das Éguas que deu lugar ao hoje conhecido Oitão Preto. As telas de Descartes Gadelha podem ser vistas em divulgações na internet e estão expostas à visitação no Acervo do Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará -(MAUC).

²De uma forma bem simplificada, Rui (2014) define ser o crack uma “mistura barata de cocaína com bicarbonato de sódio, água e uma série de outras substâncias desconhecidas, cujo aquecimento resulta em pequenos grãos (pedras) com altos “poderes” de causar dependência”.

o pedido feito por Tereza³ à sua irmã Joana, tive tempo de olhar para o tabuleiro e ver além das “pedras” de crack, moedas e algumas cédulas de dois reais. Joana se apressou para retirar tudo levando para outro cômodo da pequena casa, não sem antes ouvir do voluntário que me acompanhava: “não se incomodem, não queremos atrapalhar”. Atenta ao que acontecia, procurei agir com naturalidade ao passo que a conversa se dirigiu para outras questões. Ainda na porta de entrada, eu tinha sido apresentada a Tereza, a “chefe da casa” como assistente social. Além de Tereza e Joana estavam na sala duas netas, crianças ainda e enquanto conversávamos uma das crianças falava envolvida e interessada. O assunto em questão era a filha de Tereza, mãe das crianças e de quem o voluntário solicitava informações pois precisava coletar amostras de escarro para exame de detecção da tuberculose⁴. Quem respondeu à pergunta do voluntário foi a criança, informando que a mãe estava há dias sem aparecer em casa, “mamãe está usando pedra direto” e tinha sido vista dormindo a noite na calçada da Santa Casa de Misericórdia. Após dizer isso a criança completa: “a mamãe tá só o osso”.

Escrevo esta “introdução” em junho de 2022. Neste momento o desemprego e a alta inflação consomem a renda, principalmente da população mais pobre que ver a fome bater à porta em uma das capitais mais ricas e bonitas do Brasil, a cidade de Fortaleza. Vivemos desde 2020 um momento singular da história mundial em que fomos surpreendidos pela pandemia⁵ da covid-19⁶ que, somente no Brasil, já matou mais de 600 mil pessoas. A pandemia assolou o País e suas consequências para além das mortes, podem ser sentidas em todos os âmbitos notadamente no que se refere às políticas de saúde, assistência social, educação, segurança

³ Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade das pessoas que participaram tanto direta como indiretamente da pesquisa, moradoras, frequentadores e voluntários com quem mantive diálogos na Favela do Oitão Preto.

⁴ Dados do Boletim Epidemiológico de Tuberculose apresentado em 2021 informam que o Brasil continua entre os 30 países de alta carga para a tuberculose e para coinfeção TB-HIV, sendo, portanto, considerado prioritário para o controle da doença no mundo pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/boletim_tuberculose_n01_20211103.pdf. Acesso em 15/01/2022.

⁵ O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 10/06/2021.

⁶ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns doentes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves. A maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por Covid-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes. No entanto, qualquer pessoa pode pegar a Covid-19 e ficar gravemente doente. Informações mais detalhadas disponíveis em <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 10/06/2021.

pública. Em um cenário complexo, temos no governo federal um presidente que parece se associar a uma política de extermínio de sua população, negando a gravidade do vírus, desmobilizando as medidas de proteção e atuando de forma a dificultar o acesso da população à única forma comprovadamente eficaz de defesa, a vacina.

Em determinados “guetos” de Fortaleza, a situação já difícil se agrava mais. Ainda assim, muitos acostumados com a dureza da vida, acabam por demonstrar certa familiaridade com esse cenário caótico que vivemos há mais de dois anos. Para muitos, a pandemia se apresenta como mais uma faceta de uma realidade que foi e sempre será perversa. “Eu não tenho nada a perder, se eu morrer, ainda saio no lucro” me disse uma das centenas de mulheres que se aglomeram na Praça do Ferreira para passar a noite⁷ enquanto voluntários distribuem sopa.

Para muitos grupos vulneráveis, buscar a sobrevivência passa pela adoção das mais variadas práticas desde o comércio informal na venda simplória de itens de consumo em suas casas e a realização de atividades ilícitas como a venda de drogas⁸ que também ocorre em casa. Tais atividades inseridas no âmbito doméstico são realizadas principalmente por mulheres pois elas, pela sua “condição natural” de cuidadoras tem a responsabilidade de serem “donas do lar”, dos filhos, dos netos, dos idosos, dos doentes, e nem sempre conseguem se afastar de casa para o exercício de atividades laborais. Assim, com pequenos comércios em casa, elas podem “ganhar algum” para o sustento da família sem, no entanto, abandonar suas responsabilidades de cuidadoras de toda a família. As quatro interlocutoras que acompanhei ao longo da pesquisa de campo, Tereza, Inácia, Lourdes e Irene, são personagens singulares que testemunham suas realidades enquanto mulheres pobres, pretas e velhas⁹.

⁷ Dados do I Censo da População em Situação de Rua identificava em 2014, 1.718 pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza. Em 2021 foi realizado o II Censo da População em Situação de Rua com dados divulgados no início de 2022. Os dados apontam para um aumento de 53,1% do número de pessoas que vivem em situação de rua. Em julho de 2021 foram contabilizadas 2.653 pessoas em situação de rua na cidade. Os dados do Censo demonstram que os bairros Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema concentram o maior número de pessoas nessas condições com 36,6% do total. Disponível em: https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/Relat%C3%B3rio_Censo_-_Atualizado_compressed.pdf. Acesso em 30/05/2022.

⁸ Aqui tomo a decisão metodológica de usar a palavra “droga” e não “substância psicoativa” por perceber a primeira muito mais forte na fala da população em geral e por entender como Vargas (2001) que a palavra “droga” se apresenta plurivalente, apesar de relativamente recente e que engendra em seu sentido, fronteiras mutantes e imprecisas com categorias vizinhas (alimentos, “remédios”, “venenos”, etc.). A compreensão é a de que todos consomem “drogas” ainda que não sejam as mesmas e com diferenças na intensidade e frequência. Importante observar, nesse sentido, é a diferenciação que se expressa entre “drogas” lícitas e ilícitas, sendo este o marcador que irá determinar as formas de compreensão, aceitação e repressão a uma ou outra substância.

⁹ Em momento oportuno trarei a justificativa pelo uso do termo “velhas” para me referir às mulheres interlocutoras da pesquisa e não “idosas” o que pareceria menos pejorativo. Por hora vale dizer que em nenhum momento nas conversas com as interlocutoras elas se referiram a si mesmas como idosas, ao contrário, elas se diziam velhas e traziam dentro desta terminologia todo o peso social que a velhice agrega, principalmente a uma determinada

Essas mulheres se constituem em um grupo heterogêneo e difuso que, no entanto, se assemelham por suas condições de vida forjadas na pobreza, vulnerabilidade, violência e falta de acesso a quase todas as políticas públicas que o Estado dispõe e que pouco as alcança. Essa quase ausência do Estado é comum em espaços estigmatizados em que seus residentes são diretamente relacionados a delinquência, violência, associados aquela condição nomeada por Durkheim de anomia.

Esta tese é sobre a forma como se mobiliza o microcomércio “doméstico” de crack a partir da aproximação a quatro mulheres moradoras da Favela¹⁰ do Oitão Preto. Neste sentido, pretendo demonstrar que na microeconomia da droga as mulheres desempenham um importante papel que, no entanto, se difere de outros quando interligamos determinadas especificidades. Assim, busco refletir como fluem as identidades subalternas destas mulheres impostas a preconceitos, subordinações de gênero, classe, raça¹¹ e geração, a partir das suas inserções na venda de crack. Direciono particular atenção à dimensão simbólica que envolve a percepção delas e de outros quanto a venda de drogas, notadamente por não se reconhecerem enquanto traficantes¹². A partir disso, procuro entender articulações entre a atividade ilícita da venda de

classe.

¹⁰Trago ao longo do texto o termo “favela” por privilegiar a gramática nativa tendo em vista que as interlocutoras com quem realizei a coleta de dados se referem ao Oitão como favela. Ainda assim, considero importante refletir sobre as categorias “favela” e “comunidade” entendendo o jogo de poder e distinções entre os dois termos. Para Piccolo (2006), favela é aquele espaço estigmatizado como o *locus* de “problemas” e de indivíduos problemáticos. A violência, o crime, o tráfico e uso de drogas aparecem sempre como marcadores desses espaços. Ao contrário, o termo comunidade se expressa como menos pejorativo, ainda que se apresente como local de moradia de populações pobres. Ainda segundo Piccolo (2006), o uso da palavra “comunidade” inaugura um processo de posituação desses espaços estigmatizados e de seus moradores. No Oitão Preto, no entanto, persiste a exclusão e o estigma, ainda que se apresentem “projetos sociais” a busca da ordem, às “práticas civilizatórias” (ELIAS, 1994).

¹¹Em relação ao termo raça compreendo, segundo Quijano (2005) o percurso e o contexto do surgimento de tal categoria que inicialmente serviu para demarcar as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados nas Américas, produziu posteriormente identidades sociais historicamente novas como índios, negros, mestiços e lançou também ao europeu uma identidade e uma hierarquia completamente nova definindo lugares e papéis e servindo como legitimador da dominação de um grupo sobre outros. A concepção de raça aqui adotada distancia-se daquela apontada pelo autor que está enraizada na biologia. Assim, priorizo aqui o entendimento de raça com densidade histórica e política a partir de Madeira e Gomes (2018) para quem raça, em termos políticos aparece como reivindicação de direitos historicamente suprimidos, como denuncia a militância negra e os cientistas sociais.

¹²Carolina Grillo (2008) já mostrou que a utilização da terminologia traficante deve ser considerada enquanto atribuição e classificação penal, ainda que muitos indivíduos, como é o caso das mulheres interlocutoras da pesquisa, não se identifiquem com essa nomenclatura, não sejam apontadas em seus territórios por esse termo, apesar de algumas delas já terem sido enquadradas penalmente pela realização da atividade ilícita e se esforçando em práticas que acobertem tal atividade. Daniel Hirata (2010) chama a atenção para o fato de que dentro desta terminologia genérica de traficante está articulada uma rede complexa de funções, posições, hierarquias e poder que envolvem diferentes categorias: “os patrões, os gerentes, os olheiros, os vendedores” (p.254) além dos envolvidos nas dinâmicas de transporte, preparação das drogas, a segurança e aqueles envolvidos no comércio de drogas no atacado e que comandam a fatia mais lucrativa do negócio. Ciente de todos esses aspectos, decido por considerar aquilo que se expressa nas falas das interlocutoras não as nomeando aqui como traficantes e sim como vendedoras de drogas.

crack em casa, e a forma como se desenha a vivência cotidiana dessas mulheres moradoras do Oitão Preto, uma localidade pobre, marginalizada e segregada¹³, inserida em área nobre da cidade de Fortaleza.

Parto da premissa de que o microcomércio “doméstico” de crack se insere na microeconomia da droga como uma dinâmica criminal decorrente do poder e da capilaridade exercida pelo tráfico, mais especificamente pela presença das facções criminosas, instâncias de controle e dominação de todo um circuito comercial que se expande a pequenas “vendinhas” que se antes comercializavam bombons ou “dindim¹⁴”, hoje comercializam pedras de crack. A análise se sustenta em uma perspectiva teórica que procura compreender o sentido das ações e das relações sociais a partir de um “modelo artesanal de pesquisa” (BECKER, 1997, p.12). Trato da experiência de mulheres que convivem diariamente com situações interligadas ao circuito de venda/consumo de drogas sem, no entanto, se considerarem traficantes e sem que exerçam ou detenham o poder a dominação e o dinheiro associados ao tráfico.

A pesquisa é situada no espaço e no tempo pois parte de uma etnografia realizada na Favela do Oitão Preto entre os anos de 2018 e 2019. A especificidade se apresenta a partir da decisão pela aproximação a quatro mulheres envolvidas na microeconomia do crack realizando o microcomércio “doméstico” do produto e a banalidade com que tais atividades compõem o contexto de vida delas e dos demais moradores/frequentadores do local. Tal análise certamente é apenas uma das tantas possibilidades de compreensão desse fenômeno que surge a partir da presença nas periferias e favelas de grupos e facções criminosas que estabelecem um circuito de distribuição e venda das substâncias que conta com a participação de “novas vendedoras” e novos pontos de venda, diferentes das já conhecidas “bocas de fumo”.

A questão temporal que pontuo em relação ao estudo se faz necessária tendo em vista que falo de um Oitão Preto de 2018 e 2019, certamente diferente de hoje, principalmente se levarmos em consideração a pandemia de covid-19. Nos anos que separam a pesquisa de campo da finalização da tese muitas foram as mudanças ocorridas nos cenários e certamente nas pessoas, principalmente pelas obras de “requalificação” por que passa o entorno da favela.

¹³Feltran (2008) deixa claro que se algo aparta as periferias do todo social, simultaneamente algo as conecta a ele. Assim é que uma série de processos sociais pouco comentados, ao mesmo tempo que segregam social e espacialmente e diminuem o acesso ao direito, conectam de modo específico os setores populares urbanos ao mundo social e político. Estas conexões podem ser facilmente notadas tendo o autor exemplificado a indústria do entretenimento, as Casas Bahia, os telefones celulares, o terceiro setor, os trabalhos doméstico e industrial, a televisão, a construção civil, o mercado eleitoral e religioso, o narcotráfico, os mercados informais, a indústria de material reciclado, de armamentos, entre muitos outros circuitos, tem ramos claramente fincados nas periferias urbanas.

¹⁴O dindim é uma espécie de picolé artesanal preparado em pequenos sacos plásticos. Em outras regiões do país são conhecidos como sacolé, geladinho, gelinho, chope, chopp, ou chup-chup.

Vale ressaltar que esta pesquisa não está direcionada a apontar as dinâmicas do território, ainda que elas sejam situadas. Meu olhar esteve direcionado às práticas e vivências daquelas que transitam nas dinâmicas ilegais voltadas a venda de crack, pontuando que esta venda ocorre dentro de casa, em meio às atividades rotineiras e cotidianas da vida doméstica. Ainda que outras substâncias fossem também vendidas no local, é inegável o alcance que o crack possui no sentido de fomentar esse comércio¹⁵.

Assim faço um recorte na observação dos circuitos de venda “doméstica” de crack não como forma de delimitar a temática em si mesma ou tornar menos “íngreme” o caminho da pesquisa. Neste caso a intenção foi de garantir a aproximação a um grupo que ganhou especificidade a partir da inserção em campo e que estão envolvidas na microeconomia do crack cuja comercialização se torna uma fonte de renda. Ao mesmo tempo o crack está presente enquanto substância consumida por integrantes da família, sendo considerado como responsável por gerar conflitos, causar problemas de saúde e piorar as condições de vida daqueles que realizam o consumo.

Além do seu caráter ilícito, o comércio de crack está comumente relacionado ao aumento da violência e dos índices de crimes violentos¹⁶ hoje observados em todas as grandes cidades brasileiras, o que ratificaria o caráter perigoso da substância e justificaria a necessidade de seu extermínio, bem como a intervenção policial, médica, social aos envolvidos com a droga.

Desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, quando começaram a surgir os primeiros relatos de uso e apreensão de crack na cidade de São Paulo, o comércio da substância vem se tornando mais expressivo, principalmente por estar mais visível nas ruas das grandes cidades, em espaços popularizados como “cracolândias”¹⁷. A “política de guerra às

¹⁵Chamo de comércio de crack e não tráfico, por observar uma diferença que será demarcada ao longo da tese. Considero que o tráfico de crack e o de drogas ilícitas em geral é uma atividade ilegal que, via de regra, articula ações violentas, clandestinidade, uso de armas muitas vezes de alta potência. Ao longo da tese o(a) leitor(a) poderá observar que as mulheres interlocutoras não se enquadram neste perfil. Ainda que suas ações comerciais estejam definidas como ilegais, essas mulheres desenvolvem a venda de crack em suas casas, sem o uso de armamentos (pelo menos não de forma ostensiva e visível), além de exercerem a venda da substância como se fosse algo natural. O que me fez comparar a venda de crack às vendas de bombons e dindins que ocorriam em minha infância em pequenas bodegas comuns nos bairros da periferia urbana de Fortaleza.

¹⁶Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), em 2021 o Estado do Ceará contabilizou 3299 Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). Esse número é menor que o quantitativo de 2019 quando foram contabilizados 4185 CVLIs, no entanto, persiste o expressivo número de mortes violentas no Estado. A SSPDS disponibiliza as estatísticas de crimes ocorridos em todo o Estado do Ceará no site <https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>. Acesso em 24/02/2022.

¹⁷Nas Cracolândias a venda e o uso de crack ocorrem de forma aberta, visível. O público frequentador desses locais é composto por uma parcela significativa de pessoas em situação de rua que compram e consomem o produto no local. Durante muito tempo era consenso que a disseminação do crack entre grupos mais empobrecidos se devia ao baixo preço da substância, mas tal afirmação precisa ser problematizada levando-se em consideração que apesar de uma pedra de crack ter baixo custo, dificilmente o usuário se satisfaz com apenas uma, o que acaba por elevar o valor a ser gasto com o uso (ESCOBAR, 2016). Macrae, Tavares e Nunez (2013)

drogas¹⁸”, tão largamente veiculada na mídia¹⁹ foi e é um grande impulsionador do medo social em relação às drogas, notadamente o crack, gerando uma suposta necessidade de intervenção e proibição imediatas tanto do comércio e do consumo. De modo geral, a percepção da opinião pública sobre as drogas é predominantemente negativa, associada à destruição, ruína, decadência e degradação pessoal, além de ser causa de problemas familiares, mortes, vício, violência e destruição da juventude²⁰.

Nesse sentido, considero importante compreender como a questão das drogas, e notadamente seu comércio, “apareceram” na cena pública e, a partir disso, como essa atividade se tornou tão expressiva, desafiando as políticas de segurança pública e todo um aparato legal criado a fim de inibir seu comércio e uso. A questão das drogas, seu comércio e uso mobilizam a sociedade e se apresenta como grave problema social²¹ que se descortina na esfera pública. Nesse sentido,

uma situação torna-se um problema público quando adquire uma dimensão ‘societal’: é assunto de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratada pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições e dos movimentos sociais. Assim sendo, determinados aspectos são fundamentais na construção dos problemas públicos: a determinação das causas da situação problemática e a questão da ‘ownership’, ou seja, quem tem o poder para definir o problema e a quem pertence resolvê-lo” (GUSFIELD, 2014, p. 287).

informam que mesmo o crack não sendo um objeto de comércio muito lucrativo, ainda assim, há um grande comércio de crack no varejo, exercido por muita gente.

¹⁸A “política de guerra às drogas” é, de modo geral, a mais forte vertente do chamado proibicionismo. De acordo com Rodrigues (2017), o proibicionismo é uma construção histórico-política recente, constituída pela combinação de diferentes forças impulsionadas por motivações morais, políticas, econômicas e científicas, num movimento sincrônico em cada um dos países que foram aderindo aos tratados internacionais celebrados a partir da primeira grande convenção sobre o tema que aconteceu em Haia, Holanda, sob o patrocínio dos Estados Unidos, em 1912. Desde os anos de 1980, muitas vezes críticas passaram a denunciar o fracasso do proibicionismo diante da constatação evidente de que “a repressão militarizada não conseguiu pôr fim à produção, venda e uso das drogas ilegais, gerando milhares de mortos, milhões de presos, inchaço do aparato burocrático, judiciário e policial, infundáveis brechas para a corrupção e incontáveis vidas arrasadas pelo uso de drogas adulteradas ou utilizadas sem quaisquer condições de higiene ou de conhecimento mínimo sobre suas propriedades e efeitos (p.51).

¹⁹Na pesquisa organizada por Bokany (2015) os dados dão conta de que a percepção sobre as drogas é bastante influenciada pela veiculação das informações na televisão, visto que 75% da população se informa sobre o tema dessa forma, pouco mais de um terço (38%) se informa com amigos e colegas; 20% pela internet e 10% com os pais.

²⁰A discussão em relação ao uso do crack não é objeto dessa pesquisa, no entanto correlaciono tais questões para possibilitar ao/a leitor/leitora uma visão geral em relação às diferentes vertentes e que podem ser aprofundadas em diversos e excelentes estudos como o de Quinderé (2013), MacRae (2013) e Rui (2014).

²¹Usualmente falamos de problemas sociais tanto na linguagem cotidiana quanto na sociológica, no entanto Lança (2000, p.114) chama a atenção para essa diferenciação definindo que tudo que constitui problema numa sociedade num determinado momento em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes, podem ser tomados como problemas sociais.

Entender em que momento a questão do crack²² passou a ser considerada um problema público²³ demanda apontar aqui uma discussão preliminar em relação a distinção das drogas em substâncias lícitas e ilícitas e como, a partir dessa separação, deu-se os pilares do proibicionismo repressivo²⁴ encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA) e aceito pela chamada “comunidade internacional”. Tal movimento proibicionista gerou o banimento completo de algumas drogas e dos hábitos a elas associados, bem como produziu um gigantesco mercado ilegal que cresce em potência e violência ao longo dos séculos XX e XXI.

Em relação ao tráfico de crack, Oliveira e Nappo (2008) informam que na cidade de São Paulo, o primeiro relato de apreensão policial da substância ocorreu em 1991, dois anos depois do primeiro registro de consumo. A partir dessa primeira apreensão, houve um aumento progressivo de apreensões progredindo de 204 registros em 1993 para 1.906 casos em 1995, demonstrando a rápida popularização do crack em território brasileiro. Os traficantes e suas habilidosas estratégias de mercado contribuíram a esse processo. Os autores informam que a princípio, como ainda era desconhecido, para facilitar a apresentação do crack e a adesão por parte do usuário, os traficantes esgotaram as reservas de outras drogas nos pontos de distribuição, disponibilizando apenas crack. Logo, diante da falta de alternativas, os usuários viram-se obrigados a optar e aderir ao seu uso.

Brandão (2019) apresenta artigo dedicado a pensar em “Como um problema se torna público” e assim como Lança (2000) percorre as contribuições de Gusfield em sua análise dos movimentos sociais, notadamente naquilo que Gusfield denomina de “problema social”. Em sua narrativa, Brandão aponta que,

o conjunto de questões a atentar na tentativa de descobrir como um problema se torna público é vasto e complexo, pressupõe que ele afete a quem não está diretamente envolvido e que mobilize argumentos cognitivos, capacidade narrativa, retórica e performática, recursos, interesses e habilidades de diferentes agentes que propõem uma ou mais soluções e se empenham para responsabilizar agentes intermediários a adotar e implementar as respostas que oferecem ao problema. Dentre os intermediários do público, destacam-se as instituições estatais geralmente provocadas para assunção de responsabilidades de resolução de problemas públicos (BRANDÃO, 2019, p.63).

²²Falo especificamente do crack por ser essa a substância que está presente de forma ampliada na tese, no entanto, sabe-se que é anterior ao crack a questão da publicização do problema das drogas ilícitas, sendo o crack mais um dos componentes presentes nesta questão.

²³Gusfield (2014) distingue a noção de público e privado afirmando que o público “distingue do privado por sua capacidade de ser observado [e pela] demonstração de um interesse público” (p. 287-288). De outra feita, Cefai (2017) define o espaço público, a partir de Dewey, como “o conjunto de pessoas, organizações e instituições diretamente afetadas pela percepção compartilhada de consequências [...] de uma situação [...] em que se envolvem para buscar elucidá-la ou resolvê-la” (p.22). Assim o autor trata por exemplo, da influência da mídia, capaz de direcionar o reconhecimento público de determinadas situações que passam a ser percebidas enquanto um problema público.

²⁴O processo histórico pelo qual um grupo de drogas psicoativas passou a ser controlado e depois proibido pode ser encontrado em diversos autores que tratam do tema, dentre eles Rodrigues (2017), Labrousse (2010), para citar apenas dois.

Assim é que o crack, seu comércio e uso se tornou visível, até pela presença maciça de usuários que consomem a substância em espaços públicos principalmente com a disseminação de lugares popularmente conhecidos como “cracolândias”. Tal situação passou a receber a atenção de diferentes setores que passaram a “dar voz” ao problema, tais como Igrejas, profissionais de saúde, a mídia, atores indiretamente afetados que cobram e empreendem esforços para a resolução do problema que consideram prejudicial. Dentre as ações cobradas e ofertadas pelo poder público, estão as repressivas, de controle e de policiamento. Tais ações se assentam em um discurso²⁵ moral e médico que, ao longo do tempo vai se firmando, fortalecendo e ganhando ares de “verdade”. Em seguida, essa verdade passa a nortear todas as políticas públicas em relação ao tratamento, a abordagem e os efeitos do uso de drogas.

Importante pontuar que a perspectiva aqui apresentada busca tirar o foco da experiência dos usuários para “olhar” aquelas narrativas que também estão presentes nos contextos de uso da droga, mas que geralmente nos parecem invisíveis diante da perplexidade que se impõe em relação ao uso. Trata-se aqui de categorias sociais e humanas que fazem parte daquilo que podemos nomear de “ciclo do microcomércio doméstico de drogas” e que envolve atores sociais que estão no espaço da venda, da economia do crack²⁶ e do cuidado a esses indivíduos. Quando trato de experiência, me reporto a Goffman (2012) para quem as experiências são resultantes das realidades nas quais os indivíduos estão inseridos. Assim, o estudo em tela apresenta o entendimento de que as mulheres interlocutoras da pesquisa se constituem nas suas relações sociais, que apresentam a marca do gênero, da raça, da classe e da geração e a sugestão de que elas são “produtos” de um sistema de opressões múltiplas capaz de determinar seu papel na microeconomia do crack.

Não se trata aqui de abandonar todas as perspectivas de compreensão do fenômeno da droga e se ligar unicamente na vertente social, no entanto, é preciso observar a complexidade das relações que envolvem as diferentes questões ligadas ao comércio dessas substâncias e problematizá-las de forma a se desligar dos mitos e preconceitos que norteiam a temática.

²⁵Discurso aqui entendido por Foucault (2008) como algo que possui uma ordem e uma normatividade. A partir de determinados discursos se produzem “regimes de verdade” e a partir deles, constroem-se “efeitos de verdade” que acabam por naturalizar os processos que passam a ser vistos como algo que sempre existiu.

²⁶Durante a pesquisa de campo também foi possível observar, principalmente na rua a venda de outras drogas além do crack, principalmente cocaína e maconha, no entanto o crack sempre se constituiu como a droga mais comercializada e de forma mais “aberta”, mais visível. Além disso, nas casas das interlocutoras da pesquisa, apenas as pedras de crack estavam expostas a comercialização e por isso a escolha em direcionar o foco a essa substância, sem, contudo, deixar de perceber a polivalência do mercado da droga naquela localidade.

1.1 Aproximação teórica ao objeto de pesquisa

O estudo sobre drogas tem despertado meu interesse desde que comecei a trabalhar como assistente social na área da saúde, no entanto, tornou-se central quando, para a dissertação de mestrado (ESCOBAR, 2016), abordei o uso de crack entre mulheres pobres de uma comunidade em Fortaleza. Na ocasião, me aproximei do universo dos usos de crack e foi possível construir uma interlocução com mulheres que faziam uso da substância. As mulheres entrevistadas apresentavam uma especificidade: todas tinham casa para onde retornar e relações familiares mantidas, por precárias que fossem. Elas não estavam na rua, faziam uso do crack dentro de espaços privados, de certo modo protegidas do olhar e da reprovação do “outro”.

Diante disto foi possível compreender que existem diferentes formas de uso e cada indivíduo estabelece uma relação própria com a substância o que determina o quanto esse uso vai afetar a vida, a sociabilidade e a saúde de cada uma. Esta constatação me fez voltar o olhar para outro grupo de usuárias de crack, aquelas que desenvolvem uma relação muito particular e de total dependência à substância. São as chamadas “nóia, zumbi, crakeira²⁷”, corpos que incomodam e produzem, na sociedade dita “limpa” e “ordeira”, sentimentos de repulsa, estranhamento, exclusão e estabelecem a “necessidade” da atuação policial, religiosa, assistencial com vistas a adequação/normatização dos *sujeitos*²⁸ usuários.

O projeto para ingresso no doutorado apresentava esse recorte bem definido, no entanto, ao adentrar no que seria o primeiro *locus* de observação, a complexidade e a singularidade do local me fizeram “converter o olhar” (BOURDIEU, 2008) e estabelecer outros pontos de conexão. A primeira constatação é a de que as mulheres estão na rua em um número consideravelmente menor que os homens²⁹. Elas figuram nos espaços, são transeuntes, tomam

²⁷Ao tomar por base a referência de Geertz (2000), que trata das categorias nativas como sendo formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, concebo os termos “zumbi” e “noia” como sendo categorias nativas por estarem presentes nos vocabulários cotidianos de usuários e não usuários de crack. Para Rui (2014), esses termos são apreendidos como categorias, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa apenas um segmento muito particular dos usuários de crack: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção.

²⁸Trago ao longo da tese a palavra *sujeito* em itálico para pontuar, conforme Kilomba (2019) a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa tendo em vista que a palavra *sujeito*, enquadra a perspectiva do masculino – o sujeito – inviabilizando a existência *das sujeitas* de quem trato nesta tese.

²⁹Ainda em 2009 foi realizada a única Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua no Brasil. Ali já se confirmava a prevalência de homens que vivem em situação de rua. A pesquisa apontou que dos entrevistados, 82% eram homens, o que equivalia a 22.669 pessoas e apenas 18% eram mulheres contabilizando 4.964. A própria pesquisa apresenta os componentes que estão relacionados a esses números tão distintos, “a vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação

parte nas relações, mas buscam menos exposição. Aliado a isto, a percepção do comércio de crack realizado no campo de pesquisa e suas especificidades observadas desde a primeira ida a campo, conforme relato no início do texto. Assim é que a centralidade da pesquisa deixou de ser as mulheres usuárias de crack e passou a envolver aquelas que comercializam a substância em uma microeconomia que articula e aciona as mais diversas moralidades na reprodução da vida social a partir da interação com a droga e seus múltiplos contextos. O trajeto moldado a partir da entrada no campo e das aproximações diárias a literatura que aborda o tema fortaleceu a decisão metodológica pela etnografia³⁰ na construção de um estudo que desse conta de uma abordagem permeada de muitos nós e dificuldades já pressentidas desde a escolha da temática.

A literatura que trata sobre o uso e o comércio de drogas é vasta e aponta diferentes aspectos em abordagens diversas e que buscarei expor a seguir. Da mesma forma, os estudos que abordam diretamente o crack estabelecem inúmeros roteiros para a compreensão deste fenômeno social reforçando a percepção de que é necessário o entendimento da questão a partir de um estudo sociológico que compreenda a complexidade que esta encerra como fenômeno social.

Diversos estudos buscam contar a história das drogas e estabelecer que seus usos acompanham o desenvolvimento da humanidade sendo partes importantes dos ritos de sociabilidade, estando também vinculados a necessidades médicas, religiosas e gregárias (CARNEIRO, 2002; PRATTA; SANTOS, 2009). Foi somente a partir da metade do século XIX que o uso de substâncias psicoativas se tornou um problema de saúde pública (SILVA, 2002). Assim, as drogas identificadas como problemáticas e perigosas foram lançadas ao rol da ilegalidade, da ilicitude (VARGAS, 2001; CARVALHO 2014) e uma verdadeira “guerra” às drogas ilícitas (CARNEIRO, 2017; RODRIGUES, 2017) passou a ser travada, principalmente fomentada pelos EUA.

O Brasil, signatário de todas as convenções antidrogas propostas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) vem há mais de uma década vivendo a ambiguidade da vigente Lei de Drogas³¹, tida inicialmente como avançada e liberal ao extinguir a pena de

que se impõem de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua” (p.157). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em 21/01/2022.

³⁰Nas páginas seguintes farei uma abordagem mais detalhada quanto a decisão pelo método etnográfico. De início deixo como sugestão a leitura de um texto interessante de Peirano (1995) em que discute e reafirma a importância da pesquisa etnográfica em um “confronto” com interlocutores clássicos e contemporâneos.

³¹Ver Capítulo III, Artigo 28 § 2º da Lei 11.343/2006: “Para determinar se a droga se destina a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. Autores como

prisão para o porte e para o cultivo de plantas destinadas ao preparo de drogas ilícitas, desde que “para consumo pessoal”. Na prática, a lei tem sido apontada por diversos especialistas como responsável pelo aumento exponencial da população carcerária³² do País por crimes como o tráfico de drogas (KARAM, 2008; CAMPOS, 2015; VENTURI, 2016), ao estabelecer que os critérios para diferenciar traficantes e usuários devem estar relacionados com as circunstâncias da apreensão deixando a cargo de delegados e juízes a distinção entre porte para uso próprio ou para tráfico. Na prática, esta distinção entre usuário ou traficante leva em consideração, principalmente o relato do policial que faz a abordagem³³ e as circunstâncias da apreensão a partir do que ele expõe.

Em relação ao crack, autores dão conta de seu surgimento no início da década de 1980 (NAPPO; GALDURÓZ; NOTO, 1994) sendo que no Brasil, os primeiros registros do aparecimento e popularização do consumo datam de 1989 em São Paulo (OLIVEIRA; NAPPO, 2008). Parte da bibliografia que faz referência ao crack está direcionada a descrição de como a substância passou a ser consumida e as formas de uso, bem como a tentativa de estabelecer o perfil dos usuários (DUAILIBI, 2010). O aumento do consumo e as associações entre o uso de crack e a violência, o empobrecimento, as doenças psiquiátricas e as doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, também estão presentes na literatura que trata o tema (NAPPO *et al*, 2001; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO; SANCHEZ; NAPPO, 2010; MARANGONI; OLIVEIRA, 2012).

Embora não se observem estudos que façam relação direta entre o uso do crack e o índice de mortalidade entre os usuários, é um fato que o índice de mortalidade entre eles é grande. No entanto, para Kessler e Pechansky (2008), os óbitos estão mais relacionados a

Sestokas e Oliveira (2018) apontam que o caso do Brasil é exemplar: “a despenalização do uso de drogas conquistada pela Lei 11.343 não contribuiu para o desencarceramento. Ao contrário, a partir de 2006, ano em que foi instituída, é possível acompanhar uma explosão dos índices de encarceramento, em especial dos índices de encarceramento feminino, causados sobretudo por crimes relacionados a drogas” (p.155).

³²A população carcerária feminina deu um salto nos últimos anos, de acordo com Boiteux (2015), apesar das mulheres representarem apenas 5,8% do total de presos brasileiros, a taxa de aprisionamento feminino teve um aumento de 503% em 15 anos, sendo o tráfico de drogas o delito que mais encarcera mulheres. O artigo completo pode ser acessado em: bit.ly/boiteuxCEDD.

³³Pesquisa realizada pelo Instituto Sou Da Paz elaborada a partir da análise de casos de prisões envolvendo drogas em São Paulo identificou que a maioria dos presos em flagrante e denunciados por tráfico de drogas é de jovens de baixa escolaridade. Os dados também confirmam a maior representação de negros entre os presos. A pesquisa demonstra que a maior parte dos presos por tráfico não tinham antecedentes criminais, haviam sido indiciados apenas com base no relato de policiais e não contaram com advogados quando foram apresentados na delegacia. Além disso, o estudo aponta que parte dos presos não carregava dinheiro no momento da prisão, e muitos afirmaram ser usuários, não traficantes. Para os pesquisadores, os resultados demonstram a seletividade do sistema penal na aplicação da lei, priorizando a prisão de “microtraficantes”, muitos dos quais podem ser, na verdade, usuários presos injustamente. Disponível em: <http://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/diagnosticos/apreensao-de-drogas/#documentos-2>. Acesso em 14/03/2020.

elementos do tráfico, a disputa entre pontos de venda/uso ou enfrentamentos com a polícia do que aos problemas decorrentes do uso da substância em si. Para Macrae, Tavares e Nunez (2013) os usuários de crack, em geral, já estão socialmente mortos: “eles estão aí, vivos e invisíveis, constituindo uma nova categoria social, insuportável para muitos, em particular governantes em época de conferências internacionais ou quando resolvem limpar as cidades...” (p.35). A cidade de São Paulo é o exemplo mais visível dessa limpeza por meio da biopolítica implementada na Cracolândia, durante as gestões municipais de João Dória, ex-governador do Estado de São Paulo e de Bruno Covas³⁴.

Outra questão importante que aparece nos estudos em relação ao crack diz respeito à tendência da mídia nacional em conotar a discriminação do usuário e de culpabilizar esse indivíduo (RAMIRO; PADOVANI; TUCCI, 2014). O uso de drogas também é tratado na literatura pelo aspecto das práticas regulatórias que buscam engendrar os indivíduos e seus corpos dentro de um molde socialmente estabelecido (VIEIRA, 2012). Tal abordagem se aproxima dos estudos foucaultianos ao apontar as práticas regulatórias, formuladas a partir de um tipo específico de racionalidade que procura projetar, no corpo social, *sujeitos* dóceis e produtivos. O Estado, dessa forma, assume o controle dos corpos, dos prazeres e das necessidades individuais em uma clara intenção de tutela conforme expresso em Foucault (2013).

No que tange a estudos que tratam sobre o uso de crack por mulheres, nota-se distintas ênfases. A maior parte da bibliografia volta sua atenção para a relação entre o uso de crack por mulheres e seus “comportamentos de risco” principalmente no que se refere ao contágio e transmissão do vírus HIV (SILVA, 2000; NAPPO *et al*, 2004; OLIVEIRA E PAIVA, 2007). Outro viés de discussão relaciona o uso de crack por mulheres e a maternidade em estudos que tratam da experiência da gestação e dos caminhos após o nascimento dos filhos (HOLZTRATTNER, 2010; ABRUZZI, 2011; MARANGONI; OLIVEIRA, 2012).

Na literatura que trata o tema, é possível encontrar estudos sobre gênero e uso do crack (OLIVEIRA E PAIVA, 2007; ESCOBAR, 2016) em uma perspectiva mais ampliada em relação a essa dinâmica, estabelecendo que existem padrões de uso capazes de diferenciar as formas como esses usuários lidam com as substâncias (HART, 2014; RAUPP E ADORNO, 2011). Em outra vertente, pesquisas abordam a relação entre o uso de drogas, a explosão do

³⁴ Apesar de todas as ações realizadas na cidade de São Paulo para “acabar” com a Cracolândia, a maioria repressivas e de caráter higienista, pesquisadores como Raupp e Adorno (2011) são unânimes em apontar que a Cracolândia não é um lugar e sim um grupo de pessoas. Nesse sentido, ela pode mudar de endereço, mas continuará existindo.

consumo³⁵ e o mercado do tráfico que estimula o comércio da droga como produto (COGGIOLA, 1997; GARCIA; LEAL; ABREU, 2008; MARTINS, 2013).

Diversas são as abordagens que buscam compreender o tráfico de drogas (LABROUSSE, 2010; PAIVA, 2019) e suas correlações múltiplas em diferentes grupos sociais como os adolescentes (FEFFERMANN, 2017), mulheres (BARCINSKI, 2009; CURCIO, 2013, TAVARES, 2016), apontando a ascensão das facções criminosas (BIONDI, 2009) e a “guerra” travada contra as drogas e o tráfico que acaba por penalizar uma parcela específica da população, estando o tema das drogas seguidas vezes relacionado às questões de classes sociais, desigualdades e repressões que se manifestam de forma mais explícita nos chamados grupos sociais vulneráveis da população, os pobres e dentro desta categoria, a discriminação étnico-racial e de gênero. Mountian (2017) relaciona as políticas de drogas focando nas relações de gênero, sexualidade, raça, classe e idade. Em se tratando de mulheres, muitos são os estudos que relacionam a participação feminina no tráfico de drogas, a busca de visibilidade social, tendo em vista ser a atividade reconhecida primordialmente como “coisa de homem”. Para Barsinski (2012), participar do tráfico de drogas daria às mulheres traficantes a possibilidade de se distinguir de outras mulheres tornando-se mais visíveis ao desempenharem tarefas reconhecidas como masculinas. Outros estudos como o de Zaluar (1994), apontam a inserção de mulheres no tráfico de drogas subordinada a presença masculina nessas mesmas atividades.

Oliveira (2009) realizou pesquisa que considera o tráfico de drogas se constituindo cada vez mais em uma das únicas possibilidades de trabalho, principalmente para categorias subalternizadas. Assim, o tráfico de drogas aparece como uma forma de inserção ilegal no mundo do trabalho e tem servido, em última instância para gerar lucros milionários a uma pequena parcela de grandes narcotraficantes às custas da exploração de milhares de pessoas que estão na base do sistema produtivo. Escobar e Brasil (2019) afirmam que essa base é composta, prioritariamente por populações pobres e/ou miseráveis que veem no comércio/tráfico de

³⁵Zygmunt Bauman em seu livro “Vida Líquida” traz uma narrativa sobre os consumidores na sociedade atual que ele denomina de líquido-moderna. Para o autor, “a sociedade de consumo tem por premissa satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pode realizar ou sonhar. A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação [...] depreciando e desvalorizando os produtos de consumo logo depois de terem sido alçados ao universo dos desejos do consumidor”. Outro método que segundo o autor é capaz de gerar essa permanência da insatisfação seria “o método de satisfazer toda necessidade/desejo/vontade de uma forma que não pode deixar de provocar novas necessidades/desejos/vontades. O que começa por necessidade deve terminar como compulsão ou vício” (BAUMAN, 2009, p. 105-106).

drogas uma possibilidade, ainda que precária, de inserção no mundo do trabalho, bem como nas relações de consumo.

Sales (2018), estudando crimes sexuais em Fortaleza e tendo como lócus de pesquisa os bairros Pirambu e Moura Brasil, observou o comércio de drogas feminilizado em bairros pobres e majoritariamente negros da capital cearense, notadamente na Favela do Oitão Preto. Esse comércio varejista de drogas em locais periféricos foi estudado por Misse (2003), quando pesquisou o “movimento” em favelas do Rio de Janeiro tendo observado a presença constante da violência algo que não se observa nas redes de tráfico que atuam em várias outras cidades do mundo. Chaves (2013) traz relatos de bairros em Lisboa que contestam a concepção de que nos mercados de venda de drogas a violência seria uma presença naturalmente imposta. No Brasil, Grillo (2008) também observou que nos mercados de venda de drogas entre a classe média na cidade do Rio de Janeiro, o comércio se articula fora das dinâmicas de violência reconhecidas no tráfico do “morro”.

A partir da aproximação a pesquisas relacionadas à temática, que não se esgota mediante a complexidade do tema e as diferentes vertentes de estudo, expressei a importância de falar do universo do microcomércio “doméstico” de crack, sem, no entanto, fechar os olhos às dinâmicas de consumo tão visíveis na Favela do Oitão Preto. A intenção é que esta tese contribua com a reflexão acerca das relações entre comércio ilegal de drogas, gênero, classe, raça, geração, tomando como ponto de inflexão os diversos questionamentos que dão base à construção do texto e foram capazes de acionar o olhar crítico em relação a temática. Nesse sentido, e a partir de pesquisadores que me antecedem, tenho a pretensão de fornecer entendimentos, abrir linhas de compreensão e gerar novas perguntas³⁶ que direcionem e instiguem outros a aprofundar as perspectivas aqui apresentadas, ainda que compreenda o quão desafiante é abordar a questão da microeconomia do crack interligando gênero, raça, classe e geração, tendo em vista o cenário de repressão, intolerância e culpabilização dos indivíduos, notadamente os pobres.

Toda a pesquisa foi construída de forma singular, a partir da intenção inicial de realizar um estudo na favela do Oitão Preto, local onde acontece o uso e o comércio de crack. A forma de aproximação ao objeto de estudo deu-se a partir de “acontecimentos” que possibilitaram as escolhas por determinados caminhos e não outros. Acredito que a construção

³⁶Becker (2015, p. 188) deixa claro que “se nosso objetivo principal é fazer individualmente uma revolução na ciência ou no conhecimento, estamos fadados ao fracasso. Melhor se dedicar (...) a fazer um bom trabalho que outros possam usar e, assim, aumentar o conhecimento e a compreensão”.

do objeto de estudo e da pesquisa em si, seja sempre um movimento permeado por dúvidas, ansiedades e aproximações a algo que não estava buscando diretamente. Talvez por isso a necessidade incontestável da abertura para lidarmos com aquilo que o campo nos impõe, nos apresenta como realidade que, por vezes é completamente diferente da teoria e do percurso previamente traçado.

Foi assim o trajeto, sempre cheio de incertezas, medos, curiosidades, como pontua Whyte (2005, p. 283-284) para quem

em geral, nossa maneira de refletir sobre os problemas não é linear. Com frequência temos a sensação de estarmos imersos numa massa confusa de dados. Nós os analisamos cuidadosamente, colocamos sobre eles todo o peso de nosso poder de análise lógica. Saímos disso com uma ou duas ideias. Mas os dados ainda não revelam qualquer padrão coerente. Então, passamos a viver com os dados – e com as pessoas – até que, quem sabe, algum acontecimento fortuito lance uma luz totalmente diferente sobre eles e comecemos a enxergar um padrão até então não visualizado (...) as ideias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver.

A partir do desenrolar da pesquisa, muitas vezes o desenho final se coloca completamente oposto àquele traçado no projeto. Compreendi que nenhuma projeção é capaz de supor todas as particularidades do campo e dos *sujeitos* pesquisados e nesse sentido, as questões abordadas no texto são fruto de situações vivenciadas na experiência em campo. Tais situações, completamente alheias à minha vontade, tornaram-se substrato para que as compreensões acerca do objeto pudessem ser confrontadas com o aporte teórico ao qual me baseava, não para provar teorias, mas para atestar a necessidade da reflexão teórica, a partir daquilo que vemos, ouvimos, sentimos.

A interlocução entre teoria e empiria é essencial desde que compreendamos que a teoria não pode engessar o objeto. A teoria deve servir para balizar as discussões e fortalecer o trabalho de campo. Becker (2015) orienta que a bibliografia deve ser utilizada de forma a nos fazer ampliar o conhecimento e não prender os pesquisadores dentro de “caixas” teóricas que acabam por limitar a possibilidade de compreensão de determinada realidade. Busco dialogar com autores que possibilitem a compreensão dos fenômenos observados e, dessa forma diferentes pesquisadoras e pesquisadores foram chamados a compor o estudo a partir de suas compreensões e pesquisas anteriores. Como aponta Bourdieu (2008, p. 694) estimular uma “reflexão que não se esgota, cria e recria caminhos sob a luz das teorias em constante reflexão da prática, do vivido e do observado”.

1.2 Organização da tese

Todo o trabalho etnográfico aqui desenvolvido está situado a partir da percepção de que o comércio de drogas tem crescido fortemente ao longo dos anos e operado mudanças substanciais nos territórios em que se estabelece o domínio das organizações criminosas ligadas ao tráfico. Da mesma forma observa-se a ampliação dos estudos voltados a essa temática dentro do escopo das ciências sociais. Aquilo que está disposto nesta tese representa uma tentativa menos de provar hipóteses e muito mais de uma produção de reflexão entre o que a academia me aponta como substrato de análise e as observações, percepções, sensações e sentimentos vivenciados no campo. As temáticas de análise se relacionam e complementam na construção de um mosaico de ideias que tentam dar conta de entender como a microeconomia do crack tomou centralidade dentro da Favela do Oitão Preto e de que forma as mulheres se inserem nesta atividade e o que pensam sobre ela.

Para tanto, dividi a tese em três capítulos que por sua vez se subdividem em subcapítulos, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo é composto por quatro subcapítulos em que busco situar e aproximar o/a leitor(a) à temática e as negociações que possibilitaram a inserção no campo, as decisões metodológicas tomadas para fundamentar o percurso etnográfico e as etapas percorridas para estabelecer as garantias éticas dentro das exigências dos protocolos de pesquisa. Além disso, me detenho a apresentar a Favela do Oitão Preto, *locus* do estudo, possibilitando o entendimento da maneira como se forjou aquele território, resquício dos antigos “Campos de Concentração” ou “Currais” que foram erguidos em Fortaleza para abrigar retirantes das secas entendendo a construção do estigma social que paira sobre o lugar e seus habitantes. Na sequência me detenho a pormenorizar a inserção no campo, detalhando nuances desse processo que possibilitou uma clivagem em meu percurso de pesquisa e a redefinição da temática de interesse. Ainda apresento as mulheres interlocutoras da pesquisa, apontando alguns aspectos relativos a seu perfil etário, socioeconômico, familiar tendo o cuidado de evitar informações que possam de alguma maneira identificá-las.

O segundo capítulo trata da economia do crime e da construção do mercado da droga, temática que atravessa diferentes áreas de estudo e fundamenta suas bases na sociologia econômica para tratar de questões macro e micro no que se refere ao comércio ilegal de drogas. Os três subcapítulos em sequência tentam situar a questão do tráfico de drogas, a ascensão das facções criminosas no Estado do Ceará, mais especificamente em Fortaleza, procurando

compreender como se expressa a microeconomia do crack na Favela do Oitão Preto e de que maneira se deu a adesão das mulheres nesse processo. Nesse capítulo também exponho algumas interações entre vendedoras e compradores de crack em momentos que visualizei acontecer.

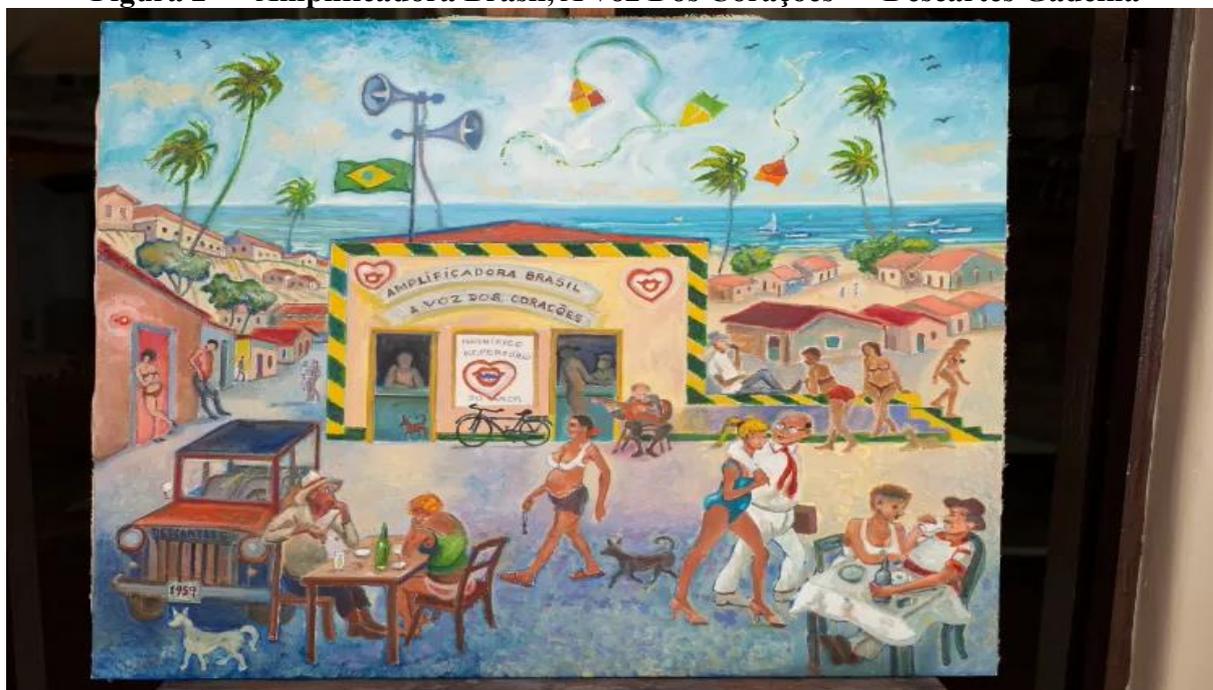
O terceiro capítulo apresenta um “olhar” introdutório sobre a questão das relações raciais no Brasil, classes sociais e gênero para fundamentar as discussões que se seguem nos subcapítulos em que chamo a atenção, a partir de dados empíricos, para o trabalho precário e informal de mulheres negras e pobres apontando o emprego doméstico e a prostituição como atividades laborais historicamente exercidas por esse grupo e como, a partir da impossibilidade de exercê-las, as mulheres passam a buscar outras fontes de renda, no caso específico a venda de crack. A partir disso, desenvolvo a tese de que essas mulheres estão sujeitas a múltiplas vulnerabilidades de sexo, classe, raça e geração e nesse sentido discuto essas categorias a partir dos estudos interseccionais³⁷ e da perspectiva de autoras feministas negras. Ainda neste capítulo, analiso a partir de observações etnográficas, a presença da polícia no território, situações de vida, saúde, doença, além da “quase ausência do Estado” como garantidor de políticas sociais públicas.

Convido à leitura inspirada nas palavras de Han (2012, p.28) que em sua introdução, escreve: “a minha escrita não oferece um grande diagnóstico, mas em seu lugar a esperança de que possamos estar atentos às dificuldades e realizações de estar no presente de outros. Não para classificá-las, explicá-las ou representá-las, mas para ser afetados, capturados por elas”. É nesta direção que pretendo minimamente sustentar um “exercício de teorização” (VEENA DAS, 2007) e assim ampliar, ainda que minimamente, o entendimento sobre o modo como a macro e a microeconomia do tráfico de drogas se entrelaçam no caso específico da Favela do Oitão Preto a partir de vivências de mulheres pobres, pretas e velhas.

³⁷A interseccionalidade é entendida por Crenshaw (1989) como o entrecruzamento de identidades. A palavra interseção significa que uma linha corta outra linha e pode ser usada em ruas que se cruzam. Desde o início, a interseccionalidade foi introduzida como interseção no sentido americano da palavra para denotar maneiras pelas quais as pessoas de cor cruzam o gênero. No conceito americano de interseccionalidade, o foco estava na raça e no gênero. Como os estudos se concentravam na população de cor pobre e marginalizada, a dimensão de classe era muitas vezes implicada nas reflexões e análises teóricas (CRENSHAW, 1995). Ao longo do texto tratarei ainda desta categoria trazendo outros autores que também discutem a questão.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: O DESVENDAR DO OBJETO

Figura 2 – “Amplificadora Brasil, A Voz Dos Corações” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/sou-um-escravo-da-arte-artista-registra-mundos-invisiveis-em-fortaleza.htm>

2.1 Andanças, encontros e desencontros: os compassos de uma “aventura” etnográfica

Durante os anos que transcorreram os estudos para fundamentação e escrita desta tese, muitos foram os questionamentos relativos à utilização do método etnográfico. A etnografia, inscrita tradicionalmente no campo da “antropologia moderna³⁸” está aqui posta como metodologia de coleta de dados a subsidiar a construção da pesquisa. A aproximação ao método etnográfico se deu a partir da participação no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UECE – PPGS do curso de curta duração intitulado “Análise Qualitativa e Escrita Etnográfica³⁹” ministrado em 2019 pela professora doutora Susana Durão. Além disso, a partir

³⁸Não me deterei a expor os caminhos que se delinearam a partir do conceito de cultura estabelecendo o encontro entre os estudos etnográficos e os estudos organizacionais dentro da antropologia. A tese de doutorado de Durão (2006) apresenta uma clara discussão nesse sentido. No entanto cabe destacar que a partir do crescimento das abordagens dos estudos urbanos foi possível uma maior centralidade no que se refere aos modos de fazer pesquisa e, nesse sentido, a possibilidade do recurso a uma variedade de metodologias e técnicas de pesquisa partilhados por diversas áreas do conhecimento, dentre elas a sociologia e a antropologia. Assim, a etnografia, enquanto patrimônio disciplinar da “antropologia moderna”, é apropriada como método de pesquisa para uma gama cada vez maior de pesquisadores das ciências sociais e humanas.

³⁹Neste curso, muito mais do que tratar dos campos teóricos de “pertencimento” da etnografia, tentou-se desenvolver o método e tratar questões relativas à presença do pesquisador em campo e os modos de escrita que se desenvolvem nessa interação. Magnani (2002, p. 17) em sua proposta de uma etnografia “de perto” e de

das leituras de pesquisadores ligados à Escola de Chicago e às suas orientações teóricas e metodológicas fui direcionada aos estudos da microsociologia de Erving Goffman e o seu empenho em desvendar as interações face a face, notadamente naquilo que se refere as sociabilidades urbanas. Com isso compreendo a impossibilidade de desvendar a totalidade das interações que se desenvolvem na dinâmica do comércio “doméstico” de crack na favela do Oitão Preto. Ao contrário, parto da compreensão de enquadramento (*frames*) em Goffman (1986) no interesse de investigar as pequenas interações cotidianas a partir da pergunta inicial: o que está acontecendo aqui?

Para tanto proponho a realização de uma pesquisa etnográfica com viés exploratório/descritivo e abordagem qualitativa⁴⁰. Parto de uma perspectiva interacionista vinculada a sociologia das emoções⁴¹ inspirada em uma abordagem sociológica compreensiva, tendo como referências teóricas autores como Weber, Simmel, Elias, Goffman, estando também atenta a autores brasileiros como Velho, Da Matta, Koury e Barbosa tendo estes últimos sistematizado o campo da sociologia das emoções no país. A decisão pela aproximação a esse núcleo não desconsidera a intenção já pontuada de não me ater demasiadamente em “caixas” teóricas, ao contrário, busquei ao longo da tese me apropriar de estudos e pesquisas que permitissem enxergar para além.

Esta etnografia pretende dar a conhecer como se desenvolvem as dinâmicas do microcomércio doméstico de crack na favela do Oitão Preto a partir da aproximação a quatro mulheres moradoras do local. Ao mesmo tempo perceber como este envolvimento na microeconomia do crack vai produzindo um modo de sociabilidade que se inter cruza a vulnerabilidades já presentes a saber: ser mulher, preta, pobre e velha. Nesse sentido a tentativa de compreender como essas mulheres se apresentam, produzem, praticam e justificam a venda “doméstica” de drogas, distante do discurso oficial que as enquadra como traficantes.

“dentro” deixa claro que “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”.

⁴⁰ Como Minayo (2010), compreendo que o método qualitativo tem fundamento teórico, que permite ao pesquisador desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares e/ou nativos que propicia a construção de novas abordagens, revisão e recriação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

⁴¹ De acordo com Koury e Barbosa (2015), a sociologia e a antropologia das emoções está posicionada como campo específico da sociologia e da antropologia geral e das Ciências Sociais como um todo. Neste ramo é levado em conta o entendimento da relação entre indivíduo portador de emoções, sociedade e cultura. Nesse sentido, as emoções são entendidas como uma teia de sentimentos produzidos na relação intersubjetiva, estabelecida como cultura objetiva e formas sociais, mas que também é expressa enquanto cultura subjetiva e conteúdos sociais.

Os contornos da etnografia que se segue foram privilegiados a partir daquilo que me pareceu relevante no processo dialógico estabelecido com as principais interlocutoras, as quatro mulheres a quem estive mais próxima. Clifford (2002) estabelece que a etnografia deve ser pensada como uma negociação construída entre o pesquisador e seus interlocutores, entendidos como *sujeitos* conscientes e politicamente significativos. Partindo da perspectiva da etnografia sensorial busco como Merleau-Ponty (1999), vivenciar a “carne do mundo” tencionando observar como essa materialidade se constrói por meio de formas sociais sensíveis. Nesse sentido me interessa uma observação “de perto e de dentro” (GEERTZ, 1989, MAGNANI, 2002) daqueles objetos e conteúdos (SIMMEL, 2006) presentes naquela interação: as pessoas e as coisas materiais e imateriais, as sensibilidades e sensações.

O processo de entrada no campo, que descreverei mais a frente, foi construído a partir de andanças que se seguiram a coleta de imagens, odores, ruídos, sensações táteis, falas, expressões que por vezes não foram apreendidas de imediato. Sem alimentar pretensões de “neutralidade” (FAVRET-SAADA, 2005), adoto uma forma de escrita a partir de uma dinâmica sensível deixando que se estabeleça fenômenos como empatia, intuição, emoções, sensações que interferiram na reflexão etnográfica. Os efeitos sensoriais nesse caso precisam ser percebidos com maior atenção sendo um exemplo, os sentimentos contraditórios de empatia⁴² e aversão pelas mulheres e moradores/ frequentadores do Oitão Preto, algo experimentado por outras pesquisadoras como Carolina Grillo (2018). O fato de ter estado com elas, a proximidade com que acompanhei situações e relatos de vida me permitiram compartilhar, ainda que pelo

⁴²Não é incomum que ao tomarmos maior proximidade com as histórias de vida de determinadas figuras que fazem parte da elite do crime organizado e passando a saber detalhes de suas vivências antes dos crimes, passemos a estabelecer uma certa empatia e a justificar suas ações a partir daquilo que viveram. Em “O dono do morro: um homem e a batalha pelo Rio” Misha Glenny (2016) conta a história do “Nem da Rocinha” e mostra como ele se tornou o traficante mais poderoso e mais procurado pela polícia no Rio de Janeiro. Antes de alcançar este patamar de liderança no crime, Nem (que naquele momento ainda era Antônio) é descrito pelo autor como um homem inteligente, dedicado a família e que trabalhava como encarregado da distribuição de uma revista na cidade. Assim viveu por anos e seguia sem nenhuma aproximação com o tráfico senão aquela comum a todos os moradores de favelas no Rio de Janeiro, até que sua filha contraiu uma doença rara, necessitando de um tratamento caro, impactando fortemente a vida da família. As condições de renda pioraram muito com a saída da companheira do emprego para acompanhar a criança nas internações, não puderam mais pagar o aluguel e precisaram ir morar com parentes em situações adversas. Para garantir dinheiro no custeio do tratamento da criança e realizar uma reforma no banheiro do barraco em que estavam morando Antônio decide “pedir as contas” e com isso usar o dinheiro da rescisão. O pouco dinheiro contempla apenas algumas despesas e logo acaba, nas contas de Antônio, ainda seria necessários cerca de 20 mil reais para custear as despesas de tratamento e finalizar a reforma do banheiro e naquela encruzilhada ele decide, aos 24 anos pedir o dinheiro emprestado ao “dono do morro” e torna-se seu empregado como segurança. A partir daí, está forjado o caminho que fará de Antônio, o “Nem” da Rocinha.

prisma do meu olhar, um pouco de suas perspectivas e compreender, embora por vezes não concorde com seus argumentos, escolhas e modos de vida.

As temáticas que subsidiam a tese surgiram a partir de diálogos com as mulheres a quem visitei, situações presenciadas a partir dos itinerários transcorridos. As mulheres sabiam da minha intenção de pesquisa e conversavam comigo por cerca de 10 a 20 minutos, às vezes um pouco mais, sobre situações que eu, algumas vezes direcionava em uma tentativa de “puxar o assunto” ou retomar algum diálogo que, em visitas anteriores, tinha ficado inacabado. Conversávamos na calçada em frente as suas casas, sentadas no “pé” da porta ou nos bancos da sala, a depender do momento e da disponibilidade delas naquele dia, entendendo que ali elas tinham afazeres domésticos, além da situação de venda de crack tendo em vista que minha presença afastava os “clientes” que não ficavam à vontade em se aproximar enquanto eu estava por perto.

Nessas conversas dialógicas coloquei-me sempre na posição de ouvinte, com um mínimo de participação, focando minhas intervenções a partir das situações que se apresentavam no cotidiano, permitindo que “os sujeitos conduzissem sua narrativa” (SANTOS, OSTERNE, ALMEIDA, 2014, p. 39) interrompendo apenas para esclarecer ou aprofundar algum aspecto que considerei fundamental. Nesse sentido, as mulheres falavam livremente sobre suas experiências de vida, rotinas de trabalho, família, desejos, planos. Nesses momentos, tentei seguir as orientações de Whyte (2005), em seus estudos urbanos, ficando atenta em ouvir tudo o que acontecia ao redor, deixá-las falar em vez de enchê-las com perguntas. Entendendo a complexidade do tema, tentei não parecer “curiosa” demais a procura de encontrar um “fato” pretensamente inédito. Ao contrário, deixei que elas me dissessem o que queriam dizer, fazendo vez por outra algum questionamento ou pedindo algum esclarecimento quando falavam de algo que eu não entendia ou conhecia. Esses encontros eram curtos, porém constantes o que me permitiu compilar muitos dados que precisaram ser recortados na definição de categorias e na tentativa de evitar variações muito amplas e a dispersão quanto aquilo que eu me propus a analisar.

Como não poderia utilizar gravador e a coleta de dados se dava muito a partir daquilo fixado na memória, muitas das falas que aqui apresento estão recortadas e editadas pelo meu ouvido e pela minha escrita. As breves anotações que fazia enquanto conversávamos eram apenas para registrar algum dado muito específico que pudesse subsidiar a construção do relato. Assim, as conversas foram compiladas a partir de uma análise episódica em que agrupei cada diálogo em um grupo de temáticas em análise. A composição das narrativas revelou desde o

início a complexidade de experienciar a vivência de mulheres pobres, pretas e velhas, suas situações diversas e a presença ininterrupta do senso de responsabilidade e sobrevivência de si e dos seus. Esse modo de sistematizar os diálogos e de organizá-los em pequenas narrativas me permitiu escrever de uma maneira não muito usual ao modelo acadêmico tradicional o que pode, estou ciente disto, ser um risco. Ainda assim me lanço na tentativa de uma escrita revelada e sustentada por uma observação sensível e atenta sem, no entanto, me apartar da abstração necessária a compreensão das experiências narradas, entendendo a etnografia como uma interpretação possível e sempre parcial de dados.

A maior parte das conversas⁴³ que se seguiam com as interlocutoras surgiam a partir de situações do dia a dia. Muitas vezes ao chegar nas casas, as encontrava resolvendo situações cotidianas, cuidando de algum “a fazer” ou conversando com outras pessoas que também estavam à porta. Nessas ocasiões eu as ouvia, centrada em perceber as experiências atuais da vida daquelas mulheres e as realidades vividas naquele contexto o que, talvez me permitisse a compreensão dessas experiências a partir de um olhar analítico, “de fora”. Tal perspectiva considera a problematização apontada por Spivak (2010) ao tratar da posição do intelectual pós-colonial, ressaltando que este deve possibilitar meios, criando caminhos e mecanismos para que o subalterno possa falar e se articular e, sobretudo, ser ouvido. A autora argumenta que não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade. Grada Kilomba (2019) discute a concepção da “subalterna silenciosa” enquanto sustentáculo da ideia de que o sujeito negro não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais.

Esse posicionamento delibera surdez para a voz nativa, onde ela pode ser ouvida, e atribui um poder absoluto ao discurso dominante branco. A ideia de um subalterno que não pode falar, como explica Patricia Hill Collins, encontra primeiro a ideologia colonial que argumenta que grupos subordinados se identificam de modo incondicional com os poderosos e não tem a interpretação independente válida de sua própria opressão e, portanto, não podem falar. Em segundo lugar, a ideia de uma subalterna silenciosa pode também implicar a alegação colonial de que grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes. Ambas as afirmações veem os colonizados como incapazes de falar, e nossos discursos como insatisfatórios e inadequados e, nesse sentido, silenciosos [...] grupos subalternos – colonizados – não tem sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntárias/os da dominação (KILOMBA, 2019, p. 48-49)

⁴³Minayo (2010, p. 261) trata essas conversas como estratégias amplas de coleta de dados no processo de trabalho em campo. São “conversas com finalidade” e que gozam de um aspecto privilegiado de interação social, sujeita às dinâmicas das relações existentes na sociedade.

Esta tese não tem a pretensão de falar em nome das mulheres e nem adota o ponto de vista delas. A intenção ao longo da pesquisa foi construir um estudo que se afaste da ideia da experimentação acadêmica descompromissada com seus lugares de fala e omissa em relação a compreensão delas como *sujeitos*. Esta perspectiva ética e política me impõem o compromisso de não querer falar por elas, mas, com elas. Nesse sentido, perceber que as situações de vida daquelas mulheres, emergidas em “corres” diários pela sobrevivência, não são acontecimentos momentâneos ou pontuais, são experiências contínuas e permeadas por vivências anteriores que atravessam o modo de vida e as “escolhas⁴⁴” a que elas têm acesso.

Retomando a questão da coleta de dados é importante pontuar a preocupação que permeou a pesquisa como um todo: o sigilo, tendo em vista o teor ilícito das práticas observadas e a garantia a não identificação das interlocutoras⁴⁵. Por diversos momentos cogitei na não identificação do local do estudo como certa vez Samuel, um dos voluntários que eu acompanhava, sugeriu. No entanto, considerei que a não identificação do local restringiria muito a possibilidade de tratar determinadas categorias e apresentar o real, ainda que essa realidade esteja recortada a partir do olhar da pesquisadora. Diante da especificidade do campo e das situações percebidas, considero que esta etnografia só pode ser exposta mediante um certo “véu” que permita entrever aquilo que se desenvolve no território, mas esconde seus atores diretamente envolvidos em práticas ilegais. A preocupação e a responsabilidade em assegurar o sigilo quanto a identificação das mulheres interlocutoras não significa que eu concorde ou estimule a realização das atividades ilícitas aqui retratadas, no entanto não poderia, a partir daquilo que escrevo, transformar esta tese em material incriminatório que possa vir a ser utilizado pelo sistema de justiça e segurança.

O compromisso ético⁴⁶ com a garantia da segurança das interlocutoras e o sigilo de suas identidades se baseou no uso de nomes fictícios, da não identificação de seus endereços, da não utilização de gravador, celular ou qualquer outro meio de registro de imagem, não

⁴⁴As escolhas possíveis a essa população transitam entre a necessidade vital de sobrevivência e as condições que se apresentam no “aqui e agora”. A venda de crack por elas, em suas casas, não me parece uma escolha, mas uma ação justificada exatamente pela pouca possibilidade que elas possuem de fazê-la.

⁴⁵Durão (2018) deixa claro que dependemos de interlocutores, de conhecimentos íntimos, em todos os momentos da pesquisa; podendo denominá-los como informantes, amigos e até mesmo parentes. Precisamos deles para ter acesso ao campo, para nos mantermos nele, para aprendermos o que quer que seja com eles e nesses lugares onde não estaríamos não fosse o objetivo e o pulsar da pesquisa.

⁴⁶Importante pontuar que o estudo busca atender aos aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos conforme Resolução Nº 466/2012 e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, entendendo que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos (Brasil, 2016). O projeto de pesquisa foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) sob parecer nº: 3.025.430.

utilização de questionários ou referências a algum dado que possa identificar as interlocutoras ou suas famílias, nenhum registro de identificação nas páginas do diário de campo e nenhuma imagem foi feita diretamente no local. Tais cuidados estão ainda fundamentados e balizados no Código de ética da Sociedade Brasileira de Sociologia⁴⁷ que aponta os caminhos na realização de estudos em contextos como o da pesquisa em tela.

Outra medida tomada a partir desta preocupação com o sigilo e a retaguarda ética, foi a submissão da pesquisa ao CEP da UECE sendo solicitado a dispensa da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE⁴⁸) por considerar que tal documento constituiria um risco de identificação das interlocutoras e este tipo de solicitação poderia inviabilizar a pesquisa. O crivo do Comitê de Ética situa a pesquisa dentro das normas previstas na Resolução 510/2016 que pontua a exigência da realização deste protocolo para pesquisas realizadas com seres humanos no âmbito das ciências sociais. Tal entendimento não deixa de considerar também o debate⁴⁹ em relação a esta normatização e os pontos nevrálgicos, principalmente quanto a temáticas ligadas a atividades ilícitas, como é o caso deste estudo. Durão (2018) estabelece que a discussão ética nem sempre serve de amparo quando pesquisamos em determinadas regiões da vida social.

⁴⁷O código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia expressa como finalidades primordiais: “(1) proteger o bem-estar de grupos e indivíduos com quem sociólogos (as) trabalham e que tomam parte no processo de pesquisa; (2) fornece guias de comportamento para sociólogos (as) entre colegas de profissão, na interação com membros das instituições onde trabalham, e no relacionamento com equipes de pesquisa, e com a sociedade em geral, que pautem as expectativas dos membros da SBS, com base em princípios éticos”. Mais especificamente sobre a confidencialidade, o código de ética aponta: “A segurança, anonimato e privacidade de participantes em pesquisas deverão ser rigorosamente respeitadas tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas. A fonte da pesquisa deve ser confidencial, a não ser que informantes concordem ou tenham solicitado para serem citados. Caso informantes possam ser facilmente identificados, pesquisadores (as) devem alertá-los para consequências que possam advir para os (as) informantes, da divulgação dos resultados da pesquisa. Quando for garantida a confidencialidade das informações, sociólogos (as) devem protegê-la inclusive de outros pesquisadores (as). Cuidados especiais devem ser tomados na disponibilização dos dados de pesquisas em arquivos públicos, protegendo a identidade daqueles (as) que forneceram as informações que constituíram objeto da investigação. Precauções devem ser tomadas para assegurar a confidencialidade das informações prestadas por participantes inclusive por outros investigadores, estudantes, entrevistadores, supervisores e demais integrantes do processo de levantamento de dados”. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/a-sociedade/codigo-de-etica/>. Acesso em: 16/07/2021.

⁴⁸No apêndice 1 do projeto é possível acessar a solicitação de dispensa do TCLE.

⁴⁹Macrae e Vidal (2016) atestam as dificuldades da exigência de parecer ético e assinatura de TCLE em pesquisas de campo, especialmente as que enfocam atividades ilícitas, tais como o uso de substâncias psicoativas. Estes estudos frequentemente adotam abordagens etnográficas que pressupõem a ida do pesquisador ao campo e o estabelecimento de relações pessoais entre ele e os *sujeitos* por meio da participação cotidiana direta em seu meio cultural. Essa metodologia e a condição ilícita das atividades estudadas demandam considerações éticas específicas, às quais as disposições da Resolução 196/96 [e 510/2016] não atendem. Algumas áreas problemáticas são: (a) a necessidade de aprovação do projeto por um comitê de ética; (b) a dificuldade para obter consentimento informado quando se trabalha com populações ocultas; (c) “acobertamento”, “apologia” ou participação em atos ilegais; (d) a dificuldade em fazer crítica social sem ferir interesses de nenhum dos *sujeitos* estudados; (e) o anonimato em pesquisas que também tenham caráter de registro histórico (p.645).

O que se passa no plano das boas intenções do desenho metodológico, aquele que com sentimento de artificialidade submetemos com medo aos comitês de ética, aparenta uma arrumação que a pesquisa imediatamente decompõe. Não só ambígua, como frequentemente reconhecemos, a pesquisa é muito mais caótica do que qualquer texto que sobre ela possamos escrever. Nesse sentido, a escolha do texto que escrevemos faz toda a diferença. O que se passa na linha da frente ou nos bastidores da vida social das pesquisas são dimensões bem diferentes do que prevemos frequentemente já sabendo que vamos deixar de habitar a ingenuidade do momento inicial (DURÃO, 2018, n.p).

Assim é que as abordagens iniciais foram sendo realizadas ao passo que entre uma conversa e outra, algumas questões eram levantadas em relação a vida, a família, a história das quatro mulheres moradoras do Oitão Preto e é a partir destes relatos que se ampara a narrativa da pesquisa. Demorou até que pudéssemos falar, “com todas as letras”, sobre a venda de crack que ocorria em suas casas. Este sempre foi um ponto muito tênue e que exigiu paciência de minha parte a fim de esperar o “tempo delas”. Aguardei que elas tocassem no assunto e, quando aconteceu, percebi que ali havia sido estabelecido a confiança necessária para abordagens mais aprofundadas em suas trajetórias. Assim como na pesquisa de Chaves (2013) faço aqui o reconhecimento da dificuldade do acesso às informações em relação a atividade do comércio de drogas, sendo possível que ao final do percurso ainda muitas questões fiquem em aberto, sendo este estudo, como o dele, “manifestamente exploratório” (p.24).

O Oitão Preto como *locus* de pesquisa, como já pontuado, não foi propriamente uma escolha minha, mas uma imposição do “destino” da pesquisa. É certo que a temática do tráfico e do comércio varejista de crack no meio urbano é algo que afeta muito mais que um território e aqui, corro o risco de espacializar uma série de problemas que igualmente afetam outros bairros, comunidades e favelas. Em relação a esta pesquisa, cabe pontuar que o tráfico de drogas e a economia que esse tráfico gera como fonte de renda para inúmeras famílias tem uma abrangência que ultrapassa o Oitão Preto. Por isso a tentativa de confrontar o observado, o sentido empiricamente, àquilo que se diz e que se escreve sobre o tema.

Na intenção de adentrar os circuitos de uso de crack na cidade de Fortaleza, observando os percursos de mulheres usuárias de crack nesses cenários, mapeei o centro da cidade e iniciei a busca por inserção em grupos, Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições que realizassem algum trabalho/atividade com pessoas em situação de rua, ou propriamente usuários de drogas. Nessa intenção é que passei a demandar de amigos e pessoas envolvidas com a temática algumas indicações.

Partiu de um amigo do doutorado a indicação e o contato de uma ONG que atua com pessoas em situação de rua, notadamente aquelas que estão no e pelo entorno do bairro Centro. Esse amigo me colocou em contato com uma integrante da ONG que por sua vez repassou o número de telefone do coordenador da instituição, que aqui chamarei de Miguel⁵⁰. Miguel, foi receptivo desde o primeiro contato pelo *WhatsApp*, se colocando disponível para conhecer a intenção da pesquisa e ajudar na inserção no campo. Assim marcamos uma primeira conversa na sede da ONG para nos conhecermos pessoalmente e para que eu pudesse apresentar melhor a proposta da pesquisa. Minha intenção era acompanhar a equipe da ONG em suas atuações realizadas no bairro Centro e adjacências e, a partir daí, observar os cenários e identificar pessoas que pudessem contribuir na aproximação a possíveis interlocutoras.

A conversa com Miguel foi enriquecedora. Homem autodeclarado preto, demonstrou desde o princípio sua ampla compreensão e longo caminhar em projetos e atividades com pessoas em situação de rua. Ao expor o projeto de pesquisa e relatar os objetivos, Miguel me falou, pela primeira vez da Favela do Oitão Preto. Ao descrever o local, Miguel apresentou características muito precisas e peculiares, advindas de sua própria observação e vivência e me convidou a estar com ele em um outro projeto realizado unicamente no Oitão Preto com vistas a detecção e acompanhamento de pessoas acometidas por Tuberculose. Nesta mesma noite, já de saída, Miguel me apresentou a outro voluntário, Samuel, homem autodeclarado “moreno”, aquele que seria meu companheiro nas idas posteriores ao Oitão Preto.

Ainda nesse encontro fui advertida da necessidade da discrição ao entrarmos nos “barracos”, da impossibilidade do uso de equipamentos eletrônicos (celular, gravador) e dos riscos aos quais estaria exposta tendo em vista que entraríamos em locais insalubres e foco de tuberculose. Faríamos isso sem o uso de qualquer material de proteção (máscara, luvas) pois segundo Miguel, o uso desse tipo de equipamento poderia distanciar e/ou afetar a aproximação e a construção dos vínculos com aquela população⁵¹.

⁵⁰Rui (2014, p.61) estabelece que “toda escolha analítica supõe uma opção metodológica, que por sua vez, implica em desafios específicos no modo de olhar, reinterpretar e reconstituir a “realidade”. Assim, a partir da dinâmica de obtenção dos dados e pensando na delicada relação de ilicitude que envolve as práticas de muitos atores envolvidos nesse processo, decido por ocultar os nomes e as informações mais específicas capazes de identificar as pessoas e as instituições. Me aventuro como a autora a tecer trajetórias ficcionais organizadas a partir das vivências. A ficção nesse sentido não quer dizer que foram inventadas, mas que foram construídas por mim no sentido de que foram construídas por esta pesquisadora, não de que são falsas. Assim, procuro dar visibilidade aos acontecimentos e as análises a partir deles compreendendo que toda etnografia é uma “ficção deliberada” como sinaliza (STRATHERN, 2006, p. 36).

⁵¹No desenrolar da pesquisa também pude perceber que não havia previsão orçamentária dentro do projeto da ONG para a compra e concessão de equipamentos de proteção individual aos voluntários que realizavam as coletas o que me pareceu problemático tendo em vista o real risco de exposição aos patógenos da TB.

Zaluar (1994) ao realizar sua pesquisa na Cidade de Deus, favela do Rio de Janeiro, conta ter sido identificada pelos moradores como alguém ligada a assistência social de quem eles poderiam solicitar favores e ajuda. Já Grillo (2008) teve a percepção de ser aceita em seu *locus* de pesquisa por ser vista como uma patricinha diferente, sem frescura. No meu caso, logo no primeiro dia de campo fui apresentada no Oitão como assistente social⁵² que estaria a partir daquele momento, acompanhando a equipe da ONG em suas visitas semanais. Essa identificação aliada à minha condição de mulher, jovem e branca talvez tenha contribuído para a entrada em campo tendo em vista as nuances de privilégio que tais categorias acionam. Além disso, a questão de ser mulher também pareceu me tornar inofensiva aos olhos da população. Ao me preparar para a ida ao Oitão Preto pensei em me vestir da forma mais casual possível lembrando do que vivenciou Osterne (2001) quando foi a primeira vez na Favela do Sossego também em Fortaleza. A pesquisadora pontuou em seu estudo que suas roupas e principalmente o uso de óculos escuros marcou a diferenciação entre ela e “eles”, tendo sua presença causado estranhamento e curiosidade. Assim, coloquei uma camiseta e uma calça *jeans* rasgada nos joelhos. Passamos a tarde em atividades no local e marcamos de nos encontrar na semana seguinte. No dia combinado estava eu novamente vestida da mesma forma, camiseta e calça *jeans* rasgada. Enquanto andávamos até o Oitão Samuel foi me contando da impressão que eu havia causado entre os moradores a quem fui apresentada. Aos risos Samuel contou que alguns moradores tinham desconfiado de que realmente eu fosse assistente social pois uma pessoa formada deveria ter condições de ao menos comprar uma calça. Esse relato me deixou surpresa e, ao mesmo tempo que também sorri, fiquei pensando em como era representado para eles a figura da assistente social. Então eles, moradores ou frequentadores do local poderiam estar vestidos com roupas rasgadas, por vezes sujas, mas a assistente social formada, não. Em casa, tratei de providenciar calças novas.

Dada a especificidade do campo e as práticas que pretendia pesquisar e levando em questão o perigo que sugestionam os lugares em que se desenvolve atividades ligadas ao tráfico de drogas, decidimos que minhas idas ao Oitão Preto seriam sempre acompanhadas ainda que

⁵²Eu não havia pensado, nem conversado com Samuel em relação a como ele iria me apresentar aos moradores do Oitão Preto. No entanto, não era minha intenção ser apresentada como assistente social. Temia que esta referência gerasse nos moradores a expectativa de uma atuação profissional, o que de fato aconteceu. Nas primeiras idas ao Oitão me chegaram demandas nesse sentido às quais procurei dar respostas, mas à medida que me familiarizava com os moradores, passei a informar sobre minha pesquisa e, aos poucos, os próprios moradores já não me apresentavam uns aos outros como assistente social, apenas informavam meu nome e diziam que eu estava fazendo uma pesquisa para a Universidade. O teor da pesquisa foi melhor explicado unicamente às mulheres com quem estive realizando as abordagens mais próximas, pois considerei que a temática poderia gerar constrangimentos entre os moradores ou pontuar “marcas” de diferenciação àqueles *sujeitos*.

após me deixar dentro da favela, Samuel se afastasse para realizar as atividades da ONG⁵³. Essa presença de alguém que me garantisse legitimidade dentro da favela foi importante e necessária, inclusive para me conduzir a locais pouco conhecidos ou me apresentar a mulheres específicas a partir da intenção do estudo. Quando não as encontrávamos em suas casas, seguia com Samuel percorrendo o morro na busca ativa, coleta de escarro e entrega de medicações.

Antes da ida ao Oitão Preto, após os relatos de Miguel, realizei uma pesquisa rápida na internet pelo *Google* usando como marcador de busca o nome da favela: Oitão Preto. O que se apresentou nas páginas da pesquisa foram imagens de violências, matérias de jornais das mais diversas fontes com relatos sucessivos de operações policiais, uso de drogas, vulnerabilidade social extrema e mortes. Textos e imagens estigmatizantes⁵⁴ que ajudam a sustentar a repulsa e a abjeção direcionada àquele pedaço da cidade.

O cenário que encontrei e as impressões que ficaram desde o primeiro momento na Favela do Oitão Preto estão inscritos nas narrativas seguintes. Busquei, no entanto fugir do discurso usual que tende a apontar o lugar apenas pela vertente negativa, taxando em seus moradores a marca do preconceito. Assim, procuro pensar analiticamente esse processo que pode ser guardadas todas as proporções de território e cultura, semelhante a abordagem de Wacquant (2005) ao tratar sobre os processos de “guetização” nos EUA e na França, apontando para a formação de *cités-ghettos*, algo profundamente ligado ao estigma territorial presentes e marcantes na vivência dessa população.

Seria difícil os moradores da *cit * não ligarem para o desprezo do qual são objeto, uma vez que o estigma de morar num conjunto de habitação popular de baixa renda tem sido associado à pobreza, ao crime e a degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou os órgão de bem-estar social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas [...] a discriminação residencial

⁵³No final de 2018, a ONG em que Samuel se vinculava teve seu contrato de atuação encerrado pela Prefeitura de Fortaleza. Este contrato garantia os insumos para a realização das coletas de escarro e distribuição de medicamentos, além de garantir os meios para que os voluntários se dirigissem ao local no transporte coletivo. Com o fim do contrato e após conversa com Samuel, este demonstrou desejo de continuar me acompanhando nas idas ao Oitão Preto e assim, em muitas ocasiões me responsabilizei pelo pagamento de sua passagem de ônibus, entendendo que sua ida ao Oitão para me acompanhar gerava uma despesa que precisava ser custeada.

⁵⁴Goffman (1988, p. 14) ao estudar o estigma diz que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas [...]. Baseando-nos nessas preconcep es, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”. O autor menciona ainda três tipos de estigma nitidamente diferentes: Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças f lsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, d st rbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

prejudica a busca de emprego e contribui para a sedimentação do desemprego nas regiões (WACQUANT, 2005, p. 141-142).

Outra similaridade pode ser encontrada na pesquisa de Miguel Chaves (2013) realizada no Bairro Casal Ventoso em Portugal. Lá o autor também pode observar a complexidade da realização do tráfico de drogas dentro de um espaço estigmatizado da cidade. Refletindo sobre o conceito de estigma o autor elenca algumas ideias que aqui tomo como importantes para também pensar as representações sociais que os fortalezenses atribuem ao Oitão Preto.

Em primeiro lugar, dizer que uma região é estigmatizada é o mesmo que afirmar que, para todo o observador exterior que conhece tal estigma, a diversidade e a complexidade internas dessa região são reduzidas, em larga medida, a uma única característica valorizada de forma negativa. Essa característica regional é socialmente construída e concebida como um “problema social”. Em segundo lugar, a região que transporta o estigma não é apenas portadora do problema, mas é também concebida enquanto símbolo desse problema [...]. Por último, o próprio facto de um habitante pertencer ou habitar nessa região consiste num estigma transportado individualmente. Possuir o estigma significa, então, que o seu portador possui virtualmente o “problema” que se atribui a região por inteiro (CHAVES, 2013, p. 71-72).

No Oitão Preto por vezes ouvi relatos de moradores que se ressentiam por não conseguir avançar nas seleções de emprego quando pleiteavam postos de trabalho em lojas ou comércios do Centro. Apesar de usarem o nome do bairro Arraial Moura Brasil como referência de domicílio, ainda assim muitos não conseguiam fugir da pergunta: “você mora no Oitão Preto?”. Ser morador do Oitão Preto imprime uma marca de desconfiança quanto a moral do indivíduo em uma perspectiva de criminalização perceptível nas falas daqueles que moram no local e daqueles que nunca passaram por perto “mas sabem que por lá o tráfico domina as atividades o que torna o lugar de alta periculosidade”.

Os registros das idas semanais ao Oitão Preto foram anotados em caderno de campo⁵⁵ por vezes escritos ainda nos bancos da Praça da Estação⁵⁶ por medo do esquecimento de detalhes importantes, nomes e/ou significados marcantes e na tentativa de registrar a emoção,

⁵⁵No diário de campo foram registradas e descritas observações sobre as situações das entrevistas, as impressões causadas durante os contatos e observações e meus sentimentos em relação àquele momento e àquela vivência. De acordo com Weber (2009) uma parte expressiva do ofício do pesquisador reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência em campo. É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas.

⁵⁶Praça da Estação é o nome popular que foi dado ao local por ser ali também onde ficava localizada a estação ferroviária. No entanto o nome da praça é Praça Castro Correia.

as sensações, os cheiros, os gostos ou alguma percepção que tenha se formado durante as andanças pelo local. A pesquisa de campo, nesse sentido foi se construindo a partir da tentativa de olhar e captar arranjos, práticas, formas e experiências de vida dos atores sociais em seus múltiplos contextos. Assim, exploro conversas tidas com as mulheres e com outros moradores e frequentadores, observações de cenários, narrativas, percepções e dinâmicas do cotidiano, explorando as particularidades da venda “doméstica” de crack e os condicionantes sociais relacionados a classe, raça, gênero e geração nesta microeconomia. As situações e os contextos que presenciei são de certa forma singulares, pouco ou quase nunca citados pela mídia, situações ainda pouco visíveis pelos “de fora”. A diferenciação entre as categorias de vendedores de drogas e a observação de uma microeconomia cada vez mais doméstica e interligada a vida cotidiana de famílias me parece uma situação relativamente nova no contexto de Fortaleza.

Esses “microtestemunhos” me possibilitaram agrupar um arsenal de histórias, informações e perspectivas que recortadas e editadas pelo meu olhar de pesquisadora, produziram uma realidade mediada e amparada em autores diversos sem que, no entanto, considerasse necessário seguir uma única linha. Novamente me reporto a Becker (2008) e ao seu “modelo artesanal de pesquisa” (p. 12). Ainda que reconheça a importância e a necessidade de que estejamos apoiados em teóricos considerados clássicos, o autor nos desafia a não nos subordinarmos às “camisas de força” tão próprias das amarras da academia.

[...] eles não precisam interpretar o que interpretam somente em termos do que lhes foi deixado por outros. Eles não precisam ficar sentados tentando decidir, como fazem muitos estudantes, se devem “usar” Marx ou Weber na análise de seus resultados. Qualquer sociólogo é tão livre e tão competente para inventar novas ideias e teorias quanto foram Marx, Weber e Durkheim. Além disso, [...] os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo [...]. Assim, o sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde ele está e resolve os problemas que ele quer resolver (BECKER, 1997, p. 12).

A partir dessa perspectiva pude me arriscar a pensar fora da “caixa” do serviço social, minha primeira formação e dos teóricos que o projeto ético político profissional situa como “mais adequados” para a compreensão da sociedade. E ainda que me proponha a não fazer escolhas “fechadas” em relação a uma perspectiva teórica única, penso que esta pesquisa se aproxima da sociologia compreensiva de Weber ao passo que tento pensar a realidade a partir de suas múltiplas facetas e pluricausalidades. Nesse sentido, cabe ao cientista recortar seu

objeto de estudo e privilegiar do conjunto de causas aquela que deverá testar, mesmo sabendo que não captará a totalidade do real.

Assim, ao “olhar de perto”, tentei situar o “ângulo” em que me posicionei em relação ao mundo buscando ampliar a visão de quem realmente sou e assim me aproximar das mulheres com quem mantive os diálogos. Para Geertz (1996), o trabalho de pesquisa é justamente o de proporcionar narrativas e enredos que possam reorientar nossa perspectiva, nos tornando visíveis para nós mesmos, ao passo que tomamos parte de um mundo e dos outros. Esses outros e suas estranhezas nos obrigam a traçar modos de aprender a lidar e respeitar.

A dificuldade nisso é enorme, e sempre foi. Compreender aquilo que é, e provavelmente continuará sendo, de alguma forma, estrangeiro para nós, sem suavizá-lo com vagos murmúrios de humanidade comum, desarmá-lo com a indiferença tipo cada-macaco-no-seu-galho, ou descartá-lo como lindo, adorável, mas inconsequente, é uma habilidade que temos de aprender a duras penas, e uma vez aprendida, imperfeitamente como sempre, temos de trabalhar sem cessar para mantê-la viva (GEERTZ, 1996, p. 85).

Durão (2018) aponta para uma aproximação íntima com o campo como ferramenta de conhecimento, aquilo que a autora denomina de “intimidade metodológica”. Penso que esta intimidade que parte do método é de fato imprescindível para que o pesquisador adquira a proximidade necessária à construção do pensar que se objetiva na escrita daquilo que se observa empiricamente. Com isto, a possibilidade de observar as singularidades do campo e, no Oitão Preto, elas são diversas. Por exemplo a organização do local em torno da venda e uso de drogas, inclusive no aspecto “hoteleiro”. Lá um usuário de drogas que esteja interessado em privacidade e, até certo ponto segurança, poderá alugar a partir de 15 reais a diária⁵⁷, um quarto para o consumo de drogas. Os cômodos são bastante precários, mas garantem a privacidade e certa segurança durante o período de uso extremo. Em muitas residências que visitei e onde se fazia a venda de crack, também é ofertado ao cliente a possibilidade do uso no local e a garantia da segurança e da privacidade.

Todas as novas configurações que se apresentaram a partir de minha inserção em campo guiaram o estudo a novos rumos. Neste percurso a leitura de Whyte (2005) foi importante por esclarecer que a construção da pesquisa em si é sempre um movimento permeado por dúvidas, ansiedades e aproximações a algo que nem sempre estamos buscando, mas acaba por ser revelado. Assim, é importante a abertura para lidarmos com aquilo que o campo nos impõe, nos apresenta como realidade que, por vezes é completamente diferente da

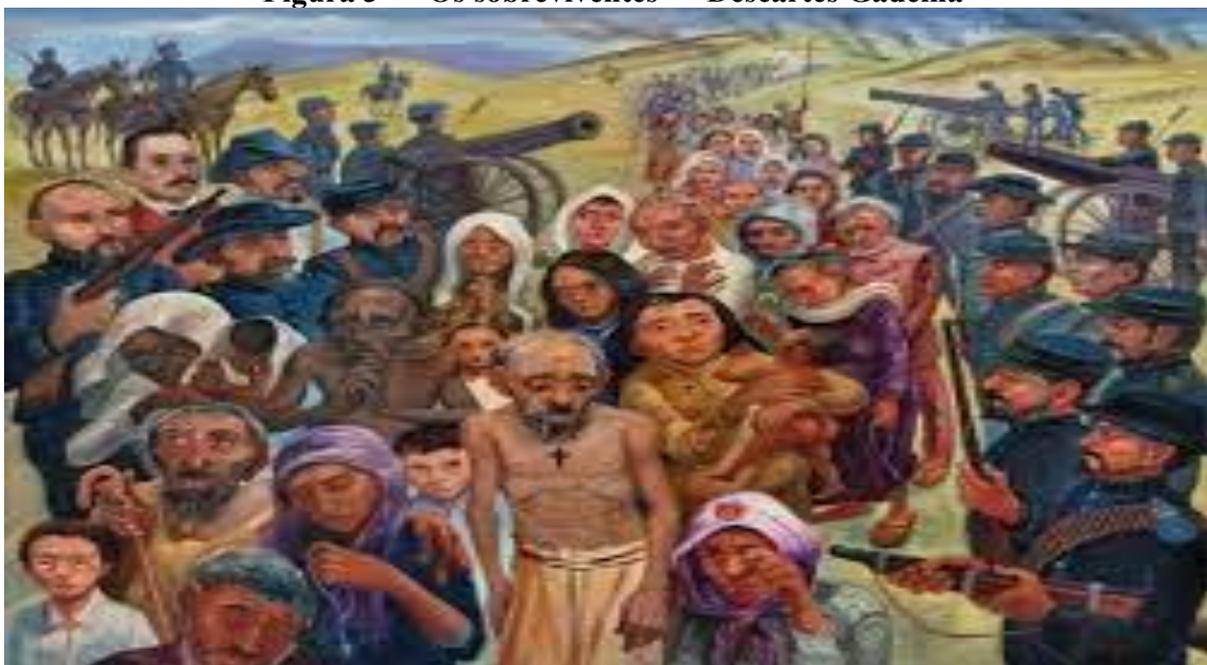
⁵⁷Valores de 2019.

teoria e do percurso previamente traçado. Nas palavras do autor, “nenhuma projeção é capaz de supor todas as particularidades do campo e dos sujeitos pesquisados” (p.318).

Os percursos que medeiam a construção desta tese foram escritos ao longo de 14 meses entre janeiro de 2018 e julho de 2019 quando estive quase que semanalmente na Favela do Oitão Preto em Fortaleza – CE. Em julho de 2019 houve uma parada nessas incursões para a construção do texto da qualificação. A perspectiva inicial era, após a apresentação do texto de qualificação e munida dos “olhares” e direcionamentos trazidos pela banca, retornar a campo e realizar mais alguns meses de inserção a fim de aprofundar as compreensões a partir da vivência na favela, no entanto fomos “pegos” sem aviso por um contexto de pandemia, o que inviabilizou o retorno a campo, tendo em vista as medidas de isolamento social e o esgotamento dos prazos para conclusão da tese. Assim, tomei a decisão de especificar o contexto da pesquisa em um período anterior a pandemia do coronavírus, tendo em vista que tratar do contexto local durante a passagem do vírus traria um recorte completamente diferente daquele já delimitado.

Antes ainda de relatar as singularidades deste “mergulho” em campo, considero necessário voltar no tempo e trazer, em linhas gerais, um pouco do processo de formação deste lugar chamado Oitão Preto, favela localizada no Bairro Arraial Moura Brasil, e entender, ainda que superficialmente, a conformação de sua gente.

Figura 3 – “Os sobreviventes” – Descartes Gadelha



Fonte: http://lounge.obviousmag.org/por_tras_do_espelho/2013/01/as-almas-esquecidas-de-descartes-gadelha.html

“Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse”. “O Quinze” - Raquel de Queiroz.

2.2 Do Curral das Éguas ao Oitão Preto

No Centro de Fortaleza existe uma área “de frente para o mar” cobiçada há anos pelo setor imobiliário.

Figura 4 – Favela do Oitão Preto



Fonte: Google Maps

Esta área abriga, desde o final do século XIX uma concentração maciça de pobres que se aglomeraram no local a partir da vinda para a capital de retirantes fugidos da seca que assolava o sertão cearense. Sem qualquer assistência estatal o local se estigmatizou como reduto da prostituição e do comércio noturno.

Neves (1995), em seu estudo sobre os campos de concentração no Ceará de 1915 a 1932, informa que os campos de concentração ou abarracamentos de Fortaleza e aqueles também existentes no interior do Estado do Ceará, implementavam um novo modelo sanitário a fim de conter os “retirantes”. Em 1887 esse problema (a seca) “explode” no cenário urbano de Fortaleza de maneira dramática e alarmante. A cidade é invadida e ocupada por sertanejos em número quase quatro vezes maior que sua população.

Epidemias, crimes, desacatos à recatada moral das famílias provincianas, tragédias indescritíveis se desenvolvem à vista de todos: assassinatos, suicídios, saques, loucuras, antropofagia! A ordem do mundo parecia ter perdido seus referenciais [...]. Nesse contexto um conjunto de saberes e práticas começam a constituir uma nova instituição: o campo de concentração (NEVES, 1995, p. 94).

Diante do terror e da miséria explícita trazida pelos retirantes da seca, tidos por muitos como “bárbaros” famintos, se consolidam as ideias de modernidade e civilização que vão gerar ao longo de 1877 a 1915 uma “onda” de reformas urbanas sob o signo do “aformoseamento” de Fortaleza. Neves (1995) informa que com a seca de 1915⁵⁸ o dispositivo do isolamento foi a alternativa considerada eficaz no sentido de evitar o pânico e a desordem com a chegada daquela população e garantir seguimento aos projetos de progresso já em curso. Naquele ano foi criado o Campo de Concentração do Alagadiço⁵⁹ tão bem transcrito por Raquel de Queiroz na obra “O quinze”.

Neves (1995, p. 105) pontua a adoção de uma nova terminologia para designar aqueles espaços: “no lugar de campo ou abarracamento chamam de “curral⁶⁰” a este novo mecanismo de controle”. Outra mudança significativa na forma de pensar os retirantes faz referência ao próprio termo pois, segundo o autor: “a partir de 1915 eles são ‘flagelados’ indicando não uma opção de quem muda de lugar, mas a situação de vítimas de um flagelo”.

A partir de 1932, de acordo com Neves (1995), foram criados 07 campos ou currais⁶¹ em todo o Estado do Ceará. Em Fortaleza foram criados inicialmente o Curral do “Octávio Bonfim” e o Curral do “Urubu” situado entre o Pirambu e o Porto (Praia de Iracema). Pinho (2012) indica não haver referência precisa ao campo de concentração que teria funcionado no Bairro Moura Brasil.

Os autores são unânimes em destacar que as políticas e ações voltadas ao Moura Brasil não foram efetivas tendo em vista que o bairro se situava às margens dos campos de concentração, sendo, segundo Sales (2018), caracterizado por uma “natural” desorganização e justaposição de categorias encurraladas, dentre elas, figurava no bairro uma famosa zona de prostituição que, de acordo com Pinho (2012), era dividida ente o Curral das Éguas, Cinzas e

⁵⁸Pinheiro Neto (2014) relata que em 1915, levas de retirantes chegavam diariamente à Fortaleza banidos de suas localidades pela seca extrema. Esses retirantes passam a utilizar a estrada de ferro construída por retirantes de secas anteriores. A ferrovia, planejada para integrar os sertões, lançar as bases de seu desenvolvimento econômico e facilitar o transporte de alimentos em períodos de seca, transformou-se em uma fonte de despejo de retirantes na Capital. O autor informa ainda que não há números oficiais, mas estima-se que chegaram a Fortaleza algo em torno de nove mil confinados.

⁵⁹De acordo com Rios (2014, p.09), “esses Campos de Concentração apresentavam-se como espaços privilegiados para um estudo sobre a construção dos lugares de isolamento da pobreza em face do medo que a multidão faminta causava em Fortaleza durante as secas”.

⁶⁰Uma fonte interessante para aprofundarmos e entendermos como se estabeleceram esses locais em que se concentravam os retirantes da seca no Ceará é o documentário “Currais” dirigido por David Aguiar e Sabina Colares. Percorrendo os currais do sertão cearense, o documentário traz depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período e as marcas que tais acontecimentos deixaram em suas vidas.

⁶¹Os cinco campos criados no interior do Estado foram, segundo Neves (1995): o Curral de Quixeramobim, o Curral de Cariús, o Curral de Burity no município de Crato, o Curral do Ipú e o Curral do Patú no município de Senador Pompeu.

Oitão Preto. A autora informa ainda que esse local deu lugar a avenida Presidente Castelo Branco, a conhecida Leste-Oeste⁶² inaugurada em 1973. Assim, o Arraial Moura Brasil⁶³ – onde está situada a Favela do Oitão Preto - é uma extensão do Campo de Concentração do Urubu como explicou uma moradora.

“Antes de ter aqui a Leste-Oeste e o hotel (Marina Park) o Centro terminava na Praia Formosa. Era um tempo bom. Não tinha essa violência. Só lá no Curral das Éguas é que a coisa era mais feia, muita prostituta, muita bebedeira, mas não tinha droga não. Lá o pessoal chamava de Cinza, tinha muita pobreza, mas não tinha essas coisas de hoje (se referindo ao crack)” (Diário de campo).

Figura 5 - Trecho do Bairro Moura Brasil que desapareceu com a construção da Av. Leste-Oeste.



Fonte: Arquivo Nirez.

⁶²Na década de 1970, a construção da Avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como Avenida Leste-Oeste em Fortaleza, proporcionou inúmeras transformações socioespaciais, destacando-se segundo Pinheiro (2005), o melhoramento no que se refere à mobilidade urbana, à integração de bairros antes não conjugados entre si; e a natural atração de comércio e serviços ao longo do eixo viário, valorizando o solo urbano e atraindo novos atores sociais. Entretanto, frisa o autor, gerou também uma desestruturação dos laços de vizinhança, distanciando a população até então residente desta porção do centro comercial da cidade, ou seja, do setor da cidade que oferecia as principais ofertas de emprego. Barros (2019) conta que em Fortaleza a prática de remover os moradores de áreas centrais e levá-los para conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade é recorrente da administração pública. No lugar das comunidades e favelas construíam-se avenidas, praças, equipamentos urbanos, entre outros, a fim de eliminar a possibilidade de reconstrução da comunidade. De acordo com a autora, esta política municipal recebeu o nome de Programa Integrado de Desfavelamento, por desenvolver a estrutura física da cidade ao mesmo tempo em que “extirpavam suas chagas”.

⁶³O Bairro Arraial Moura Brasil, localiza-se na costa oeste de Fortaleza em uma região de duna fixa. Essa área se caracteriza por possuir uma população de baixa renda, que migrou para a capital, principalmente durante o século XX, em função dos graves problemas climáticos que assolaram o Estado do Ceará e da estrutura fundiária concentradora. A crise na agricultura nordestina, as secas periódicas e a imagem atraente das cidades, divulgada nos meios de comunicação, favoreceram a migração rural-urbana, de uma população que tinha expectativa de se inserir no mercado de trabalho, alcançar uma renda fixa, e assim conseguir melhores condições de vida, habitação, educação, saúde etc. Fortaleza, que se encontrava em processo de crescimento econômico, recebendo investimentos industriais e comerciais, ao acolher muitos migrantes, não tendo condições de assimilá-los e tampouco infraestrutura suficiente, torna-se então uma metrópole miserável. (PINHEIRO, 2005, p. 03)

Figura 6 - Rua General Sampaio. A parte final desapareceu com a construção da AV. Leste-Oeste.



Fonte: Arquivo Nirez.

Morar na “Cinza” era o equivalente a viver entre marginais, drogados, prostitutas, ladrões e gatunos. Foi a partir de 1938 que se buscou localizar o baixo meretrício longe do Centro da cidade.

O interventor Menezes Pimentel providenciou a remoção das prostitutas das ruas centrais de Fortaleza para uma área próxima ao Passeio Público, por trás da Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe. Na quadra das ruas Senador Pompeu (lado nascente) e General Sampaio (lado poente), estava localizado o início da área, reduto de prostitutas e boêmios. O bairro conhecido como Arraial Moura Brasil passou a ser chamado pelo povo de “Curral das Éguas”, embora a zona de meretrício não tenha chegado a abranger a totalidade do bairro. Próximo à zona do Curral, ainda nos limites do bairro Moura Brasil, ficava a área denominada de *Cinza*, também citada como região de desordem e promiscuidade. A denominação de Cinzas deveu-se, à época, aos resíduos da combustão de madeira utilizada nas atividades da Usina Light, responsável pelo fornecimento de energia para a cidade de Fortaleza” (PINHO, 2012, p. 33).

O lugar era conhecido e descrito como o "portal do inferno", e ainda o é para muitos que transitam nas ruas do, hoje, Oitão Preto.

Quando o Curral das Éguas foi destruído, aquele mercado de prostituição subiu, ficou naquele quadrilátero ao redor da Estação (área espremida entre a Estação João Felipe e a Companhia Cearense de Transportes e a Avenida Leste Oeste). O cidadão ia pra lá passar o fim de semana bebendo, dançando, jogando baralho e com as ‘mulheres da vida’. O crescimento imobiliário trouxe muita gente do Interior pra lá, o comércio girava em torno disso. Com o tempo, tudo foi mudando, e hoje o que impera lá é o uso e o tráfico de drogas. Muito tráfico de drogas mesmo. (Trecho retirado de matéria

especial produzida pelo Jornal Tribuna do Ceará com o título “Violências Invisíveis”⁶⁴).

Hoje ao se falar do Bairro Arraial Moura Brasil logo surge a referência ao Oitão Preto. Muitas são as versões que tentam explicar a origem do nome da favela. Na pesquisa de Pinho (2012), uma de suas interlocutoras informou que a origem do nome faz alusão a uma casa de meretrício localizada na entrada do “Cural”: “era um ‘murozão’ preto, com um ‘oitozão’ pintado, era o número oito, de longe a gente via, e o povo ficou chamando o Oitão Preto”. (p.33). Inácia, uma das mulheres interlocutoras da pesquisa, deu outra versão para o nome da favela.

“tinha uma casa muito grande e muito chique, de muro preto, era a maior do bairro e o dono se chamava Antônio, aí todo mundo chamava ele de Tonhão. E ele era um negão bem preto...todo mundo chamava ele de Tonhão Preto, aí de Tonhão Preto a favela começou a ser conhecida como Oitão” Preto (INÁCIA, MULHER NEGRA, 68 ANOS).

Em coluna disponível no Jornal Diário do Nordeste, o texto traz referência ao lugar:

[...] Em procura ao centro da cidade, pela Rua General Sampaio esquina da Rua Senador Jaguaribe, havia a ‘Pensão da Olímpia’, defronte a Cadeia Pública; na descida do ‘Cural’ mais à frente, famoso pela localização, célebre também pelo esconderijo, o inesquecível ‘Oitão Preto’ - por detrás da Estação Central, no extenso prolongamento de muro pintado de preto com degraus e descida para rua do trilho do trem (DIÁRIO DO NORDESTE, 17/11/2017⁶⁵).

Atualmente, por estar tão popularmente interligado a questões de violência e uso de drogas, o Oitão Preto vem ganhando nova versão e seu nome já aparece nos discursos relacionados a essa condição. Questionado sobre o nome da favela ser Oitão Preto, Samuel informou que o nome seria uma referência a arma muito conhecida e popular no Brasil, o revólver calibre 38 preto, uma significativa mudança em relação a identificação da favela, agora completamente vinculada à violência e as ações criminosas.

Por toda a discussão apontada percebe-se que o estigma e o preconceito imputados aos habitantes do Arraial Moura Brasil e mais particularmente aos moradores do Oitão Preto, não é algo novo. Pinho (2012) traz em sua pesquisa o relato de que essa localidade foi, desde seu surgimento, estigmatizada pela imprensa como um local de promiscuidade e contaminação moral. A proximidade dos casebres de famílias pobres e casas de bebidas, de trabalhadores e vagabundos, era vista com preocupação pelas autoridades locais.

⁶⁴Para acessar a matéria completa ver: <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/violencias-invisiveis/>. Acesso em 25/01/2018.

⁶⁵ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/de-madame-julinha-a-pirrita-1.411596>. Acesso em 14/07/2019.

O Arraial Moura Brasil também ocupava as manchetes policiais, com notícias de violência contra meretrizes e entre clientes do local [...] as condições de moradia no bairro eram precárias, as casas construídas sem o critério de qualquer plano, trepadas em dunas, soterradas nas areias fofas das depressões, cobertas de telha, palha, zinco (PINHO, 2012, p. 40).

A autora conta ainda que a zona de prostituição e os casebres localizados no bairro, divididos nas áreas conhecidas como Curral das Éguas, Cinzas e Oitão Preto foram desapropriados com a construção da avenida Presidente Castelo Branco. No entanto o Arraial Moura Brasil e nele a Favela do Oitão Preto ainda resistem sendo palco de disputas, propostas e planos governamentais que buscam “reordenar”, “modernizar” e “redirecionar” o território para o turismo dando seguimento ao “aformoseamento” da capital tida por muitos como a “Miami brasileira”⁶⁶.

O Arraial Moura Brasil, tem característica tipológica de favela e está localizado dentro da Secretaria Regional do Centro (SER I), apresentando uma área de 106.768m², composta por uma população estimada de 4.681 habitantes distribuídos em 1.170 famílias e ocupantes de 1.104 imóveis⁶⁷. Espremido entre um dos principais hotéis de luxo da cidade, próximo ao Centro Cultural Dragão do Mar, ao Passeio Público, o Centro comercial de Fortaleza, com fácil acesso à Santa Casa de Misericórdia, ao Corpo de Bombeiros, ao IML- Instituto Médico Legal (Perícia forense do Estado), a um centro de moda - Centro Fashion, à Escola dos Marinheiros, ao Metrô de Fortaleza (Metrofor) além de estar localizado em frente ao mar, a “Praia da Leste”⁶⁸.

⁶⁶Em diversas reportagens e principalmente em sites de turismo Fortaleza é “vendida” como sendo a “Miami brasileira”. Um exemplo é a matéria feita por um canal de comunicação espanhol e divulgado pela Prefeitura de Fortaleza que traz essa comparação bem explícita. Ver: <https://www.mitele.es/programas-tv/viajeros-cuatro/5b44c0ff4bec797d428b45ef/player/>. Acesso em: 20/10/2019.

⁶⁷Dados disponíveis no Diagnóstico e plano de participação comunitária e desenvolvimento social: zona especial de interesse social Moura Brasil. Em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=2f58240c-2550-4ec1-9c44-2c61f3e5bd30>. Acesso: 09/02/2022.

⁶⁸Durante muito tempo, a “Praia da Leste” foi popularmente conhecida como “praia da merda”. Tal associação se relacionava a grande quantidade de lixo e dejetos visíveis tanto na orla da praia quando dentro do mar, além do odor fétido que era característico do lugar. A denominação de “praia da merda” ficou ainda mais forte no imaginário da população da capital quando em 1979, no governo de Virgílio Távora foi concluída a recuperação do sistema de esgotamento sanitário. Nesta reforma, manteve-se o litoral do setor oeste de Fortaleza como local de recepção e despejo de dejetos, implantando-se no sistema o tratamento de efluentes. Esse esgotamento sanitário fortaleceu a representação negativa dos bairros próximos, principalmente Pirambu e Moura Brasil tidos como locais insalubres, contaminados, que recebiam os dejetos da cidade, o que comprometeu a utilização das praias deste setor como espaços de lazer para a elite local e fortaleceu a estigmatização da população que ali habita (SILVA, 2006). Outro fato que veio fortalecer o caráter pejorativo que cerca o Arraial Moura Brasil foi a inauguração em 1986 da sede do IML. A partir daí, boatos corriam pela cidade dando conta de que “na praia da merda eram lançados corpos que estavam sem identificação no IML”. Tais boatos fortaleceram a abjeção de grande parte da população que evitava a “praia da leste” e estigmatizava seus moradores. Esta representação negativa só começou a ser modificada a partir do início do Projeto Vila do Mar que atuou na requalificação principalmente da área do Pirambu e Barra do Ceará.

Uma recente modificação no cenário urbano deste pedaço da cidade foi a reforma do condomínio Panorama Artesanal⁶⁹. Em seu lugar foi instalada a Escola de Hotelaria e Gastronomia Estação das Artes⁷⁰. A obra faz parte das ações de requalificação do centro da cidade constantes do Plano Municipal “Fortaleza 2040⁷¹” e a ações do “Juntos por Fortaleza⁷²”, programa que envolve o Governo do Estado e a Prefeitura da cidade. Em março de 2022, outra intervenção estatal foi inaugurada com a reforma do prédio que abrigava a antiga Estação João Felipe, dando lugar ao Complexo Cultural Estação das Artes Belchior⁷³. As obras, no entanto, continuam a fim de “requalificar” todo o entorno da Praça da Estação local popularmente conhecido pela presença maciça de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas.

⁶⁹Em matéria do Jornal “O Povo” de 15/02/2012 é apontado o estado de abandono e degradação do prédio que segundo a reportagem, teria na parte inferior, de entrada pela avenida Leste-Oeste, 30 apartamentos. O meio era composto por 100 lojas que, antes, abrigavam um centro de artesanato. Na parte superior cinco torres totalizavam mais de 90 apartamentos. Hoje o edifício dá lugar a Escola de Hotelaria e Gastronomia da Estação das Artes que teve as obras finalizadas ainda em 2018.

⁷⁰A Escola de Hotelaria e Gastronomia teve suas obras finalizadas em 2018, mas somente em dezembro de 2021 iniciou de fato suas ações abertas ao público. Entre os motivos apontados para a demora no início das atividades estão o corte de recursos federais destinados a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) gerida pelo Instituto Dragão do Mar (IDM), desde a posse de Jair Bolsonaro. Diferentemente da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, localizada no Cais do Porto e que recebe incentivo do grupo empresarial Dias Branco, a Escola do Moura Brasil não recebeu inicialmente a parceria da iniciativa privada. Pessoas que trabalham no setor alegavam dificuldade em estabelecer diálogos com moradores e entidades organizadas da Favela do Oitão Preto, além da questão da presença forte do tráfico de drogas, que também impede uma maior aproximação estatal. Durante os mais de dois anos fechada, muitos foram os relatos de assaltos e tentativas de invasão do prédio. Atualmente a Escola de Hotelaria e Gastronomia Estação das Artes tem a Federação do Comércio do Ceará (Fecomércio-Ce) como responsável por sua gestão em parceria com o Governo do Estado, por meio de termo de Cessão de Uso do Espaço da Escola para realizar as atividades que beneficiem a sociedade. Os primeiros cursos e oficinas realizados pela escola foram direcionados aos moradores dos bairros e comunidades que estão no entorno do equipamento. Informações disponíveis em: <https://www.ceara.gov.br/2021/12/20/governo-do-ceara-entrega-escola-de-gastronomia-e-hotelaria-um-investimento-de-r-30-milhoes/>

⁷¹ Todas as publicações relativas ao Plano Fortaleza 2040 podem ser acessadas em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/publicacoes-do-projeto>

⁷²Lançado em novembro de 2017, o programa Juntos por Fortaleza propõem a realização de cerca de 40 ações integradas entre Estado e Município sendo voltado para o atendimento de diversas áreas com um orçamento de cerca de 2 bilhões de reais.

⁷³O Complexo cultural Estação das Artes Belchior será composto ainda pelos galpões da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), abrangendo a Praça da Estação. A proposta é de que esses espaços passem por uma requalificação arquitetônica e urbana, além de ampliação das instalações. Ainda de acordo com o Governo do Estado, o complexo Estação das Artes ocupará uma área de aproximadamente 67.000 m², e contará com os seguintes equipamentos integrados: Mercado Gastronômico, Mercado das Artes, Pinacoteca do Estado, sede do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) e da Secult, além de museu e biblioteca. O projeto prevê ainda a ligação desses equipamentos a já instalada Escola de Hotelaria e Gastronomia Estação das Artes. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/10/21/estacao-joao-felipe-passa-por-restauracao-para-receber-a-estacao-das-artes/>. Acesso em: 30/03/2022.

Figura 7 - Fachadas do condomínio Panorama Artesanal e após a reforma que deu lugar a Escola de Hotelaria e Gastronomia Estação das Artes



Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/escola-de-gastronomia-e-hotelaria-do-ceara-oferecera-mais-de-850-vagas-para-cursos-gratuitos-1.3172952>

Figura 8 – Fachada do Complexo Cultural Estação das Artes Belchior



Fonte: Site da Secretaria de Cultura do Ceará- Secult

Tais intervenções fazem parte de uma política dedicada a transformar esse espaço em uma área cultural, semelhante ao que foi feito em São Paulo no bairro da Luz. Naquela capital, Raupp e Adorno (2011) apontam que as intervenções resultaram na presença de pessoas das classes médias e altas frequentando a região para práticas de consumo cultural em instituições culturais e prédios históricos restaurados ou recém-criados da região. No entanto de acordo com os autores, apesar desse novo afluxo de pessoas, a recuperação da área não se deu por completo e contrasta com o entorno da região, ainda de grande ocupação popular. Os autores informam ainda que visando incidir sobre esse "outro lado" da Luz, um projeto da

Prefeitura, intitulado "Nova Luz", desencadeou uma série de intervenções repressivas, objetivando o controle e a expulsão dos grupos populares que circulavam na região. O medo de que intervenções como estas cheguem ao Oitão Preto pode ser percebido no trecho abaixo transcrito de diário de campo.

“A gente fica cismada, não sabe o que eles (governo) vão fazer. Eles não querem a gente aqui. Turista não gosta de ver gente como nós. Se eles me dessem o aluguel social⁷⁴ eu ia embora, eu conseguia ficar sem usar (crack), longe daqui” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

Essa tentativa de fortalecer a “entrada” do Estado na favela é definido por Gupta e Sharma (2006) como um processo de “estatização” pontuado pela presença de múltiplos equipamentos, nesse caso específico de ordem cultural e turística e para o usufruto, em grande parte, de um segmento social bem distinto daquele que reside/habita o local. Essas medidas políticas, estatais ou associativas estão direcionadas ao combate à “miséria moral e material” tão propalada no local e transformar a orla oeste de Fortaleza em um espaço atrativo e turístico fortalecendo a “vitrine” do turismo de sol e praia que já conta com a presença do Hotel Marina Park⁷⁵. O Arraial Moura Brasil dispõe de poucos equipamentos públicos e/ou privados, o que pode ser minimizado pela proximidade com o Centro da cidade o que permite aos moradores uma possibilidade de acesso ao comércio e a serviços diversos. Somente em 2017 o bairro recebeu o anexo de saúde Maria Cirino Souza que dá suporte ao posto de saúde Carlos Ribeiro localizado no bairro vizinho, Jacarecanga. Durante todo o período em que estive na Favela do

⁷⁴O Programa Locação Social (PLS) consiste na garantia de um auxílio financeiro mensal temporário – aluguel social – às famílias que se enquadrem em situações previstas na Lei Municipal 10.328 /2015 e não disponham de meios materiais para adquirir ou alugar uma moradia. O valor atual do aluguel é de R\$ 420,00. O tempo de permanência da família no Programa Locação Social é de até dois anos, mediante prestação mensal do benefício, por meio de recibo de pagamento, e reavaliação semestral que confirme a continuidade da condição do ingresso do beneficiário. Dentre os principais requisitos para o ingresso no programa estão: - Moradia em condições subumanas, áreas de risco iminente ou que tenham sido atingidas por qualquer espécie de desastre natural; - Em situação de desalojamento temporário e que estejam cadastradas nos programas habitacionais ou em processo de reassentamento; - Mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas com enfermidades graves; - Famílias ou pessoas em situação de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social e que se encontrem em situação de rua. Dados disponíveis em: <https://habitacao.fortaleza.ce.gov.br/menu-programas/pls/tag/Aluguel%20Social.html>. Acesso em: 21/02/2022. Em palestra proferida em maio de 2022, a Coordenadora da Coordenadoria Especial Integrada de Assistência Social da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), Maria Márcia Silva Nogueira informou que apenas nesta coordenadoria existe uma fila de espera de 1840 pessoas ao aguardo da concessão do “aluguel social”.

⁷⁵O Hotel Marina Park foi inaugurado em 1993 e de acordo com Coriolano e Parente (2011), foi o primeiro empreendimento privado do turismo globalizado a adentrar na porção oeste, desprestigiada e de ocupação marginal, fazendo contraponto à pobreza local. O site do Marina Park hotel localiza o empreendimento na Praia de Iracema, embora esteja na Praia Formosa, conhecida como área de pobreza e prostituição, de lazer marginal, o que denota preconceito. O hotel é, assim, enclave socioespacial em região de pobreza e miséria.

Oitão Preto, nunca observei a presença de profissionais da saúde (salvo voluntários) circulando pelo local ou mesmo realizando atividades de prevenção/promoção da saúde, o que me causava estranheza tendo em vista a quantidade de pessoas doentes, em tratamento ou com sintomas sugestivos de tuberculose.

Nas proximidades da favela também estava situado um contêiner do extinto Projeto Corre Pra Vida⁷⁶, desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD). No início das incursões a campo estive por duas vezes no contêiner conversando com profissionais que fazem parte da equipe de abordagem. Em algumas oportunidades, também participei de atividades de busca ativa e abordagem realizada pelos profissionais do “Corre” direcionadas a redução de danos, embora esse não seja o foco do projeto. As instituições mais presentes dentro dos limites da favela são as Igrejas neopentecostais. Durante o tempo em que estive realizando a pesquisa, vários foram os momentos em que observei a presença de missionários e grupos de Igrejas, católicos e evangélicos abordando os moradores e transeuntes na favela. Nesse sentido, a governamentalidade⁷⁷, base para a biopolítica, nos termos de Foucault, parece está ancorada no poder religioso ou pastoral⁷⁸.

O poder pastoral é um poder de cuidado. Ele cuida do rebanho, cuida dos indivíduos do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas [...]. O pastor é aquele que zela. “Zelar” é claro no sentido de

⁷⁶No site da extinta Secretaria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas (SPD) do Governo do Estado do Ceará, encontramos as seguintes informações sobre o Projeto Corre Pra Vida: “é um projeto que visa beneficiar a população em situação de rua ou em outros contextos de vulnerabilidade social, buscando resgatar a cidadania, construir vínculos, reduzir os danos causados pelo uso de drogas, promover direitos e a inserção nas diversas políticas públicas existentes no território. As ações são desenvolvidas através de pontos fixos de acolhimento (contêineres), que disponibilizam espaço para banho, com oferta de kit higiene, bem como um espaço de escuta e acolhimento”. Atualmente o Projeto está paralisado e os contêineres no Centro bem próximo a Favela do Oitão Preto, no Bairro Parangaba e no Bairro Mucuripe estão fechados. Ver: <https://www.spd.ce.gov.br/programas-e-projetos/>. Acesso em 03/11/2019. Com a extinção da SPD o recurso para o projeto passou a ser liberado pela Secretaria de Saúde (SESA) que continuou fazendo o repasse para uma organização não governamental (ONG), a Associação Batista Beneficente e Missionária. Essa ONG é a responsável pelo gerenciamento do projeto, contratação de funcionários e compra de insumos. Em março de 2019 os funcionários do projeto denunciaram o atraso de salários e o Ministério Público solicitou informações à ONG em relação aos repasses feitos pelo Governo do Estado. À época, houve uma mobilização de usuários, sociedade civil e profissionais tendo em vista o anúncio da possibilidade do fim do projeto o que acabou por se efetivar.

⁷⁷“A origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida”. (FOUCAULT, 2008, p. 219)

⁷⁸“O pastorado está relacionado com a salvação pois tem por objetivo essencial, fundamental conduzir indivíduos ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação [...] Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei. Já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação deve zelar porque eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. Enfim, em terceiro lugar o pastorado está relacionado com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se a lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade. Relação com a salvação, relação com a lei, relação com a verdade” (FOUCAULT, 2008, p. 221).

vigilância, do que pode ser feito de errado, mas principalmente como vigilância a propósito de tudo o que pode acontecer de nefasto (FOUCAULT, 2008, p. 170-171).

Uma observação importante é em relação a presença da polícia, apesar de a localidade ser marcada pela violência e o uso de drogas, em apenas uma oportunidade observei a presença da polícia de forma ostensiva realizando abordagem nos becos da favela a procura de um morador identificado pela polícia como traficante. Na ocasião nós ficamos junto a outros moradores observando o desenrolar da abordagem⁷⁹ que durou cerca de 20 minutos e causou uma movimentação atípica de moradores e frequentadores do Oitão Preto.

A partir do que foi exposto, fica visível uma apartação entre os moradores do Arraial Moura Brasil e aqueles que habitam o Oitão Preto. Em determinados lugares do Oitão, moradores do Moura Brasil evitam circular por medo da presença dos traficantes⁸⁰ e dos usuários de drogas. Sob o Oitão Preto recai um estigma que torna seus moradores desacreditados e apontados como “classe perigosa” do crime e da violência. Ao contrário, o bairro representado pelo asfalto, é símbolo de ordem e de busca de pontuar a diferenciação entre os dois espaços e seus habitantes. Nesse sentido, a dominação simbólica sobre a favela e seus moradores/frequentadores se expressa através de processos estigmatizantes que foram se construindo e reconstruindo ao longo dos anos e que impôs àquele espaço e sua gente a simbologia do “problema” inicialmente enquanto retirantes da seca, depois como bêbados e prostitutas e agora local de consumo e tráfico de drogas.

Hoje, na imagem mental da população de Fortaleza em relação a Favela do Oitão Preto está construída a perspectiva de um lugar em que “pessoas normais” não entram e onde, possivelmente não podem entrar. Ainda assim, é perceptível a curiosidade que gera, as perguntas que surgem e até a surpresa quando informo, por exemplo o *locus* de minha pesquisa. A curiosidade pública e todas as demais razões que, não reúno condições de analisar nesta tese, transformaram ao longo dos anos a Favela do Oitão Preto e o “problema da droga” como coisas

⁷⁹Em momento oportuno voltaremos a esse tema, da abordagem policial dentro da favela.

⁸⁰No Oitão Preto há o domínio da facção criminosa Comando Vermelho (CV). Glenn (2016) ao escrever sobre um dos mais importantes e conhecidos chefes do tráfico do CV, o “Nem da Rocinha”, conta que a origem do CV (antiga Falange Vermelha) remonta da década de 1970 sendo uma das consequências da ditadura militar brasileira. O CV surgiu a partir do encontro entre guerrilheiros do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), do Rio de Janeiro, e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de base principal em São Paulo. Esse encontro aconteceu no Presídio Cândido Mendes situado em Ilha Grande (RJ). Os guerrilheiros do MR-8 e da ALN entraram em contato no presídio com um forte grupo de assaltantes a mão armada, moradores de favelas da capital e com eles trocavam ensinamentos sobre política e organização do grupo. Assim, em 1971, oito desses homens formaram o Grupo União que logo depois passou a se chamar Falange Vermelha e, por fim, Comando Vermelho. Os criminosos, diz o autor, tinham agora, além de uma motivação ideológica para suas atividades, roubavam em nome da justiça social, mas também uma nova estrutura hierárquica. Também em Misse (2007) é possível realizar uma leitura mais aprofundada em relação a esse grupo criminoso.

correlatas, alvos constantes da objetificação midiática. Grande parte dos moradores da Capital, independentemente de não conseguirem situá-la espacialmente ou de nunca a terem sequer visto à distância, criaram a imagem mental da favela “atribuindo-lhe um lugar de relevo na produção simbólica de uma geografia do mal” (CHAVES, 2013, p. 102).

A partir desta aproximação ao Oitão Preto, passo no próximo tópico a narrar, de forma mais pormenorizada o primeiro dia de campo no local que se tornou o universo amostral da pesquisa. O relato se faz necessário por oportunizar ao/a leitor(a) uma visão, ainda que contornada pelo olhar da pesquisadora, do cenário encontrado que traçou a parti daí, novos rumos para a pesquisa.

Figura 9 - Favela do Oitão Preto - Rua Senador Jaguaribe - Fortaleza/Ceará



Fonte: Joyce S. Vidal.

2.3 Hospitalidade, negociações e inserção no campo

Aqui pretendo trazer uma narrativa daquilo que foi possível apreender a partir da minha entrada em campo. Início transcrevendo um relato demasiadamente longo, no entanto

necessário a fim de introduzir as categorias tratadas mais adiante, em uma tentativa também de “mergulhar” o/a leitor(a) nessa teia e guiá-los, como fui⁸¹, pelos becos, barracos, vielas e vidas.

Em janeiro de 2018 conheci o Oitão Preto. Havia combinado de encontrar Miguel, Samuel e Gabriel na Rua Princesa Isabel, em frente a Federação Espírita do Estado do Ceará (FEEC), no bairro Centro. De lá seguiríamos a pé até o Oitão Preto. Os três me receberam de forma amigável e calorosa e buscaram explicar de modo breve o contexto no qual iríamos nos inserir. Certamente temiam meu estranhamento. Tratei então de deixá-los minimamente a par de minha trajetória de trabalho enquanto assistente social e de minha experiência anterior de pesquisa em contextos vulneráveis. O uso de drogas também não era uma novidade para mim que já trabalhava com a temática há algum tempo. Saímos caminhando pela Rua Princesa Isabel e neste ponto da cidade o cenário já se mostra diferente daquele onde predomina o comércio e as lojas movimentadas àquela hora da tarde. Às 13 horas, o sol castigava apesar de estarmos no Ceará em um período de quadra chuvosa. A mudança no cenário se dá, marcadamente pela presença de muitas pessoas (homens e mulheres) deitadas nas calçadas, travestis nas esquinas e muitos bares onde homens, em maioria, consomem álcool. Da rua Princesa Isabel chegamos à rua Castro e Silva, seguindo até a “Praça da Estação”. Ao passo que caminhamos, os voluntários cumprimentam pessoas, aparentemente em situação de rua e parecem ter certa familiaridade com a maioria delas. A rua Castro e Silva é larga de mão dupla sendo as duas vias separadas por um canteiro com grandes árvores de copas frondosas que produzem uma sombra agradável. Embaixo de uma dessas árvores, um grupo de mulheres, sob um colchão puído e rasgado conversam enquanto consomem algo dentro de uma garrafa. Na calçada próxima aos prédios, outro grupo de homens e mulheres se preparavam para compartilhar uma “pedra”. Passamos na calçada e um dos voluntários aborda uma mulher. Ela está grávida:

V: “E aí mulher, foi pra consulta do pré-natal?”

M: “Fui não ó, deu pra ir não. Marca de novo pra mim que agora eu vou, juro que vou”.

O voluntário se comprometeu a remarcar o atendimento e ela por sua vez prometeu comparecer. Seguimos adiante e na esquina com a Rua 24 de Maio os voluntários abordam outra mulher que estava parada na esquina próxima ao “meio-fio”. A conversa com ela foi para perguntar por um dos “pacientes” que eles acompanham e se ele estaria em casa naquele momento. A mulher respondeu rapidamente que sim e logo virou as costas aos voluntários, encerrando a conversa, ainda que tenha permanecido imóvel no mesmo local. Atravessamos a

⁸¹Por ser um relato de diário de campo traduzido em experiência singular, peço licença para a descrição em primeira pessoa quando do relato dessas observações mais pormenorizadas.

rua e passamos a calçada da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em frente a “Praça da Estação”. Os odores, o aspecto das calçadas e das pessoas deitadas ali é diferente. Odor de urina e fezes humanas⁸² que podem ser vistas sob as calçadas e bem próximas aos edifícios. O percurso segue pela “Praça da Estação” e passamos na calçada da Estação João Felipe. Seguindo pela rua General Sampaio passamos em frente ao Centro de Turismo do Ceará (Emcetur) onde um ônibus com destino ao *Beach Park* está estacionado enquanto turistas se aglomeram para a entrada no ônibus. Ali, após a Emcetur há a rua Senador Jaguaribe. Se passamos em frente a Emcetur e seguimos em linha reta chegaremos a Av. “Leste-Oeste” e teremos uma linda vista do mar e do Hotel Marina Park. Se, ao invés disso passarmos em frente a Emcetur e entrarmos na Rua Senador Jaguaribe à direita, chegaremos a Praça do Passeio Público e teremos acesso também a Av. “Leste-Oeste” no sentido da Praia de Iracema, ou ao Mercado Central e pontos de comércio da cidade. No entanto, se passarmos em frente a Emcetur e entrarmos na Rua Senador Jaguaribe à esquerda, perceberemos de imediato que algo está diferente. Estaremos no Oitão Preto, no Bairro Arraial Moura Brasil. Eu nunca tinha estado no Oitão Preto e embora soubesse de sua existência, desconhecia as especificidades do lugar. Nunca ter “olhado” para aquele “pedaço” de chão foi minha primeira constatação. Ali, percebendo minha experiência enquanto moradora da cidade, pensei na invisibilidade daquelas pessoas, como poderiam estar ali e eu, como tantos outros cearenses ou visitantes, nunca os percebi, ou se percebi, não registrei? Ao olhar para as calçadas muitas pessoas sentadas, sozinhas ou em pequenos grupos. Outros em um vai e vem constante, usando, vendendo, comprando drogas (crack, em sua maioria). Aos primeiros passos já no Oitão Preto ouvimos ao nos aproximar: “É um real”. O início do Oitão se dá já na calçada do antigo condomínio Panorama Artesanal, há época ainda em reforma. Tapumes colocados rente a calçada fazem a separação entre os trabalhadores da obra e os usuários de drogas sentados ao chão. Do lado oposto galpões em ruínas da estação ferroviária. Mais alguns passos chegamos às primeiras casas, a maioria com pequenas “bodegas” pouco iluminadas e fechadas por grades o que impossibilita enxergar quem está lá dentro e que produtos são vendidos. Em cada pequena “bodega” um grupo de pessoas conversam e/ou consomem algo. Nossa primeira parada é na moradia de um senhor que aqui chamarei de João. Ele está em tratamento para tuberculose e os voluntários estão ali para entregar a medicação do dia. Subo as escadas até o cômodo

⁸²Aqui me reporto a Cefai (2010) ao tratar das “provações corporais” que aparecem no acompanhamento dos moradores de rua. O autor estabelece o olfato como sentido que traz uma experiência da impregnação e da penetração, do envolvimento e do contágio. Já o olhar enquanto sentido à distância, é aquele da objetivação. O tato e o paladar seriam os sentidos do contato.

acompanhando Samuel, os outros voluntários ficam embaixo conversando com algumas pessoas e enquanto subo, ouço Miguel informar que sou Assistente Social e que acompanharei a equipe por um tempo. A subida nos degraus é curta e íngreme, vários degraus quebrados dificultam o acesso. Samuel bate na porta que está entreaberta e nos posicionamos na entrada. Samuel se apresenta como “o rapaz da saúde” e pede desculpas por não estar trazendo também alimentação⁸³ justificando que os repasses da prefeitura não foram feitos e que não há recursos no momento para isto. Seu João agradece meio envergonhado e ao mesmo tempo desapontado. Diz que não se alimentou naquele dia e pergunta ao voluntário se não pode conseguir um copo de leite e um pão. Samuel diz que infelizmente está sem dinheiro, e entrega as medicações para tratamento da tuberculose⁸⁴ e uma garrafa com água. O local de apenas um cômodo é bastante simples, poucos móveis. Em um canto uma pequena mesa com alguns objetos e uma Bíblia aberta. Seu João está deitado em uma rede no meio do cômodo, não tem forças para levantar-se, visivelmente debilitado. Samuel despede-se, deixa as medicações do final de semana e orienta que seu João as tome. Ao sairmos Samuel conta que a mulher que abordou no caminho é sua companheira e que ela faz “programas” no Centro. Encontramos os outros já na rua e entre as construções de casas, percebi pequenas vielas, como fendas em meio às degradadas construções que aparecem morro abaixo. Entramos em uma delas e chegamos na “Caverna”. Logo na entrada muito lixo, paredes desgastadas em tijolo cru. De um cano quebrado jorrava água potável e pelo meio do caminho baldes colocados ali para “aparar” a água que depois seria recolhida por moradores dos cômodos sem abastecimento. Ali, quase nenhuma luz, dejetos, lixo. Samuel passa dizendo “boa tarde” e pedindo licença, ao mesmo tempo avisa “é o pessoal da saúde”. Ao que alguns respondem: “podem entrar irmãos”, outros alertam: “deixem passar, é o pessoal da saúde, só eles são por nós” outros completam: “podem passar, é o pessoal da saúde, ninguém meche com eles”. Entre boas-vindas e alertas seguimos descendo enquanto alguns tentam esconder os utensílios de uso do crack, sozinhos ou em grupos. O odor de fumaça, fezes, urina e lixo se misturam. Os pequenos “quartos” alugados para o uso de drogas aparecem, alguns fechados outros de portas abertas, muitos somente as paredes sem teto. A mulher que

⁸³Durante os primeiros meses do projeto, havia recurso para que junto com os medicamentos os voluntários também levassem alimentação aos doentes, o que garantiria maior adesão ao tratamento. Isto, no entanto foi suspenso a partir da redução nos repasses destinados ao projeto.

⁸⁴Além da busca ativa de casos de tuberculose, os voluntários também realizavam o acompanhamento daqueles com exames positivos para a doença. O acompanhamento era realizado diariamente com a entrega da medicação e água aos doentes. Além disso, os voluntários faziam entregas esporádicas de cestas básicas. Infelizmente, o convênio da instituição com a Prefeitura de Fortaleza finalizou ainda em 2018, não podendo ser renovado por questões burocráticas e financeiras que não me foram reveladas em detalhes. Assim, as ações de acompanhamento desses doentes passaram a ser cada vez mais esporádicas e realizadas de forma completamente voluntária por aqueles que “não conseguiram abandonar aquela gente”.

procurávamos não estava no local e por isso retornamos. Ali na “caverna” ocorre o uso mais extremo de crack. O local desafiou minha percepção e compreensão por jamais ter estado em ambiente semelhante. Enquanto descíamos observava pessoas e lixo além da escuridão que também se aprofunda. Novamente na rua Senador Jaguaribe seguimos alguns passos até onde se inicia a rua Adarias de Lima, uma rua estreita, sem asfalto e que contorna as linhas do metrô. À direita surge um aglomerado de casas, becos e vielas, é a “Cidade Fantasma”. Lá encontrei uma das minhas primeiras interlocutoras. Fui apresentada a Tereza⁸⁵ já nessa primeira ida a campo e foi na casa dela que observei pela primeira vez o tabuleiro de pedras de crack na sala. Lá estive por muitas outras vezes e com ela pude aprofundar muitos e importantes pontos da pesquisa. Na vizinhança, ao ser apresentada pelos voluntários como assistente social várias pessoas solicitam orientação quanto a diversas situações. Tereza também tem uma solicitação. Conta que o filho está preso e que não consegue fazer a segunda via de seus documentos por não ter o original do registro de nascimento. Informa que quando criança o filho havia sido registrado em outro município e que agora não possuía recursos para custear um novo documento, além de que o filho estava preso “mas quando ele sair, e já tá perto dele sair, me prometeu que não vai mais fazer coisa errada, vai procurar emprego de verdade. Mas pra isso eu tenho que conseguir os documentos dele”. Anotei todas as solicitações e me comprometi a coletar informações de todos os casos, mesmo receosa de que minha presença se encaminhasse para a assistência social e não para a pesquisa. Ainda assim, imaginei que aquela aproximação poderia ser uma porta de entrada na construção de uma relação de confiança dentro da favela. Retornamos para a saída e fomos pela Travessa João Felipe para contornar a favela e chegarmos do outro lado da duna, em frente ao Hotel Marina Park. Descemos ainda por pequenos degraus, muitos deles quebrados até chegarmos embaixo, ainda mais perto da Avenida “Leste-Oeste”. Ali, o barulho do trânsito intenso incomoda e dificulta a compreensão da fala. E então encostado em um muro em ruínas um abrigo feito de panos e madeira. Lá dentro uma mulher dormia em cima de um colchão velho. O tecido colocado bem na entrada dava a ideia de uma cortina protegendo a “porta”, mas era possível vê-la deitada em uma pilha de coisas e do colchão. Miguel chama por ela várias vezes: “Inês, Inês”. Depois de alguns minutos, cambaleando ela se senta, mas não levanta a cortina. Diz com voz muito baixa que não está bem, tosse muito. Miguel tenta chamá-la para fora, me apresenta, mas ela segue onde está sem nenhum interesse na minha presença. Apenas me olha desconfiada e pede água. Miguel está ali para tentar levá-

⁸⁵O relato desse primeiro encontro está descrito na introdução desse trabalho.

la para colher o exame de escarro, mas percebe que naquele momento será impossível. Nos despedimos e saímos. Retornamos contornando o morro pelo calçadão da Av. “Leste-Oeste”. O sol já começa a se pôr quando me despeço dos voluntários na “Praça da Estação”. Sento-me num banco de uma das paradas de ônibus e respiro. Tantas coisas a escrever, um turbilhão de ideias, a principal delas: meu objeto de estudo se apresentou a mim.

Neste desnudar do objeto, tomo como norte a perspectiva de Marinho (2012) ao pontuar que o olhar de um pesquisador precisa ser afetado, seja à primeira vista ou não, diante da realidade, pois a afetação mobiliza não só os conceitos e métodos, assim como suas atitudes e gestos. Somente este olhar afetado é capaz de desenvolver uma investigação científica dotada de metodologias adequadas à análise da realidade concreta. Esta forma de olhar permite a transgressão das formas recorrentes de análise e, no caso da pesquisa em tela me permitiu “chegar” às mulheres pesquisadas em uma relação à menos hierárquica possível⁸⁶.

A este primeiro encontro seguiram-se idas semanais ao Oitão Preto e aos poucos o estranhamento do primeiro dia deu lugar a uma familiaridade que possibilitou seguir as incursões com certa tranquilidade. Durante muito tempo e em todas as outras idas ao Oitão e sempre que andava pelas vielas da “Cidade Fantasma” ou descíamos na “Caverna”, observando as pessoas usando crack naqueles ambientes escuros, úmidos, sujos, não conseguia deixar de fazer a associação daqueles humanos com os ratos. Somente em 2019, lendo a tese de doutorado de Sales (2018), que estive naquele local, apesar de sua pesquisa caminhar para temática distinta, encontro a expressão “zoológico de ratos”, termo que surgiu na fala de uma das crianças moradoras do Oitão Preto e que foi transcrita na pesquisa (de Sales) como uma referência a favela.

Ainda Macrae, Tavares e Nunez (2013) trazem a terminologia de “lugares-buraco” para nomear aqueles espaços onde vivem humanos em condições sub-humanas. Em muitos momentos era essa a sensação, principalmente ao estar na “Caverna”. A “Caverna” é isso, um buraco morro abaixo onde pessoas surgem de todos os lados, se aglutinam ou permanecem sozinhas a um canto em meio à sujeira⁸⁷ e a escuridão. A pesquisa em uma área “pobre e degradada”, que “para o resto da cidade é uma área misteriosa, arriscada e deprimente” (WHYTE, 2005, p.19) se coloca como campo vasto de compreensões e temáticas, muitas das

⁸⁶No entanto, estou ciente de que minha condição de pesquisadora e a representação de pertencer a uma Universidade já me coloca, por si, em um grau de hierarquia perceptível pelas interlocutoras.

⁸⁷De acordo com Douglas (2014, p. 12), “a sujeira⁸⁷ é, essencialmente desordem [...]. A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente”. Assim, eram nossas noções de limpeza, higiene e mais especialmente de ordem que estavam cotidianamente sendo contrastadas.

quais abraçadas pelos estudos da sociologia urbana tão amplamente discutidos na Escola de Chicago.

Vale destacar que apesar da abordagem em relação à favela e todas as nuances apontadas, a pretensão deste estudo não é a de pesquisar a Favela do Oitão Preto. Minha intenção como apontado nos primeiros tópicos é pesquisar as mulheres que fazem a venda de crack em suas casas. Fazer as visitas semanais ao Oitão exigia esforço físico, tendo em vista que percorríamos todo o percurso a pé subindo e descendo escadas e ladeiras, desviando de canos de água estourados e contornando as encostas do morro em que a favela está instalada. Chegávamos sempre por volta de 14h e somente quando o sol já ia enfraquecendo é que nos despedíamos na Praça da Estação. A paisagem, no entanto, era sempre a mesma. Pessoas indo e vindo nas ruas, outras agrupadas em três ou quatro. Crianças correndo para lá e cá. Dentre os elementos sempre presentes, um contêiner de lixo instalado próximo ao muro da Estação. Ali, ao passar observava pessoas subindo no contêiner a procura de algo em meio a sujeira e a podridão que emanava. Esses “pórticos” (MAGNANI, 2002, p.23) são “terra de ninguém, lugar de perigo, preferido por figuras liminares...muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados”. Justamente por serem lugares não atrativos para a maioria da população, tornam-se o espaço ideal que garante a possibilidade de privacidade no uso de crack, muitos podendo, logo depois, retornar às suas vidas “normais” de volta aos espaços de maior significado.

Como já situado, nos contornos da etnografia foi realizada aproximação a quatro mulheres moradoras do Oitão Preto: Tereza, 65 anos, Inácia, 68, Irene, 62 e Lourdes, 58, todas elas negras. Lourdes e Irene, ao serem perguntadas disseram ser “morena escura”. Todas vivem no Oitão Preto há anos, Inácia nasceu e cresceu no Oitão. Nenhuma delas vivia há época com marido ou companheiro. Inácia, Tereza e Irene disseram ser viúvas, Lourdes se recente em contar que durante muito tempo esperou o retorno de um homem com quem teve um namoro e que prometeu tirá-la do Oitão Preto. Das quatro mulheres apenas Inácia e Tereza são donas da casa onde moram, Irene e Lourdes pagam aluguel diário pelos barracos. Em algumas ocasiões encontrei Lourdes na Praça da Estação, quando estava sem dinheiro para pagar o aluguel. Todas elas têm filhos, alguns já mortos. Tereza e Irene, com filhos já adultos, cuidam dos netos. Lourdes não convive com os filhos, deixou-os ainda crianças com os avós em outro bairro para que “não vissem a mãe fazendo coisa errada”, agora diz que eles a veem na praça, mas não a consideram como mãe. Inácia ainda chora pela perda recente de uma filha que tinha AIDS e tendo adoecido com tuberculose havia falecido há poucos meses. De todas elas, apenas Inácia

recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC⁸⁸). Tereza tentava se inserir no Programa Bolsa Família (PBF⁸⁹) mas não possuía comprovante de endereço. Lourdes aguardava o “aluguel social” prometido pela prefeitura. Todas elas consideram que o uso de drogas é algo prejudicial. Tereza culpa a droga pela morte do marido e por ter um filho preso, além da filha que não aparece em casa, vivendo nas ruas em uso extremo. Inácia diz que a filha que morreu vítima da AIDS e da Tuberculose ficou doente por culpa do crack. Irene também perdeu um filho que vendia drogas em uma disputa entre facções. Lourdes diz que o Oitão é um antro de destruição por culpa da droga. Ainda assim, todas elas veem na venda de crack a única forma de acesso ao dinheiro necessário às suas sobrevivências.

“O que uma velha como eu ainda pode fazer? Não posso sair de casa porque tem minhas netas e elas precisam de mim. E esse povo aqui não quer outra coisa não. Eles querem é droga. Fazer o quê?” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

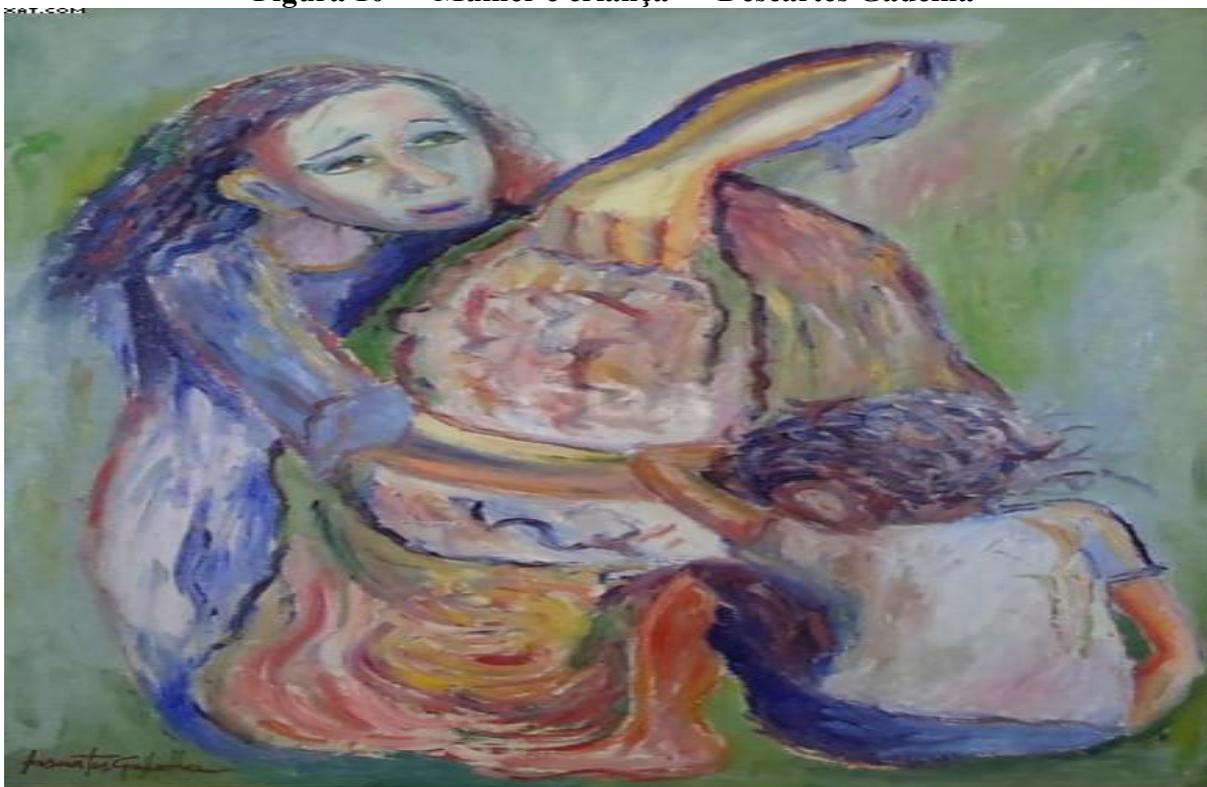
Tereza se percebe velha, não há mais como se inserir no mercado de trabalho em atividades domésticas, não tem acesso a aposentadoria, suas netas estão sob sua responsabilidade, não pode se ausentar de casa por muito tempo pois exerce o cuidado a elas, mas precisa encontrar uma fonte de renda. A venda de drogas é um mercado que se expande, pouco ou nada exigente em relação a formação escolar, uma atividade relativamente fácil de ser realizada no âmbito doméstico e com um público consumidor que só cresce, como ela mesmo informa. No próximo capítulo tratarei das vertentes que permeiam a inserção dessas mulheres na microeconomia do crack na favela do Oitão Preto e as formas de adesão delas, a essa atividade.

⁸⁸O BPC é um benefício da Assistência Social direcionado a idosos e pessoas com deficiência. De acordo com os critérios de acesso ao BPC, o idoso deve comprovar que possui 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, deve ser menor que 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente. Já a pessoa com deficiência deve comprovar, além da deficiência, a incapacidade para o trabalho e para a vida independente, da mesma forma que o idoso, o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, deve ser menor que 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente. Para maiores detalhes ver: www.mds.gov.br. Acesso em: 25/04/2022.

⁸⁹Hoje renomeado de Auxílio Brasil, é um programa social de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Para maiores detalhes em relação ao programa pode ser acessado o site do Ministério da Cidadania no <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>.

3 A ECONOMIA DO CRIME NA ÓTICA DO MERCADO DE DROGAS

Figura 10 – “Mulher e criança” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://www.catalogodasartes.com.br/cotacao/pinturas/artista/Descartes%20Gadelha/>

O consumo de drogas ilegais em todo o mundo movimenta uma variedade de setores e, de acordo com Dantas (2012), somente nos EUA alcança em torno de 14 milhões de indivíduos e movimenta aproximadamente 50 bilhões de dólares por ano⁹⁰. Ainda que os números relativos à movimentação do comércio de drogas possam ser discutidos, algo inconteste é a presença da economia que envolve o mercado ilegal de drogas e que se articula de forma mundial e globalizada, sendo o comércio de drogas entendido inclusive como um “quarto setor” (KRONBERG, 2006) dentro da economia.

No tópico seguinte me deterei mais demoradamente a questão do proibicionismo para entendermos como se deu a passagem da legalidade a ilegalidade em relação as drogas. Por agora considero suficiente a compreensão de delito e criminalidade relacionada a valores morais e éticos que vão adquirindo variações ao longo do tempo e a partir da organização social

⁹⁰Apesar da movimentação financeira a partir do comércio de drogas ser considerado um negócio muito lucrativo, Labrousse (2010) contesta as cifras normalmente relacionadas ao montante de dinheiro gerado com a atividade. O autor aponta que os lucros gerados pelo comércio de drogas são geralmente superestimados, tendo em vista que tais dados não apresentam bases científicas, ainda que de forma imprudente tenham sido informados por responsáveis das Nações Unidas. Pierre Kopp em seu livro “*L'économie de la drogue*” também refuta esses dados, sem, no entanto, desconsiderar o impacto importante desses lucros na economia mundial.

e como essas práticas delituosas configuram um setor dentro da economia mundial. Mello Neto (2017) deixa claro que além dos valores morais e éticos presentes em uma sociedade, alguns fatores como as políticas públicas, as condições econômicas, a religião e as questões sociais são capazes de direcionar a compreensão quanto as práticas criminais ao longo do tempo e elucidar esse fenômeno social. Entre os economistas, o autor afirma que a discussão sobre o crime ganhou maior expressão a partir do estudo de Gary S. Becker “*Crime and Punishment: An Economic Approach*”. Segundo Mello Neto (2017), Becker fundamenta seu trabalho a partir de um modelo microeconômico estabelecendo que a decisão entre cometer ou não crimes faz parte de uma escolha racional em que o indivíduo compreende estar optando por uma inserção na economia ilegal⁹¹.

Para Kopp (1998), é a demanda pelo produto que se configura como a principal discussão em relação à economia da droga, no que tange aos estudos dentro do campo da economia. Além disso, o autor também trata da questão do aumento do preço da droga tendo em vista que um possível reajuste interfere na redução do consumo e conseqüentemente na reação do consumidor. Dantas (2012) é categórico em afirmar que a produção mundial de drogas é superior ao consumo sendo assim necessário um constante incentivo a expansão do número de usuários⁹². Assim, Kopp (1998) apresenta alguns fatores que precisam ser pontuados no entendimento da macroeconomia da droga sendo o primeiro deles a questão da oferta, tendo em vista as somas de dinheiro que o negócio movimentam. O segundo fator está relacionado a conduta dos consumidores e os perfis econômicos que influenciam a aquisição das mercadorias.

Nos estudos de Kopp (1998) o autor demonstra como a clandestinidade envolta nas ações de produção, distribuição e comercialização das drogas dá origem a um mercado paralelo

⁹¹Dentro da área de estudos da economia, diversos autores vêm se contrapor a teoria da escolha racional de Becker. Souza (2015) aponta que não se pode generalizar a ideia ortodoxa da existência do *homo economicus*, indivíduo egoísta e racional. A autora explica que “essa concepção da racionalidade foi desmistificada a partir de meados da década de 1970, quando psicólogos e alguns economistas comportamentais passaram a identificar mecanismos de escolhas irracionais que englobam características psicológicas variadas que não necessariamente correspondem às satisfações pessoais. Além disso, uma pessoa pode ser classificada como racional, mas agir com irracionalidade, pois instintos e emoções interferem de modo a evitar, por exemplo, algum perigo eminente ou futuro, bem como sentimento de vingança” (p.149). A autora destaca ainda alguns componentes importantes que podem interferir nas escolhas dos indivíduos tais como as crenças, produto do grau de educação, da religião ou ainda da experiência de vida de cada pessoa, além das oportunidades disponíveis ao agente que teria um peso ainda maior que as crenças no processo de decisão. A autora considera “praticamente impossível conceber a imagem de um traficante calculando o risco de ser preso, as possíveis penas e os lucros a serem atingidos, como uma ação do processo de decisão em escolher se trafica cocaína ou se trabalha, por exemplo, no McDonald’s” (p. 152-153). Nesse tocante convém lembrar das pesquisas de Zaluar (2004) que identificou o *status*, o poder e a virilidade como fatores determinantes na decisão dos jovens moradores de favelas no Rio de Janeiro por se associarem a práticas que envolvem o tráfico de drogas, por exemplo.

⁹²Dados do Relatório Mundial sobre Drogas 2021 apresentado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC apontam que cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo no último ano, enquanto mais de 36 milhões sofreram de transtornos associados ao uso de drogas.

e ilegal que condiciona as ações tanto de fornecedores como de compradores e envolve uma gama de outros agentes que se integram nesse circuito tanto de forma repressiva, no caso dos agentes públicos, como de forma a se beneficiar dos lucros indiretamente como é o caso de instituições bancárias e agentes políticos⁹³. Para o autor, é justamente o processo de formação de preços, a relação entre oferta e demanda e a intervenção pública que estariam por trás de uma análise econômica do consumo e tráfico de drogas.

Segundo Kopp (1998), foi na década de 1970 que os economistas começaram a abordar a “mercadoria droga” de uma forma mais expressiva a partir da análise do preço, da demanda e dos consumidores. O valor econômico atribuído a “mercadoria droga”, que naquele momento era pouco discutido está na base de altos lucros, produzindo localmente um impacto importante como Labrousse (2010) identifica ao tratar de determinados países.

No Afeganistão os lucros [com o comércio de drogas] representam mais de 50% do PIB e são um obstáculo ao controle do governo sobre o conjunto do país; na Colômbia, financiam grupos armados e impedem qualquer solução para os conflitos; no Paquistão, no Nepal e nos Bálcãs, contribuem para o financiamento de grupos terroristas; na Ásia Central, no Cáucaso, no Caribe ou na África, alimentam uma corrupção endêmica. Nos países ricos onde é lavada a maior parte dos lucros da droga, eles constituem a base da economia de regiões inteiras, quer se pense na Flórida, no Sul da Itália, na Costa do Sol espanhola ou na Côte-d’Azur, França (LABROUSSE, 2010, p. 57).

Em relação a “mercadoria droga” e considerando o consumidor como um agente econômico que decide o que comprar, onde comprar e qual a quantidade dessa compra, a partir da oferta do produto disponibilizado, autores como Dantas (2012) enquadram esse consumidor como um indivíduo racional. Kopp (1998), no entanto aponta que os consumidores de drogas não podem ser considerados responsáveis por suas escolhas tendo em vista a possibilidade de perda da sua vontade própria, a partir do início do uso de drogas, o que poderia acarretar um

⁹³Kopp (1998) define categorias classificatórias dos indivíduos que participam do tráfico de drogas a partir de diferentes patamares do ciclo econômico das drogas. As categorias procuram distinguir diferentes momentos do ciclo econômico das drogas, desde a produção, o comércio propriamente dito (importação, tráfico internacional), a distribuição para o consumo interno e para os pontos de distribuição em outros países (distribuição no atacado), a venda direta aos consumidores e pequenos traficantes (venda no varejo). Além disso, o autor distingue a categoria chamada de recursos financeiros que teria por base a realização de atividades com vistas a administração de outros negócios, lícitos ou ilícitos, que gerariam recursos para o financiamento do ciclo da droga. Além dessas, o autor ainda identifica uma categoria que não está propriamente envolvida na compra e venda de drogas, mas interage com ela ao passo que atuam na proteção do negócio tanto em relação às ações de segurança pública quanto aos embates com a concorrência envolvendo setores judiciais, especificamente relacionados à obtenção de autorizações e documentação que dão uma aparência de legalidade ao trânsito de mercadorias e pessoas, sendo obtidos junto a funcionários credenciados no Judiciário, na polícia e nos serviços de fiscalização e controle em geral.

consumo desenfreado das substâncias. Os consumidores de drogas, nesse sentido, não estariam propensos a debater o preço da droga tendo em vista a necessidade do consumo o que poderia sugerir um aumento da demanda.

Em sua tentativa de explicar o preço como fator importante dentro da economia da droga, Kopp (1998) se lança a entender o ciclo que se estabelece a partir de diversas etapas que vão do cultivo, passando pela colheita, pela transformação, pela exportação até a distribuição aos vendedores varejistas e o acesso aos consumidores finais. As rotas que levam as drogas aos mercados consumidores e as linhas do tráfico no qual se posiciona a atividade das organizações criminosas levam em conta a concorrência que, segundo o autor é bastante acirrada, principalmente nos mercados produtores. Essa concorrência faz com que o aumento do preço seja, de modo geral limitado. O percurso até a venda bruta da droga aos vendedores varejistas é, de acordo com Kopp (1998) atribuição das diversas organizações criminosas que, para garantir o sucesso de suas ações precisam lançar mão de estratégias que envolvem corrupção e violência, interferindo no preço da droga.

Na escala mais baixa da pirâmide comercial das drogas está à venda no varejo que não deixa de enfrentar também a repressão policial tendo a necessidade de uma atuação com vistas a amortecer as perdas advindas da apreensão das substâncias, por exemplo. Kopp (1998) no entanto não considera ser este um fator capaz de interferir nos lucros e dividendos dos traficantes tendo em vista que o suposto aumento do preço para compensar as perdas não seriam anexados como lucro e sim como risco da atividade. Segundo o autor, este risco seria inclusive um dos fatores ponderados ao se tomar a decisão pela entrada ou não na atividade ilegal do mercado das drogas.

Assim, ao entrarem no mercado das drogas, os indivíduos estariam envoltos em um sistema que condensa a macrocriminalidade e a microcriminalidade. Para Silva (1980), esses conceitos são distintos em relação a sua natureza, tamanho e intensidade das práticas criminais. Nesse sentido, a macrocriminalidade envolveria as práticas criminais mais complexas com um maior nível de organização e estrutura que, de acordo com o autor, se inspiram na organização empresarial e demandam elevada organização financeira. A partir da ampliação das relações econômicas entre os países em nível globalizado, principalmente a partir dos anos 1990, as práticas criminais se expandiram ao passo que a macrocriminalidade adquire um caráter transnacional e geopolítico sendo o crime organizado apenas uma das manifestações que a envolvem.

Hassemer (1994) apresenta uma outra classificação em relação aos tipos de criminalidade. Para o autor é possível distinguir a criminalidade de massas como aquela que está presente de forma mais cotidiana e é percebida objetivamente pela população compreendendo roubos, furtos, e outras modalidades em que se expressa a violência, o tráfico e o uso de drogas, entre outras tantas atividades ilícitas sendo sua organização normalmente individual ou se expande a bandos, quadrilhas, pouco organizadas. Ainda segundo Hassemer (1994) a criminalidade organizada tem uma definição ampla e imprecisa ao passo que é menos visível no cotidiano das populações. Ainda assim o autor estabelece algumas características definidoras dessa criminalidade entre elas a sua ampla capacidade adaptativa às nuances e direcionamentos do mercado, a existência de uma série de ilícitos penais sem vítimas determinadas, o exercício de intimidação sobre as vítimas, sua abrangência nacional e muitas vezes internacional.

Ferro (2006), no tocante a economia da droga, faz uma analogia ao definir o produtor/traficante enquanto empresário, agente econômico inserido em um negócio lucrativo que mobiliza recursos na execução da atividade, assume riscos, ainda que inseridos no rol da ilegalidade. A autora estabelece uma percepção do crime organizado sob a ótica da teoria empresarial e a partir da lei geral da oferta e da procura que está presente tanto em negócios lícitos quanto ilícitos. Assim ela pondera que a existência de um mercado ilegal pautado no crime organizado se estabelece a partir de uma lacuna deixada pelo mercado legítimo, incapaz de atender as demandas daqueles indivíduos que usam drogas. Nesse sentido, a atividade criminosa se estabelece a partir da presença de uma demanda, do risco de exposição que os negócios enfrentam e do lucro que gera. É a presença desses fatores que elevam a “mercadoria droga” ao patamar de discussão dentro da teoria econômica sendo essa área de estudos denominada “Economia das Drogas” (CALVETE E SOUZA, 2020).

Dentro dessa perspectiva, convém observar a própria noção de “mercado” e as diferentes abordagens que revestem esse conceito. Steiner (2012) compreende essa polissemia e apresenta a temática desde Foucault a teóricos da sociologia econômica⁹⁴. O autor aponta que seguindo os economistas, a sociologia econômica entende o mercado como “um modo de coordenação que passa pelo preço, livremente negociado entre as partes envolvidas (a oferta e a demanda) estabelecendo uma nova relação social mediada entre coisas e indivíduos” (p. 111). Além disso, estabelece dois diferentes níveis de compreensão desse mercado, o micro e o macro

⁹⁴Uma leitura do artigo “Marche, transaction et liens sociaux: l’approche de la sociologie économique” de Philippe Steiner (2012) é importante para a compreensão da temática dentro do campo da sociologia.

social. Para este estudo interessa mais a abordagem micro social dentro de um mercado de venda de drogas localizado e as interrelações que os atores sociais desenvolvem entre si a partir da relação vendedor-cliente, ainda que não me seja invisível as estratégias de fortalecimento e permanência do mercado de drogas⁹⁵, não obstante a repressão sistemática de que são alvo e a competição presente em diferentes escalas pelo domínio do negócio.

Dentro desse universo, autores como Rodrigues (2003) apontam a existência de dois extremos nesse mercado competitivo. De um lado a presença dos produtores e distribuidores de drogas e, na outra ponta, os vendedores ao consumidor. Como veremos nos próximos tópicos, dentro da categoria de vendedores também é possível a distinção de diferentes grupos a partir de características como domínio territorial, acesso a armas, uso de violência e uma diferença central, o lucro obtido com a venda. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a hierarquia do comércio de drogas em que se observa a presença de um reduzido número de grupos que controlam a parte mais lucrativa do negócio e uma ampla parcela de vendedores também hierarquizados em uma escala decrescente de lucros.

Ampliando o debate a partir de um “olhar” sociológico⁹⁶, Michel Misse (2007) chama a atenção para a classificação de “Crime Organizado” e as diferentes distinções que essa categoria engloba a partir de níveis distintos de reação moral e a diversidade de atores, redes e práticas que “caem sob a acusação social (e o respectivo processo de incriminação) por infringir, regular, articuladamente, artigos do Código Penal e de Leis Especiais” (p.140). Nesse sentido o autor busca relacionar as atividades enquadradas no rol da ilegalidade apontando que no contexto brasileiro elas podem sofrer níveis diferentes de acusação e enquadramento.

A atividade ilegal de vendedores ambulantes, por exemplo, pode envolver diferentes tipos de mercadorias. No entanto, no Brasil geralmente diferenciamos aqueles que

⁹⁵O relatório Mundial de Drogas 2021 publicado pela UNODC traz uma discussão quanto ao impacto da pandemia de COVID19 nos mercados de drogas. Os dados demonstram que as operações ligadas ao tráfico de drogas retomaram rapidamente suas negociações no mercado global a partir da intensificação de uma dinâmica bastante organizada que possibilitou um incremento da logística de entrega de drogas a partir de estradas, transporte aéreo e fluvial. Além disso, os mercados de drogas operando na *Dark Web* também tem alcançado um aumento expressivo nos últimos anos abrindo espaço para um mercado de compra/venda de drogas a partir de transações na internet. Dados da UNODC apontam vendas anuais em torno de US\$315 milhões. A cifra ainda é pequena se comparada ao montante das vendas globais de drogas, mas a tendência é de crescimento, segundo dados do relatório. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-do-unodc_-os-efeitos-da-pandemia-aumentam-os-riscos-das-drogas--enquanto-os-jovens-subestimam-os-perigos-da-maconha-aponta-relatorio.html. Acesso em: 02/05/2022.

⁹⁶Cochoy e Grossetti (2008) apontam a diferença entre a antiga e a atual sociologia econômica enfatizando que para a primeira o social era determinado pelo econômico e seu “imperialismo”, já para a sociologia atual, impõem-se o imperativo de incorporar temáticas econômicas como os mercados, os contratos, o dinheiro, o comércio e o banco.

transacionam produtos “piratas” ou contrabandeados daqueles outros que vendem drogas ilícitas: os primeiros são “camelôs” e a acusação social lhes é muito menos severa do que a que recai sobre os que transacionam maconha ou cocaína a varejo, por exemplo. Esses são chamados de “traficantes”, o mesmo termo aplicado aos operadores do tráfico internacional. Entre esses, há os que enriquecem participando do comércio atacadista internacional e os que, ainda adolescentes, vendem “papelotes” ou “baseados” para outros adolescentes e jovens. Ainda entre estes últimos, a acusação social parece privilegiar mais aqueles que operam nas favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda ou bairros periféricos das grandes cidades brasileiras do que os que agem com base em agendas telefônicas e redes de relações de confiança entre usuários da mesma classe média de onde provêm, moradores de apartamentos e casas de bairros de renda média ou alta. Nesse caso, o que parece demarcar a diferença não é tanto o tipo de mercadoria ou a rede de comercialização, mas os efeitos diferenciais de violência que seu comércio pode produzir (MISSE, 2007, p. 141).

A distinção entre atividades econômicas “formais” e “informais” se refere principalmente a sua maior ou menor subordinação às regulações estatais estando elas imbricadas em redes e setores que se entrelaçam e se flexibilizam.

Setores “informais” participam da constituição de empresas econômicas “formais”, e a informalidade ilegal de certas atividades econômicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para “fachadas” formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais. Múltiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando “mundos” que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si. Todas essas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, exploração de mercadorias políticas (propinas, chantagens, extorsões, redes de proteção) e exploração ilegal de mercadorias de oferta regulada ou criminalizada (como o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem “setores”, mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico (MISSE, 2007, p. 144).

Esses agenciamentos demarcados por Michel Misse são importantes para a compreensão do mercado das drogas que se forma e se estabiliza a partir de conexões já situadas com os circuitos ilegais de economias transnacionais. As práticas comerciais inseridas nos mercados de capital globalizado adquirem novas configurações e ampliam sua expansão tanto em escala global quanto em territórios nacionais. Telles (2009) informa que em São Paulo, mais intensamente a partir dos anos 2000, o mercado varejista de droga se estruturou de forma mais ampla e mais articulada do que em décadas passadas. Misse (2006) estudando o mercado legal e ilegal, principalmente relacionado ao comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro tenta compreender a articulação desses mercados, informais e ilícitos, com um outro mercado, denominado pelo autor de mercado político, igualmente ilegal, que se estabelece a partir dos aparatos legais-oficiais sendo ali transacionadas as “mercadorias políticas” que envolvem práticas de suborno, corrupção, estabelecimento de acordos e compra de proteção que garantiriam o funcionamento dos mercados ilícitos e o sucesso dessas atividades.

Foi justamente numa perspectiva de entender como se desenvolvia no Brasil a organização do mercado da droga e quem eram seus principais atores que no final dos anos 1990 foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI denominada CPI do Narcotráfico⁹⁷. O relatório final apresentado pela CPI tem servido de campo de análise de diversos pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento (PORTO, 2008; COSTA, 2011; PERALVA, SINHORETTO E GALLO, 2012) e se constitui em fonte privilegiada para a compreensão das redes de negócios que se formam em torno do tráfico de drogas e que se espraiam em praticamente todo o território nacional. O interesse de se investigar o narcotráfico no território brasileiro surgiu em parte pela observação de uma mudança, a partir dos anos 1990, em relação ao papel do Brasil no cenário de produção e consumo de drogas, bem como a participação de diferentes setores na realização das atividades, a inclusão de pessoas de diferentes classes sociais como vendedores e compradores de drogas, o que gerou a complexificação dessas atividades em um cenário de escalada da violência, principalmente nos grandes centros urbanos.

Rodrigues (2010) aponta que essa mudança ocorrida no mercado brasileiro de drogas está relacionada ao surgimento de um novo panorama no que se refere a geopolítica das drogas na América do Sul. De acordo com o autor, nos anos 1980 os países andinos se apresentavam como produtores de coca e paste base, à Colômbia liderava a transformação da cocaína e o Brasil se estabelecia como rota para o envio da droga aos centros consumidores nos Estados Unidos e Europa. A partir dos anos 1990 essa configuração muda.

A antiga e imprecisa imagem de *pais de trânsito* para a cocaína destinada à Europa e EUA cedeu diante do aumento do consumo de drogas ilícitas, da utilização do sistema financeiro para lavagem de dinheiro e do incremento do número de grupos narcotraficantes [...] operando como empresas, esses grupos agenciam não apenas o tráfico de drogas, mas também outras ilegalidades, em contato próximo com policiais, autoridades públicas, juízes, advogados (RODRIGUES, 2010, p. 11-12).

A CPI de modo geral chamou a atenção para a existência de uma grande diversidade que se estabelece nos influxos do mercado das drogas e para a inexistência de um único padrão de funcionamento da economia da droga no Brasil, que pode estar relacionada desde a questões regionais quanto a posição que os diferentes atores ocupam na rede econômica da droga.

⁹⁷Ao longo dos meses em que se desenrolou as atividades da CPI foram realizadas 129 reuniões e ouvidos 355 depoentes. O relatório final apresentado em dezembro de 2000 apontou o Estado do Acre como importante rota nas negociações do tráfico internacional de drogas, além disso, apresentou uma estimativa de que o tráfico faturava a época entre 300 e 500 bilhões de dólares o que representava 10% do comércio mundial. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/258262-especial-das-cpis-cpi-do-narcotrafico-05-17/>. Acesso 06/05/2022.

Peralva, Sinhoretto e Gallo (2012) fizeram uma análise detalhada do relatório da CPI e estabeleceram uma discussão interessante em relação a alguns aspectos, como por exemplo as profissões e os cargos ocupados pelos indivíduos investigados dentre eles empresários, advogados, pilotos, fazendeiros, políticos. Em uma outra categoria, sem que seja feita nenhuma correlação com as profissões dos indivíduos, estão nomeados os “criminosos” que se subdividem em “traficantes”, “falseadores”, “sequestradores”, “matadores”, “pistoleiros”. As autoras chamam a atenção para o fato de que a maioria dos ouvidos e investigados pela CPI não estavam enquadrados dentro da categoria de criminosos o que demarca uma diferença acusatória entre aqueles que são apresentados pela CPI a partir de sua ocupação lícita, enquanto outros são simplesmente nomeados de criminosos. Aqui, os argumentos de Misse (1999) ao tratar dos processos de “sujeição criminal” podem mais uma vez serem provados.

As autoras chamam ainda a atenção para as análises das redes que compõem e movimentam o comércio de drogas no país, dentre elas, as redes sociais.

De um modo geral, uma rede social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos sinérgicos. Uma rede modela diversas dimensões ou atributos das relações sociais: a porosidade e abertura, a horizontalidade e verticalidade das relações, as durações, as distâncias geográficas, os tipos de vínculos dos relacionamentos (amizade, lealdade) que variam conforme os relacionamentos horizontais e hierárquicos entre seus participantes, que podem se fazer e desfazer mais ou menos rapidamente, não sendo limitados espacialmente, mas por padrões de expectativas, de confiança e lealdade que são constantemente renegociados no interior das redes. Os modelos de redes sociais permitem analisar a forma como as organizações desenvolvem suas atividades, como os indivíduos alcançam os seus objetivos e ainda estabelecer critérios de medição do capital social que os indivíduos investem ou obtêm da rede social da qual participam (PERALVA, SINHORETO, GALLO, 2012, p. 220-221).

Ao analisarem o relatório da CPI do Narcotráfico a partir de uma abordagem das redes as autoras identificaram os perfis sociais dos indivíduos envolvidos, as redes interestaduais e internacionais que compõem a estruturação do mercado de drogas e a interconexão, formas de abastecimento desse mercado, as mudanças e a flexibilização dos controles do fluxo das mercadorias ilícitas que se estabelece dentro de um comércio mundializado de drogas, ante uma nova legislação que, de acordo com o relatório facilitou os esquemas do tráfico via os movimentados portos e aeroportos do país. As autoras então reconhecem, a partir dessas análises, a existência de uma economia da droga que

se caracteriza pelo relacionamento entre redes locais especializadas em fases distintas do ciclo econômico, o que se reflete na fluidez entre diferentes segmentos de mercados ilícitos e mercados lícitos. Estas redes locais são lideradas por indivíduos recrutados

em estratos sociais elevados, e deixam perceber a importância de agentes estrategicamente localizados no interior das instituições estatais, responsáveis por operar as constantes passagens entre os diferentes mercados ilícitos e lícitos, incluindo o próprio mercado de proteção, em que são negociadas as “mercadorias políticas” (PERALVA, SINHORETTO, GALLO, 2012, p. 224).

É na confluência entre a macro e a micro economia das drogas em que, de um lado, o comércio se apresenta como negócio transnacional e que movimenta altos fluxos de dinheiro a partir do estabelecimento de uma rede de atividades criminosas⁹⁸ e, de outro, um contexto local que se configura a partir de pontos de venda de drogas nos bairros, periferias e favelas das cidades que busco compreender as redes hierárquicas de poder que nem sempre estão nítidas, não sendo por isso tão facilmente tipificadas. As dinâmicas locais que evidentemente não são iguais em todos os territórios, apresentam possibilidades de análises diversas dada a complexidade das questões em jogo que extrapolam a esfera do campo puramente comercial e se espriam nos modos de vida dos indivíduos envolvidos. No próximo tópico procuro abordar a questão a partir de uma perspectiva mais localizada.

3.1 Tráfico de drogas, facções criminosas e a microeconomia do crack

O tráfico de drogas no Brasil é compreendido hoje como uma ameaça à segurança pública, os traficantes entendidos como inimigos do Estado devem ser presos, as drogas precisam ser destruídas e os usuários tratados com vista a abstinência⁹⁹. Entender esse percurso

⁹⁸No sentido de estarem sujeitas aos processos de incriminação.

⁹⁹Em 2019 foi instituído o decreto nº 9.761 que aprovou a Política Nacional Sobre Drogas – Pnad. No texto do decreto, são reiteradas a necessidade de ações voltadas a prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas lícitas e ilícitas e o fortalecimento de ações de combate ao tráfico e ao crime organizado, ampliação da segurança pública. Dentre os pressupostos da Pnad podemos elencar: “Buscar incessantemente atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas e da dependência de tais drogas; Reconhecer a corrupção, a lavagem de dinheiro e o crime organizado vinculado ao narcotráfico como as principais vulnerabilidades a serem alvo das ações de redução da oferta de drogas; Reconhecer a necessidade de elaboração de planos que permitam a realização de ações coordenadas dos órgãos vinculados à redução da oferta de drogas ilícitas, a fim de impedir a utilização do território nacional para o cultivo, a produção, a armazenagem, o trânsito e o tráfico de tais drogas; Reconhecer a necessidade de impor restrições de disponibilidade de drogas lícitas e ilícitas”. Dentre os objetivos da Pnad estão: “Conscientizar e proteger a sociedade brasileira dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso, pelo uso indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas; Conscientizar o usuário e a sociedade de que o uso, o uso indevido e a dependência de drogas ilícitas financia as organizações criminosas e suas atividades, que têm o narcotráfico como principal fonte de recursos financeiros; Impor e fazer cumprir restrições de disponibilidade de drogas lícitas e ilícitas; Propor, manter, alterar e fazer cumprir políticas tributárias a fim de inibir o consumo, o tráfico e o descaminho de drogas lícitas; Assegurar políticas públicas para redução da oferta de drogas, por meio de atuação coordenada, cooperativa e colaborativa dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e de outros órgãos responsáveis pela persecução criminal nos entes federativos, incluída a realização de ações repressivas e processos criminais contra os responsáveis pela produção e pelo tráfico de substâncias proscritas, de acordo com o previsto na legislação; Promover a estratégia de busca de abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas; Difundir o conhecimento sobre os crimes, os

de ascensão do tráfico como fenômeno contemporâneo torna-se importante para a compreensão da constituição das facções e do desenvolvimento da microeconomia do crack.

Para Rodrigues (2010), o controle e posteriormente a proibição de um conjunto de drogas psicoativas lançadas ao rol da ilegalidade trouxe consigo não a realização da utopia proibicionista baseada no banimento completo das substâncias e da abstinência de seus usuários, mas a produção de um grande mercado ilegal que, ao longo do século XX, cresceu exponencialmente em potência e violência. A interligação entre a proibição e a repressão estão na base das políticas e dos tratados que consagraram a fórmula da criminalização de usuários e traficantes.

De acordo com o autor, o crescimento e expansão do mercado ilícito de drogas acompanhado de problemas políticos em tese gerados pela experimentação de substâncias psicoativas, consolidou para os Estados Unidos na ONU a percepção de que as drogas ilícitas seriam um problema, ao mesmo tempo de ordem moral, sanitária, política e de segurança. Essa segurança do Estado poderia ser compreendida a partir de duas dimensões: “uma dimensão interna, de manutenção da ordem política, social e econômica dentro das fronteiras e uma dimensão externa, de garantia da sobrevivência do Estado como unidade política soberana no sistema internacional” (RODRIGUES, 2010, p. 8).

O país-chave para compreender esse processo foram os EUA¹⁰⁰ e o ano de 1906 pode ser considerado como marco para que o proibicionismo ascendesse de um movimento doméstico e puritano para um movimento político de caráter internacional, visando à restrição de substâncias psicoativas. Neste ano foi criado o *Food and Drug Act*, que seria a primeira lei federal americana destinada a regular o mercado de drogas. A lei não tinha caráter criminal, tratava-se basicamente de três coisas:

A Food and Drug Administration deveria aprovar todos os alimentos e drogas para consumo humano antes de sua introdução no mercado; a necessidade de apresentação de prescrição médica para a aquisição de algumas “drogas”; e a necessidade de que as

delitos e as infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, a fim de prevenir e coibir sua prática, por meio da implementação e da efetivação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão; Combater o tráfico de drogas e os crimes conexos, no território nacional, com ênfase às áreas de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico; Assegurar, de forma contínua e permanente, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, como forma de estrangular o fluxo lucrativo da atividade ilegal que diz respeito ao tráfico de drogas”. O decreto na íntegra está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm. Acesso em: 31/03/2022.

¹⁰⁰Brandão (2017) esclarece que historicamente, o protagonismo dos EUA em relação ao proibicionismo não pode ser considerado como algo linear, desconsiderando a pauta proibicionista existente em outros países e que acabaram por suggestionar a reação daquele país. Como exemplo o pesquisador cita o caso do Brasil em relação a proibição da realização de transações da maconha em 1932, ou seja, anterior às legislações norte-americanas.

“drogas” vendidas fossem rotuladas de tal modo que as substâncias que entravam em sua composição fossem conhecidas (VARGAS, 2001, p. 200).

A partir daí, observa-se o aparecimento progressivo de legislações e regulamentações restritivas ao uso e comércio de drogas tais como o tratado de Haia em 1912¹⁰¹ e a *Harrison Narcotics Tax Act*¹⁰² em 1914. Carvalho (2014) informa que em 1919 o senador republicano Andrew Volstead aprovou seu projeto de emenda (18^a) à constituição americana, visando ao fim do comércio e consumo de bebidas alcóolicas. A *Volstead Act*, chamada pelos seus defensores de *The Noble Experiment*, uma atribuição à vitória da moral pública, ficou popularmente conhecida como Lei Seca¹⁰³. Ainda segundo Carvalho (2014), todos esses fatores abriram caminho para que os EUA solicitassem uma nova conferência, desta vez sobre os auspícios da Liga das Nações. O objetivo inicial era estender suas experiências domésticas aos níveis internacionais. Assim em novembro de 1924, na sede do novo organismo multilateral em Genebra, foram iniciadas as conferências que resultariam na II Convenção Internacional do Ópio¹⁰⁴.

Rodrigues (2017) relaciona o direcionamento do proibicionismo nos EUA a questões ligadas a valores morais e religiosos. O autor aponta que a experimentação de drogas era considerada como “vício moral” fazendo com que parcelas mais radicais do protestantismo americano¹⁰⁵, empreendessem ações com vistas a proibição e ao banimento das substâncias. Na

¹⁰¹ Em Haia no ano de 1912 ocorreu a Convenção Internacional do Ópio durante a Primeira Conferência Internacional do Ópio e esse foi o primeiro tratado internacional de controle de drogas. Tal evento foi proposto pelos EUA para “ajudar a China em sua batalha contra o ópio” (ESCOHOTADO, 1998, p. 611). Antes, uma primeira conferência já havia ocorrido em Xangai em 1909. A pressão para inserir outras substâncias na Conferência de Haia se deu por parte da Grã-Bretanha, que teria sido o principal alvo em Xangai. Os ingleses adotaram a estratégia de estabelecer pré-condições para participar da Conferência de Haia: incluir no debate a regulação de alcaloides industrializados como a morfina e a cocaína (CARVALHO, 2014, p. 155-156). Em Haia também se consolidou, segundo Rodrigues (2017), o princípio das “finalidades médicas”, segundo o qual “todo uso não medicinal (de drogas) era (considerado) em si mesmo patológico” (p.39-40).

¹⁰² Esse projeto foi proposto por Francis Burton Harrison que renunciou ao senado para tornar-se governador das Filipinas entre 1913-1921. A nova lei condicionava o consumo de ópio, morfina e cocaína apenas para fins medicinais (CARVALHO, 2014, p.156).

¹⁰³ Lei seca é uma denominação popular dada à proibição oficial de fabricação, varejo/comercialização, transporte, importação ou exportação de bebidas alcóolicas. No início do século XX a experiência da Lei Seca, de 1920 a 1934, nos Estados Unidos, fez surgir as poderosas máfias e o imenso aparelho policial unidos na mesma exploração comum dos lucros aumentados de um comércio proibido. No Brasil, apesar da designação comum, não existe a lei seca, mas dispositivos legais que visam coibir o consumo de bebidas alcóolicas em determinadas situações ou períodos, ou associar o consumo de bebidas a atividades específicas, como conduzir veículos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_seca. Acesso em 30/03/2022.

¹⁰⁴ Rodrigues (2017) informa que nesta conferência o Brasil teve uma importante participação a partir da presença do médico Pernambuco Filho e a defesa de que a maconha era uma droga cujo uso ameaçava a saúde e a ordem social no Brasil, por conta dos seus efeitos supostamente nefastos sobre o corpo e a mente, chegando a sustentar que “a diamba era mais perigosa que o ópio” (p.47).

¹⁰⁵ Os protestantes, dentre eles os puritanos trazem em seus fundamentos a defesa do valor da “temperança”, ou seja, da vida comedida, sem excessos, sem prazeres, focada no trabalho e na devoção cristã. Weber (2004) escreveu em “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo” sobre a ética protestante que se volta para a vida

segunda metade do século XIX surgiram no país diversas organizações¹⁰⁶ a partir de igrejas protestantes que faziam campanha pela criminalização da produção, venda e consumo de drogas. Essas organizações cresceram em tamanho e número de adeptos e na virada do século XX haviam formado bancadas parlamentares nos estados e no governo federal que impulsionaram as ações e convenções ocorridas nos anos seguintes.

Para Rodrigues (2010) o ano de 1972 é emblemático neste cenário proibicionista pois neste ano o presidente americano Richard Nixon declarou as drogas como inimigas dos EUA por ameaçarem a saúde e a ordem política internas, e a estabilidade política de países e regiões do globo. A partir daí os EUA declararam guerra às drogas, alegando a necessidade de se protegerem das substâncias que viriam de outros países. Posicionando-se enquanto país consumidor de drogas, os EUA assumem-se enquanto vítimas em relação aos países considerados produtores e, como vítimas, seria justo o direito a defesa¹⁰⁷. Tal defesa tem como premissa a militarização das ações de combate ao narcotráfico e o apoio a formação de forças de combate antidrogas em diversos países considerados produtores como é o caso do México, Colômbia, Peru e Bolívia.

No Brasil, de acordo com Bahls e Bahls (2002) no início do século XX a imprensa e a sociedade, sob influência principalmente norte-americana, passaram a enfocar o uso de drogas com preocupação. O país, inicialmente considerado como “de trânsito” dentro do circuito do tráfico internacional de drogas, passa a ser percebido como mercado consumidor e produtor das substâncias, movimentando um complexo sistema financeiro de lavagem de dinheiro e vendo o aparecimento e fortalecimento de grupos narcotraficantes. Coggiola (1997) reforça essa afirmação ao expor que na base do fenômeno do tráfico de drogas encontra-se a explosão do consumo e a popularização da droga, especialmente nos países capitalistas

espiritual e mística ao passo que se coloca como berço da cultura ocidental moderna estabelecendo a compreensão do capitalismo não como sistema econômico ou modo de produção, mas enquanto “espírito”, isto é, cultura. “Surgira um *ethos professional* especificamente burguês. Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir seus interesses de lucro e devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso, punha a sua disposição, trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus. E ainda por cima dava aos trabalhadores a reconfortante certeza de que a repartição desigual dos bens deste mundo era obra toda especial da divina Providência” (p. 161). Ainda para o autor, a concepção puritana de vocação profissional, exigia uma conduta de vida ascética: “a ascese se volta com força total principalmente contra o gozo descontraído da existência e do que ela tem a oferecer em alegria...[buscando] uma conduta de vida ordeira” (p. 151-152).

¹⁰⁶Como a *Anti-Saloon League*, de 1893, que defendia o fechamento dos *saloons*, a *Women's Christian Temperance Union*, fundada em 1873 além do *Prohibition Party* em 1869 (RODRIGUES, 2010).

¹⁰⁷A discussão sobre a divisão estanque do mundo entre países consumidores e países produtores de drogas pode ser conferida em: PASSETTI, E. Das “fumeries” ao narcotráfico. São Paulo: Educ, 1991.

desenvolvidos. O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa, estimulada pelo lucro, como já demonstrado no tópico anterior quando falo sobre a macroeconomia que envolve o tráfico de drogas.

Partindo de uma perspectiva mais localizada (micro), quanto ao mercado de drogas, Misse (2007) detalha o surgimento do “Movimento¹⁰⁸” nome que se refere ao mercado local de drogas no Rio de Janeiro. Para demarcar o processo de incriminação desse comércio o autor aponta que a venda e a guarda de “entorpecentes”, no Brasil “passou a ser criminalizada pelo Código Penal de 1940. Já em 1968 (Decreto-Lei n.385) e depois em 1971 (Lei n.5.726), foram feitas alterações que endureceram as medidas penais “como o aumento da reclusão para até seis anos, o aumento da multa para até cem salários mínimos e o aumento das penas no caso de a venda ser feita por bando ou quadrilha” (p. 145). Segundo o autor, em 1976, nova legislação foi publicada diferenciando usuários de traficantes, principalmente em relação as medidas penais que ficaram mais duras para esses últimos. No entanto, diz ele, a Lei conservou “ampla ambiguidade quanto à definição do que seja consumidor e traficante, cabendo à polícia, com total autonomia, o enquadramento num ou noutro tipo” (p. 145), algo que ainda permanece na legislação atual.

O endurecimento das penas não se converteu na diminuição do comércio ou na redução do número de usuários e novas legislações foram sendo decretadas nos anos posteriores tanto na perspectiva de coibir o comércio de drogas quanto de frear a crescente participação de policiais acusados de exigir propinas de integrantes do tráfico de entorpecentes (MISSE, 2007). No Rio de Janeiro, o autor aponta que a partir de 1987, as taxas caem abruptamente, e entre 1989 e 1993 o volume de incriminação por entorpecentes deixa de ser incluído nos Relatórios Anuais da Secretaria de Segurança Pública¹⁰⁹. A partir dos anos de 1990, o tráfico volta a ser o principal incriminado nos relatórios de segurança pública do Estado. Misse (2007) chama a atenção para a hipótese de que “houve uma mudança de investimento criminal, muitas vezes entre os mesmos agentes criminais, que levou dos assaltos a bancos e residências ao tráfico de drogas, num período de dez anos, e a um reforço posterior dos assaltos em associação ou não

¹⁰⁸De acordo com Misse (2007, p.144) “Seja como sinônimo de “boca de fumo” seja como uma ampliação de seu significado original, de “movimento de vendas”, a expressão apareceu pela primeira vez como jargão no jogo do bicho. Atualmente, o movimento comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos desse mercado”. Em minhas incursões no Oitão Preto, não identifiquei nas falas das interlocutoras o uso do termo “movimento”, e apenas poucas vezes ouvi o termo “boca” como referência a “boca de fumo”.

¹⁰⁹Em Misse (2007) pode ser encontrado as razões para essa diminuição nas estatísticas referentes ao tráfico de entorpecentes, o que não teria relação direta com a real diminuição da circulação das substâncias no Estado.

com o tráfico” (p.148). Assim se forjou os chamados “comandos” do tráfico no Rio Janeiro que são

redes constituídas pelos acordos (tácitos, precários) entre “donos” de várias áreas de varejo (algumas de distribuição para o varejo de áreas menores), quase todos cumprindo penas nos presídios de segurança máxima do Rio de Janeiro (Bangu I, II, III) [...] O movimento proliferou com uma rede de capitalização baseada numa espécie de “empréstimo” com garantia em “vínculos de amizade” ou parentesco, mas sob a tensão do justicamento sumário dos devedores. Foi a organização dos presidiários nos últimos anos da década de 1970 que fortaleceu (o nome dado a esse projeto foi esse mesmo, “fortalecimento”) e tentou oligopolizar esse mercado a partir de 1983-1984. O Comando bancava tudo à pessoa que se dispunha a “botar o movimento” numa área nova: dava-lhe armas, contatos para a compra da droga, dinheiro. Em troca, ele pagaria regularmente com uma parte ponderável de seu lucro à “caixa” comum do Comando e respeitaria as regras de apoio mútuo, aliança contra adversários, respeito, apoio e “proteção” aos moradores locais e, principalmente, aos “amigos”. Qualquer tentativa de fraudar a rede (“dar um banho”), em qualquer nível, seria punida com a morte. No topo, a rede jamais foi inteiramente vertical, possuindo antes uma liderança “colegiada” informal, com uma parte controlando o “movimento” de dentro do presídio e a outra parte controlando de fora. O desenvolvimento da “desconfiança” entre a parte de “dentro” e a parte de “fora” e a ambição dos novos participantes em ampliar suas áreas constituem uma dimensão fundamental para a compreensão do fracasso da primeira rede (1984-1986) e a segmentação subsequente (a partir de 1987), quando se estrutura o tráfico de armas e começam a chegar as primeiras armas leves (fuzis AK47 e AR15). Mas, em geral, muitos aspectos, que restam investigar, parecem aproximar essa primeira rede da que organizava o “jogo do bicho” nas décadas de 1950 a 1970, com a sua divisão de áreas, sua hierarquia entre gerentes e vendedores, seus olheiros e pistoleiros, seu poder local e seu interesse político com a “proteção” dos moradores sob o seu raio de influência (MISSE, 2007, p. 149-151).

Assim, de acordo com Rodrigues (2010), facções, milícias¹¹⁰, comandos e partidos do crime cresceram no espaço contínuo formado pelo sistema penitenciário e as favelas/periferias. Dentro das prisões, surgiram organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC) com origem em São Paulo e o Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro.

[Eles] instituíram uma forma de governo que disciplinou a massa carcerária, transformando-a em obedientes soldados/funcionários. Operando como empresas, esses grupos agenciam não apenas o tráfico de drogas, mas também outras

¹¹⁰Em relação as milícias, Misse (2007) informa que sua popularização ocorreu a partir 2006 quando surgiram as primeiras matérias jornalísticas sobre o fenômeno. De acordo com o autor, “em pequenas favelas e conjuntos habitacionais onde há moradores policiais militares, esses conseguiram organizar-se seja para impedir a entrada do tráfico seja para expulsar ou matar assaltantes e outros jovens que ali pudessem ser identificados como criminosos” (p.154). Ainda de acordo com Misse (2007), “o fenômeno das “milícias” ganhou maior visibilidade com as invasões organizadas de favelas e conjuntos habitacionais a partir de 2006 por grupos de trinta a quarenta policiais militares. Após afastarem os traficantes da área, instalavam ali de quatro a oito policiais que passavam a exigir uma “contribuição” dos moradores para a manutenção da “ordem”. Assumiram, em seguida, algumas das atividades antes controladas pelo tráfico – como o cabeamento clandestino de TV por assinatura e a comercialização de bujões de gás. A estratégia das “milícias” é nitidamente inspirada nas táticas do tráfico – reunião de traficantes de várias áreas para invadir uma área, depois a fixação de um pequeno grupo, bem armado, mantendo o controle do “território”, sobre o qual exercem domínio e exploram atividades rentáveis” (p.154).

ilegalidades, em contato próximo com policiais, autoridades públicas, juízes, advogados (RODRIGUES, 2010, p. 12).

Essas facções que inicialmente centralizavam suas ações nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo se espalharam para o restante do país e até para fora dele. Em Fortaleza, o fenômeno do aparecimento e fortalecimento das facções ligadas ao tráfico de drogas pode ser considerado relativamente recente. Nos anos de 1990, as periferias de Fortaleza eram dominadas por grupos de jovens que se organizavam em “gangues¹¹¹”. Diógenes (2008) trata do contexto de formação e crescimento desses grupos de jovens que traziam em suas referências uma linguagem própria, as gírias e modos de sociabilização forjados a partir das “batalhas” entre gangues nos territórios e bailes *funks*. Paiva (2019) constatou em pesquisa realizada na periferia de Fortaleza que o aparecimento das armas e das drogas nesses locais não estava inicialmente vinculado a formação de um mercado ilegal de venda de drogas, o interesse era fortalecer as disputas territoriais entre as gangues e fornecer um aparato bélico a ser usado nos confrontos e nas ações de intimidação dos oponentes.

Quando alguém deu o primeiro tiro, ficou evidente que os encontros não poderiam mais acontecer em batalhas campais desprovidas de um abrigo para proteção. Afinal, “[...] o cabra é macho, mas não tem os peitos de aço”. Por isso, os encontros se tornaram menos comuns e as tocaias passaram a ser utilizadas como meios de acerto de contas. Assim, em vez de organizações voltadas para o comércio como um fim em si, os grupos adquiriram drogas e armas para manter e aumentar a letalidade do conflito, garantindo sua proteção e sua capacidade de atuar com violência contra o outro (PAIVA, 2019, p. 171).

Não demorou até que esses grupos percebessem que a venda de drogas era um negócio lucrativo e com uma clientela que crescia amplamente ano após ano. O autor demarca que as disputas pelo poder, pelo dinheiro e pelo controle do negócio dentro da própria gangue fizeram com que se generalizasse a violência e aos poucos, aqueles que chegavam às posições

¹¹¹Uma recordação de minha adolescência enquanto moradora de um bairro inscrito na periferia de Fortaleza é justamente a existência dessas turmas de jovens que, principalmente nos finais de semana se reuniam para a ida aos bailes *funks*, para disputas entre pichadores e para confrontos com gangues rivais ou até mesmo confrontos entre os próprios integrantes. Naquela época não se falava do uso de outras substâncias senão a maconha, o álcool e o cigarro e os integrantes das gangues, popularmente conhecidos como “malandros” viviam de pequenos furtos/roubos a casas e comércios da região. Nos diversos confrontos que assisti da janela de minha casa, eram utilizados paus, pedras e um instrumento que deu nome a gangue que dominava a área em que eu morava, a “Turma do Fação”. Apesar da violência dos confrontos, sempre interrompidos com a chegada das mães dos “combatentes” que se lançavam entre os filhos e os recolhiam para casa, nunca registrei a morte de nenhum dos jovens naqueles embates. Com o passar do tempo e com a ampliação do acesso a armas de fogo, muitos integrantes da Turma do Fação foram mortos não em confrontos diretos, mas em atentados “surpresa” e assim as cenas de luta deram lugar a uma “presença invisível” à maioria dos moradores, o domínio e as regras impostas pelas facções e pelo tráfico.

de liderança se tornaram traficantes, empreendedores que faziam de suas próprias casas bocas de fumo para a venda inicialmente de maconha e cocaína e posteriormente de crack. Como veremos, há diferenças importantes entre essa venda de drogas nas bocas de fumo e aquela exercida pelas mulheres que se apresentam nesta pesquisa.

Seguindo a conexão entre gangues e facções em Fortaleza, Paiva (2022) aponta que

[...] prevaleciam pequenos grupos, fortemente identificados com os territórios e comprometidos com disputas internas, muitas vezes na escala de um bairro ou região do bairro. Assim, dentro do mesmo bairro era possível identificar duas ou três comunidades e em cada uma delas existia um grupo específico, com controle daquela comunidade e constringido pelos limites territoriais impostos pelos outros grupos. Entre as principais atividades era possível observar a coordenação de esquemas de tráfico de drogas, assaltos e realização de homicídios. Os homicídios eram utilizados para realização de acertos de contas e alimentação de circuitos de vingança. Dessa maneira, prevalecia a fragmentação como uma característica geral dos esquemas criminais que se desenvolviam nas cidades cearenses. O primeiro desafio imposto às facções foi apaziguar conflitos internos e criar uma rede entre pessoas marcadas por diferenças e conflitos enraizados em suas comunidades. Os conflitos entre grupos menores, como gangues e quadrilhas de traficantes, geraram inúmeras mortes que estruturaram a visão de mundo de quem fazia o crime no Ceará (PAIVA, 2022, p. 94).

O autor destaca ainda que,

[a] realidade começou a mudar em 2014, quando traficantes locais começaram a “trocar ideia”, conversar sobre uma possível união, com reuniões dentro e fora dos presídios para discutir arranjos que envolviam as facções PCC, CV e FDN. Isso possibilitou que presidiários se organizassem e agenciassem grupos locais para os coletivos criminais mais robustos, reterritorializando e redimensionando a escala de participação nas dinâmicas do crime feitas na cidade. O surgimento da GDE possibilitou também um discurso identitário com pessoas vinculadas ao crime no Ceará e se impôs diante de grupos considerados estrangeiros (PAIVA, 2019, p.173).

Algumas dessas facções criminosas apontadas pelo autor já foram amplamente estudadas, principalmente nos cenários em que se deu seu surgimento. Dias (2011), Feltran (2018) e Biondi (2018) realizaram importantes estudos em relação a expansão e consolidação do PCC em São Paulo. Sobre o CV é possível destacar os estudos de Amorim (1994) e mais recente o livro de Manso e Dias (2018) que discutem a ascensão dessa facção no cenário das práticas criminosas e do tráfico. A facção Família do Norte (FDN) tem sua base no Estado do Amazonas e são poucos os estudos que detalham seu surgimento nos anos de 2006/2007 (FRAMENTO, 2018). No Ceará, os Guardiões do Estado (GDE) tem uma atuação ainda mais recente datando de 2016. Paiva (2019; 2022) vem acompanhando a presença desses grupos criminosos no Estado e esclarece que o fortalecimento das facções se dá a partir de dinâmicas e processos sociais importantes que culminam em transformações nos moldes de se fazer o crime em cidades como Fortaleza. O autor afirma ainda que até 2015 a presença de facções não

era algo facilmente observável nos circuitos das prisões e periferias do Ceará, algo que se modificou nos anos seguintes não somente pelo surgimento da GDE, mas também pela presença das grandes facções como PCC e CV em processos de aliança e rivalidades que fomentaram um cenário violento, principalmente nas periferias e região metropolitana de Fortaleza.

As alianças e as rivalidades entre facções criminosas colocam de um lado a GDE e o PCC¹¹², do outro o CV e a FDN que protagonizam constantes embates dentro das comunidades e favelas pelo domínio do tráfico de drogas.

A tensão entre integrantes da GDE e CV era evidente. Foi possível observar a partir do início de 2016 que as comunidades foram repartidas, com áreas da GDE e do CV sofrendo demarcações que repercutiram nas comunidades em virtude de novos arranjos e conexões entre pessoas envolvidas na prática de crimes. Isso significou a aliança entre grupos locais, mas também uma reordenação do sistema de conflito que prevaleceu entre gangues e quadrilhas de traficantes nos anos anteriores. Em linhas gerais, coletivos que outrora rivalizaram como unidades do bairro passaram a ocupar lugar em facções e se aliar com antigos rivais, mas também contra outros grupos em uma escala maior. Essa nova trama envolveu acordos fundamentados em uma nova ordem simbólica dos esquemas criminais alcançados pela ideia de que, em alguma medida, vários pequenos grupos reconhecidos como “tropas” compunham um coletivo criminal reconhecido, em diversas instâncias, como facção. Como em outros territórios, entre as primeiras tarefas de cada facção esteve a demarcação do território e a manifestação pública do domínio exercido pelo coletivo (PAIVA, 2022, p. 96).

Assim é que passamos a observar em diferentes periferias da cidade as inscrições em muros com a identificação de qual facção detém o domínio daquela área juntamente com o aviso de que ao adentrar aqueles locais de carro, os vidros devem ser abaixados e no caso do uso de motocicletas, os capacetes devem ser retirados¹¹³ demarcando uma nova fronteira no domínio desses grupos dentro dos territórios que passam a estabelecer suas regras àqueles que vem “de fora”. No Oitão Preto a “ordem” para que não haja a prática de roubos dentro da favela também está dada. Em uma das idas a campo, presenciei uma cena entre dois homens que brigavam. Na verdade, um batia enquanto o outro tentava proteger o rosto e a cabeça dos socos

¹¹²Um exemplo da violência que assume as relações de rivalidade entre essas facções foi a “Chacina das Cajazeiras” ocorrida neste bairro de Fortaleza em janeiro de 2018. A chacina é considerada o maior evento deste tipo da história do Estado e as investigações apontaram que as mortes foram motivadas pela rivalidade entre GDE e CV em uma disputa por domínio territorial no tráfico de drogas. Em Barreto (2019) é possível encontrar maiores detalhes e uma discussão ampla quanto ao advento das facções criminosas no Ceará e a letalidade da violência no Estado. Um dado importante de ser situado, apesar de pouco explorado na mídia local e nacional que fizeram amplamente a “cobertura” jornalística do evento é o fato de que dos 14 mortos, 8 eram mulheres com idades entre 15 e 38 anos, moradoras do entorno, nenhuma delas comprovadamente envolvida com o crime organizado.

¹¹³Lembro-me da primeira vez que visualizei a inscrição “para entrar na favela, abaixe os vidros do carro, assinado o crime”. Nesse primeiro momento, na Comunidade do Jardim Fluminense onde atuo em uma Unidade de Pronto Atendimento, tal aviso causou uma espécie de “pânico” entre os funcionários que ficaram apreensivos com a ordem de abaixar os vidros do carro. Nós, assistentes sociais que ficávamos à época no plantão de 09 da manhã às 21h fomos informadas pelas coordenações que mudaríamos de horário e passaríamos a ficar no plantão de 07 às 19h, tendo em vista o “perigo” que estaríamos enfrentando na saída da unidade naquele horário.

e pontapés proferidos. O homem que recebia os socos tinha o corpo muito magro, parecia frágil diante das agressões que recebia. Enquanto apanhava ouvia ordens, avisos, justificativas pelo que estava acontecendo. Assim, aos socos e pontapés o homem foi levado até a saída da rua, já fora do Oitão. Enquanto isso, os transeuntes e moradores observaram e enquanto eu e Samuel paramos em um pequeno comércio aguardando que as coisas ficassem mais calmas, ficamos sabendo que o homem que apanhava havia roubado na favela e aquele era um aviso de que isso era proibido e existia punição para quem descumprisse a norma. Eu observava cada reação até que a voz de um outro homem pôs fim aquele acontecimento: “vamos continuar a vida” e todos seguiram seu fluxo, inclusive nós.

Se as facções impõem suas normas e códigos dentro dos territórios, o Estado passa de uma postura de negação da existência e da força dessas organizações para o posterior implemento de ações de combate e acompanhamento da atuação das facções a partir da ascensão do Estado do Ceará como um dos mais violentos do país o que sugestionou para um processo conhecido inicialmente como “pacificação¹¹⁴” com a finalidade de reduzir os índices de violência e mortes no Estado. Ao longo dos anos as ações governamentais vêm se sucedendo, culminando em 2015 com o “Pacto por um Ceará Pacífico¹¹⁵”

Paiva (2022) afirma que as atividades criminosas que estavam em curso bem como as ações estatais com vistas a repressão do crescimento e fortalecimento das facções no Estado foram afetadas pelo surgimento da GDE e pelo maior protagonismo de outros grupos criminosos de alcance nacional, PCC e CV. De acordo com o autor, dois movimentos foram importantes na estruturação do caminho das facções: “primeiro integrar os aliados em uma

¹¹⁴Paiva (2022, p.96) ao tratar sobre os processos de “pacificação” assinala que “a GDE recebeu o apoio de todos os grupos no início dos trabalhos, mas logo sofreu com as rivalidades que desenharam outras conflitualidades agora refletidas em uma divisão entre os aliados da facção cearense e os do CV. Essa composição revelou outras dificuldades na articulação de criminosos para construção de um grupo hegemônico, realmente capaz de consolidar uma unidade entre as pessoas que fazem o crime no Ceará. Essa unidade, desde o início do trabalho das facções, pareceu extremamente difícil e problemática, pois as pessoas envolvidas com o crime em cidades como Fortaleza conviveram durante, no mínimo duas décadas, com conflitos e mortes cometidas por grupos rivais. Articular esses grupos, colocando fim ao sentimento de revolta criado pelas disputas armadas entre eles era uma tarefa extremamente difícil. Não obstante, as facções se consolidaram e, no primeiro momento, elas conseguiram criar uma situação de amortecimento de determinadas disputas locais e isso fortaleceu a ideia de que acontecia, objetivamente, uma “pacificação” dos territórios periféricos.

¹¹⁵O Pacto por um Ceará Pacífico já estava expresso no plano de governo para o período de 2015/2018 do candidato Camilo Santana durante a campanha eleitoral de 2014 para o governo do Estado do Ceará. Com a vitória no pleito eleitoral teve origem o Programa de Governo denominado “Os Sete Ceará”, que tinha sete linhas de orientação para a atuação direta do governo: o Ceará Sustentável, de Oportunidades, o Democrático, o Acolhedor, o do Conhecimento, o Saudável e o chamado Pacto por um Ceará Pacífico (FERREIRA FILHO, 2019, p.22). De acordo com o autor, o Pacto por um Ceará Pacífico “tem como concepção primordial a construção de uma cultura de paz por todo o território cearense e como objetivo o planejamento da segurança pública do Estado do Ceará com base na integração de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social. Sua meta é a melhoria do contexto urbano, por meio de ações que possibilitem o monitoramento e a avaliação contínua da sociedade, criando as condições de acolhimento das populações mais vulneráveis e o enfrentamento da violência”.

coletividade com princípios éticos e morais compartilhados; segundo controlar ou eliminar todos aqueles que se opusessem às novas regras para organização de práticas criminosas no Ceará” (p.96). A partir desse novo tipo de sociabilidade violenta a se tornar rotina no cotidiano de bairros, comunidades e favelas notadamente na periferia das cidades torna-se necessário pensar nos efeitos dessa dominação simbólica e concreta na vida das populações e na vida daqueles que integram esses grupos e/ou participam das atividades ilegais em maior ou menor escala, em postos de alto comando ou nos mais baixos segmentos da venda direta de drogas no varejo.

Essa capilaridade dentro do mercado do tráfico de drogas permite as facções atuarem em diferentes frentes, alcançando tanto os consumidores das periferias e favelas como aqueles do asfalto e gestando uma microeconomia capaz de englobar até mesmo donas de casa que passam a comercializar a droga em pequenas vendas em que se observa ausente as dinâmicas violentas e intimidadoras amplamente associadas aos ambientes das bocas de fumo convencionais. Essas dinâmicas das facções colocam em uma mesma seara desde traficantes com longa experiência no crime até jovens cooptados pelo poder e pelo acesso “fácil” ao dinheiro e ao consumo possibilitados pela associação ao tráfico. Rodrigues (2020) pesquisou em sua dissertação de mestrado o surgimento e ascensão das facções nas periferias dos estados nordestinos e as mudanças ocorridas nas sociabilidades dos jovens integrantes das facções, inclusive em relação às mudanças que se deram nos Centros Socioeducativos a partir da divisão desses adolescentes em comandos, partidos e facções e da impossibilidade de mantê-los em uma mesma instituição, por exemplo.

Os adolescentes e jovens são, geralmente o segmento mais assediado pelas facções criminosas sendo eles os principais atores a representar “a cara” das facções inclusive dentro das comunidades. O engajamento desses adolescentes e jovens vão desde a exortação da ideia do “macho que se garante” como aponta Paiva (2019) até a construção de um perfil “alimentado no imaginário de jovens que almejam um lugar no coletivo” (Paiva, 2022, p.98).

Os estudos já citados apontam a predominância de homens entre os membros de facções, no entanto, as mulheres também aparecem atuando nos mais diferentes papéis desde atividades dentro das bocas de fumo, venda direta de drogas, no suporte aos companheiros, principalmente quando estão presos, atuando também enquanto chefes do tráfico em determinadas localidades. As mulheres pesquisadas no Oitão Preto não faziam referência a ligação direta à facção que domina o tráfico na área, porém mantém com eles relações comerciais, de amizade e até familiares, sendo muitos dos membros faccionados filhos, netos,

sobrinhos, amigos das interlocutoras. Assim, no próximo tópico tentarei delimitar como a presença dessas facções estabeleceram as condições objetivas para que surgissem as diferentes tendências de comércio dentro da estrutura da venda varejista de drogas.

Figura 11 – “Repouso do Bicheiro” – Descartes Gadelha



Fonte:Marília Camelo/UOL

3.2 Favela do Oitão Preto: a edificação de uma estrutura de oportunidades ilegais

Ao delimitar o campo de pesquisa e apontar algumas especificidades da Favela do Oitão Preto, foi dito que o território desde há muito tempo abrigava a realização de atividades consideradas se não ilegais, mas amorais como é o caso da prostituição, por exemplo. No entanto, com o aparecimento e desenvolvimento do tráfico, com o fortalecimento do poder das

facções criminosas e a partir da estruturação de uma microeconomia local de venda de drogas, tem-se uma alteração do quadro da ilegalidade e, nesse sentido considero importante compreender as motivações que levaram as mulheres pesquisadas a aderirem a atividade da venda de crack.

Durante o período de inserção em campo pude notar que no Oitão Preto, a adesão às atividades de venda de drogas é algo bem heterogêneo se levado em consideração o sexo, idade e estilo de vida. Nesta pesquisa como já citado, chamarei a prática exercida pelas mulheres pesquisadas de “venda de drogas” e não tráfico primeiro por elas mesmo não se considerarem traficantes e segundo pela percepção empírica de distinções que as diferenciam do contexto do tráfico como habitualmente o conhecemos. Ainda assim entendo que no Oitão Preto está construída uma estrutura de ilegalismos que se desenvolvem em uma tênue fronteira entre as escassas oportunidades de trabalho formal e legal e as múltiplas formas de inserção em atividades ilegais sendo a venda de drogas “em casa” uma atividade pouco complexa e capaz de abranger um grupo heterogêneo de participantes inclusive mulheres e velhos.

Vera Telles e Daniel Hirata (2010) construíram uma discussão interessante quanto a questão dos ilegalismos nas sociedades urbanas traçando um paralelo até o aparecimento das atividades envolvendo o tráfico de drogas.

O cenário urbano é atravessado pelos circuitos superpostos de ilegalismos novos, velhos ou redefinidos, entre expedientes de sobrevivência, o trabalho irregular, pequenos empreendimentos locais e os negócios do crime que gravitam em torno dos pontos de venda de drogas ilícitas. O inventário seria longo, mas podemos indicar alguns de seus tipos: as tradicionalíssimas oficinas de carro, que se multiplicam por toda a periferia, em que se misturam o trabalho informal e a transação de peças de origem duvidosa, em conexão (ou não) com os vários pontos de desmanche de carros roubados, alimentando um expansivo mercado popular de peças, motos e automóveis de “segunda mão”; o moderno mercado de CDs piratas, produtos falsificados ou contrabandeados, fonte de renda para os que agenciam os pontos de venda e que acionam uma cascata confusa de intermediários por onde esses produtos circulam nos hoje expansivos mercados de consumo popular; o atual e rendoso negócio de caça-níqueis, que vem ocupando o lugar do tradicional jogo do bicho e que, como esse, também opera no jogo de luz e sombra entre intermediários obscuros e a compra de proteção policial, fazendo das “biroscas” em que estão instalados um ponto importante de agregação, diversão e sociabilidade local. É nesse plano que o varejo da droga se enreda nas tramas urbanas em que os fluxos de dinheiro, de mercadorias, de bens, de produtos ilegais e ilícitos se superpõem e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da sociabilidade popular (TELLES e HIRATA, 2010, p. 45).

Os mercados de drogas, como já dito, apresentam especificidades diversas e agregam diferentes atores que atuam em diversos níveis de sua organização e estabelecem por exemplo, os fluxos de hierarquia e dominação dos territórios e as práticas de uso ou não de violência no cotidiano das transações comerciais sendo possível, segundo Daudelin e Ratton

(2017), a distinção entre mercados de drogas considerados de natureza pacífica¹¹⁶ e aqueles que apresentam alto teor de violência. O que os autores deixam claro em sua pesquisa é que a ilegalidade, em si, não pode ser apontada como fator quase exclusivo da violência prevalente na maioria dos mercados de drogas. Nesse sentido, apontam outros determinantes que poderiam estar presentes nesses circuitos, influenciando um maior ou menor grau de uso da violência.

Nesses termos os autores identificam mercados abertos e fechados, cobertos e descobertos. Essa classificação é importante para o estudo em tela quando por exemplo os autores estabelecem que “estranhos podem interagir em mercados abertos, enquanto apenas pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras podem fazê-lo em mercados fechados [...] Em tais mercados, a violência física, ou a ameaça do seu uso, é efetivamente substituída pela sanção social” (p.118-119) o que implicaria em quebra da confiança, ostracismo daquele que não cumpriu com o acordo e perda de credibilidade dentro da comunidade¹¹⁷.

Em relação aos mercados de crack estudados pelos autores na cidade de Recife, foi percebido que o grau de abertura dos mesmos era influenciado pela posição em que estes mercados estavam inseridos na cadeia de distribuição.

Os estratos mais altos do atacado são amplamente fechados e envolvem pessoas que se conhecem, tendo estabelecido relações de negócio de longa duração, desenvolvendo laços de confiança e mesmo de respeito entre si. No entanto, se formos para a parte mais baixa da cadeia de distribuição, no varejo, a necessidade de recrutar e de lidar com o maior número possível de usuários faz com que o mercado precise ser aberto. Ao mesmo tempo, há um grau de regularidade nas transações, em larga medida devido à natureza compulsiva do uso de crack e à frequência do consumo produzida pela dependência. Visto que determinado ponto de venda ou um traficante particular foi escolhido, usuários costumam utilizar a mesma boca, construindo laços de confiança e favorecendo a ocorrência daquilo que, na literatura econômica e da ciência política, é denominado jogos muitas vezes repetidos. Dito de outro modo, embora o mercado do crack seja de fácil acesso para usuários potenciais, ele é aberto apenas de uma forma limitada (DAUDELIN E RATTON, 2017, p. 119).

Essa percepção coaduna com aquilo que observei no Oitão Preto em relação às práticas de venda de crack tendo em vista que naquele cenário também foi possível observar as regularidades nas transações de venda tendo as vendedoras que acompanhei desenvolvido uma

¹¹⁶Daudelin e Ratton (2017) exemplificam esses mercados como aqueles que fornecem drogas para consumidores de classes médias e altas dos países desenvolvidos. De acordo com os autores, “o consumo amplo e muitas vezes pesado de cocaína em pó, metanfetamina, ecstasy, maconha e, nos anos recentes, de *designer drugs* simplesmente não tem associação com altos níveis de violência (p.117).

¹¹⁷Em contraposição, em um mercado aberto ilegal, tendo em vista que os atores não se conhecem, inexistente um contrato social que garanta a regulação das transações e, nesse caso, “a desconfiança prevalece, e a possibilidade de fraude, tanto para compradores como para vendedores, é alta. Intercâmbios entre estranhos ocorrem em uma atmosfera tensa, e a possibilidade de que um ou outro sejam policiais ou informantes aumenta ainda mais a tensão das interações” (DAUDELIN E RATTON, 2017, p. 119).

“clientela” de certo modo fixa e, nesse sentido, estava presente as relações de confiança necessárias ao fluxo de venda de crack. Algo que se destaca na venda de crack no Oitão Preto e que difere daquilo percebido pelos autores em Recife diz respeito aos mercados denominados “cobertos” e “descobertos¹¹⁸” e sua associação direta com situações de violência. Os autores demarcam que a venda de crack no varejo se configura em um mercado completamente descoberto em locais amplamente conhecidos pelos usuários, por vizinhos e pela polícia. Ali o consumo é realizado no próprio local ou pelas redondezas e, nesse sentido, os autores sustentam, a partir de seus informantes, que tais locais são propícios a práticas violentas como furtos, roubos, assassinatos e confrontos entre facções, além de intervenções da polícia.

A etnografia realizada no Oitão Preto demonstra, ao contrário a existência de um comércio de crack fechado e coberto que se desenvolve sem que sejam acionadas práticas violentas e que atraem um certo perfil de clientes justamente por possibilitar tais garantias. Nas casas das mulheres que visitei não estão expressos os códigos de intimidação, desconfiança e medo que me parece estar presentes nos mercados analisados pelos autores. Ao contrário, a venda do crack se desenrola em meio a rotina dos afazeres diários e se coloca como mais uma atividade da qual elas são responsáveis, como veremos mais detalhadamente adiante. Foi justamente a partir dessas observações que estabeleci como ponto central nesta tese observar o protagonismo das mulheres estudadas na prática da venda de drogas sem deixar de perceber que essa base matrifocal também está presente no comércio de rua e em atividades que demandam sua saída de casa. A venda de drogas da forma como estamos situando está centrada muito mais no âmbito doméstico sendo possível sua realização sem que sejam deixadas a segundo plano as tarefas do cuidado da casa e de outros familiares dependentes.

A família, no contexto da adesão a prática da venda de drogas tem papel primordial tendo em vista que das quatro mulheres pesquisadas, três apontam sua entrada nessa atividade sendo agenciada por outros familiares, marido, filhos. A partir da adesão de outros familiares ao tráfico de drogas, estava aberto o canal de interlocução entre elas e os “comerciantes do topo¹¹⁹” a partir de relações que estão amplamente fundamentadas na perspectiva da confiança

¹¹⁸De acordo com Daudelin e Ratton (2017, p. 120) um mercado descoberto envolve trocas físicas que são públicas, visíveis e, como resultado disso, baseadas em um espaço determinado. Nesses termos esse espaço se configura como inseguro, porque potenciais competidores serão tentados a conquistar os espaços físicos onde as transações ocorrem e, ainda, porque os assaltantes sabem que há compradores com dinheiro e vendedores com produtos que convergem para os mesmos espaços, além é claro da presença da polícia no caso de mercados ilegais. Já as transações cobertas, por contraste, têm lugar em espaços privados e bem protegidos ou mesmo em ambientes virtuais.

¹¹⁹Chaves (2013) diferencia dois tipos de vendedores de drogas: os “comerciantes do topo” que estão em uma escala acima, chefiando as transações com os grupos importadores de drogas e os “comerciantes intermediários” que fazem a venda direta da droga ao consumidor final. Aqui amplio essas categorias a mais um tipo as

tendo em vista que os pagamentos pelas mercadorias comercializadas são feitos apenas após o “comerciante doméstico” realizar suas vendas. Tereza me contou de forma mais pormenorizada como se deu sua aproximação com a questão da venda de drogas.

“Meu marido e meu filho se meteram com essas coisas desde cedo. Meu marido era muito amigo dos traficantes, fazia trabalho pra eles, fazia proteção. Numa dessas ele foi morto. Ai passamos um bom tempo sem mexer com essas coisas. Eu vendia roupa no Centro, vendia café, me virava de todo jeito. O dinheiro dava só pra comer. Mas assim que meu filho mais velho ficou adolescente já se misturou com amizades e cresceu os olhos pra ter carro, celular. Começou só olhando mesmo, vendo se tinha movimento da polícia, depois começou a vender e ganhava dinheiro, vivia com os bolso cheio. Eu conhecia os meninos que andavam com ele, não são gente ruim não, vi tudim quando ainda eram criança [...] Ele começou a trazer pra guardar aqui, depois já tinha gente vindo aqui em casa procurar ele pra comprar, ele deixava aqui pra eu entregar e também guardava o dinheiro pra ele fazer o pagamento. Quando eu vi já tava ajudando ele com isso. Depois que ele foi preso eu continuei vendendo. Essa já é a segunda vez que ele vai preso (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

O intermédio de alguém que estabeleça a ligação entre o “comerciante do topo” e os “comerciantes intermediários” é importante tendo em vista que a venda de drogas, por ser uma atividade em cadeia, passa por diferentes etapas até que de fato se concretize. Cada uma das etapas mobiliza uma rede de confiança, proteção e sigilo que estabelece entre os envolvidos um esquema não contratual, mas fortemente internalizado podendo a quebra desse contrato verbal ser punido inclusive com a morte. A droga chega até essas microcomerciantes domésticas através de distribuidores que trazem o crack já cortado, pesado e embalado em pequenas pedras cujo preço varia entre 1 e 2 reais, a depender do tamanho. Em casa, as pedras são dispostas em pequenos tabuleiros, à vista e alcance dos consumidores que podem escolher tamanho e quantidade. Junto ao tabuleiro um recipiente contendo moedas e cédulas de dois reais para facilitar o troco. Na casa de Tereza era uma garrafa *pet* cortada ao meio, Irene usava um pote de sorvete como cofre. Ao final da semana, os mesmos distribuidores que vieram deixar o produto retornam para recolher “o apurado”. Lourdes, uma das interlocutoras da pesquisa, fazia tanto o comércio doméstico em seu barraco, quando conseguia pagar a diária do aluguel, como exercia o comércio de rua. Na rua a exposição é maior, há o risco de ser identificada pela polícia e o risco de perder as pedras ou o dinheiro da venda. Para tentar reduzir esses riscos, Lourdes confiava a guarda do dinheiro e da mercadoria a uma amiga de confiança. Assim, pude perceber no Oitão Preto duas modalidades de venda direta de crack aos consumidores. Na primeira a

microcomerciantes domésticas que, na experiência do Oitão Preto, estão em um degrau abaixo dos “comerciantes intermediários”, sendo subordinadas a estes. As mulheres que acompanhei recebem o crack dos “comerciantes intermediários” tendo pouco ou nenhum contato direto com os “comerciantes do topo”.

comerciante de rua, em posse do produto, o oferece aos transeuntes principalmente nas ruas de maior movimentação dentro da favela ou mesmo nas praças e ruas próximas, tomando o cuidado para não ser identificada por alguma instância do Estado. Na segunda, as substâncias são mantidas nas casas das vendedoras e são os consumidores que vão até lá e realizam a compra e, muitas vezes, fazem o uso da droga no local. Nessas transações pouco se fala. Não tenho registro por exemplo de ter ouvido das interlocutoras uma única menção a venda de crack. Quando se falava da substância era sempre em relação aos usuários de crack e o quanto a droga era prejudicial a eles.

Por ser uma atividade ilegal, apesar de todas as especificidades da venda em casa, o comércio doméstico de drogas também agrega um certo risco, por isso a importância de que as vendedoras conheçam os consumidores que normalmente são moradores do bairro ou pessoas que vem de fora, mas que são apresentadas por outros já conhecidos das vendedoras. Forma-se assim uma rede de contatos que busca, em última instância, garantir a proteção e o sigilo quanto as atividades das vendedoras e o consumo dos clientes. Ao mesmo tempo que as mulheres não desejam a identificação enquanto “traficantes”, os usuários que as procuram se interessam pelo anonimato e tendem a evitar que seu uso seja exposto no bairro ou em outros locais. Todas as vezes em que chegamos em alguma casa em que se fazia a venda e o uso do crack, a ação imediata das mulheres era retirar o tabuleiro da sala e, no caso de existirem clientes no local, estes sempre pareciam constrangidos, envergonhados ou mesmo assustados com nossa presença.

Em uma das idas ao Oitão eu e Samuel estávamos visitando algumas casas para coleta de exames. Nessa tarde, não havia encontrado nenhuma das interlocutoras e por isso segui com Samuel na sua rota. Ao chegarmos em uma das casas, a porta da frente estava aberta. Samuel como de costume falava alto, “boa tarde” e esperávamos na porta que alguém nos mandasse entrar. Na casa, ao perceber nossa presença, um homem sobressaltou-se. Estava deitado em uma rede na sala e ao seu lado um banco e um tabuleiro de crack com algumas pedras. O homem usava um cachimbo e ficou desconcertado ao nos ver na porta. Enquanto isso duas mulheres, que pensei terem em média 30 anos surgiram de um outro cômodo. O homem rapidamente colocou de lado as pedras e o cachimbo e as mulheres recolheram o banco e o tabuleiro. O homem, aparência de mais de 60 anos pediu desculpas, visivelmente constrangido. Parecia que tínhamos presenciado algo digno de vergonha. Samuel tratou de dizer que não se preocupasse com nossa presença ali e somente pediu para que não usasse nada enquanto estivéssemos presentes. As mulheres cumprimentaram Samuel normalmente e ele entregou os

frascos para coleta do escarro. As duas coletaram material, disseram que estavam preocupadas pois tinham tosse e febre há vários dias. Samuel me apresentou a elas rapidamente e ambas acenaram com a cabeça. O homem manteve-se calado durante todo o tempo em que estivemos na casa. Ao entregarem o material coletado, nos despedimos e fomos embora. Samuel conhecia o “cliente” que estava na casa, disse que já tinha feito sua coleta de escarro e pensava que talvez por isso o homem tenha ficado constrangido ao ser surpreendido usando crack.

Esta cena pode demonstrar um perfil diferenciado entre a clientela que essas mulheres agregam. Seus clientes querem evitar a compra das drogas nas bocas ou na rua onde a exposição e os riscos podem ser maiores e desejam o sigilo de suas condutas. Esse público de certa forma diferenciado, também faz com que as mulheres não precisem acionar mecanismos ostensivos de violência, não fazem uso de armas ou qualquer outro artefato que sugestione as práticas violentas amplamente relacionadas ao tráfico de drogas. Conhecer os clientes pessoalmente se torna uma ferramenta importante para garantia da proteção das vendedoras. A forma de venda como a que está sendo aqui demarcada só é possível a partir dessa vertente que também se fortalece pelo sigilo e proteção garantidos pela vizinhança. As mulheres interlocutoras da pesquisa detinham uma posição de certa forma privilegiada entre os vizinhos que garantiam certa proteção a realização das atividades. Esse mecanismo sigiloso de proteção da vizinhança ficou mais aparente quando próximo a encerrar a pesquisa de campo não consegui mais encontrar Tereza. Sua casa estava sempre fechada e quando perguntava a algum vizinho se podia me dar notícias sempre recebia como resposta um “não sei dela, a casa está fechada”. Os voluntários também não sabiam o que havia ocorrido. Já finalizado o trabalho de campo e fazendo uma busca pelos jornais de notícias sobre o Oitão Preto, fui surpreendida com a foto de Tereza. A matéria informava sobre sua prisão por tráfico de drogas e registrava que as crianças sob sua guarda haviam sido recolhidas a unidades de acolhimento. Fiquei refletindo sobre o motivo pelo qual os vizinhos se negaram a contar o ocorrido e analisando o título da matéria que identificava Tereza como traficante.

Uma das questões apontadas por elas para se distinguirem dos traficantes era o baixo lucro que obtinham na realização das atividades. Ao tentar saber das mulheres em relação ao rendimento médio de suas atividades, elas sempre referiram que o lucro “não dava para quase nada”, apenas garantia o sustento básico. Talvez a questão da pouca lucratividade esteja relacionada ao baixo valor da mercadoria, uma pedra de crack era vendida a 1 real. Além disso, por muitas vezes encontrava as casas fechadas o que demonstrava que elas não trabalhavam no

negócio todos os dias. A pouca lucratividade também foi apontada, mais de uma vez para diferenciar a venda realizada por elas e aquela relacionada aos traficantes.

“Isso aqui não dá pra nada não. A gente só fica nisso porque não tem outra coisa. Mas eu nunca pude comprar nada com esse dinheiro, só comida e pago o aluguel do quarto. Às vezes nem pra isso sobra. Tem “doidin” aí que anda cheio de ouro, pagando de barão, mas se tu for ver, tão devendo na boca. Deus me livre. Eu pago bem direitinho” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

A estrutura da microeconomia do crack se organiza a partir do somatório de uma rede de conhecimentos e organização que tem como base a confiança estabelecida entre os “comerciantes do topo”, os “comerciantes intermediários” e as microrcomerciantes domésticas, os contratos de sigilo e proteção que se estabelecem na vizinhança e a presença de consumidores também interessados no sigilo e proteção do seu consumo. Nesse sentido, a geopolítica das drogas se embaralha a microeconomia da venda de crack estabelecendo novas sociabilidades e fortalecendo as bases de enriquecimento dos grandes traficantes enquanto os pequenos estão muito mais sujeitos ao encarceramento e a punição resultante de seus ilegalismos. Labrousse (2010) chama a atenção para o fato de que o tráfico de drogas mobiliza uma rede internacional que estimula o interesse da indústria bélica e dos bancos que financiam a “guerra às drogas” ao mesmo tempo que alcançam grandes lucros a partir do narcotráfico. Zaluar (2004, p.35) lembra que “o tráfico de drogas, organizado internacionalmente, mas localizado em suas pontas nos bairros pobres e nos centros de boemia das cidades, além de criar centros de conflitos sangrentos nessas vizinhanças, além de corromper as instituições encarregadas de reprimi-los, também criou na população da cidade um medo indeterminado, aumentou o preconceito sobre os pobres em geral, tomados como os agentes da violência, e auxiliou a tendência a demonizar os usuários de drogas, a considerá-los a fonte do mal, de toda a violência”.

Figura 12 – “A Batalha” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://cearacultural.com.br/artes/descartes-gadelha.html>

3.3 Vendedoras e compradores: retratos de algumas interações

Em momentos anteriores, pontuei que minha presença nas casas das mulheres entrevistadas de certa forma afastava a clientela, pelo menos uma boa parte dela. De início, durante o tempo em que estava nas casas ou conversando em frente às portas, houve pouca aproximação de pessoas, a maioria homens, na intenção de comprar as substâncias. As mulheres, como foi o caso de Irene, também procuravam me deixar “por fora” desse tipo de situação e, quando algum potencial cliente se aproximava, muitas vezes foram mandados retornar outra hora. Na casa de Tereza, quando eu chegava e caso adentrasse a sala, o tabuleiro com as “pedras” era rapidamente recolhido e levado para outro cômodo.

É compreensível essas atitudes tendo em vista o caráter ilegal da atividade e a necessidade de transparecer aos compradores a segurança do anonimato e a proteção contra possíveis abordagens policiais. Assim a venda do crack ocorria de forma discreta, não se pronunciava o nome da droga e a aproximação dos compradores sempre era feita como se a intenção de estar ali fosse outra que não a compra de drogas. É claro que talvez, sem a minha presença no local, a aproximação e o comportamento tanto de vendedoras como de compradores fosse outro e isto é bastante compreensível.

Muitos meses se passaram até que eu presenciasse, pela primeira vez, a venda da substância nas casas de Irene e Tereza. Elas, de início, mandavam seus clientes retornarem

depois e, em muitas ocasiões, encerravam o assunto comigo dando a entender que eu estaria atrapalhando. Sempre que percebia isto, me despedia rapidamente e seguia para encontrar Samuel que sempre estava em casas próximas. Com Lourdes era diferente porque desde nossa primeira conversa ela já me contou que fazia bicos e que vendia drogas. Lourdes vendia na rua, nas praças e não tinha tanta preocupação em fazê-lo enquanto estávamos conversando. Já Inácia, vivenciando o luto pela morte da filha e sendo ela a responsável pelo negócio, não realizava mais a venda de drogas em casa. Inácia recebia o BPC e talvez por isso para ela fosse mais fácil deixar a venda da droga tendo em vista a garantia de uma renda básica.

As abordagens dos clientes eram sempre muito rápidas, os códigos não verbais frequentemente utilizados para evitar ao máximo a pronúncia de palavras. Os compradores se aproximavam já com o dinheiro na mão e rapidamente eram repassadas as pedras. Praticamente nenhum diálogo entre eles. Eu, nesses momentos procurava olhar em outra direção, evitando despertar nos clientes a desconfiança. Lourdes após a venda costumava me falar da pessoa que acabava de sair, normalmente de forma bastante pejorativa:

“Esse viciado aí tá se acabando. Parece uma vara verde de tão magro. Se ele tivesse dinheiro fumava o dia todo. Quando não tem fica mendigando aqui pra gente vender fiado. Tu acha, se eu vender fiado a ele não recebo nunca mais. E como é que vou pagar o que eu peguei? Deus me livre de ficar devendo, eu tenho meu nome limpo com eles. Tudo que eu pego eu pago bem direitinho [...]. Às vezes eu uso também, mas aí faço um bico aqui e ali e dá pra pagar. Mas você tem que ter cabeça, porque senão você fuma tudo e depois não tem como pagar” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

No barraco de Irene também presenciei algumas aproximações de clientes. Lá ocorria a venda de crack e o “aluguel” do espaço para consumo.

“Só deixo usar aqui gente de confiança. Não é qualquer maloqueiro que eu deixo entrar na minha casa não. É porque quando eles ficam aqui pagam um pouquinho melhor, às vezes eu cobro 10 reais ou 15, mas é só gente que eu conheço, ou então que vem com gente que eu conheço aí não fico muito preocupada não. Eles não mechem em nada não, só usam mesmo, ficam por ali até a “lombra” passar e depois vão embora [...]. Tem uns que vem com mochila, documento, roupa, compram a pedra, pedem pra deixar as coisas aqui e vão pra “caverna”. Tem uns que voltam no mesmo dia, outros passam é dias as coisas aqui. Eu guardo” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

Intrigada em como era feita essa “hospedagem” do cliente tendo em vista a presença de crianças em casa e o tamanho do barraco que não possuía mais que dois cômodos, perguntei a Irene sobre isso.

“Eu coloco as crianças no compartimento de trás, ligo a televisão e elas ficam por lá. Se for mais de uma pessoa e elas não estiverem na escola eu mando ir pra rua brincar, ou ir na casa de algum vizinho. Uma vez os meninos (voluntários) brigaram comigo porque tinha gente usando pedra na sala e a televisão ficava na sala também e as crianças assistindo enquanto tinha gente fumando lá. Aí eles me disseram pra colocar a televisão no outro compartimento da casa. Foi melhor mesmo, eu nem tinha pensado nisso, mas depois que eles falaram foi que eu fui pensar” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

Ao perceber crianças inseridas naquele contexto de venda e uso de crack, muitas vezes refleti sobre o aspecto da negligência infligida a elas nessa condição. Longe de fazer qualquer julgamento, pensei na totalidade da vida daquelas mulheres, suas poucas oportunidades de escolha e o aspecto natural que rodeava aquela atividade. A venda de drogas em casa era coisa cotidiana, irrefletida em relação a “proteger” os menores daquilo que aos meus olhos “forasteiros e privilegiados” parece inadmissível. Eu, enquanto assistente social sei que no Estatuto da Criança e do Adolescente¹²⁰ (ECA) está estabelecido o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado de manter a salvo e protegidas, crianças e adolescentes e, nesse sentido, de acordo com o artigo 5º: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Apesar de a proteção às crianças e adolescentes ser dever compartilhado entre diferentes instâncias, a culpabilização por essa “não proteção” recai unicamente sobre a família¹²¹, mais precisamente sobre as mulheres, reforçando a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a sobrecarga feminina tendo em vista sua “natural” condição de “cuidadora”. Miotto (2009) aborda o conceito de “familismo” ao nomear os sistemas de proteção social que consideram que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. No Brasil, aponta a autora, a regulação e a organização da proteção social recai muito mais na família que no mercado ou no Estado.

Assim, ela (a família) se constitui em fonte principal de provisão das necessidades sociais. Nesse modelo, a ação pública tende a ocorrer mediante a falência da família na provisão de bem-estar e na sua impossibilidade de compra de bens e serviços no mercado (MIOTTO, 2009, p. 136).

¹²⁰Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 24/01/2022.

¹²¹De acordo com Miotto (2009, p. 130), “vincula-se ao declínio da sociedade salarial e à crise do Welfare State, a “re-descoberta” da família tanto como instância de proteção, como também quanto possibilidade de “recuperação e sustentação” de uma sociabilidade solidária”.

Nos casos observados, é latente a impossibilidade daquelas famílias, sozinhas superarem as dificuldades de sobrevivência. Ainda assim o Estado protetivo pouco as alcança.

Na casa de Tereza um dia cheguei e um homem e uma mulher estavam sentados na sala, nos bancos usando crack. Quando me viram ficaram assustados, como era comum ocorrer. Ambos se levantaram rapidamente e foram entrando para outro cômodo. Ao se levantarem pude perceber que os dois usavam fardas com o nome de uma determinada loja. Tereza que já estava familiarizada com minha presença disse a eles que eu era voluntária e que eles não precisavam se preocupar. Entendi que naquele momento a menção de que eu era pesquisadora da Universidade ou mesmo que era assistente social, como às vezes me apresentavam, poderia causar mais desconfiança. Tendo percebido o constrangimento que minha presença causou aos dois clientes, me despedi e saí. Quando encontrei Tereza novamente uma semana depois, ela me contou que os dois tinham estranhado minha presença e ficaram com medo de que eu fosse de alguma forma repreendê-los. Como havia notado, os dois eram funcionários da loja cujo nome vinha estampado em suas camisas. Tereza contou que os dois, vinham ao Oitão nos seus horários de almoço para fazer uso de crack. Usavam na casa de Tereza e depois retornavam ao expediente.

“Eles dois vem toda semana, uma ou duas vezes. Compram pra levar pra casa. Primeiro apareceu ele aqui, disse que tinha ficado sabendo que eu vendia e que ele podia usar aqui. Eu fiquei meio cismada com medo de ele ser polícia, porque tem boa aparência, no dia nem tava com a farda da loja. Mas aí ele disse que quem tinha dito pra ele vir aqui foi o “Banana”, então fiquei mais tranquila [...]. Das primeiras vezes ele veio sozinho, depois começou a vir essa mulher com ele. Nem sei se são amigos ou mais. Eu não fico perguntando muito da vida deles. Eles chegam, sentam, usam e vão embora...acho até interessante porque eles andam limpo, trabalham, vida normal. Nem parecem os nóia daqui” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Essas cenas de uso de crack, de alguma forma protegidas, garantem muitas vezes o sigilo e a segurança de usuários que não querem e não podem estar na rua. A maioria das pessoas que utilizam as casas de Tereza e Irene para o uso querem preservar sua “imagem” em um uso reservado e diferente dos clientes de Lourdes, por exemplo, que compram a substância para usar na praça ou em calçadas próximas. É um grupo diferente, como elas mesmo observam. Querem proteção, a menor exposição possível e a maior discrição. Da mesma forma, são usuários mais “controlados”, colocam limites ao uso e dificilmente causam problemas.

“Eles pagam direitinho, não ficam aperreando a gente quando a pedra acaba e eles não tem mais dinheiro. Tem uns que eu até vendo fiado, porque eu sei que é gente de palavra, que vai pagar. A maioria trabalha. No começo eles vem morrendo de medo de ficar aqui, de aparecer a polícia, mas depois vão se acostumando, trazendo até os

amigos [...] eles vêm mais na semana, trabalham no Centro e na hora do almoço vem aqui pra usar. No final de semana a maioria só compra e leva pra casa” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Essa particularidade de alguns clientes de estarem nas casas em horário de almoço, da preocupação com o sigilo, me fez ficar mais atenta a esse perfil de usuários de crack, aqueles que fazem um uso “controlado” mantendo suas atividades como trabalho, por exemplo. Para Rui (2012) a perspectiva dos usuários e os cenários de uso possibilitam a existência de níveis distintos de envolvimento com o crack. Cada um deles é produto e produtor de diferentes atributos físicos e morais, que, por sua vez, demarcam pequenas fronteiras. A partir disso, a diferenciação entre usuários levando-se em conta o grau de dependência, além da situação social e de vida década um. As próprias vendedoras diferenciam esse público entre aqueles que usam crack, mas trabalham, e os “drogueiros” que usam sem limites e que “se acabam na pedra”. Espinheira (2004) chama a atenção para as formas de usos de drogas e a heterogeneidade de seus usuários.

A cena da droga nunca é a mesma, assim como não o são os seus agentes e isto não apenas no tempo, mas também nos diferentes espaços da cidade. Em outras palavras, as formas de consumo nunca são iguais, assim como os produtos não são os mesmos, nesses espaços diferenciados. E podemos afirmar, ainda, nos casos de as substâncias pertencerem à mesma espécie ou identidade, que estas não se igualam em termos de qualidade química nos espaços diferenciados. As drogas não têm o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes. E elas não são as mesmas para clientes diferenciados por renda e classe social. Se a questão é posta nesses termos, não são as drogas, mas as razões de consumo e a natureza do que se consome que caracterizariam a ação social de uso das drogas e, mesmo, a toxicomania (ESPINHEIRA, 2004, p. 12-13).

Ainda segundo o autor, não se pode atribuir à droga uma autonomia em relação ao indivíduo ou mesmo ao contexto social, mas, ao contrário, perceber o indivíduo e o seu contexto para compreender o tempo e os espaços das drogas em suas vidas, questões culturais, sociais, econômicas podem interferir nos significados que as drogas têm para uns e para outros, apesar de seus efeitos serem quimicamente parecidos.

Um dia cheguei na casa de Irene e ela estava muito zangada. Estava esperando um pagamento que não veio. Irene contou que já tinha procurado o devedor, mas que ele nunca estava em casa. Irene, enquanto conversava comigo, se programava para ir novamente a sua procura pois precisava “marcar colado” e só sairia da casa quando ele aparecesse com o seu dinheiro. Interessante observar que nesse tipo de venda de crack, não está implícito o uso da violência e o uso de armas e ameaças, senão verbais. Irene prometia que iria bater na porta do devedor, fazê-lo passar vergonha ao ser cobrado publicamente, mas em nenhum momento sugeriu o uso de qualquer meio mais violento. Lembrei-me de Zaluar (2004, p. 62) ao tratar dos

elementos que produzem uma cultura na qual é generalizado o recurso à violência para a resolução de conflitos dentre eles “uma concepção extremamente autoritária de poder e o *ethos* da virilidade masculina que impõe ao homem que não deixe nenhuma provocação sem resposta”.

Assim como o observado por Grillo (2008) quando estudou as redes de tráfico “da pista” onde o emprego da força é condenado e evitado, mesmo nas situações de não pagamento de débitos, com as mulheres vendedoras de crack do Oitão Preto também pude relacionar tal característica. As formas de cobrança dos “veacos¹²²” passavam da cobrança ostensiva a ameaças verbais, no entanto, quando não atendidas, ainda havia a possibilidade de “repassar o caso” para o traficante da área, este sim nomeado por elas como os donos das mercadorias. Em uma conversa Tereza me disse:

“Eu não gosto de levar problema pra outras pessoas não, tento resolver por aqui mesmo. Quando a pessoa vacila eu tento ajudar de todo jeito pra não precisar envolver mais ninguém. Mas às vezes não tem jeito e eu não posso ficar com o prejuízo. Mas doido é quem se mete com eles, o jeito de resolver é diferente, não tem conversa não. É peia e se fizer de novo minha filha, não fica pra contar a história não” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Para Misse (2003, p.6) a estrutura dos grupos locais do varejo de drogas foi sempre baseada no sistema de consignação de vendas, a partir do “dono” ou “gerente geral”. Em uma verticalização decrescente, a mercadoria é repassada aos subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos. De acordo com o autor, o retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. As mulheres vendedoras do Oitão Preto gozam de certa credibilidade e confiança por parte dos “vendedores intermediários” e desta forma, acabam também por receber deles o apoio na cobrança de dívidas, quando elas não conseguem resolver o caso de forma “amigável”. No entanto, a pesquisa de Misse (2003) dá conta de um sistema de consignação que articula-se a uma hierarquia mortal de “credor/devedor” em que na primeira reincidência, o devedor é morto num ritual público de crueldade. Acredito que a confiança e a credibilidade alcançadas pelas mulheres interlocutoras tenha a ver primeiro com sua condição de mulher, a idade delas e o tempo em que vivem no local. Assim, são conhecidas por todos e inclusive tem relações de afeto e proximidade com os “vendedores intermediários” e até com aqueles do “topo”, sendo eles a maioria muito mais jovens. Ainda que não haja nenhuma garantia que regulamente a atividade da venda ilegal de

¹²²Ruins pagadores no modo de falar cearense. Corresponde à velhaco.

drogas, não sendo também possível garantir que os acordos de compra e venda serão cumpridos, existe nas situações descritas, um componente implícito que se vincula a confiança dentro da comunidade e os custos sociais que essa quebra de confiança possa gerar, abalando a sua reputação dentro do território.

quem toma parte nessas atividades precisa entender seus valores, incorporar suas regras e ser leal aos laços sociais que organizam a vida nessa comunidade política e moral. A lealdade é um elemento central no julgamento dos integrantes do grupo e é preciso ser demonstrada constantemente. Respeitar as posições de poder e o estatuto da facção é fundamental para sobreviver e conquistar o reconhecimento. É possível afirmar que o primeiro dispositivo de controle de uma facção é íntimo e pessoal. Ele se constrói na relação entre envolvidos e as instâncias de respeito às referências que orientam moral e politicamente o grupo desde a prisão até suas atuações fora dela (PAIVA, 2022, p. 102).

No próximo capítulo tratarei de especificidades elencadas ao longo do trabalho de campo e que relacionam questões de gênero, classe, raça e geração a partir do cruzamento de múltiplas vulnerabilidades que ancoram as vivências das mulheres interlocutoras. Tais questões são tratadas a partir do pano de fundo do comércio do crack e as nuances de tais atividades em seus cotidianos.

4 AS INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO NO CONTEXTO DO MICROCOMÉRCIO DOMÉSTICO DE CRACK

Figura 13 – “Sem Título” – Descartes Gadelha



Disponível em: <https://retratoseperfis.files.wordpress.com/2012/11/descartes-2.jpeg>

4.1 Relações raciais no Brasil, classes sociais e gênero: um olhar introdutório

A temática racial perpassa a formação do pensamento brasileiro tendo sido construída ao longo do tempo uma perspectiva romantizada das relações sociais aqui existentes. Partindo do século XIX, influenciados pelas teorias racistas da época, temos a base do diagnóstico de que a partir da forte presença negra e indígena, estaríamos fadados ao fracasso enquanto povo e enquanto sociedade. Assim, seria necessário embranquecer a população e para tanto foram tomadas como medidas estatais o incentivo à imigração de europeus que poderiam se sobrepor a mestiçagem de indígenas e negros escravizados. Durante um longo período da história brasileira, aprendemos em nossas salas de aula uma “história única” como enfatiza Chimamanda Ngozi Adiche, que romantizou o processo de dominação e escravização imposto a negros e índios, fortalecendo a ideia do europeu civilizado e salvador, cobrindo-o com uma

carcaça de herói e objetivando sua dominação forjada na ideia de que esse teria sido um processo natural e pacífico.

De acordo com Sinhoretto (2020), entre 1880 e 1924, cerca de 3,6 milhões de italianos, alemães, espanhóis, entre outros, ingressaram no Brasil para fixar residência e trabalhar especialmente nas lavouras de café do Sudeste e do Sul. Pensar na consolidação de uma população mestiça era algo que causava profundas reflexões entre os donos do capital e assim médicos, juristas, historiadores e naturalistas empenhavam-se na criação de novas identidades para a nação. A partir da perspectiva do branqueamento, vislumbrava-se que no decorrer de um século, o País seria branco tendo em vista a miscigenação das “raças”, processo que estaria em transição. A imagem de país mestiço era retratada dentro e fora do território nacional a partir de uma ótica pejorativa.

Mestiça era também a imagem que Louis Agassiz levava do país, quando em 1865 retornava aos Estados Unidos da América carregando na bagagem anotações frescas sobre esse território que se transformara no paraíso dos naturalistas. Era dessa maneira que, em 1868, o reconhecido pesquisador suíço descrevia o local: que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por malentendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia, queixava-se o conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Rio de Janeiro durante quinze meses como enviado francês (SCHWARCZ, 2017, p. 13).

A autora descreve ainda como os “homens da ciência” do século XIX tomaram para si a tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista que partindo do darwinismo social adota o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizem as implicações negativas e violentas que envolveram a miscigenação. Partindo do evolucionismo social sublinha-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una. A partir desta observação, a autora toma como ponto de partida a década de 1870 para compreender a conformação da ideia de nação brasileira que se seguiu¹²³.

Assim é que intelectuais brasileiros empreenderam esforços na construção de novas identidades que situassem a mestiçagem do povo como algo positivo a partir da singularidade

¹²³Tendo em vista não ser esse o foco da pesquisa em tela, deixo como sugestão a leitura do livro de Lilian Schwarcz para maior aprofundamento em relação a temática racial e como se desenvolveu o “elogio a democracia racial” brasileira principalmente a partir de pensadores como Silvio Romero e Gilberto Freyre.

de sua formação. Silvio Romero, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, para citar apenas três expoentes que tenderam a enaltecer a mistura racial existente no país, ignoraram a forma violenta com que esses processos se desenvolveram.

Por certo caíram os paradigmas explicativos e com eles a aceitação científica dos modelos raciais em suas explicações sobre a humanidade dividida em espécies. Com efeito, já nos anos 1930, a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre, de que esse era um país racial e culturalmente miscigenado, passava a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época (SCHWARCZ, 2017, p. 182).

A democracia racial instituída por Gilberto Freyre se refere a uma convivência entre diferentes “raças” a partir de um modelo harmônico. Para Guimarães (2010), a democracia racial ainda que esteja fundamentada na integração social continua produzindo a diferenciação entre as raças e a reprodução das diferenças e, sobretudo, das desigualdades entre negros, mestiços e brancos. A questão fenotípica da cor permanece fundamentalmente relacionada ao preconceito racial no Brasil, diferente por exemplo de sociedades como a americana onde a origem e não o fenótipo determinariam a pertença racial (SINHORETO, 2020). A questão racial aponta um sistema de dominação produtor de desigualdades que estabelecem as diferenças no plano econômico, social, político e cultural em uma confluência entre desigualdades econômica e racial. Silvério (2002) sintetiza a questão.

[...] as desigualdades são um produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural. Além disso, a multiplicidade de fatores na explicação das desigualdades tem a vantagem de mostrar tanto a multicausalidade dos elementos explicativos da vida social quanto o aspecto dinâmico e relacional das relações sociais. Mesmo se se considerar a proeminência da desigualdade entre ricos e pobres na explicação dos fenômenos sociais, o modo como ela se expressa na contemporaneidade brasileira é problemático, uma vez que os indicadores sociais mostram uma confluência entre desigualdade econômica e desigualdade racial. Estes estudos demonstram que a dimensão econômica explica apenas parte das desigualdades entre negros e brancos, a outra parte é explicada pelo racismo, e a discriminação racial teve uma configuração institucional, tendo o Estado legitimado historicamente o racismo institucional (SILVÉRIO, 2002, p. 222).

Ainda que o racismo institucional¹²⁴ esteja amplamente espraiado na sociedade e nas esferas do Estado, é incontestável a tentativa da negação das desigualdades raciais enquanto

¹²⁴O programa de Combate ao Racismo Institucional no Brasil em sua publicação do DFID/PNUD (2005, p. 6) conceitua o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações”. A publicação de Marcia Campos Eurico na Revista Serviço Social e Sociedade (2013) também pode ser consultada para uma melhor

fator gerador das desigualdades sociais, ainda que vários estudos de intelectuais negros e negros tenham sido realizados no país, sugestionando leituras e teorias sobre a singularidade e o caráter estrutural das relações raciais no Brasil¹²⁵.

Apesar da recorrência a métodos eugenistas de embranquecimento da população e do esforço empregado neste sentido para a construção de uma identidade nacional brasileira, Munanga (2019) demonstra que tal embranquecimento não se completou, ao contrário temos uma população plural que se combinou entre mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos e, ideologicamente lançou essas categorias a um plano identitário alienado que dificulta o reconhecimento da população dos múltiplos grupos e interfere na sua organização enquanto tal. Sinhoreto (2020, p.15) aponta que esse processo “acentuou as marcas regionais a partir do embranquecimento de São Paulo e do Sul, em contraste com o Nordeste que se preservou mestiço e com o Norte e Centro Oeste onde a marca indígena e cabocla sobressai”.

Guimarães (2010) aponta a formação das classes sociais no Brasil diretamente relacionada ao contexto das relações raciais e seus desdobramentos e procura demonstrar a impossibilidade de compreender a formação das classes sociais no Brasil sem levar em conta as relações raciais. O autor traça um percurso em ciclos que vai desde a colonização do país com a exclusão do indígena como força produtiva, sugestionando a ideia do “selvagem preguiçoso” seguido pelos processos de escravização dos africanos negros, e de indígenas em um segundo momento. Com a abolição da escravatura no Brasil, a população negra e subalterna vê-se livre e lançada a própria sorte tornando-se uma mão-de-obra indesejada enquanto se amplia o processo de importação de trabalhadores brancos. O terceiro ciclo de estruturação das classes está centrado na produção de uma mão-de-obra interna constituída da ascensão social de uma parcela dos brancos descendentes de imigrantes, principalmente nas cidades do Sul e Sudeste do país que ao mesmo tempo recebiam uma grande quantidade de trabalhadores advindos do norte e nordeste em busca de emprego nas grandes capitais.

Assim, grupos de trabalhadores e patamares de vulnerabilidades e subordinações foram traçados a partir das dinâmicas identitárias entre trabalhadores brancos, negros, nordestinos que se integraram às cidades de forma marginal sendo estes últimos associados aos contextos de surgimento das favelas, ampliação da pobreza e da violência nesses circuitos. Sinhoreto (2020) reforça que

compreensão do racismo estrutural, em um enfoque mais direcionado a atuação dos assistentes sociais.

¹²⁵ Nos próximos tópicos trarei discussões fundamentadas nos estudos de feministas negras brasileiras e estrangeiras que abordam questões relacionadas a classe, raça, gênero sugestionando que tais categorias se inter cruzam enquanto geradoras de múltiplas vulnerabilidades.

ser negro ou branco sempre fez diferença para a integração nas estruturas econômicas do Brasil, e sempre impeliu os negros à subalternidade, o que foi trabalhado mediante categorias analíticas como “margem”, “marginalidade”, “exclusão”, “ilegalismos”. Se há criminalização da pobreza, esta pobreza também está inserida num sistema de classificação racial, que formula e atualiza estereótipos do “criminoso”, do “vagabundo”, do “bandido” como tipos racializados (SINHORETO, 2020, p.16).

O debate sociológico sobre ações afirmativas se estabeleceu para a reflexão sobre as lutas por reconhecimento das diferenças. Silvério (1999) chama a atenção para a importância desse reconhecimento entendendo que não o fazer fortalece as vertentes opressoras e distorce os verdadeiros problemas da sociedade brasileira. Da mesma forma, Carneiro (2005) expõe a necessidade da visibilidade das questões raciais e da identidade da racialidade negra enquanto forma de combate às múltiplas opressões direcionadas a essa população.

A negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse, a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. É em relação a esses danos que a educação escolar e na família em geral se omite, silencia, nega permite sua perpetuação comprometendo a autonomia das pessoas negras. (CARNEIRO, 2005, p. 282)

Kimberlé Crenshaw chama a atenção para a necessidade de que os problemas sejam olhados e nomeados pois somente assim eles passam a ser estruturados e pensados enquanto “problemáticas” que exigem debate e resolução. Foi a partir dessa perspectiva e tentando refletir sobre um problema concreto enquanto jurista atuando no sistema de justiça americano, que a autora popularizou o conceito de interseccionalidade¹²⁶. Embora a terminologia tenha sido criada por Crenshaw em 1989 com foco em raça e gênero (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018), essa perspectiva do intercruzamento das opressões de gênero, raça e classe já fazia parte do repertório discursivo das mulheres negras brasileiras desde os anos 1970 e 1980. No entanto, Carneiro (2003) pontua que tais discussões partilhavam de uma ideia de igualdade entre mulheres, colocando as temáticas raciais em segundo plano e, quando tratadas as desigualdades entre negros, a perspectiva de gênero também era ignorada.

Desde tempos remotos, mas fortalecidos em fins do século XIX, observa-se nos

¹²⁶Em sua palestra intitulada “A urgência da interseccionalidade”, proferida em 2016 no TEDMulheres, Kimberlé Crenshaw expõe a partir de um caso específico, como se construiu a ideia de interseccionalidade. Em sua fala, ela traz o conceito de forma bastante simplificado fazendo analogia a encruzilhada entre ruas e estabelecendo que essa intersecção condiciona e agencia vulnerabilidades diversas. Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt. Acesso em: 15/12/2021.

meios médicos, jurídicos e policiais, uma postura empenhada em provar a inferioridade feminina. Soihet (1989) aponta que às mulheres eram atribuídas características de extrema perfídia e dissimulação, além de serem consideradas infantis e menos propensas ao ato de pensar. Nesse sentido, “a mulher sendo fraca como uma criança, teria necessidade instintiva de ser protegida” (SOIHET, 1989, p. 89). No Brasil, com a instauração da ordem burguesa acompanhada de intenso processo de urbanização e a introdução de imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX ocorreu uma reformulação no âmbito da família deixando bem claro a divisão de esferas em que o “homem pertencia à órbita pública e a mulher à privada” (SOIHET, 1989, p.113). Foi buscando mudar essa realidade e colocar a mulher em um patamar social diferente que se iniciaram as lutas do movimento feminista e de mulheres que no Brasil seguiram a linha do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos em que o movimento sufragista se espalhou e construiu a primeira vaga de feminismo organizado no mundo¹²⁷. Nos EUA a abolicionista e ex-escrava Sojourner Truth discursou chamando a atenção para o sufrágio feminino e os direitos dos negros. Dentre os trechos mais importantes de sua fala, destaca-se o que se segue abaixo.

E não sou mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou mulher? Se a primeira mulher feita por Deus teve força bastante para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, estas mulheres juntas serão capazes de colocá-lo na posição certa novamente! E agora que elas estão querendo fazê-lo, é melhor que os homens permitam. (SANTOS; AZEVEDO, 2020, p. 24).

A partir desse discurso, as mulheres passaram a refletir quanto a ideia de nomeá-las enquanto sexo frágil e, por outro lado, puderam perceber uma diferenciação entre o tratamento dispensado às brancas. No Brasil, dentre as vertentes do Movimento Feminista, existe aquela

¹²⁷No artigo “As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas” (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021) está exposto os marcos referenciais das chamadas quatro ondas do movimento feminista no mundo. “A primeira onda ocorre no século XIX e tem como pauta principal a busca das mulheres pelos direitos para alcançar igualdade com os homens, acreditando que iriam atingir essa finalidade por meio da educação e de uma relação mais simétrica dentro do casamento [...]. A segunda onda feminista ocorre em 1960 e vai até 1980. Direitos foram conquistados na maior parte dos países, mas as mulheres eram iguais aos homens perante a lei apenas no papel, pois na prática essas igualdades não ocorriam [...]. A terceira onda surge em meados de 1990, trazendo as diversidades feminina, com demandas específicas e abordando com força o movimento negro, movimentos homossexuais, lesbianismo, transexuais entre outros [...]. Ainda não há um consenso quanto ao surgimento da quarta onda que dataria de 2010, mas as autoras apontam que seu surgimento se tornou nítido, motivado pelo ativismo virtual ou o chamado ciberativismo, além disso apontam uma diversidade de feminismos, o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam para fazerem manifestações, esses coletivos são organizações mais fluidas, diferentes das organizações tradicionais e se reúnem através das redes sociais”.

que está direcionada às especificidades próprias das mulheres negras, é o Feminismo Negro que teve seu início no país na década de 1970 com o Movimento das Mulheres Negras (MMN). Tal movimento, chamava a atenção para a falta de abordagem conjunta das categorias raça e gênero pelos movimentos sociais da época.

Ribeiro (2018) deixa claro que o feminismo negro não é uma luta puramente identitária. Para a autora, “pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (p. 06). Assim, Santos (2007) forja a categoria de Feminismo Negro Diaspórico para indicar

aqueles grupos cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes; e ainda, cujas práticas apresentem como característica marcante a propriedade de serem (ou terem sido) fundadas e forjadas a partir da articulação das categorias políticas de “raça”, gênero, classe e sexualidade, em resposta ao sistema de dominação que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela ininterseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossexismo (SANTOS, 2007, p. 11).

Santos (2009) expressa que no Brasil, de 1970 em diante, os movimentos feministas chamaram a atenção para a complexidade das relações sociais, visto que, além da exploração que a classe trabalhadora estava submetida, existiam outras formas de opressão que mereciam respostas do Estado e atenção dos sujeitos coletivos no campo da esquerda.

A ideia de que “a classe operária tem dois sexos” abria naquele contexto sócio histórico o debate em torno da diversidade e da “política de identidade”, entendida como o conjunto de questões socioculturais relacionadas, entre outras, às relações sociais de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual que incidem na formação da individualidade (SANTOS, 2009, p. 65).

Pinto (2003), seguindo a mesma compreensão, entende o feminismo brasileiro como um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político, defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população e no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

O ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Até então o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados, chegando mesmo a se configurar mais como uma atividade privada, que acontecia na casa de algumas pessoas¹²⁸. Naquele ano, o general Geisel assumiu o governo

¹²⁸Era o caso das reuniões e grupos de mulheres formados inicialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que segundo Pinto (2003) eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até

brasileiro com a promessa de uma distensão política lenta, segura e gradual. Nesse movimento, a ONU definiu esse ano como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México.

No Brasil, muitos foram os eventos¹²⁹ que, de naturezas e abrangências diferenciadas, marcaram definitivamente a entrada das mulheres e de suas questões na esfera pública. De acordo com Pinto (2003), essa formalização aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização. Rodrigues e Freitas (2021) dão conta de que em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, Lélia Gonzalez¹³⁰ e suas companheiras apresentaram um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. O Manifesto das Mulheres Negras foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de “feminismo branco hegemônico”.

Enquanto “produto” do movimento feminista, as perspectivas de gênero como construção social, dotado de um caráter histórico e plural precisam também ser discutidas. Louro (2004) enfatiza que o conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. “Ele é constituinte desse movimento, ele está implicado linguística e politicamente em suas lutas” (p. 14). No início, havia o interesse de compreender as causas da opressão feminina, tendo os estudos uma inclinação a teorias essencialistas que enfocavam as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Como contraponto, as feministas antropólogas, nos anos 1970, entenderam ser importante considerar as diferentes influências culturais bem como propuseram a separação das esferas doméstico/público. Já no final da década de 1970 e início da década de 1980, o enfoque passou a ser as condições de trabalho da mulher, sua sexualidade e as responsabilidades femininas quanto à criação dos filhos além da importância do status das mulheres e suas diferenças para com os homens. Após uma observação mais apurada sobre a presença da mulher na complexidade social, passou-se ao uso

políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites.

¹²⁹O primeiro deles e o mais abrangente foi um evento com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizado no Rio de Janeiro com o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

¹³⁰Rodrigues e Freitas (2021) informam que Lélia Gonzalez, ao mesmo tempo em que transitava pelos movimentos negro e feminista, fazia duras críticas a ambos, pontuando que os feminismos deveriam dar atenção às múltiplas formas de opressão que recaem sobre as mulheres. A filósofa, historiadora e antropóloga ressaltava a importância da autonomia das organizações de mulheres populares, negras e indígenas, ao acreditar que “ninguém era melhor do que essas mulheres para vocalizar seus próprios interesses e suas formas de simbolizar o mundo social” (p. 5).

da categoria gênero,¹³¹ trazendo uma mudança de patamar analítico.

Dentro do movimento feminista a categoria gênero foi criada na chamada “segunda onda” do feminismo¹³² nos EUA, tendo maior visibilidade a partir da década de 1960. No início da “segunda onda” do movimento feminista ainda se fazia uso da categoria “Mulher” em contraposição à palavra “Homem” considerada universal. De acordo com Pedro (2005), por não se sentirem contempladas em suas diferenças dentro da categoria “mulher”, negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença.

A categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. A partir disso a categoria “Mulher” passou a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. Além disso, a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas (PEDRO, 2005, p.82).

Assim, a categoria gênero surgiu no movimento feminista do interior da categoria “mulheres” e teve sua utilização demarcada pelas historiadoras que escreviam sobre a história das mulheres, inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica¹³³”, publicado no Brasil em 1990. Para a autora, a definição de gênero está informada no seguinte trecho: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1991, p.75). Assim, não se pode pensar os sujeitos sociais como produtos sociais e biológicos, tendo em vista que tais construções estão interligadas e, nesse sentido, precisam ser relativizadas.

Matos (2006) entende que a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência

¹³¹A categoria gênero, segundo Heilborn (1991, p. 36), foi tomada de empréstimo da gramática. Trata-se em sua acepção primeira, “do emprego de designações diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas”.

¹³²Nos estudos feministas delimitam-se três etapas históricas que contribuíram para a emergência de temáticas dos estudos feministas e de gênero: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada pós-moderna, derivada do desconstrucionismo que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades (SCAVONE, 2008, p.177). Em relação a segunda onda do feminismo, Nancy Fraser (2007) esboça que sua trajetória também está dividida em três fases: Em uma primeira fase, o feminismo estava estritamente relacionado a vários “novos movimentos sociais” que emergiram do fermento dos anos 1960. Na segunda fase, foi atraído para a órbita da política de identidades. E, finalmente, em uma terceira fase, o feminismo é cada vez mais praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

¹³³Neste artigo, Joan Scott retoma a diferença entre sexo e gênero, já empregada na década de 1960 por Robert Stoller; entretanto, ela o articula com a noção de poder.

da desigualdade entre mulheres e homens. Assim, a categoria gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, estando ainda vulgarmente associada como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema. As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes. O aprofundamento desse conceito e sua diversificação nos possibilitam atualmente falar em teorias de gênero.

Para Scavone (2008), o conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero. Na língua francesa Scavone (2008) diz que a socióloga e uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista francês, Christine Delphy, utiliza o conceito de gênero. Para ela, entretanto, “é o gênero que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica, dividindo a humanidade em duas categorias de gênero. Ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total” (p.180).

Outro desdobramento do conceito de gênero segundo Scavone (2008) foi dado a partir dos anos 1990 pela “teoria *queer*”¹³⁴, que ‘ultrapassa os gêneros’ (transgendering), conforme a filósofa feminista Judith Butler ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais). Como Delphy, Butler se inspira inicialmente em

¹³⁴Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2004 p. 546).

Monique Wittig, entretanto, atém-se mais à sua contribuição crítica sobre a matriz heterossexual, “que dá ao gênero uma heterossexualidade normativa”, do que às suas questões sobre as “desigualdades estruturais”, as quais foram, também, consideradas por Delphy por sua postura materialista.

Louro (2004), ao tratar sobre a obra de Judith Butler, afirma que a autora ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gênero. Butler (2003) afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”, daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual. Butler busca, dentre outras posturas, romper com a distinção dicotômica sexo (biológico) /gênero (social).

[...] se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de “mulher” não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e “homem” não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos [...]. Isto sugere ‘que os corpos sexuais podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais’ (BUTLER, 2003, p. 163).

A autora reforça ainda que por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Nos estudos de Butler é perceptível a ideia de que gênero não é um problema do campo da sexualidade, é um problema político e um problema ontológico. Nesse sentido a filósofa americana aparece repensando, discutindo ou desconstruindo várias teorias feministas sobre gênero.

De uma forma geral, segundo Louro (1997), a característica fundamentalmente social e relacional do conceito de gênero não deve levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis¹³⁵ masculinos e femininos. A pretensão é, segundo a autora, entender o

¹³⁵Papéis que, de acordo com Louro (1997, p. 24) seriam, basicamente padrões ou regras arbitrarias que uma

gênero como constituinte da identidade¹³⁶ dos sujeitos. Por fim, mediante todas as abordagens e críticas em relação às formas de conceber e interpretar a categoria gênero, Louro (1997) pontua que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente.

As relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas, com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução, estão construindo gênero (LOURO, 1997, p. 35).

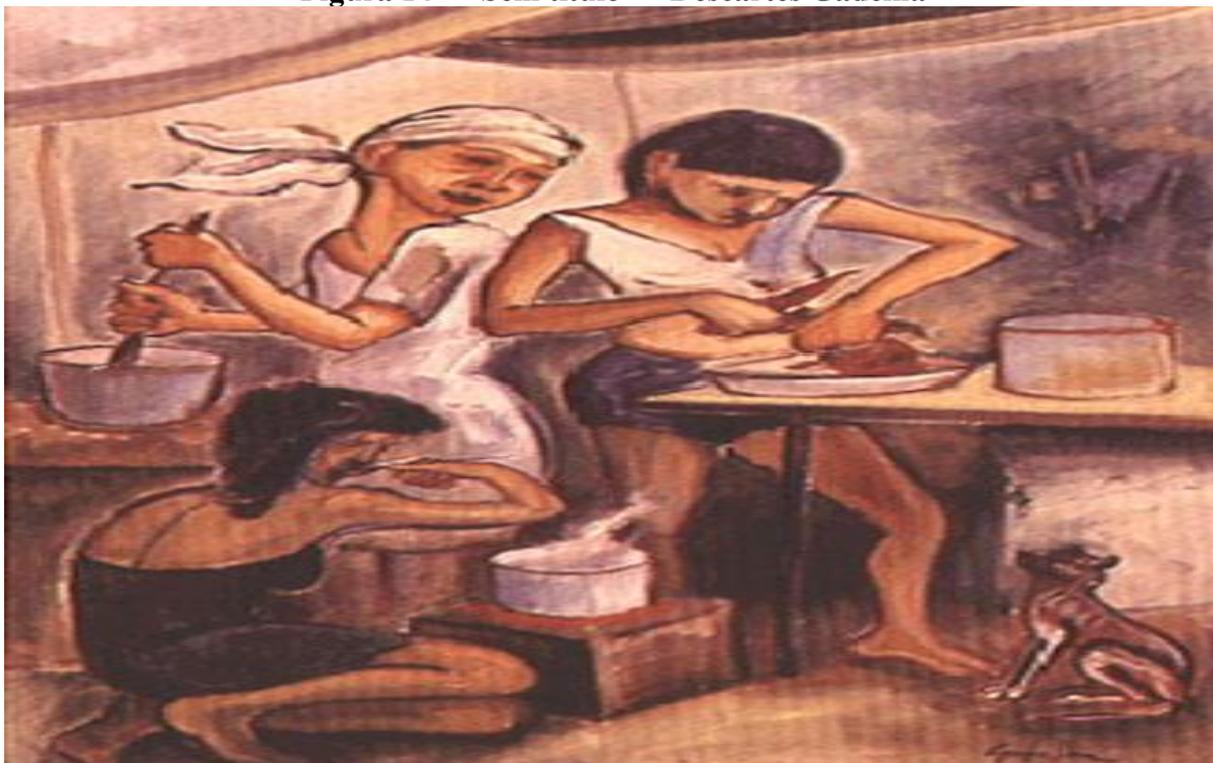
As marcas de raça, gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são, portanto, cambiantes e provisórias, e estão sem sombra de dúvidas, envolvidas em relações de poder. Louro (2004) pontua que as formas como nos apresentamos como *sujeitos* de gênero e de sexualidade são, sempre, formas inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos. Os corpos considerados “normais” e “comuns” são, também, produzidos através de uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos.

No campo das formulações teóricas mais recentes e que envolvem as questões relacionadas aos estudos feministas e as relações de gênero, observamos o crescente direcionamento das abordagens a partir da compreensão da interseccionalidade enquanto perspectiva de análise. De acordo com Pereira (2021), a apropriação do termo interseccionalidade à literatura acadêmica brasileira esteve atrelado a ampla expressividade que adquiriu nos últimos anos os debates trazidos por feministas negras. Essa discussão será ampliada nos próximos tópicos em que busco correlacionar gênero, raça, classe e geração em uma perspectiva interseccional, apontando estudos dentro do campo interpretativo do feminismo negro.

sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar.

¹³⁶ Para conceituar identidade, Louro (1997, p.24) se aproxima das formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais compreendendo os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

Figura 14 – “Sem título” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11182/sem-titulo>

4.2 “Eu fui criada na lida doutora”

Meu encontro com Tereza no primeiro dia em que fui ao Oitão Preto está narrado na introdução, e muito já falei sobre ela nas páginas anteriores. Porém, ainda me detenho um pouco no perfil desta mulher para que possa aprofundar a narrativa que agora proponho. Tereza figura na vizinhança como uma mulher que concentra respeito e autoridade. É uma mulher negra que vive em uma pequena casa sem abastecimento de água ou luz elétrica. A luz é conseguida através de um “gato¹³⁷” e a água consumida é recolhida em um dos canos quebrados que jorram água em alguns pontos da favela. Tereza falou disso quando pediu a Samuel que pudesse utilizar um comprovante de endereço da ONG em mais uma tentativa de inserção no Programa Bolsa Família. Sua preocupação inicial ao me conhecer foi contar que o filho estava preso, mas já próximo a concluir sua pena. Assim, solicitou ajuda para conseguir uma segunda via do registro de nascimento do filho que havia sido registrado no interior do Estado. Tereza dizia com a certeza e esperança só possíveis nas palavras de uma mãe: “meu filho prometeu que quando sair, vai procurar trabalho e vai largar essas coisas”. As coisas eram as drogas. Seu

¹³⁷ Modo como é chamado popularmente o abastecimento da rede elétrica ou de água de formar clandestina utilizando-se de uma ligação ilegal.

filho havia sido preso por tráfico. Com Tereza residia ainda sua irmã Joana e duas netas crianças. Além dessas, esporadicamente a filha de Tereza vinha para casa, após longos períodos em que permanecia pelas ruas fazendo uso de crack. A filha, dizia Tereza “é caso perdido”, “tá se acabando na pedra”. Durante os meses de trabalho em campo, semanalmente visitei Tereza, em algumas ocasiões a encontrava na porta, receptiva já nos convidando a entrar, em outras a porta permanecia fechada, coisa que passou a acontecer como rotina já quando se aproximava a conclusão da pesquisa de campo.

“Eu fui criada na lida doutora. Desde criança que eu sei o que é trabalho. Hoje eu cuido das minhas netas porque elas não têm culpa da mãe delas ter caído na “pedra”. Esses diabos destroem tudo. Eu mesma vendo essas coisas, mas nunca usei. Deus me livre. Quando eu era nova gostava de umas brincadeiras, a gente saía pra dançar e beber, era bom demais. Mas não tinham essas coisas não, era só cachaça e cerveja mesmo. Agora tá sem jeito. Eu trabalhei de tudo que você possa pensar. Já fiz faxina, já vendi roupa na feira. Mas agora, quem vai chamar uma preta velha como eu pra fazer faxina? Eu agora vivo cheia de dor, não tenho mais aquela força que eu tinha quando era moça não...” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Esse recorte da fala de Tereza pode parecer, em um primeiro momento, pouco relevante, até comum diante da barbárie social que vivenciamos. O fato de Tereza ser negra, viver em condições de pobreza e vulnerabilidade, assim como tantas outras mulheres com quem tive contato no Oitão Preto, sustenta uma soma de identidades e condições estruturais de vida que atravessam seus corpos e reorientam, como explica Akotirene (2019, p.26), significados subjetivos desses corpos, por serem “experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade”.

Assim é que o campo me exige compreender a fluidez dessas identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, classe, raça e geração, no sentido de apreender as opressões estruturantes da qual são produto. Essas diferentes formas de opressão, longe de serem entendidas como cumulativas, são apresentadas aqui como interseccionais¹³⁸, no sentido da “produção de efeitos específicos” (KILOMBA, 2019, p. 98).

Essas mulheres, que sempre estiveram marginalizadas do acesso à direitos de cidadania e subalternizadas das esferas de produção e de consumo, aparecem na economia ilegal do tráfico de drogas, geralmente, de forma subalternizada, ocupando baixos postos e, raramente

¹³⁸De acordo com Knudsen (2005), a interseccionalidade implica mais do que pesquisa de gênero, mais do que estudar as diferenças entre mulheres e homens, e mais do que diversidades dentro de grupos de mulheres ou dentro de grupos de homens. A interseccionalidade tenta capturar as relações entre categorias socioculturais e identidades.

tendo o comando do negócio. Estando mais expostas na cadeia de produção e consumo de drogas, elas são mais suscetíveis a sofrer abordagens e o encarceramento¹³⁹, experiências entendidas por Sudbury (2005, p. 52) como "feminização da pobreza e da punição", ou seja, a compreensão de que a marginalidade social, a criminalização e as práticas punitivas são parte de um mesmo processo de subordinação racial das mulheres, notadamente as negras.

Esses fenômenos contribuem para a compreensão de que raça e gênero são inseparáveis. Para Kilomba (2019, p. 94), “construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo”. No tocante a atividades ilegais como é o caso da venda de drogas ilícitas, as construções de raça e gênero afloram para determinar quem é o *sujeito* traficante e em que lugar ele deve estar.

Assim, no contexto do uso e venda de drogas, é importante traçar alguns aspectos para entender a proibição e o controle das substâncias lançadas no rol da ilegalidade, e ao mesmo tempo compreender como as questões raciais, de gênero e classe social estão presentes neste cenário. Escotado (1998) apresenta cinco nuances fundamentais: o elemento religioso tradicional interligado a impureza; 2) as tensões sociais em relação às classes trabalhadoras e a industrialização; 3) o desenvolvimento da profissão médica¹⁴⁰; 4) a ampliação do papel do Estado que assume funções antes realizadas pela sociedade civil e 5) o conflito entre China e Inglaterra que reestabelece estereótipos de relações coloniais¹⁴¹. Mountian (2017) acrescenta

¹³⁹Dados de julho a dezembro de 2019 presentes no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) dão conta de uma população carcerária de 748.009 detentos no Brasil. Destes, 362.547 estão em regime fechado sendo os crimes contra o patrimônio o tipo penal de maior incidência, seguido pelo tráfico de drogas. No Estado do Ceará são 31.569 detentos, estando 7.698 em regime fechado. O Ceará é o sexto Estado em número de detentos e o segundo maior do nordeste, ficando atrás apenas de Pernambuco. Em relação ao gênero, a população carcerária brasileira é composta majoritariamente por homens com um total de 711.080 detentos sendo os crimes contra o patrimônio o tipo penal prevalente entre eles. Já as mulheres somam 36.929 detentas com o tráfico de drogas como tipo penal mais incidente. Ainda em relação ao gênero, no Estado do Ceará também é majoritário o número de homens encarcerados 29.761 e 1.808 mulheres.

¹⁴⁰É possível localizar, entre os séculos XVIII e XIX, a emergência de ao menos dois fenômenos decisivos para o crescimento do poder médico. Um deles se refere àquilo que Foucault chamou de “nascimento da clínica”, o qual consistiu no acoplamento entre a anatomia patológica e a já antiga experiência clínica (FOUCAULT, 2011) e resultou em uma nova estrutura de percepção dos fenômenos mórbidos, que se revela, mas certamente não se esgota na mudança ínfima e decisiva que substitui a pergunta “o que é que você tem?”, por onde começava, no século XVIII, o diálogo entre o médico e o doente, com sua gramática e seu estilo próprios, por esta outra em que reconhecemos o jogo da clínica e o princípio de todo seu discurso: “onde lhe dói?” (FOUCAULT, 2011, p. 143). O outro fenômeno diz respeito ao uso de drogas terapêuticas. Chast (1995) informa que até o século XIX, a produção de substâncias de uso terapêutico envolvia o emprego quer de plantas inteiras, frescas ou secas, quer de produtos caracterizados pela mistura de uma variedade de substâncias, o que dá início as primeiras ações da farmacologia medicamentosa.

¹⁴¹De acordo com D’elia filho (2007), as primeiras "guerras" envolvendo a questão das drogas foram disputas a favor do livre comércio destas substâncias. As "guerras do ópio", em 1839 e 1856, respectivamente, trazem a marca de uma política que vislumbra uma enorme lucratividade no comércio legal do ópio. Os ingleses obtinham grandes lucros com o fomento da produção de ópio na costa oriental da Índia e, especialmente, com a exportação do produto para a China, onde cerca de dois milhões de pessoas chegaram a se tornar opiómanas e as vendas do ópio, promovidas pela *East India Company*, chegaram a representar a sexta parte do total das rendas

nessa análise as relações de gênero e intersecções de raça, classe e nação no controle e regulação das drogas, ressaltando o medo das relações inter-raciais presentes nos elementos sexistas, xenofóbicos e racistas.

Para analisar a proibição mundial das drogas é necessário entender em que momento e por que razões, essas substâncias passaram a ser proibidas e seu uso condenado socialmente, tornando-se um problema de saúde pública a partir da metade do século XIX, momento de grande progresso da química industrial, da farmacologia e da medicina (SILVA, 2002, p.11). Entender os discursos que fundamentam a proibição das drogas é, portanto, eixo fundamental na construção dessa análise. Assim, trago como ilustração os discursos sobre o ópio na Inglaterra e a maconha no Brasil.

Na Inglaterra e em outras cidades europeias no século XIX, o consumo de ópio era livre existindo até botequins denominados “opiários” em que se fazia o consumo de forma recreativa, além do uso da substância para fins medicinais, sem que fossem seus usuários tachados de “drogados”. Esse uso recreativo era comum principalmente entre as classes sociais de elevado poder econômico, o que garantia maior tolerância ao uso. No Brasil, o uso do ópio estava ligado a classes sociais favorecidas da elite branca, sendo o ópio receitado de “boa-fé” por médicos e utilizado também por poetas, artistas e sonhadores¹⁴². Já nas classes operárias, o uso do ópio mantinha forte ligação às suas propriedades medicinais, sendo indicado para demandas de mulheres como dor menstrual, parto, além do uso paliativo para uma série de outras indicações. A morfina era indicada também para controle de doenças psiquiátricas sendo as mulheres “histéricas” medicadas com a droga injetável (MOUTIAN, 2017). A histeria feminina observada nesses contextos, já demonstra o caráter sexista e preconceituoso em relação às mulheres ao considerar o uso entre elas mais problemático.

Em relação ao uso de drogas as mulheres são de modo geral, tachadas de mais “fracas” que os homens e, dentre as mulheres, as brancas eram consideradas ainda mais frágeis. Campbell (2000, p.68) traz as considerações de um médico norte-americano que apontou, a

da Índia Britânica. Era comum também nas cidades da Europa a existência de "opiários", espécie de botequins do século XIX em que as pessoas consumiam livremente o ópio. De acordo com Valois (2017), a proibição do ópio nos EUA está diretamente relacionada a xenofobia e o preconceito gerado pela grande quantidade de chineses que migraram em direção ao país para trabalhar na construção de ferrovias, ocupando inúmeros postos de trabalho, trazendo consigo o hábito do uso de ópio.

¹⁴²O ópio no Brasil figurava entre as chamadas “toxicomanias elegantes” ainda dentre elas a morfina e a cocaína. O uso de tais substâncias era tolerado, nunca chamando a atenção de entidades de controle e punição como a polícia. Em Escotoado (1998, p. 32-33), encontramos a seguinte citação: “Este formidável consumo não cria problemas de ordem pública ou privada. Ainda que se contem por milhões, os usuários regulares de ópio não existem nem como casos clínicos nem como marginais sociais, o costume de tomar esta droga não se distingue de qualquer outro costume – como madrugar ou transnoitar, fazer muito ou pouco exercício, passar a maior parte do tempo dentro ou fora de casa...”

partir de observações feitas em seu consultório, que “uma mulher delicada de olhos azuis e cabelos loiros tem a máxima suscetibilidade a ter problemas com o uso de drogas”. A fragilidade da mulher branca aparece aqui como elemento racial e diferenciador das negras para quem o uso de drogas seria mais “natural” ainda que não tolerado moralmente.

A diferenciação pontuada entre mulheres brancas e negras, sustenta aquilo que autoras feministas negras¹⁴³ apontam, ao considerarem que o modo como gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca, não sendo as mulheres um grupo coletivo e universal, mas chamando a atenção para as diferenciações dentro da estrutura patriarcal que garante às mulheres brancas uma posição de superioridade em relação às mulheres racializadas.

Ao conceituar gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens - brancos e negros - e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo - tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos (KILOMBA, 2019, p. 103).

A luta antirracista não aparece de forma contundente na literatura feminista ocidental que concentrou suas teorias nas opressões de gênero, deixando de perceber que mulheres “pretas e pobres” se encontram diante de opressões que vão além da sexualidade e das correlações com o patriarcado.

A discriminação sexista tem impedido que mulheres brancas assumam seu papel dominante na perpetuação do imperialismo racial branco, mas isso não tem impedido mulheres brancas de continuarem a absorver, apoiar e defender a ideologia racista ou de agir individualmente como opressoras racistas (hooks¹⁴⁴, 2019, p. 124).

A divulgação, nos últimos anos de diversas publicações de autoras feministas negras como bell hooks (2019), Angela Davis (2016), Grada Kilomba (2019) e da abertura aos escritos de pensadoras brasileiras como Lélia Gonzalez (2018) e Carla Akotirene (2019), tem

¹⁴³“O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns” (COLLINS, 2016, p. 101-102).

¹⁴⁴Escrevo o nome desta autora em letras minúsculas privilegiando sua postura que busca dar enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. Esse posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas é respeitado nesta tese.

garantido a reflexão quanto a essas questões e ampliado o debate ao passo que questiona o modelo de patriarcado absoluto que lança as mulheres dentro de um mesmo conceito, deixando de perceber as singularidades de suas existências, permeadas por gênero, raça, classe e geração.

Retomando a análise dos discursos em relação às drogas, chamo a atenção para o caso da maconha ou “o ópio do pobre”. Seu uso medicinal data de 2.700 a.C. Largamente utilizada na Europa com esse propósito, durante os séculos XVIII e XIX, ela foi introduzida no Brasil pelos escravos advindos do continente africano e difundida entre os indígenas, sendo inicialmente usada para fins medicinais e em atividades recreativas, como a pesca, e nas rodas de conversa. Nos Estados Unidos, a erva já era conhecida pelos índios quando os mexicanos a levaram para aquele país (BRASIL, 2014).

A demonização da maconha no Brasil iniciou-se na década de 1920 (CARLINI, 2006). Apesar das tentativas anteriores no século XIX e início do século XX, a perseguição policial aos usuários de maconha somente se fez constante e enérgica a partir da decisão da II Conferência Internacional do Ópio¹⁴⁵. Esta postura repressiva permanece no Brasil, tendo para isso o apoio da Convenção Única de Entorpecentes, da ONU, que ainda considera a maconha uma droga extremamente prejudicial à saúde e à coletividade, comparando-a a heroína e colocando-a em suas listas condenatórias. No Brasil o uso de maconha sempre esteve envolto por uma atmosfera de preconceito e discriminação que cria no imaginário popular a associação “pobre –preto –maconheiro –marginal –bandido”¹⁴⁶ (BRASIL, 2014, p. 19).

Brandão (2017) destaca a origem exótica da “maconha” no continente americano, bem como aponta as diferentes denominações que a planta recebeu desde sua primeira identificação científica feita por Lineu em 1753 sob o nome de *Cannabis sativa L.* Em relação a sua chegada no Brasil, diversas hipóteses são formuladas sendo uma das mais aceitas aquela que informa a chegada da maconha ao País a partir do seu “descobrimento” pelos portugueses sendo a planta trazida pelos escravos africanos. O autor chama a atenção para o fato de que durante muito tempo perdurou a perspectiva de que a substância seria benéfica tanto em termos econômicos e geopolíticos quanto pelos benefícios a partir de suas propriedades terapêuticas.

¹⁴⁵Ocorrida em 1924 na cidade de Genebra.

¹⁴⁶Para estabelecer o perfil dos usuários de maconha, Parreiras (1958, p. 265) aponta determinadas características: “nessa sociose deselegante é frequente o desemprego [...] campeando a malandragem entre eles, vivendo de iniciativas mais ou menos indecorosas. A desagregação familiar é consequência da vida nômade dessa gente; não constituem lar; não possuem casa; vivem ao relento [...]. Raramente são casados. Raramente tem prole [...]. A sua capacidade produtiva é pequena; vivem em geral de salário baixo [...]. É acentuado o seu atraso pedagógico; quase todos são analfabetos [...]. Eles são desajustados profissionais [...]. Não tem religião, nem fé [...]. Está aí o pária, o ilota, o homem desprezado pelos seus semelhantes e excluído da vida em sociedade, caminhando fatalmente para o último degrau dessa sociose, que é a delinquência”.

Segundo o autor, o uso medicinal perdurou no Brasil pelo menos até o início do século XX quando se inicia a associação do uso de maconha aos negros e mestiços.

Souza (2012, p. 76) relata que autoridades nacionais e locais de combate aos entorpecentes considerava ser a maconha causadora “da criminalidade tanto contra a pessoa como contra a propriedade”. Em suas conclusões o “maconhismo” era uma “psico-sociedade heterotóxica deselegante”, opondo-se aos “vícios elegantes”, inspirados no cosmopolitismo parisiense, da “boa mocidade”, das elites econômicas e intelectuais. Seria coisa para um “conhecido em rodas de malandragem”.

A acusação de “maconheiro” no Brasil era, portanto, aplicada a um grupo de pessoas inseridas nas classes subalternas, e pertencentes aos mais baixos meios sociais.

A alcunha de “maconheiro” era aplicada a um vasto conjunto de personagens sociais identificadas entre as “populações nortistas pobres”. Seus “afeiçoados” seriam, sobretudo, naturais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Pará e Maranhão e, predominantemente, “negros e pardos”; poderiam ser os “canoeiros, pescadores” e todos os tipos de embarcações, acusados de serem os maiores responsáveis pela propagação do vício; poderiam ser os sertanejos, bem como os adeptos dos catimbós, xangôs e candomblés; estariam também entre o vasto e heterogêneo conjunto dos trabalhadores urbanos; e sem dúvidas a maconha seria encontrada em posse de “gatunos”, malandros, boêmios, “larápios”, “mundanas” e “decaídas” (SOUZA, 2012, p. 77).

No controle e regulação de grupos minoritarizados por uso de políticas de drogas, como nordestinos e sertanejos, além de adeptos de religiões de matriz africana, a xenofobia e o racismo prevalecem junto ao controle desses grupos específicos. As mulheres nesse contexto poderiam ser vistas como potenciais vítimas das drogas, no caso de mulheres brancas e daquelas envolvidas em relações inter-raciais; ou que ao contrário, mulheres “*mundanas e decaídas*” levassem os homens ao consumo de drogas, por exemplo, em histórias que prostitutas os seduziam dando lhes maconha ou cocaína (MOUTIAN, 2017, p.134).

Não por acaso, no Brasil, a primeira regulação que proibia a venda de maconha ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1830 e estava diretamente ligada ao contexto de controle e regulação da população negra (MACRAE E SIMÕES, 2004). Ao longo do tempo, as políticas reguladoras de drogas lançadas ao rol da ilicitude foram ampliadas e a “guerra” de combate a elas ganhou altas proporções, principalmente no caso brasileiro em que se apresenta um contexto social e político extremamente desigual, tal discussão já foi pontuada em capítulo anterior.

Apesar de ser o Brasil uma das maiores economias mundiais¹⁴⁷, o país está listado como recordista em desigualdade¹⁴⁸, ampliada enormemente com a chegada da pandemia de Covid19. Os índices de violência e homicídios são altos¹⁴⁹, e a população negra é particularmente afetada¹⁵⁰. Em relação as mulheres, entre as negras estão as maiores taxas de mortalidade por homicídios, além de altos índices de violências dirigidas a populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBTTTs). O Estado do Ceará reflete estes dados apresentando um cenário de violência e agressões a mulheres, particularmente as negras. Dados do Atlas da Violência (2021) trazem os números de homicídios de mulheres negras e não negras no Estado. Em 2019, foram assassinadas 199 mulheres negras no Ceará enquanto entre as mulheres não negras foram 21 ocorrências¹⁵¹.

Entre os encarcerados a população negra também é a maioria. O encarceramento feminino, como já citado é uma realidade e apresenta um crescimento importante ao longo das últimas décadas. Dados do Relatório sobre mulheres privadas de liberdade de 2019, apontam que 48,04% das mulheres privadas de liberdade com informação sobre raça/etnia no Brasil são de cor/etnia pardas, seguido de 35,59% da população carcerária de cor/etnia branca e 15,51% de cor/etnia preta. Somadas, as mulheres presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,55% da população carcerária nacional¹⁵². Na perspectiva das políticas sobre drogas e em suas práticas potencialmente punitivas e absenteístas, os dados comprovam que as mulheres, particularmente as pobres e negras, estão mais suscetíveis ao encarceramento, a violência e homicídio, além dos casos de perda do poder familiar em relação aos filhos, quando detectado

¹⁴⁷Atualmente o Brasil ocupa a 11ª posição entre as maiores economias do mundo de acordo com dados da consultoria do Centro de Pesquisa para Economia e Negócios. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-seguira-como-11o-pib-global-em-2022-e-so-volta-ao-top-10-na-proxima-decada/>. Acesso em 11/02/2022.

¹⁴⁸Dados do IPEA e do IBGE (2020) colocam o Brasil entre os dez países mais desiguais do mundo.

¹⁴⁹ Ver Atlas da Violência de 2021, publicação do IPEIA e disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

¹⁵⁰Dados do Atlas da Violência divulgado em 2021 apontam que em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

¹⁵¹Esses números, no entanto, são menores do que os de 2018, ano em que houve o maior número de assassinatos de mulheres no Estado do Ceará em uma série histórica de dez anos. Em 2018 foram assassinadas 426 mulheres negras e 47 mulheres não negras. Atlas da Violência de 2021, publicação do IPEA e disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

¹⁵² Dados disponíveis em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em 11/02/2022.

o uso de drogas, sem que sejam feitas as intervenções adequadas para garantia da manutenção do vínculo familiar.

A "matriz da dominação" presente na análise de feministas negras como Lélia Gonzalez (2018), Sueli Carneiro (1995) e Kimberley Crenshaw (1995) é uma categoria importante para pensar como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social forjam uma outra categoria, a da "mulher encarcerada" tendo em vista que elas se encontram engendradas em processos de produção de vulnerabilidade social para quem o universo prisional é marcador central. A "mulher negra encarcerada" (ALVES, 2016) é geralmente a “mula” do tráfico de drogas e o crescente número de mulheres negras presas nessa condição é, segundo a autora, um sintoma do regime racializado de dominação patriarcal, expresso pelo Estado penal, lançando-as a condição de cidadãs de segunda categoria, ou não cidadãs. Como pontua Tereza.

“Eu também já fui presa duas vezes, a polícia me persegue, cadê que eles vão atrás dos “chefes” vem atrás de mim porque eu não tenho força, ninguém por mim. Mas é uma coisa horrível a prisão, é muito sofrimento” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

No contexto norte-americano, Davis (2016) aponta que a desestabilização do Estado Social produz o encarceramento em massa das mulheres negras que se veem desprovidas de condições concretas que garantam o acesso ao emprego, oportunidades profissionais e ajuda na criação dos filhos, sem nenhuma rede de proteção, resta-lhes o envolvimento em atividades ilegais que lhes garantem o sustento, ao passo que também as coloca na mira do Estado racial incapaz de atender a direitos básicos de cidadania, tendo a prisão como solução punitiva. No Brasil tal realidade não é diferente, ao contrário, os números crescentes do encarceramento feminino no país provam que seguimos a mesma lógica. Interessante, no entanto é perceber que ainda que sejam enquadradas pelos “de fora” como traficantes, as mulheres interlocutoras da pesquisa não se observam dentro desta categoria. Por muitas vezes conversamos sobre isso e Tereza certa vez disse:

“a polícia diz que eu sou traficante, já pensou? Eu traficante? Não acho que eu sou traficante. Eu não faço mal a ninguém, só vendo isso pra viver. Se eu pudesse, eu ia era pra praia, comprar roupa no Centro. Mas tem dia que eu não tenho dinheiro nem pra comer. Já viu traficante não ter dinheiro nem pra comer?” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

A imagem do traficante¹⁵³ como o detentor do poder e do dinheiro está presente na fala de Tereza e expressa uma condição de subordinação desta mulher a uma pirâmide desigual

¹⁵³Na pesquisa de Grillo (2008), os indivíduos estudados não aceitam a categoria “traficante” para designá-los,

de comércio de drogas que a coloca em um patamar de vulnerabilidade, pouco ou quase nenhum retorno financeiro, no entanto, muito mais suscetível às ações punitivas e repressoras da polícia. Para além da imagem simbólica de poder que o traficante emana entre os moradores das favelas e comunidades, para o restante da sociedade ele se constitui no responsável por todas ou a maioria das mazelas/problemas sociais, dentre eles a violência, sendo também acusados de desvirtuar toda uma geração de crianças e adolescentes cooptados pelo tráfico. Chaves (2013) afirma que “a imagem mental construída em torno do traficante é a de que este consiste numa espécie de “vírus do espaço exterior” que ameaça o sistema social e que deve ser “exterminado”” (p.98). Nesse sentido, o tráfico de drogas se apresenta como algo profundamente ameaçador e imoral, capaz de corroer os indivíduos e o tecido social do qual fazem parte em uma sociedade pretensamente harmoniosa. Souza (2006) fala da fragmentação do tecido sócio-político-espacial das cidades que incorporam complexas relações que variam entre o legal e o ilegal em que estão inseridos os pequenos vendedores de drogas ilícitas, conhecidos como “varejistas”, “esticas” ou “mulas” que residem nas favelas, e diferentemente dos grandes traficantes ricos, não desfrutarão de paz ou sossego, graças a seus antagonistas (polícia, instituições antidrogas e facções rivais).

De fato, a maioria das oportunidades para as mulheres surgiu nos patamares mais baixos, precários e arriscados do mercado varejista de drogas em que prevalece uma hegemonia masculina que impermeabiliza as organizações do tráfico a quaisquer pretensões “emancipatórias”. Foi com o advento do *crack*, na década de 1980, que as oportunidades de entrada de mulheres no mercado de trabalho ilegal da venda de drogas se expandiram amplamente no nível varejista. Para Han (2012), a estrutura do mercado de *crack* apresenta uma forte estratificação por gênero, bem como por raça/etnicidade, se estabelecendo principalmente a partir de redes parentais masculinas que acabam por envolver suas esposas, namoradas, irmãs, amigas que se tornam pequenas distribuidoras. As mulheres entrevistadas reforçam esse argumento pois de fato, todas elas foram “iniciadas” na atividade da venda de crack por homens. Tereza e Irene por seus filhos, Inácia pelo marido e Lourdes a partir de amigos, homens que lhes deram as credenciais de confiança e sigilo para ser uma “revendedora” confiável.

apesar de se reconhecerem enquanto praticantes de atividades comerciais classificáveis como tráfico de entorpecentes. A rejeição desse rótulo se dá pela associação midiática da palavra “traficante” com o “bandido do morro”, do qual eles fazem questão de se distinguir. Os comerciantes de drogas que operam no “asfalto” são beneficiados em relação aos seus equivalentes pobres, por se privilegiarem da possibilidade de não se submeter aos processos da “sujeição criminal” (MISSE, 1999). Misse desenvolve esse conceito de modo a abranger tanto os processos de criminalização preventiva dos tipos sociais potencialmente criminosos, quanto os de subjetivação dos rótulos que lhes são atribuídos.

Souza (2006, p. 18) descreve um grupo que, mesmo estando em baixos degraus na pirâmide do tráfico de drogas, ainda assim gozam de certo poder dentro de seus territórios, sendo “oprimidos que oprimem outros oprimidos”. No entanto, as mulheres aqui descritas estão mais abaixo dessa pirâmide de poder, elas enquanto revendedoras varejistas, não possuem o aparato bélico característico da imagem do traficante. No máximo, recebem de seus “senhores” a promessa da proteção, desde que também garantam seu anonimato. Essa categoria é nomeada dentro do circuito do tráfico de drogas.

A partir dos anos 1980, com a sedimentação da política de “guerra” contra as drogas, a divisão do trabalho no comércio ilegal faz surgir a figura do(da) “estica”, aquele(a) que “resolve” (aspas minhas) participar do negócio ilícito como revendedor(a) de mercadoria. Este(a) “sacoleiro(a)” das drogas ocupa a mesma posição dos camelôs e pivetes, sendo considerado(a) bandido(a) de 3ª classe, uma vez que é sobre ele(ela) que recai a repressão punitiva [...] para ser sacoleiro(a) de drogas não é preciso portar nenhuma arma e sequer integrar alguma dita organização criminosa. Basta ter crédito junto aos fornecedores. [...] Ocupando a ponta final do comércio de drogas proibidas, “esticas”, “mulas” e “aviões” ficam tão-somente com uma parcela ínfima dos lucros auferidos no negócio, quantia esta que nunca os(as) levará a possuir real participação nas empresas que atuam no mercado ilegal das drogas (D’ELIA FILHO, 2007, p. 21-22).

As pequenas comerciantes do Oitão Preto mantêm relações subordinadas aos fornecedores que realizam com elas um contrato verbal, informal que preza pelo sigilo e pela lealdade. Em suas casas, o imprevisto dos tabuleiros com as pequenas “pedras” se agrega a rotina doméstica em uma atividade pouco lucrativa e com muitos concorrentes. Tereza não se considera traficante. Ela estabelece a diferença entre sua venda de crack em casa, sem o uso de armas ou violência, sua condição de vulnerabilidade social e econômica, como marcadores fundamentais da diferença entre seu trabalho “para viver” e aquele realizado por traficantes ou por outros vendedores de drogas. Ainda assim, ela compreende a ilegalidade da atividade e sabe que está mais exposta ao encarceramento. Para os “de fora”, no entanto, Tereza faz parte do circuito do tráfico e, enquanto traficante, recebe o estigma e a punição¹⁵⁴ por sua prática.

¹⁵⁴ O traficante, a partir dos anos 80, passa a ser utilizado como termo estigmatizante capaz de reduzir a compreensão acerca de um indivíduo. Se nos anos 1970 o comunista era o responsável por degustar criancinhas em nosso país, hoje o traficante é responsável até por estimular o surgimento de favelas [...]. Não é preciso aprofundar na carga estigmatizante que o termo traficante revela, mas é bom lembrar que os chamados autos de resistência, inquéritos instaurados a partir de morte de pessoas em conflito com a polícia, são muitas vezes arquivados quando se descobre que as vítimas tem em suas fichas criminais alguma passagem ou condenação por tráfico de drogas (D’ELIA FILHO, 2007, p. 58).

Han (2012) discute o papel das mulheres nessa economia do tráfico de drogas delimitando sua presença enquanto exército de reserva usado quando a mão-de-obra masculina escasseia ou na iminência do risco de uma intervenção policial. Via de regra elas assumem funções marginais, como já pontuado. De acordo com a autora, a domesticidade feminina, as responsabilidades maternas e parentais que lhes restringem a mobilidade, a necessidade econômica da sobrevivência, proporcionariam uma retaguarda especialmente adequada para a condução dos negócios, margeados por voláteis traficantes masculinos, a quem pertence o comando da atividade.

Aqui novamente as relações de gênero, raça e classe precisam ser consideradas. Diante do perfil socialmente construído do traficante: homem, violento, poderoso, temido, tais características fogem das construções sociais lançadas às mulheres que, geralmente não devem possuir a agressividade como característica. Pelo menos não todas as mulheres. Quando se pensa em mulheres agressivas e violentas é imediatamente feito a associação a mulheres negras, pobres, de zonas rurais, ou lésbicas a “mulher macho”. Assim, surge um outro marcador de diferenciação entre mulheres negras e brancas. Às brancas é associado a delicadeza, a pureza, a fragilidade e assim, a necessidade de proteção e de cuidado tal qual é dispensado às crianças. As mulheres negras, ao contrário, são tidas como mulheres fortes, que possuem a marca do trabalho pesado, aquela que pode “se virar sozinha” e de quem se tem uma imagem idealizada que não as permite manifestar sinais de fraqueza ou dependência. Para Kilomba (2019), é a ideia da “super mulher de pele escura” e que tende a silenciar os danos psicológicos vivenciados cotidianamente. A imagem de força e destemor, parece a um primeiro momento ser positiva, no entanto, um olhar mais atento é capaz de flagrar as profundas marcas do racismo que tornam elogiosas a figura da mulher negra em sua luta cotidiana pela sobrevivência em condições de extrema adversidade.

a matriarcalidade negra, criticada por bell hooks, faz parte das reificações culturais elaboradas pelas ciências sociais, validadas equivocadamente por setores antirracistas, por discursos modernos, em certa medida, a fim de tirar proveito dos estereótipos produzidos para mulheres negras consideradas bestiais, masculinizadas, sub-humanas, incapazes de produzir conhecimento. Vistas pelas lentes de raça, as mulheres negras aguentam dor física; por classe são vistas como protótipos da feminização da pobreza e atravessam gerações sendo chefas de famílias, vitoriosas das dificuldades impostas pelo imperialismo colonial (AKOTIRENE, 2019, p. 46).

Carolina Maria de Jesus em seu diário de uma favelada (2014, p. 12) expressa esse estereótipo da mulher negra e favelada, forte e trabalhadora ao dizer que “o pobre não repousa, não tem o direito de gostar do descanso”. Em seu diário, ela relata o cotidiano da luta pela vida e contra a fome que assola a si e a seus filhos. Mesmo doente, com fome, indisposta, com raiva, ainda assim ela precisa trabalhar, catar papel, vender ferros, fazer faxina. Ela não encontra

piedade, assistência, amparo. O trabalho duro e diário é marca constante de seus relatos e, ainda assim, dia a dia é a fome sua principal companhia. O trabalho, para determinados grupos, não é sinônimo de inserção e de consumo.

No tópico seguinte, busco traçar um paralelo entre as atividades ilegais realizadas por essas mulheres, partindo da observação de que a elas sempre foi relegado o lugar da subserviência, do não trabalho e da realização de atividades ilegais ou amorais tendo em vista que fazem parte de uma população excluída e marginal.

Figura 15 – “Amor Total” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/sou-um-escravo-da-arte-artista-registra-mundos-invisiveis-em-fortaleza.htm>

4.3 “Eu trabalhava era na calçada”

Conheci Irene, assim como Tereza, no primeiro dia em que estive no Oitão. Nos encontramos na porta de seu barraco¹⁵⁵, não fomos convidados a entrar, ela nos recebeu, me

¹⁵⁵Chamo barraco e não casa para pontuar a precariedade da construção e estabelecer a diferença entre as moradias das mulheres pesquisadas. Tereza e Inácia moravam em casas que, apesar da condição de pobreza e falta de certos itens básicos, ainda assim ofereciam uma construção um pouco mais apropriada. O barraco em que Irene vivia era completamente diferente, deteriorado, dava a impressão de ter sido depredado, buracos nas paredes e nas portas. Por dentro pouco consegui visualizar como era, pois sempre conversava com Irene do lado de fora, em alpendres próximos a entrada dos barracos. Lourdes também morava em barraco alugado, quando conseguia pagar o aluguel. Quando não, passava as noites na Praça da Estação.

cumprimentou e se voltou a Samuel falando sobre uma vizinha de quem ele pediu notícias. Dentro do barraco também visualizei crianças. Enquanto estávamos ali, por duas vezes um rapaz se aproximou perguntando se uma determinada pessoa estava lá, o que Irene respondia que não de forma até agressiva e mandava o rapaz retornar em outro momento. Quando o rapaz se aproximava pela terceira vez, Samuel se despediu e informou que voltaríamos outro dia. Ao sairmos, Samuel me explicou que aquele era um “cliente” e que Irene não queria que ele se aproximasse enquanto nós estivéssemos lá. Irene é uma mulher negra há época com 62 anos. Morava com uma neta adolescente e duas netas crianças. A mãe da adolescente tinha ido morar no interior do Estado, após ter casado “com um homem bom”, mas com quem a adolescente não se dava bem. As crianças menores eram filhas de um filho que havia sido morto há alguns anos, “por ter se envolvido com coisa errada”. Irene cuidava das crianças durante a semana, período em que a mãe estava trabalhando como empregada doméstica. O barraco em que Irene morava era bastante precário, contrastando com a beleza do mar a frente. Era um barraco alugado por 15 reais a diária. Irene não possuía nenhuma renda fixa, recebia ajuda financeira da filha que morava no interior e da nora que lhe dava uns “agradinhos” por cuidar dos netos. Irene era uma mulher muito vaidosa, estava sempre sorrindo e durante nossas conversas sempre a porta de sua casa, me contava da época em que era jovem e se arrependia de ter deixado “escapar” um “bom partido” com quem poderia estar hoje casada e ter uma vida diferente. Irene nasceu no interior do Estado, contou que o pai era militar, muito rígido e que ela, por não aceitar as regras impostas pelo pai, fugiu para Fortaleza. Em Fortaleza trabalhou por um tempo em uma tecelagem e se “juntou” com um homem que morreu de cirrose aos 36 anos. A partir dali Irene teve que assumir sozinha o sustento dos filhos. A atividade que lhe garantiu a sobrevivência foi a prostituição. Foi como prostituta que Irene conheceu um policial militar com quem teve um “namoro sério”. Irene conta muito arrependida que esse policial queria tirá-la “da vida”, mas ela, ainda jovem e “sem cabeça” não aceitou. Diz que até hoje este policial ainda passa por sua casa e vez por outra “joga na sua cara” que ela poderia ter tido outra vida se o tivesse aceitado.

Os primeiros encontros com Irene foram pouco animadores. Ela se mostrava desconfiada, apesar de estar sempre sorrindo. Demorou para que ela começasse a me contar suas histórias. No nosso primeiro encontro, ao ser apresentada como assistente social, Irene quis saber onde eu trabalhava, tendo eu respondido que era em uma UPA¹⁵⁶. A partir daí tivemos o seguinte diálogo:

¹⁵⁶Unidade de Pronto Atendimento.

Irene: Eu já trabalhei no HGF¹⁵⁷.

Pesquisadora: Foi? Em qual setor trabalhou?

Esta pergunta ficou em aberto, Irene simplesmente se virou para uma amiga que estava próximo e não me respondeu. Percebi que ela estava encerrando a conversa então me despedi e saí. Na semana seguinte, estávamos novamente conversando e outra vez o tema do meu trabalho em uma UPA entrou em pauta.

Irene: Eu já trabalhei no Cesar Calls¹⁵⁸.

Pesquisadora: Ahh, você já me falou que trabalhou em hospitais. Qual era sua função?

Novamente ao ser perguntada em que setor/ocupação trabalhava Irene mudou de assunto e percebi que aquele era um tema que ela não queria tocar. Só não conseguia entender o motivo. Pensei muitas vezes que teria alguma relação com o tipo de trabalho exercido nos hospitais e, resolvi não falar no assunto. Com o passar do tempo, Irene foi se tornando mais acessível, me recebia sempre com simpatia, convidava a sentar nas cadeiras que ficavam ali próximas a entrada do seu barraco e conversávamos bem mais. Ela me falava de sua aparência, ressentia-se por ter “perdidos os dentes” e lembrava o quanto era bonita e cobiçada pelos homens em sua juventude. Falava das festas e do policial com quem devia ter casado quando teve oportunidade. Foi em meio a uma dessas conversas que Irene me contou sobre seu trabalho nos hospitais.

“sabe minha linda, eu te disse que já trabalhei no HGF e no Cesar Calls, mas eu trabalhava era na calçada. Eu fiquei com vergonha de te contar, mas eu era da vida. E por muito tempo eu fazia ponto ali. Eu não tenho vergonha de dizer que já fui puta não. Mas também não acho que preciso contar isso pra todo mundo que eu nem conheço. Eu só me arrependo de não ter largado a vida quando tive oportunidade. Eu podia ter uma vida diferente agora, podia andar de roupa boa e ter meus dentes na boca. Mas quando a gente é nova a gente não pensa. Agora quando ele passa por aqui ele sempre diz: se tu tivesse me querido, eu tinha te dado outra vida. Ele fica é mangando de mim. Mas eu não tiro a razão dele não, eu fui burra mesmo” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

Ouvir aquele relato foi importante pois demarcou um novo momento das nossas conversas. Senti e foi o que de fato aconteceu, Irene passou a me contar coisas mais íntimas que ela não conversava “com qualquer pessoa”. Estava claro que eu já não era uma desconhecida, Irene me via como alguém que poderia confiar e, a partir dali, falamos inúmeras outras vezes de sua vida como prostituta e agora como vendedora de crack.

¹⁵⁷Hospital Geral de Fortaleza, localizado no Bairro Papicu.

¹⁵⁸Hospital Cesar Calls, localizado no Bairro Centro.

A partir da fala de Irene, chamo a atenção para as atividades laborais que fazem parte do cotidiano da vida de mulheres pobres. Para um determinado grupo de mulheres, o trabalho será sempre aquele lugar desprivilegiado, marcador da dominação rotineira a que elas são alvo. Muitas mulheres, notadamente as não brancas, são sobrecarregadas pela pobreza, responsabilidades de assistência a filhos, netos, idosos e a falta de habilidades de trabalho. Creshaw (1995) diz que estes fardos são, em grande parte consequência do gênero e da opressão de classe, agravados pelo emprego racialmente discriminatório e as práticas de moradia que as mulheres não brancas frequentemente enfrentam, bem como pelo desemprego desproporcionalmente alto entre as pessoas não-brancas. Esse acúmulo de desigualdades sociais e econômicas, às dificuldades de absorção de setores da população pelo mercado de trabalho e a sua consequente marginalização lançam uma parcela da população ao crivo das ilegalidades.

Aos pobres, pretos e com baixa ou nenhuma escolarização, como é o caso das mulheres interlocutoras da pesquisa, resta as atividades informais e muitas vezes ilícitas. No caso das mulheres que acompanhei, a realização da venda de crack e o envolvimento com essas práticas não é algo que venha desde a juventude. Em seus relatos, elas informam a inserção em outras atividades antes de assumirem a condição de vendedoras de crack. Tereza informou ter trabalhado como doméstica, Irene trabalhou em tecelagem e depois como prostituta. Esses trabalhos precários e informais são, para Davis (2006) uma marca da pobreza urbana inscrita nos guetos e favelas do Brasil.

Para Carneiro (1995), ser negra, pobre e mulher demarca a posição de vulnerabilidade extrema na sociedade brasileira. A autora tem se referido à invisibilidade da mulher negra com a expressão "a última da fila depois de ninguém". Ou seja, as mulheres negras e pobres ocupam um lugar de total vulnerabilidade na pirâmide social brasileira. Essas mulheres que ontem foram mucamas, cozinheiras, lavadeiras e amas de leite, hoje são empregadas domésticas ou estão lançadas ao rol das atividades informais e por vezes ilegais. Elas deixaram de ser escravas domésticas e passaram a ocupar os postos de empregadas domésticas exercendo as mesmas funções em troca de um salário quase sempre inferior ao custo de suas vidas.

É simbólico no Brasil a imagem da família branca e ao lado uma babá negra, de uniforme branco cuidando das crianças enquanto os patrões gozam da diversão e do conforto de restaurantes e shoppings. As mulheres negras são maioria no emprego doméstico, têm escolaridade menor e são menos remuneradas¹⁵⁹. Para Alves (2016), entender esse *continuum*

¹⁵⁹ Sarris *et al* (2020) elaboraram o perfil das empregadas domésticas no Brasil no ano de 2020. Os dados demonstraram que no 1º trimestre de 2020, a força de trabalho brasileira (pessoas com 14 anos ou mais) era composta por 105 milhões de pessoas, das quais 47 milhões eram mulheres (44,9%). Do total das mulheres

entre, escravidão e emprego doméstico, e o "lugar" paradigmático ocupado pelas mulheres negras na sociedade brasileira é ter em mente que o período pós-abolição demarcou a histórica continuidade da sujeição, subordinação e desumanização das mulheres negras, hoje aprisionadas nas cozinhas das madames brancas. Angela Davis (2016) reforça esse entendimento e pontua a diferenciação entre as donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa, e as mulheres negras que dificilmente poderiam lutar por fraqueza.

elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver [...]. Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência – pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas – são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa. No entanto, da mesma maneira que suas irmãs brancas chamadas de “dona de casa”, elas cozinham e limpam, além de alimentar e educar incontáveis crianças. E, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas na vida doméstica. Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalhar para sobreviver e de servir a seu marido e a suas crianças, as mulheres negras há muito, muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva (DAVIS, 2016, p. 220-221).

Nunes (2015) aponta que o sistema de representação no Brasil oferece algumas possibilidades para as mulheres negras e pobres ingressarem no mundo do trabalho como empregadas domésticas, diaristas, babás, serventes, costureiras, quituteiras, ambulantes e prostitutas. Acrescento hoje a inserção de mulheres no mercado ilegal das drogas, como é o caso das mulheres que acompanhei. Para Irene, uma das formas de manutenção de uma renda básica e do consumo foi a prostituição, algo muito comum no Oitão Preto durante longo período o que contribuiu para a “fama” do lugar como local de prostituição. Após a morte do marido e sua saída da tecelagem onde trabalhava, Irene viu na prostituição a única forma de garantir a renda sua e dos filhos, na época ainda crianças.

ocupadas, em torno de 5,5 milhões estavam trabalhando como empregadas domésticas, o que correspondeu a 13,6% do total das mulheres ocupadas, 6,0% do total das pessoas ocupadas e a 5,2% do total da força de trabalho brasileira. O rendimento médio auferido pelo total das empregadas domésticas nesse período foi de R\$ 911,00, não atingindo, portanto, sequer o valor do salário-mínimo. Uma das razões, que pode ser exibida a partir dessa base de dados, é porque, desse contingente, a grande maioria das mulheres (74%) estava empregada sem registro formal de trabalho, recebendo R\$774,00 em média. A maioria das mulheres exercendo o trabalho doméstico remunerado era de cor negra ou parda (65,3%) e essa proporção é um pouco maior se levamos em conta o grau de informalidade dessa categoria de ocupação (66,4% das trabalhadoras domésticas sem carteira assinada são negras e pardas). Disponível em: <https://www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2020/09/estudo2.pdf>. Acesso em: 14/02/2022.

“Eu era muito bonita mais nova. Só tu vendo. Deixava os homens doidinhos. Tinha um corpão, uma bunda grande de cair o queixo. Agora é que me acabei, não sirvo mais pra nada” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

O corpo das mulheres negras sempre foi objeto de admiração e desejo dos homens brancos e despeito e inveja de muitas outras mulheres. Conceição Evaristo (2020, p. 64) ao contar a história de Isaltina Campo Belo no livro “Insubmissas Lágrimas de Mulheres”, fala do “fogo da mulher negra” tido como algo inato, constituinte natural de seus corpos. Algo que perpassa o imaginário da sociedade como um todo e lança essas mulheres ao patamar da cobiça e do desejo sexual, ao passo que são as brancas aquelas que assumirão os papéis de esposas. O sexismo e o racismo quando juntos perpetuam a representação da mulher negra que imprime na consciência coletiva a imagem servil de alguém que nasceu para tal. Para hooks (1995), desde a escravidão até hoje, “o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva” (hooks, 1995, p. 468). Ainda segundo a autora, as negras têm sido consideradas “só corpo sem mente”. A utilização dos corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres “desregradas” deviam ser controladas.

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos negros que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação do erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpos, sem mente (hooks, 1995, p. 469).

Lélia Gonzalez, tratou de contestar a ideologia romântica e cordial da miscigenação do povo brasileiro e demonstrou que a miscigenação no país foi resultado da violência e do estupro a que foram submetidas as mulheres negras. Ainda afirmou o desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala como algo trágico e perpetuador de desigualdades, não somente sociais, mas culturais, econômicas e políticas (GONZALEZ, 2018). Esse processo violento, porém, romantizado da miscigenação brasileira deu lugar ao ícone nacional de beleza “tipo exportação” com o surgimento da “mulata¹⁶⁰”, a negra de traços

¹⁶⁰Kilomba (2019, p.19) trata do uso do termo “mulata” como utilizado para identificar um “produto” da miscigenação entre raças. O termo diz a autora, foi criado durante os projetos europeus de escravatura e colonização, intimamente ligados às suas políticas de controle da reprodução e proibição do “cruzamento de raças”, reduzindo a “nova identidade” a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro. O termo mulata(o) originalmente é usado para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre

mais “suaves”, de pele “morena” que promove assim, a harmonia entre as raças (CORRÊA, 1996).

Esse ideal de mulher “mulata” “é representada pelos predicados que enaltecem sua cor, corpo e gingado, a mais perfeita tradução do Brasil que vive em harmonia com suas raças. A mulata é composta de cheiro, sabores e cores” (NUNES, 2015, p. 52). Assim, Gilliam e Gilliam (1995, p. 529) apontam que “a objetificação das mulheres negras cria indivíduos destinados a serem “cozinhados” e depois consumidos, em vez de tratados como cidadãos”. Irene se prostituía na rua, aguardava que os clientes aparecessem nas calçadas dos hospitais, locais de grande movimentação. A prostituição de rua é, segundo Munanga (2008), praticada em sua grande maioria por mulheres pobres e, entendendo que a pobreza no Brasil tem cor, é de se concluir que a prostituição de rua seja, majoritariamente, negra.

Como prostitutas, as mulheres negras acumulam, além do estigma e do preconceito moral, a violência racista. Tal condição, para as mulheres negras e pobres que não tiveram outras opções de sustento, é associada à decadência moral, ou seja, é uma identidade deteriorada (BARRETO, 2013). É importante reconhecer que até mesmo no mercado do sexo os privilégios existem e a disputa pela ocupação dos espaços está relacionada, diretamente, à leitura racial, ainda que em muitos discursos a prostituição seja apontada como questão de empoderamento da sexualidade feminina, deixando-se de perceber o viés econômico, presente na decisão por esse tipo de ocupação, como afirma Nunes (2015).

Irene, por sua vez, relembra essa fase da vida com saudades.

“As coisas eram mais fáceis. Eu era jovem, bonita, tinha mais dinheiro, conseguia sustentar meus filhos. Eu não passava necessidade como às vezes hoje acontece. Os clientes me procuravam muito, e tinha aqueles que vinham toda semana [...] eu nunca fui de guardar dinheiro, o que pegava era pra comer e dar pros meus filhos. Eles nunca passaram necessidade. Meu filho se envolveu com o que não presta porque quis, não tinha necessidade. Mas era igual a mim quando era nova, gostava do que era bom, luxar. Eu sempre fui pobre, mas sempre gostei do que é bom” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

Ainda que idealize o usufruto de bens materiais caros e luxuosos, a população pobre e negra enfrenta barreiras frente às possibilidades de ascensão social que possuem. Saffioti (1987, p. 29) afirma que “negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e homens, passam a acreditar em sua própria “inferioridade””. As limitadas escolhas de sobrevivência dessas populações são,

duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro, inferior.

portanto, fortemente demarcadas pelo racismo e pelo sexismo, estruturantes em nossa sociedade. Ainda que detentoras de um poder de escolha que as agencia, essas mulheres estão submetidas a uma opressão interseccional limitadora.

Com o passar do tempo e com a “perda da juventude”, Irene não pode manter-se na prostituição e foi necessário a substituição da ocupação por algo que fosse possível realizar em casa, tendo em vista que agora os netos estavam sob sua responsabilidade. Muitas idas ao Oitão já haviam ocorrido até o dia em que Irene me falou da sua ocupação atual. Já havíamos conversado antes sobre a prostituição exercida, mas Irene nunca havia tocado na questão da venda de crack. Ela falava do filho que havia sido morto por questões relacionadas ao tráfico, mas nunca havia falado de si.

“Minha linda, eu vou te contar uma coisa porque você é de confiança e eu sei que os meninos (voluntários) não estariam com você se você não fosse boa pessoa. Eu vendo umas coisas aqui em casa. Não dá quase nada, só paga meu aluguel. Quando eles compram e ficam usando aqui (aponta para o barraco) dá um dinheirinho melhor, mas a maioria só compra e vai embora” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

O comércio de crack no Oitão Preto é uma atividade rotineira, acontece a qualquer hora, sendo fácil encontrar os vendedores pelas ruas ou nas casas em que se realiza a venda. Essa atividade ilegal oferece oportunidades de adesão muito mais simplificadas do que outras. No caso em análise, a venda de crack é uma atividade doméstica envolvendo riscos pouco constantes, sem a exigência de força física ou destreza, como é o caso de outras atividades como o roubo. Nesse sentido, como aponta Chaves (2013), pode ser exercido por populações que habitualmente não se envolveriam em outras atividades ilegais. Além disso, essa venda “doméstica” de crack é pouco visada pela polícia que sabe de sua existência, mas quase nunca se dispõem a empreender ações para coibi-la.

Telles (2001) ver nessas atividades realizadas por determinadas populações, uma das facetas, das mais perversas do Estado neoliberal ao lançar mulheres pobres e pretas, e não somente elas, em uma engrenagem comercial lucrativa (não para todos) e popular que seria o tráfico de drogas e o crime organizado que é a porta que restou para os “expulsos” (SASSEN, 2016) forçarem a sua entrada no mercado de trabalho e de consumo.

Além da vertente ligada a precariedade das atividades de trabalho exercido por essas mulheres pobres e pretas, ainda outra questão precisa ser pontuada. Nas falas das mulheres, dois componentes importantes foram citados seguidas vezes. O primeiro se refere à “perda da juventude” e as mudanças físicas que as impede de realizar outras atividades laborais ou de seguir em atividades como no caso de Irene, a prostituição. Aliado a essa constatação, a

percepção da chegada da velhice como algo limitador, que as lança em um patamar ainda mais abaixo em uma intersecção de vulnerabilidades em camadas.

Para essas mulheres inexistente o tempo de parar de trabalhar. Ela pode seguir como aponta Sojourner Truth, sendo o “burro de carga da patroa e do marido” ou ainda se manter em atividades laborais precárias que as mantêm fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas. Independentemente da idade, apesar de sabermos que as velhas encontram ainda maiores dificuldades, raça e classe engendram gerações, envelhecendo essas mulheres antes do tempo.

Para Akotirene (2019), as mulheres brancas, por terem maior acesso ao mercado de trabalho formal, também serão alcançadas pela seguridade social que as garantirá a aposentadoria e as manterá na condição de patroas. As mulheres negras e pobres na velhice, via de regra, experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, que as consideram velhas; e de classe porque não conseguem acessar a aposentadoria e, quando acessam, perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família. A questão geracional traz ainda a marca do preconceito e da discriminação lançada às mulheres mais velhas que se tornam muitas vezes vítimas do deboche social ao ponto de parecerem figuras inusitadas em um meio do qual não deveriam fazer parte. Assim, as “vovós do tráfico” são apresentadas pela mídia de forma jocosa e preconceituosa sem que sejam levantadas as questões relativas a porque tais mulheres, nessa fase da vida, não gozam da aposentadoria, da tranquilidade, da possibilidade de agora “curtir a vida” como tantas outras em status sociais distintos.

Em inúmeros estudos como o de Dowdney (2003) é constatado que são os adolescentes e jovens a faixa etária mais cooptada a participar e integrar as ações ligadas ao crime e ao tráfico de drogas. Nesse público específico as motivações pela adesão relacionam o potencial sedutor da atividade a jovens que ainda não possuem alternativas de trabalho lícito, enxergando no tráfico uma possibilidade de remuneração ao seu alcance. Na pesquisa do autor, a idade média com que os seus entrevistados haviam ingressado no tráfico em regime integral era 13 anos e 1 mês, havendo casos de atuação de algumas crianças de até 8 anos. A atuação das mulheres aqui apontadas demonstra que um novo perfil de integrantes nas atividades ligadas ao comércio de drogas está se forjando nas favelas e periferias da cidade.

Ainda que a pesquisa seja especializada no Oitão Preto, a capilaridade das ações e a forma como essa venda está estruturada demonstra uma microeconomia de venda de crack que se forma integrando uma população mais velha, que não dispõem ou detém um aparato

bélico e goza de maior prestígio junto aos “vendedores do topo”, justamente por estarem em uma faixa etária que as posicionam como detentoras de certo respeito e consideração dentro do território. Além disso, são consideradas menos propensas a causar problemas aos vendedores do topo, mantendo os pagamentos em dia e quase nunca se envolvendo em situações conflitantes. Todas essas características fazem com que essas mulheres adquiram certo protagonismo na microeconomia do crack dentro do Oitão Preto.

Durante a construção do texto me questionei algumas vezes sobre o uso do termo “velhas” para trazer em cena a discussão, ainda que sucinta, sobre geração. A tese de Mesquita (2014) foi importante neste caso pois me alertou para como as mulheres entrevistadas, assim como aquelas que a autora entrevistou se referiam ao tratar da velhice que já chegara ou que se avizinha¹⁶¹. Em nenhum momento a palavra “idosa” foi utilizada no contexto de nossas conversas. As interlocutoras traziam sim, em suas falas, toda uma marca pejorativa que se alinha ao termo “velha”. Longe de perceberem a velhice como uma fase de novas descobertas, momento do descanso e do alívio pela redução do trabalho e das responsabilidades, essas mulheres se percebem menos produtivas, com dificuldades relativas à saúde, mas com a mesma necessidade de trabalho, sem que tenham visível previsão de mudança.

Lima (2018) informa que o termo “idoso” foi criado na França em 1962 com o intuito de substituir o termo “velho” justamente pelo conteúdo pejorativo que este último agregava. No Brasil, esse termo começou a ser utilizado em documentos oficiais por seu caráter menos estereotipado, determinando a faixa etária a partir de 60 anos¹⁶². A autora salienta que o marco conceitual que determina a velhice é relativo e complexo tendo como determinantes fatores como a trajetória de vida, condições econômicas, regionais, culturais, étnicas, gênero, entre outros.

Em relação a população idosa encarcerada, dados indicam que os idosos representam 1,4% da população total de presos no país, ou seja, cerca de dez mil em um total de 748,009 mil pessoas privadas de liberdade (INFOPEN, 2004/2019). Esse número pode parecer pequeno se comparado ao quantitativo de outras faixas etárias, no entanto demonstra um avanço progressivo nos índices de encarcerados¹⁶³ com 60 anos ou mais. Ainda que os

¹⁶¹Ainda que o referido estudo trate de mulheres pertencentes a uma classe social diferente das aqui apresentadas, considero ser válida a discussão.

¹⁶² Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2018) dão conta de uma população idosa de 30,2 milhões em 2017. No site do IBGE também é possível observar a estratificação dos idosos por sexo e idade além de raça e cor da pele. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 22/02/2022.

¹⁶³Se compararmos os dados mais recentes, cerca de 10 mil pessoas encarceradas com 60 anos ou mais com dados

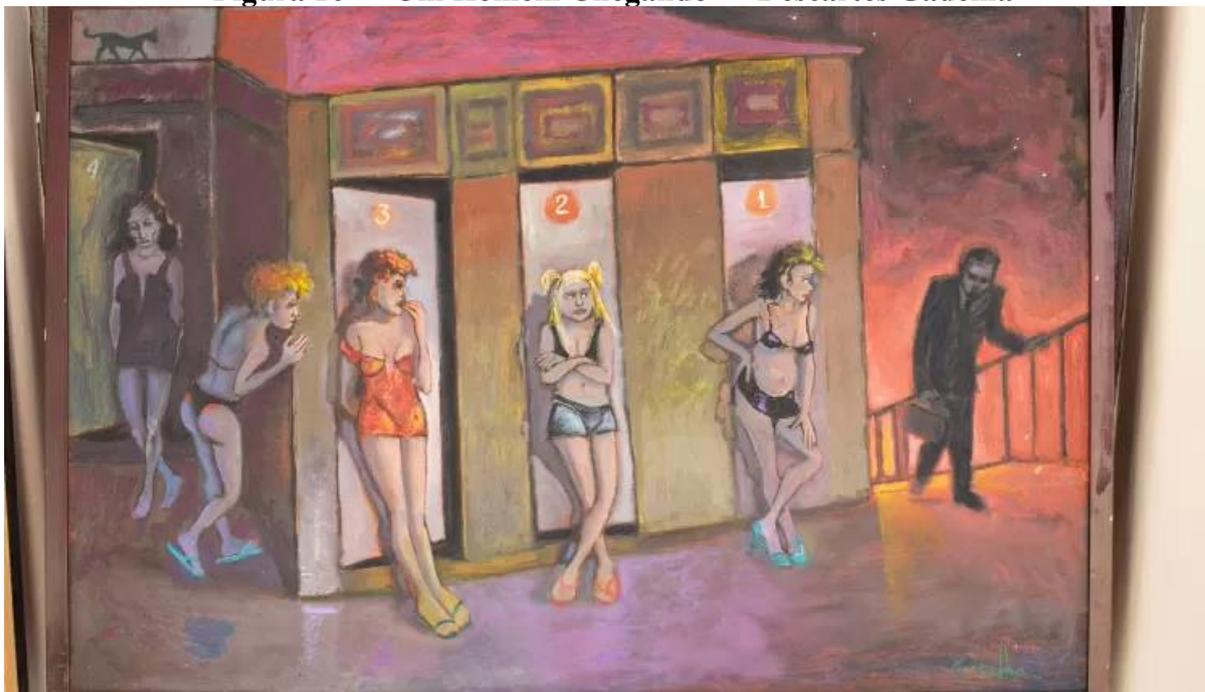
dados apontem essa progressão no número de idosos encarcerados, pouco ou nada se discute em relação a isto. Lima (2018) associa essa pouca visibilidade a inferioridade numérica em relação, por exemplo ao número de jovens encarcerados ou, ainda, a ideia construída socialmente de que o idoso, por sua fragilidade e incapacidade física estaria muito mais na posição de vítima do que de agressor, o que não pode, segundo o autor, ser generalizado.

Em relação a passagem pelo sistema prisional, apenas Inácia afirma nunca ter sido presa, talvez por sua condição de vendedora de crack ter sido intermediada pelo marido e depois pela filha, Inácia se constituía como alguém que auxiliava a realização do negócio, não sendo a principal agente. As demais mulheres, Tereza, Irene e Lourdes já haviam sido presas mais de uma vez. Dentre elas, apenas Lourdes era menor de 60 anos.

Irene, com 62 anos se observa velha e aponta todas as dificuldades desta condição. Para Irene, algo marcante no processo de envelhecimento é a mudança observada em seu corpo. A perda dos atrativos corporais que antes a colocava em um patamar de cobiça e desejo por parte dos homens, mas que agora se perde, assim como perderam-se seus dentes. Irene sorria muito, mas a cada sorriso postava às mãos na boca tentando disfarçar a inexistência dos dentes. Para ela a beleza estava no passado. Assim, com pouco mais de 60 anos, via-se velha, considerava-se só. Elias (2001, p.80) constata que “não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e no fundo não o queremos”. De todo modo, no caso de Irene, ela parece ressentir-se de ter perdido o poder e o status que a juventude lhe atribuía, restando-lhe somente marcas e memórias e é claro a necessidade da continuidade do trabalho para que se tenha garantido sua sobrevivência e a venda de crack aparece nesse contexto como a atividade mais propícia a garantir uma fonte de renda, por mais precária e pouco lucrativa tal atividade possa ser.

de 2013 em que eram pouco mais de 5 mil idosos encarcerados no sistema penal brasileiro, fica claro o aumento expressivo dessa população privada de liberdade (INFOPEN, 2014).

Figura 16 – “Um Homem Chegando” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/sou-um-escravo-da-arte-artista-registra-mundos-invisiveis-em-fortaleza.htm>

4.4 “Ele é um homem muito bom e gosta de mim”

Encontrei Lourdes pela primeira vez na Praça da Estação. Era moradora do Oitão Preto, mas naquele momento estava sem ter como pagar o aluguel e durante esse tempo dormia na praça enquanto fazia pequenos “bicos” e vendia crack quando conseguia pegar na “bocada”. O dinheiro que conseguia nessas atividades garantia somente a alimentação. Era a mais jovem das mulheres com quem tive contato no Oitão Preto, era uma “morena” de 58 anos. Lourdes tem dois filhos que deixou morando com os avós. Inicialmente fazia visitas esporádicas aos filhos e mandava dinheiro quando podia, mas com o passar do tempo as crianças foram crescendo e Lourdes foi se afastando. Já fazia muito tempo que não ia na casa da mãe “não quero aparecer lá de todo jeito, pra ela me ver assim”, aponta para as roupas rasgadas e sujas e toca nos cabelos, um pouco envergonhada.

“Meus filhos passam aqui pela Praça, mas não querem saber de mim, também, quem é que quer uma mãe dessas? Mas eu vou mudar de vida, se Deus quiser eu vou conseguir o aluguel social que a assistente social do Centro Pop me prometeu e eu vou sair da rua e vou mudar de vida” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

Outra esperança nutrida por Lourdes para sua mudança de vida era o retorno de um homem com quem teve um relacionamento. Lourdes dizia que este homem havia sido o grande amor de sua vida e que precisou viajar, mas que prometeu voltar e tirá-la do Oitão Preto. Lourdes se referia a favela do Oitão Preto de forma pejorativa, como um antro de perdição. Dentre as mulheres entrevistadas, somente Lourdes vendia e também usava crack. Ela associava o uso a morar no Oitão Preto pois dizia que quem morava por ali não poderia ter outro tipo de vida. Por isso o desejo de sair e a certeza de que isso acontecendo, sua vida teria novo e melhor rumo.

“Aqui no Oitão a pessoa se torna a pior pessoa do mundo, mesmo não querendo errar, a pessoa erra, porque ali é um antro de coisa ruim. Tudo que é ruim acontece ali. Meu sonho é sair daqui, mas enquanto não receber meu aluguel social eu não posso sair” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

Lourdes não possuía documentos, disse terem sido roubados junto com outros pertences em uma das tantas vezes que precisou dormir nas ruas, quando não consegue pagar a diária do barraco. Enquanto me contava da promessa da assistente social de inseri-la no programa do “aluguel social” fiquei refletindo até que ponto essa promessa seria real tendo em vista que, apesar da situação de rua, um dos requisitos primeiros para inserção no benefício é a apresentação dos documentos de identificação e a inscrição no Cadastro Único, coisas que Lourdes não possuía. Além disso pensei na quantidade de pessoas em situação de rua, número que em Fortaleza cresceu enormemente nos últimos anos e na “fila de espera” de pessoas e famílias cadastradas ao aguardo de um benefício que nunca chega, tantas que assim como Lourdes vivem a esperança de um auxílio prometido e nem sempre acessado.

Lembrei mais uma vez de Carolina de Jesus e seu diário quando expõem sua raiva e decepção ao acionar a assistência social.

Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da infausta dos marginais [...] eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado [...] para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao provalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. Fui no Palácio, o Palácio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir ao Palácio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides [...]. Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções. Prenda ela!. Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu

peito [...]. Disse-lhe: Eu sou pobre, por isso é que vim aqui [...]. (JESUS, 2014, p.40 - 42)

Ainda que o diário de Carolina de Jesus tenha sido escrito na década de 1950, momento em que se espalhava no país o serviço social de viés conservador e fortemente ligado à lógica da reforma moral, da vigilância e do disciplinamento¹⁶⁴, considero pertinente pensar que essa profissão, que também é a minha, lança-nos em uma encruzilhada entre as demandas da população e as “migalhas” disponibilizadas pelo Estado através das políticas sociais que, cada vez mais mínimas, restritivas e seletivas, expulsa uma parcela importante de pessoas para fora do círculo da proteção social. A suposição de que Lourdes não seria contemplada com o “aluguel social” se confirmou ao longo dos meses em que ela permanecia na praça ou em um barraco no Oitão Preto. Sentadas eu e Lourdes no “meio fio” enquanto ela dobrava algumas roupas que havia ganho, conversamos sobre o tema constante em nossos diálogos, sua saída do Oitão. Se não vinha o aluguel social, Lourdes tinha outra esperança, aguardava o retorno do namorado, um homem com quem ela não falava há muitos meses, mas que, segundo ela, estaria organizando uma casa para levá-la. Os atributos do homem eram elencados por Lourdes repetidas vezes.

“Ele é um homem muito bom, e gosta muito de mim. Ele não me levou logo porque precisa se organizar né, não vai poder me levar pra morar em qualquer lugar [...] quando eu for com ele, meus filhos vão ver que eu sou outra pessoa. Ele tem dinheiro, quando vinha aqui, vivia com os bolsos cheios” (LOURDES, MULHER NEGRA, 58 ANOS).

Ouvindo Lourdes se encher de esperança na vinda desse homem “salvador”, pensei se aquela dependência que ela demonstrava estava aliada a ideia do amor romântico, algo que subjaz no imaginário das mulheres, notadamente as ocidentais como sustenta Lipovetsky (2000). No entanto, entendo que na abordagem do autor, subjaz uma diferença importante em relação às condições de vida das mulheres por ele representadas e a mulher que apresento aqui. Para Lourdes, mulher negra, pobre, já se considerando velha, a espera pelo homem “salvador” se apresenta como única possibilidade vislumbrada para a “mudança de vida”, para a saída de sua condição de miséria. Lourdes sonhava com uma casa, voltar a conviver com os filhos, sair das ruas, deixar de vender crack e para ela, tal realidade somente seria possível com seu “resgate” por esse homem com quem não falava nem via há meses.

¹⁶⁴Somente entre os anos de 1965 e 1975 é que “desenvolveu-se o compósito processo a que se convencionou chamar de reconceptualização do Serviço Social” (NETTO, 1981, p.59).

Não era o amor que movia Lourdes nesta espera. Ela não falava neste homem com sentimentalismos. Ao contrário, o que Lourdes mais destacava em sua fala era a condição financeira do tal homem. A dependência neste caso não é sentimental e sim econômica. Um traço em que fica nítido o viés de classe. Não é só ter o homem, marido, o amor, ela deseja alguém que a sustente, que possa prover a ela e a seus filhos. A ela parece não ser possível que sozinha subverta sua condição de vulnerabilidade e, de fato em situações de total precariedade, uma rede protetiva seja ela estatal, familiar, de amigos ou vizinhos é algo fundamental (HART, 2014).

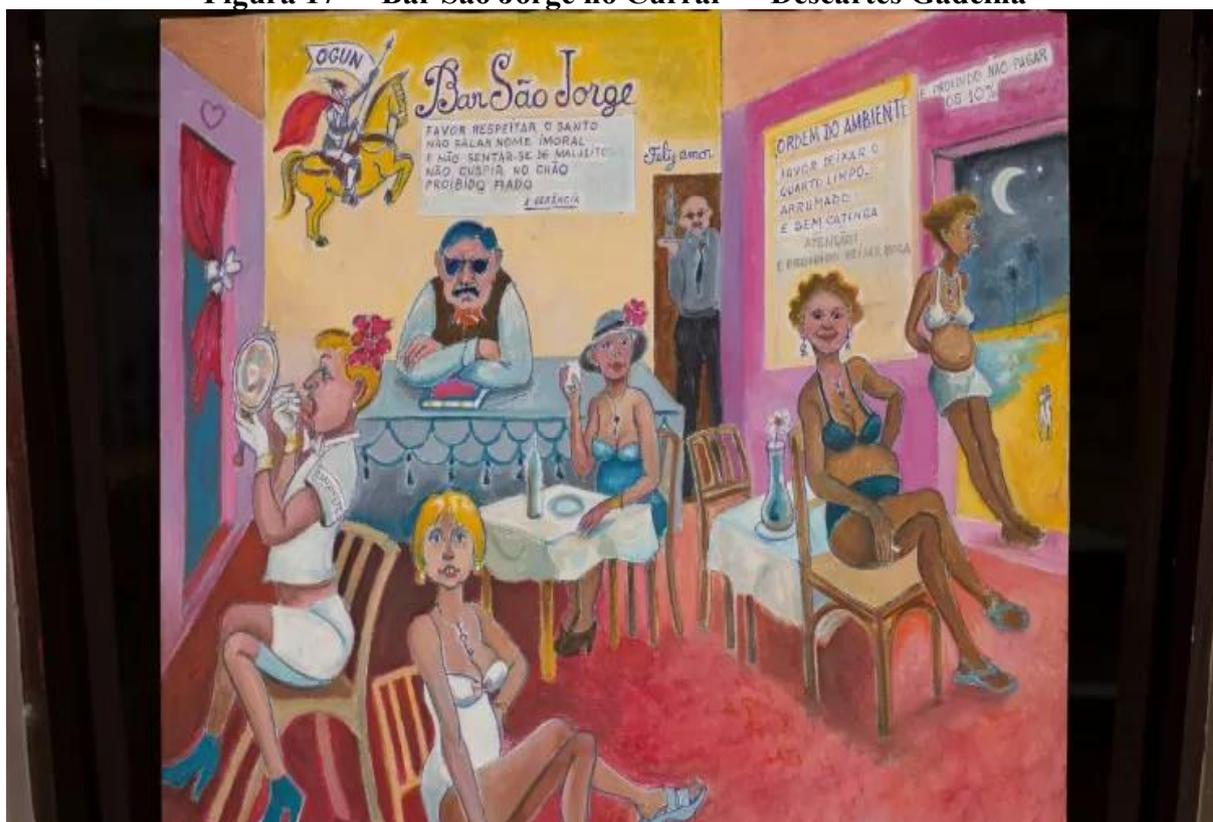
O que foi possível registrar ao longo do tempo em que estive em contato com Lourdes é que sua experiência de vida, assim como a das outras mulheres entrevistadas, é marcada por sucessivas “perdas”: econômicas, morais, emocionais.

É uma situação de vida que é sempre recomeçada, quando se perde o contato com os filhos, a condição de pagar o aluguel, a fonte de renda, se metem em problemas com a polícia e a justiça, perdem familiares e outros vínculos afetivos, e necessita-se sempre recomeçar a cada instante [...] (ADORNO *et al*, 2013, p. 45).

O autor aponta ainda uma marca importante que diferencia o comportamento de homens e mulheres nesse aspecto. Para o autor, os homens ao narrar suas trajetórias sempre destacam estar nessa atividade (do uso/ venda de drogas) por uma “opção” de vida, algo que poderia ser retomado, sem maiores problemas, o que não se percebe em relação à vivência das mulheres aqui descritas, cujas justificativas para a venda de crack estavam atreladas a necessidade de sobrevivência e a manutenção da renda familiar tendo em vista a ausência de uma rede protetiva estatal, comunitária ou familiar que as mantenham seguras enquanto a satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

No tópico seguinte, aprofundo a discussão em relação a presença do Estado na Favela do Oitão Preto e as muitas demandas dessa população por acesso a políticas sociais que quase nunca as alcança.

Figura 17 - "Bar São Jorge no Cural" – Descartes Gadelha



Fonte: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/sou-um-escravo-da-arte-artista-registra-mundos-invisiveis-em-fortaleza.htm>

4.5 “É da polícia que eu tenho mais medo”

A rede protetiva estatal apontada no tópico anterior como necessária a superação de determinadas vulnerabilidades, dificilmente chega às mulheres do Oitão Preto, pelos mais diferentes motivos, poucas possuem documentos de identificação, comprovante de endereço e/ou reúnem informações sobre benefícios e/ou auxílios a que teriam direito e formas de acessá-los. O Estado que se apresenta a elas, geralmente é aquele sob a forma da polícia. Em uma das tardes de trabalho de campo, presenciei uma ação da polícia no Oitão Preto. Era final de tarde e estávamos voltando pela rua principal em direção a Emcetur quando vimos a aproximação de dois carros da polícia militar. Paramos, eu e Samuel próximo ao muro da estação ferroviária onde várias outras pessoas também estavam observando o desenrolar dos acontecimentos. Os carros parraram em um dos bares mais a frente e desceram de um dos carros policiais de arma na mão indo direto para os estabelecimentos aparentemente a procura de alguém. Enquanto isso, outros policiais na viatura próxima ficaram do lado de fora, também de armas em punho, mas atentos a aproximações que pudessem vir da rua. Os policiais entravam e saíam de barracos, certamente a procura de alguém que, ao final, não conseguiram encontrar. Cerca de 10 minutos

depois as duas viaturas foram embora sem que ninguém fosse detido. Soubemos pelos comentários após que os policiais procuravam um rapaz que teria cometido um roubo em uma loja no Centro e que estaria escondido no Oitão. Após a saída dos policiais a rotina na rua e nos botecos seguiu, exceto pelo assunto corrente entre todos que comentavam sobre o ocorrido.

As mulheres contam que o Oitão Preto é lugar de presença constante da polícia, principalmente à noite e nos finais de semana quando o entorno da favela está menos movimentado tendo em vista que nesse horário e aos domingos, as lojas do Centro estão fechadas. Além disso, o Oitão, enquanto espaço segregado, se torna propício para que o comércio de crack siga ocorrendo da forma como se apresenta sendo aquele lugar evitado por boa parte da população da cidade. A venda de crack ocorre de forma bastante exposta, facilmente os revendedores são identificados e nem é necessário que se adentre muito nas ruas e becos, desde que se tenha certas “precauções” como por exemplo, não falar o nome do produto que deseja de forma direta, evitando também conversas muito demoradas. Ainda assim, não seria fácil ocultar do restante dos moradores da favela o envolvimento na atividade de venda de drogas, além de ser importante uma certa divulgação da atividade para que seja possível o alcance aos consumidores. No entanto, algumas questões precisam ser mantidas em segredo, notadamente a identificação dos fornecedores. A garantia da confidencialidade dessa informação é importante, principalmente na interlocução com a polícia.

Durante algum tempo sustentei que no Oitão Preto o Estado era ausente, tendo em vista que não conseguia identificar a presença de ações e equipamentos na área. No entanto, o Estado protetivo é ausente, mas, por outro lado, o Estado policial é presença constante, principalmente representado pela Polícia Militar. Do mesmo modo que acontece com o indivíduo que apresenta uma relação entre a venda de drogas ilícitas e o estereótipo de criminoso, determinado espaço estigmatizado como local “núcleo” da criminalidade passa a ser visto como um ambiente inimigo que precisa ser recivilizado. Assim, se por um lado o Estado se mostra “ausente” dos lugares segregados já que suas políticas públicas são comumente reduzidas nesses locais, por outro, o mesmo sempre operou de modo policial nestes espaços, seja vigiando, reprimindo (SOUZA, 2012) ou estabelecendo as marcas de sua “presença perversa” (MISSE, 1999).

Ao pensar o Estado¹⁶⁵ enquanto instituição/órgão centralizador, organizador e gestor de praticamente todos os tipos de relações em sociedade (WEBER, 2004), chamo a

¹⁶⁵O Estado weberiano, como construção idealizada do real apresenta a racionalidade como sendo fundamental e a partir daí, tem-se a separação entre “coisas públicas” e “coisas privadas”. Para Weber (2004), “o Estado nacional descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional”, que nasceu apenas no mundo

atenção para o estudo weberiano do Estado e um dos elementos centrais¹⁶⁶ para sua conservação: o monopólio legítimo do uso da coerção física, da violência para a manutenção da ordem. Na Europa Ocidental, a partir do seu processo civilizador chegou-se a um “assujeitamento” individual e societal a normas e códigos jurídicos. Ao mesmo tempo, a expansão do público sobre o privado estabelece a proibição de formação de exércitos particulares ao passo que cresce e se concentra o poder estatal. A partir daí, centraliza-se o monopólio legítimo da violência através da coação enquanto meio normal ou o único para se manter forte diante de todos, uma vez que o que está em jogo é o poder. Nesse sentido, o Estado moderno atribui a si esse monopólio legítimo da coação física e a quebra desse monopólio somente poderia ser possível a partir da permissão expressa do Estado (WEBER, 2004). No pensamento weberiano observa-se forte ligação entre poder, dominação e controle da violência. Enquanto instrumento de poder, a violência apresenta-se hoje na sociedade brasileira como aspecto marcante das relações sociais e coloca em xeque a perspectiva do monopólio estatal da violência física legítima¹⁶⁷ tendo em vista ser “cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas. O monopólio legítimo da violência física parece atomizado e, na prática, a célebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas” (WIEVIORKA, 1997, p. 19).

Adorno (2002) reconhece que na atualidade, os problemas de segurança pública se tornaram muito complexos estando os órgãos de segurança, principalmente seu braço policial, cada vez menos efetivos na implementação da lei e da ordem¹⁶⁸. A partir dos mecanismos de vigilância policial direcionados a normalização de comportamentos, principalmente de indivíduos moradores de territórios pobres, a intervenção “educativa” e repressiva se apoia nas abordagens e reprimendas públicas, detenções, apreensões de objetos e armas, humilhações e sexismos. Essas populações pobres que historicamente foram subjugadas a uma “cidadania regulada” (SANTOS, 2011), foram e continuam sendo reprimidos e violados em seus direitos

ocidental. (WEBER, 2004, p. 518).

¹⁶⁶Os outros elementos para a conservação do Estado segundo Weber (2004) seriam a dominação e o território.

¹⁶⁷De acordo com Adorno (2002, p. 8) a violência legítima é justamente aquela cujos fins - assegurar a soberania de um Estado-nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade - obedece aos ditames legais. Portanto, o fundamento da legitimidade da violência, na sociedade moderna, repousa na lei e em estatutos legais. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas em obediência ao império da lei, isto é, aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico.

¹⁶⁸Adorno (2002, p. 12) aponta fatores que poderiam justificar a tese da quebra do monopólio estatal da violência legítima, seriam eles: a invenção da polícia comunitária, a expansão dos serviços de segurança privada e a internacionalização das operações policiais. Apresenta também as contestações a esta tese, dentre elas a de Herbert (1999) que, dentre outros argumentos, apresenta dados que demonstram uma expansão do Estado no controle do crime, inclusive trazendo a vertente do crescimento do encarceramento.

humanos fundamentais, sendo a violência repressiva ou não, uma presença central em seus cotidianos.

Barreira (2004) diz ser a polícia uma das instâncias mais diretamente responsáveis pelo enfrentamento do tráfico de drogas e esta instituição, segundo ele, encontra-se mergulhada em crise de credibilidade, seja para os próprios policiais, ou mesmo para uma parcela da população que não sabe se a instituição é capaz, ou não, de oferecer segurança ao sujeito da cidade, seja pela própria fragilidade dos planos oferecidos voltados para a contenção do crime, ou mesmo sua atuação truculenta frente às populações mais empobrecidas. Brasil, Santiago e Brandão (2020) afirmam que as práticas da violência policial se tornaram um “mal banal” e muitas vezes letal para determinadas pessoas ou tipos sociais.

Fenômeno marcado por preconceitos e discriminações que pode ser observado no cotidiano das atividades policiais, quando policiais se direcionam a um público específico, como é o caso da população negra, jovem, pobre e moradora das periferias da cidade. São abordagens marcadas também pelas discriminações raciais de classe e gênero e têm como alvos preferências aqueles tipificados como “vagabundos”, “bandidos”, “traficantes”, “maconheiros” e, em uma expressão muito usada pelos policiais cearenses, “pirangueiros”. São expressões da violência policial que põem em xeque os modelos sociais e estatais de controle no Estado democrático de direito (BRASIL, SANTIAGO, BRANDÃO, 2020, p. 170-171).

Sentada com Irene na ponta da calçada de onde avistávamos o mar, ela falou do medo que sentia das abordagens policiais. Para ela, seu maior medo em residir na favela era da polícia.

“do que eu tenho medo? Da polícia. Eles não sabem chegar na casa da gente e falar direito. Eles chegam invadindo, ameaçando. Eles são covardes, querem pegar nas filhas da gente. Minha neta, ela é muito bonita e não é envolvida com nada. Eles vivem aqui atrás dela. Achem que porque a gente é pobre, tem que aceitar eles. É da polícia que eu tenho mais medo” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

O medo das abordagens policiais enquanto modelo de policiamento ostensivo¹⁶⁹ é fala recorrente de quem vive em locais pobres, no entanto, Irene traz um aspecto pouco comentado dessas “entradas” da polícia na favela. Descreve as investidas da polícia em sua casa

¹⁶⁹Sinhoretto (2020) define o policiamento ostensivo como aquele exercido pelas Polícias Militares, baseado em um conjunto de operações que visam policiar espaços públicos, principalmente mediante rondas e atendimento de chamadas. Este policiamento está orientado pela identificação de “atitudes suspeitas”, abordagens, revistas pessoais. As ações de policiamento ocorrem fundamentalmente no espaço das ruas, em estabelecimentos de circulação pública (escolas, bares, lojas, veículos coletivos, etc), já que para o ingresso de policiais em locais privados (residências, escritórios, edifícios, condomínios, escolas privadas, hospitais privados) é necessária autorização, seja dos particulares seja judicial.

não para “combater o crime” tendo em vista que relata uma atuação sem justificação prévia ou mandado judicial, mas uma abordagem de viés machista, sexista e abusiva feita por homens policiais que a partir do seu *status* de poder de polícia, adentram as casas, principalmente onde sabem viver somente mulheres, com a intenção de amedrontar, sujeitar e violentar meninas e mulheres pobres, consideradas por eles como “coisas”.

As abordagens feitas a homens são via de regra mais ostensivas e violentas fisicamente enquanto as mulheres sofrem bem mais a violência psicológica, a ameaça e a violência sexual. Anunciação, Trad e Ferreira (2020) afirmam que as jovens de comunidades pobres por vezes são caracterizadas a partir de critérios fenotípicos que as impõem a condição de suspeição, e se está associada a algum outro marcador ou mais de um deles, maior será a chance da jovem ser reconhecida enquanto: piriguete/maloqueira/mulher de bandido, sofrendo maiores violações de assédio.

Os estereótipos que circundam essas populações as colocam em um patamar de constante subalternidade ao passo que sobre elas recaem categorizações estereotipadas e dentre elas a perspectiva policial capaz de produzir, segundo Paixão (1982) a incriminação de grupos e populações específicas. Esta abordagem que interliga diretamente a classe social e o território a ações violentas e ao crime já foi e continua sendo bastante estudada e discutida por Zaluar (1999), Misse (2006) e Porto (2006) que chamam a atenção para as armadilhas da associação direta da violência a uma classe social distinta, sem que sejam discutidos o caráter difuso e plural do fenômeno. Anunciação, Trad e Ferreira (2020) elencaram a partir de sua pesquisa, cinco critérios que seriam decisivos para estabelecer a “fundada suspeita”, isto é, elementos que compõe a decisão de suspeição por parte dos policiais, quais sejam: fenótipo; pertencimento territorial e situação econômica; aparência, atitudes e comportamentos; e o contexto em que ocorre a abordagem.

As práticas de abuso de poder exercidas por policiais e relatadas por Irene são direcionadas, segundo ela, aos “peixes pequenos”.

“Dos grandes, eles (os policiais), tem é medo. Muitos fazem é acordo com os traficantes e ficam passando por aqui só por dizer que tão trabalhando. Eles sabem de tudo que acontece aqui e ficam ameaçando a gente pra ver se consegue alguma coisa” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

Fica claro na fala de Irene que uma importante condição para o desenvolvimento das práticas de venda de drogas na microeconomia do crack está relacionada a uma determinada colaboração ou omissão de certos policiais a partir de uma troca de favores ou do pagamento

direto por tais serviços. Irene e as demais mulheres interlocutoras não possuem capital econômico capaz de sustentar esses acordos. Para conseguirem negociar um “alvará de funcionamento” (GRILLO, 2008) com a polícia, outras formas de “pagamento” precisam ser oferecidas sendo os “favores sexuais” os mais solicitados, principalmente das mulheres jovens.

Misse (2006) considera impossível compreender as práticas varejistas de venda de drogas sem direcionar atenção aos mercados de proteção agenciados pelas forças policiais. Telles e Hirata (2010) abordam a temática.

O pagamento regular da proteção policial faz parte das rotinas do negócio [...]. São práticas corriqueiras, mas não banais, com seus procedimentos, seus tempos, seus lugares, seus protocolos. Equilíbrios instáveis que muito frequentemente desandam em práticas de extorsão acompanhadas por chantagem, ameaça de prisão, violência física. Isso faz parte das rotinas não apenas do ponto de drogas: compõe a vida de um bairro de periferia, insere-se nos cenários locais, alimenta histórias que circulam no repertório popular, está, enfim, incrustado na ordem das coisas, nas formas de vida. (TELLES E HIRATA, 2010, p.43)

Para Irene, as abordagens policiais, longe de significar a presença do “braço protetivo do Estado”, visa muito mais o controle para que se estabeleça a pacificação dos corpos e assim, transitam entre ações abertas de repressão de caráter policial militar, constrangimentos morais e físicos e abuso de poder, além de aprofundar a ideia da submissão das mulheres ao desejo e ao poder masculino, notadamente daquele que detém o poder de polícia. Analisando a fala de Irene, considero que essas ações por ela relatadas fazem parte de um procedimento ilegal de sujeição de pessoas e comunidades consideradas por determinados agentes policiais como passíveis de violência, sem que tenham que haja, de algum modo, possibilidade de denúncia.

A violência policial¹⁷⁰ não é uma novidade no cenário brasileiro principalmente quando direcionada a populações pobres, no entanto, não identifiquei em minhas pesquisas publicações que apontassem o caráter da violência policial a partir desse critério apontado por Irene, o da sujeição de mulheres e a perspectiva de obtenção de “favores sexuais” a partir da posição simbólica do poder de polícia. Tais ações fortalecem a perspectiva negativa que a

¹⁷⁰Mesquita Neto (1999) identifica pelo menos quatro concepções diferentes a respeito da violência policial: 1. são considerados atos de violência aqueles em que os policiais usam a força física contra outra pessoa de forma ilegal; 2. os que fazem uso ilegítimo da força física por policiais contra outras pessoas, sobretudo os que registraram um uso desnecessário ou excessivo da força física, no que concerne à preservação da segurança pública; 3. do ponto de vista jornalístico, da opinião pública, são frequentemente considerados atos de violência policial não apenas os usos ilegais e os ilegítimos, mas também e principalmente os usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes da força física por policiais contra outras pessoas; 4. a violência policial não apenas como o uso ilegal, ilegítimo e irregular da força física por policiais contra outras pessoas, mas também e principalmente como o uso de mais força física do que um policial altamente competente consideraria necessário em uma determinada situação.

população periférica via de regra possui em relação à polícia que passa a compor muito mais o campo do abuso de autoridade e da violação de direitos tendo em vista que são essas populações suas vítimas preferenciais.

Mbembe (2011) traz para o debate o conceito de “necropolítica” para demarcar a adoção dentro dos estados modernos de uma estrutura interna pautada no uso da força direcionada a determinadas populações, principalmente aquelas vítimas de estereótipos raciais e que geralmente estão marginalizadas e segregadas. O questionamento quanto ao direito que o Estado detém de matar, a partir de um discurso justificado pela “manutenção da ordem” se interliga com outro questionamento: “quem são as populações passíveis de luto?”. Butler (2016) partindo da “condição compartilhada de precariedade” presente em Hegel, define aquelas populações “destrutíveis” e “não passíveis de luto”.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as epidemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos vivos”. (BUTLER, 2016, p. 53)

Dados anteriormente apresentados confirmam que essas populações marginais e não passíveis de luto são no Brasil, principalmente as negras e pobres que quando instaladas em territórios também excluídos, são alvo de ações violentas inclusive impetradas pelo Estado na justificação do combate às drogas e ao tráfico. O epicentro é o ponto de drogas, mas a zona de arbítrio se expande e afeta todo o entorno. Vera Telles e Gabriel Hirata esclarecem a forma de gestão da violência estatal nesses territórios.

Sob o pretexto de “caça aos bandidos”, sucedem-se batidas policiais, invasão de domicílios, espancamentos, expropriação de bens, e as execuções sumárias, os extermínios. Violência extralegal: aqui, nesse registro, não se trata propriamente de porosidade do legal-ilegal, nem de fronteiras incertas entre o informal, o ilegal, o ilícito, mas da suspensão dessas fronteiras na própria medida em que fica desativada a diferença entre o cumprimento e a transgressão da lei. Quer dizer: a própria diferença entre a lei e o crime fica anulada (TELLES E HIRATA, 2010, p.43).

O Oitão Preto apresenta características territoriais e sociais que favorecem esse tipo de ação, dentre a principal delas, a forte presença do tráfico/comércio de drogas. A partir da premissa proibicionista que estabelece a atuação sistemática e efetiva do Estado no combate às drogas, ações policiais no Oitão Preto são consideradas normais e até desejáveis. O

proibicionismo estabelece que o Estado deve agir em duas frentes: impedir a produção e o comércio de drogas ilícitas e reprimir seus consumidores. Assim, os produtores e os vendedores (traficantes) devem receber duras sanções por parte do Estado e a polícia deve ter como meta, coibir tais ações.

Como o tráfico é uma atividade de lucro hipertrofiado, principalmente no setor de distribuição atacadista da cadeia, parte significativa dos ganhos pode ser usada para a compra de armamentos e para corromper setores da burocracia estatal, principalmente agentes de segurança. Como muitas outras formas de violência, as vítimas e os algozes dessa guerra são oriundos, em sua maioria, das camadas mais pobres e estigmatizadas de seus países. E a atuação das polícias se concentra normalmente em cima do mercado varejista, o mais exposto e ocupado pelos que menos lucro têm com esse comércio. Os bilhões que o tráfico movimentava, no entanto, continuam circulando pelos mercados com maneiras diversas de tornar o dinheiro legal (FIORE, 2012, p. 15).

Esse jogo proibicionista/repressivo acaba por gerar uma guerra declarada nos espaços marginais onde o comércio de drogas se efetiva de maneira mais aberta. Para tanto as ações policiais tornam-se constantes com o aprisionamento de pessoas e substâncias rapidamente substituídas pelas “reservas de mercado”. As prisões e apreensões no entanto precisam ser controladas dentro da “margem de lucro” e, é por isso que os “acordos” com determinados agentes policiais são necessários para garantir certa tranquilidade para a execução do negócio.

Enquanto a polícia se estabelece como a principal presença do Estado no território, as demandas relacionadas a assistência social e a saúde se sobressaem. Como já citei, ao iniciar as incursões no Oitão Preto fui apresentada como assistente social. Essa credencial me possibilitou ser recebida com certa tranquilidade dentro da favela, mas também fez com que chegassem a mim diversas demandas, algumas já pontuadas nas páginas anteriores. No entanto, considero adequado agora me deter mais detalhadamente a essas “solicitações” em uma tentativa de compreender os espaços deixados pelo Estado¹⁷¹ e a crescente demanda que se apresenta por benefícios e serviços sociais públicos por parte dos moradores daquele território, contrastando com o cenário de focalização, seletividade e racionalização dos gastos públicos, principalmente nas políticas de proteção social e combate à pobreza.

Em uma das idas ao Oitão, enquanto estávamos parados em uma casa, Samuel e eu conversávamos com a moradora. Um homem próximo que vou chamar de Pedro ouvia nossa

¹⁷¹Não tenho a pretensão aqui de estabelecer o acesso a políticas sociais como a solução para todas as problemáticas que se concretizam no Oitão Preto, no entanto, é preciso pontuar a quase ausência do Estado em relação a oferta dessas políticas naquele território.

conversa. Quando fizemos menção de sair Pedro se aproximou e disse que precisava falar comigo. Disse que estava com um problema e precisava da minha ajuda. O problema era o seguinte: a companheira de Pedro havia sido presa acusada de tráfico de drogas e estava detida no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. O caso era que desde a prisão, três meses antes, Pedro não conseguia visitar a companheira e sabia, por parte da Defensoria Pública, que ela precisava de material de higiene e outros produtos, no entanto ele, por não ser legalmente casado, não poderia visita-la. Além disso, outro empecilho para a visita era a falta de seus documentos civis e a falta de comprovante de endereço, coisa que percebi comum entre os moradores do Oitão. Muitos com quem tive contato informaram a falta de documentos, várias crianças que nunca haviam sido registradas e moradores que não possuíam meios de comprovar o endereço.

Essas dificuldades em relação a documentação interferiam diretamente no acesso a benefícios da assistência social e lançava esses moradores a condição de “não cidadãos” uma categoria de pessoas inalcançáveis pelas políticas de proteção social, tendo em vista os critérios de acesso a elas. Pedro era também um vendedor de drogas no Oitão, dentro da classificação pontuada anteriormente, poderia afirmar que ele se encontra no patamar de “vendedor intermediário” tendo em vista que é Pedro, por exemplo, que abastece muitas das casas em que se faz a venda “doméstica”. A companheira de Pedro foi presa justamente no momento em que fazia o trajeto da “bocada” para o repasse das drogas às microcomerciantes domésticas. Ao ser parada em uma abordagem da polícia, a companheira de Pedro portava uma quantidade expressiva de drogas e por isso foi detida pelo crime de tráfico. Com a companheira presa, Pedro segue com o negócio, mas não sabe como fazer para poder visitá-la na unidade penal.

Enquanto conversava com Pedro, uma outra voz masculina me chamou: “assistente social, vem aqui. Você pode vir aqui?”. Olhei para dentro do barraco e vi um homem sentado no chão. O lugar era escuro, apenas conseguia ver sua sombra, mesmo a luz do dia. Cheguei mais perto da porta, observei o chão de terra batida, apenas uma rede estendida e um pequeno banco de madeira, um móvel comum nas casas que visitei no Oitão Preto. Ele estava sozinho no cômodo, papelotes em cima do banco e um cachimbo do lado. O homem pediu que nós entrássemos, mas Samuel que se aproximou comigo insistiu para que o homem saísse. Ele levantou-se da rede e veio aos pulos até a porta de entrada. Carlos era deficiente físico, uma das pernas era amputada. Ele queria “se aposentar”. Disse já ter ido no INSS cinco vezes e que havia sido negado em todas elas. Contou ter perdido a perna devido a um erro médico e queria ajuda para conseguir o benefício que no seu caso seria o BPC. Tentei orientar minimamente,

mas ali também pensava no caráter seletivo desse benefício e as condicionalidades postas à sua concessão, dentre elas, a necessidade de um laudo médico que aponte a plena incapacidade para o trabalho. Enquanto falava da possibilidade de judicialização da solicitação ao BPC, processo cada vez mais comum nos casos de negativa do INSS, percebi que Carlos não conseguia acompanhar as orientações, me olhava como se eu estivesse falando um outro idioma, apesar de minha tentativa de falar o mais claro e simples possível. Falar da Defensoria Pública, dizer que ele precisava se encaminhar até o núcleo que trata desse tipo de ação, dizer que ele precisava do laudo médico comprovando a incapacidade. Tudo isso parecia inalcançável a ele, sem que lhe fosse prestado um acompanhamento social regular.

De outra feita, conversando com Tereza, ela me falava da filha usuária de crack e das tentativas de realização de tratamento. Tereza entendia que a filha precisava ser internada em algum lugar. Para ela, as práticas ofertadas no CAPS AD não serviam e sua esperança estava na internação da filha em uma Comunidade Terapêutica¹⁷². Tereza contou que já havia conversado com o pastor da igreja evangélica próxima a sua casa e ele havia prometido conseguir uma vaga. As igrejas, principalmente as evangélicas, possuem grande capilaridade dentro do Oitão Preto, realizando ações comunitárias, eventos, grupos com crianças, jovens e adultos e ocupando um espaço de ação social nas brechas deixadas pela ausência do Estado nesta área.

De outra forma, quando o Estado consegue “chegar” e essas populações, é possível a abertura de outras possibilidades como percebi na fala orgulhosa de Irene: “Minha neta está no programa do menor aprendiz, ela recebe uma bolsa”. A neta de Irene tinha 16 anos e vinha se aproximando enquanto nós conversávamos. Com o uniforme da escola pública, livros nas mãos, pediu a benção da avó e entrou no barraco em que moravam. “Minha neta é muito linda né? Ela vai ser gente, eu tenho certeza”. Na fala de Irene está expressa toda a esperança em “parar uma engrenagem”, uma vida que parece se repetir, geração após geração¹⁷³. A neta, estuda, recebe bolsa do governo, poderá na perspectiva de Irene, ter uma vida diferente da sua. Ali presente o reconhecimento interiorizado de que a escola seria um canal importante para a mudança de vida. Fiquei pensando ao deixar Irene após essa conversa na frase “ela vai ser gente”

¹⁷²Historicamente as políticas públicas deixaram de lado a questão das drogas, o que possibilitou uma absorção da temática pelas instituições judiciais, religiosas e de segurança pública. Para Quinderé (2013), a ausência do Estado em relação à questão possibilitou o surgimento de diversos estigmas e ideias pré-concebidas sobre o tema, assim como a atenção aos usuários permaneceu pautada nas práticas eminentemente médicas e psiquiátricas, de caráter fechado, excludente, segregador e marginalizante, ou ainda de cunho religioso onde o principal objetivo era a reformulação moral e a abstinência total do uso das substâncias.

¹⁷³ Assim como no curta metragem “Vida Maria”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4. Acesso em 26/10/2021.

dita por ela ao se referir a neta. Na semana seguinte, ao encontrar primeiro Irene e depois Tereza, questionei com elas o que “ser gente” significava.

“Eu quero que minha neta tenha uma vida diferente da minha. Eu sofri muito na vida, não tive estudo. A gente que não sabe ler é uma burra, as pessoas enganam. Eu não quero ver minha neta se acabando assim como eu não. Dependendo de vender essas coisas pra pagar um barroco véi desses, nem quero que ela dependa de homem, isso é a pior coisa que a gente pode fazer. Eu digo muito a ela pra estudar, ser doutora, ela é inteligente, já te disse que ela está recebendo uma bolsa?” (IRENE, MULHER NEGRA, 62 ANOS).

“Ô mulher, ser gente é ser assim, doutora como você. É poder ir nos canto e ser bem recebida, bem tratada, não ficarem olhando pra gente com cara de nojo, ou segurando as bolsa. Quando eu era mais nova eu nem ligava, entrava nas loja puxando uma reca de menino, os segurança ficava de olho, tinha vezes que eu entrava no supermercado, os meninos comiam bolacha e jogavam o papel no lixo, na hora de passar no caixa eu não pagava. Naquele tempo dava pra fazer isso, agora tem câmara em todo canto” (TEREZA, MULHER NEGRA, 65 ANOS).

Quando Irene diz que sua neta “vai ser gente” implicitamente considera que ela mesma não é. Butler (2016) novamente pode ajudar a pensar sobre a condição de ser vivente e sua posição no mundo.

[...] teríamos de repensar “o direito à vida” onde não há nenhuma proteção definitiva contra a destruição e onde os laços sociais afirmativos e necessários nos impelem a assegurar as condições para vidas vivíveis, e a fazê-lo igualitárias. Isso implica compromissos positivos no sentido de oferecer os suportes básicos que buscam minimizar a precariedade de maneira igualitária: alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir e direito de expressão, proteção contra os maus-tratos e opressão (BUTLER, 2016, p. 41).

Esses compromissos positivos, precisam ser traçados a partir da presença do Estado enquanto garantidor de políticas sociais públicas protetivas e que consigam alcançar essas populações. Algo que se torna mais difícil a partir da desresponsabilização presente nas esferas do Estado e a política atual que retoma a atuação particularizada em determinados indivíduos, deixando de observar a sociedade enquanto esfera do coletivo.

No tópico seguinte, tratarei ainda de questões relacionadas a “quase ausência do Estado”, a partir do viés da saúde pública.

Figura 18 – “Sem Título” -Descartes Gadelha

Fonte: <https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2010-08-catadores-do-jangurussu-descartes-gadelha-18-10-2010/>

4.6 “Agora que minha filha morreu, eu não quero mais saber disso”

Inácia foi a última mulher que conheci e passei a visitar. Nós não tínhamos programado a ida em sua casa naquele dia, mas ainda na entrada do Oitão Samuel foi abordado por uma moradora, vizinha de Inácia que contou que Inácia precisava de ajuda e de oração. Samuel era espírita e em algumas ocasiões, antes de entrarmos no Oitão, fazia uma oração pedindo proteção aos “anjos de luz”. Naquele dia a vizinha pediu que ele fosse até a casa de Inácia para conversar. Fizemos as visitas programadas e Samuel deixou para ir à casa de Inácia já perto do final da tarde. Inácia tinha a casa mais estruturada que as das outras interlocutoras. Tinha móveis na sala, sofá, TV, geladeira, água encanada e energia elétrica. Apesar disso, a casa era escura precisando de luz acesa em plena tarde de sol. Inácia também era a mais velha das mulheres com quem já tinha conversado, tinha 68 anos à época. Naquele primeira tarde não achei que Inácia poderia ser uma das mulheres a compor a pesquisa, não percebi ali a

possibilidade da venda de drogas. As portas e janelas da casa estavam fechadas, diferente também das outras que se mantinham abertas ao aguardo de clientes. Naquela primeira visita encontramos Inácia sozinha em casa, bastante chorosa. Samuel já sabia da morte recente de uma das duas filhas de Inácia e foi sobre isso que conversamos durante certo tempo. Inácia contou que sua filha de 32 anos tinha morrido de tuberculose dois meses antes. A filha já vivia com HIV e a junção das duas doenças virais foi fatal, em poucos meses a filha faleceu. Além da tristeza de Inácia pela morte da filha mais velha, ela se preocupava com a filha mais nova que não aceitou a morte da irmã e, desde o acontecido, pouco ficava em casa e quando estava, mantinha-se trancada no quarto sem falar com a mãe. Foi inclusive por isso que Inácia pediu para falar com Samuel. Para ela, a filha mais nova estava sob influência do espírito da filha morta e esse pensamento fazia Inácia passar noites em claro. Para dar sustentação a sua teoria, Inácia contou-nos que até a morte da filha mais velha, a outra, mais nova, era uma jovem tranquila, trabalhava em uma lanchonete em um shopping e, apesar de ser um trabalho duro, que a deixava extremamente cansada, seguia fazendo planos. Após a morte da irmã, uma mudança brusca no comportamento, a saída do emprego e a aparência que segundo ela, se tornava cada vez mais igual à da filha falecida. Nesse dia deixamos Inácia falar bastante, pouco interrompemos e saímos de lá com a promessa de retornar na semana seguinte. Esses retornos me fizeram conhecer melhor Inácia. Ela vivia no Oitão Preto desde o nascimento, casou e ficou viúva, e recebe o BPC. Era a filha mais velha que fazia a venda de crack e Inácia, como mãe, auxiliava em algumas situações, apesar de ser terminantemente contra o negócio. Após a descoberta da doença da filha, Inácia não podia permitir que ela ficasse vendendo “essas coisas” na rua, se expondo ainda mais. Assim, concordou em que fosse utilizado o espaço de sua casa. Contou que a filha passava a maior parte do tempo do lado de fora da casa, nas calçadas próximas e que só entrava em casa para pegar alguma “encomenda” ou para guardar o “apurado” do dia: “Agora que minha filha morreu, eu não quero mais saber disso não. Devolvi tudo o que ainda tinha aqui, isso é coisa do demônio”. Por isso as portas da casa de Inácia estavam sempre fechadas, ela tinha medo de que alguém viesse cobrar alguma dívida da filha ou que clientes procurassem a casa em busca de comprar drogas.

Inácia tinha a possibilidade de deixar a venda de drogas, apesar de que isso certamente impactou na redução de sua renda. Isso só foi possível porque Inácia teve acesso ao BPC, está assegurada por um benefício que lhe garante a subsistência e fornece as possibilidades de sobrevivência fora do circuito da venda de drogas, o que não pode ser acessado por todas. Outra diferença de Inácia em relação as demais mulheres, principalmente

Tereza e Irene, é que a primeira não detém a responsabilidade por netos ou por outras pessoas que dependam financeiramente dela, o que lhe garante o uso do benefício em proveito próprio.

Desde minha primeira ida ao Oitão Preto, algo que chamou a atenção foi o quantitativo de pessoas com tuberculose já diagnosticada ou, que nos paravam na rua solicitando fazer o exame de escarro. Em muitas casas que visitei os relatos eram os mesmos: tosse, emagrecimento, febre vespertina. A adesão a realização do exame era alta, algo que não se observava na etapa seguinte, o tratamento. Por muitas vezes ouvi pessoas relatando a dificuldade em tomar a medicação corretamente em um dia que não haviam feito nenhuma refeição. Eram constantes os pedidos de que, junto com a medicação, os voluntários trouxessem comida, um copo de leite, um pão, algo para “forrar” o estômago que era corroído pela “força” do medicamento. Esses momentos eram sempre muito constrangedores e difíceis, a equipe de voluntários não recebia nada além do medicamento e da água para entregar aos doentes.

Sousa Filho *et al* (2012) informam que as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde, a adesão adequada aos esquemas antituberculose e antirretroviral (ARV) concomitante é um grande desafio para os doentes tendo em vista a quantidade elevada de comprimidos e cápsulas a serem ingeridos e a ocorrência de efeitos colaterais. Além disso, as recomendações de supervisão periódica na autoadministração das doses, intensificação das medidas profiláticas e preventivas, manutenção de vínculo com o serviço de saúde, o entendimento do tratamento e dos efeitos colaterais possíveis para a adesão terapêutica, dificilmente são seguidas por uma população que não dispõem de possibilidades mínimas de acesso a água potável, alimentação adequada, vivendo na maioria das vezes em unidades habitacionais precárias.

Na filha de Inácia, a tuberculose chegou após a descoberta do HIV¹⁷⁴. A baixa imunidade gerada pelo vírus do HIV torna os indivíduos ainda mais vulneráveis a contaminação

¹⁷⁴Em 2020, o Brasil registrou 66.819 casos novos de TB, com um coeficiente de incidência de 31,6 casos por 100 mil habitantes. Em 2019, foram notificados cerca de 4,5 mil óbitos pela doença, com um coeficiente de mortalidade de 2,2 óbitos por 100 mil habitantes. De 2011 a 2019, a proporção de casos novos de TB testados para HIV cresceu vertiginosamente. Já em 2020, 76,5% dos casos novos de TB conheciam seu status para a infecção pelo HIV, sendo que 8,4% dos casos novos foram positivos. A caracterização dos casos da doença de acordo com o gênero mostra uma ampla predominância no sexo masculino ao longo dos anos. Diante da análise, entre 2008 e 2019 o maior número de casos confirmados de tuberculose ocorreu no sexo masculino (10,705 casos) e a faixa etária mais acometida foi a de 20 a 34 anos de idade para ambos os sexos. Um dado importante é o quantitativo de casos em menores de dez anos que de 2008 a 2019 chegou ao número de 923 casos. Em Fortaleza, no ano de 2019, foram identificados 1511 casos de tuberculose. No boletim epidemiológico não há indicação de renda ou classe social mais acometida pela doença, mas diversos estudos dão conta da relação intrínseca entre pobreza e tuberculose. No Boletim Epidemiológico do Ceara é apresentado um quadro das populações mais vulneráveis à contaminação pela tuberculose. Dentre os mais vulneráveis estão a população indígena (risco de contágio 3x maior), pessoas que vivem com HIV/AIDS (risco de contágio 25x maior), pessoas privadas de liberdade (risco de contágio 28x maior) e pessoas que vivem em situação de rua (risco de contágio

por outros patógenos, e em um espaço constituído majoritariamente por populações pobres em que se observa uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas e de alta circulação do vírus da tuberculose, como é o caso do Oitão Preto, a dupla contaminação é uma realidade¹⁷⁵. De acordo com Guimarães et al (2012), desde a década de 1980, o HIV tem sido um dos principais fatores que contribuíram para o ressurgimento da tuberculose no mundo. A coinfeção tuberculose/HIV resulta em taxas de mortalidade mais altas do que a infecção somente pelo HIV. Para os autores, outro elemento, além da coinfeção tuberculose/HIV, responsável pela manutenção da tuberculose como problema de saúde pública é a pobreza. A tuberculose e a pobreza assumem uma relação bidirecional, pois tanto a pobreza pode estar relacionada às condições precárias de saúde, como essas podem produzir a pobreza, limitando as oportunidades de trabalho e de subsistência.

Durante todo o trabalho de campo, as observações e a pesquisa transcorreram enquanto acompanhava os voluntários nas abordagens de coleta de exames e entrega de medicamentos. Assim, pude conhecer muitas histórias, dentre elas a de Inês, uma mulher negra de 36 anos, usuária de crack e doente de tuberculose. Quando iniciei as idas ao Oitão, acompanhei as diversas tentativas para que Inês já com sintomas bem próprios de TB realizasse o exame de escarro. Inês, como já relatado, morava em local bastante precário, se abrigava no morro às margens da Leste-Oeste, o barulho do tráfico de carros era intenso. Ao lado de uma construção, apoiada em madeiras, uma lona foi estendida e lá Inês se abrigava e “guardava” seus pertences: um colchão velho, roupas, muitas coisas recolhidas do lixo. Os odores de fezes e urina humanas eram uma constante. Inês dividia o local com dois homens que muitas vezes ficavam rondando as proximidades enquanto falávamos com ela. Inês já havia sido levada para a casa de sua mãe, quando ficou doente e precisava de cuidados. A mãe a recebeu, cuidou dela, no entanto Inês conta que se desentendeu com um irmão e decidiu sair de casa novamente, retornando para o Oitão Preto. Inês fazia uso intenso de crack e diversas vezes a encontramos

56x maior). No site da Sociedade Brasileira de Doenças Tropicais é possível acessar uma entrevista realizada com o médico e professor Luis Cuevas que destaca ser a tuberculose, principalmente um problema social. De acordo com o médico, ela está relacionada com a extrema pobreza e se dissemina com mais facilidade em grandes aglomerações de pessoas, nas quais a luz é escassa e o ar mal circula Disponível em: <http://www.sbmt.org.br/portal/tuberculose-uma-doenca-dos-pobres/>.

Dados disponíveis em: [¹⁷⁵No Ceará, o número de pacientes com TB testado para HIV aumentou em 17,6%, passando de 64,5 % em 2015 para 78,3% em 2020. Em 2019, os dados mostraram que 78,3% dos casos novos de TB tiveram seu status para a infecção pelo HIV diagnosticado, sendo que 11,3% foram positivos. Dados do Boletim Epidemiológico da Tuberculose no Ceará de 2021. Disponível em: \[https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/boletim_tuberculose_n01_20211103.pdf\]\(https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/boletim_tuberculose_n01_20211103.pdf\). Acesso em 30/01/2022.](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.03#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Brasil%20registrou,%C3%B3bitos%20por%20100%20mil%20habitantes. Acesso em 30/01/2022.</p></div><div data-bbox=)

sob efeito da droga na “Caverna”. Sem o crack Inês falava pouco, interagiu somente o necessário, mas sempre reclamava das medicações, muitas vezes se negava a recebê-las alegando que estava com muita fome e as medicações destruíam seu estômago.

Ainda aqui se interpõem o contexto social que demonstra uma presença estatal pouco efetiva, um contexto de diagnóstico e tratamento apenas medicamentoso, desconsiderando o caráter profundamente social que integra a problemática da tuberculose enquanto doença endêmica da pobreza. Esse contexto do território e suas problemáticas a partir dessa “quase ausência do Estado” não pode ser ignorado, ainda que não seja o objetivo central desta pesquisa. Acredito, ao contrário, ser importante compreender as dinâmicas sociais do território para assim, entender porque a venda de crack se torna algo tão presente no cotidiano daquelas pessoas. Nas considerações finais apresento os achados da pesquisa e retomo as categorias de interesse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUIR PARA RECOMEÇAR...

Figura 19 – “O Azul para Nice” – Descartes Gadelha



Fonte: <https://www.minimuseufirmeza.org/artista/descartes-gadelha>

“Se não podemos ver um problema, não podemos resolvê-lo” (KIMBERLÉ CRESHAW, 2016).

O trabalho ora apresentado tratou de alguns aspectos relacionados ao cotidiano de vida de quatro mulheres pobres, pretas e velhas inseridas na microeconomia do crack na Favela do Oitão Preto. Suas narrativas guiaram de certa forma minha escolha argumentativa e fizeram com que o foco da pesquisa estivesse relacionado aos seus cotidianos de vida atuais e não voltados a um passado biográfico que desse conta de traçar um perfil histórico-social delas. Esse não era o interesse das mulheres, nem o meu. Estávamos muito mais interessadas em compreender como a vida se desenrolava ali, naquele cenário. Assim nossas conversas davam conta de situações vivenciadas, reflexões quanto às suas condições de vida, de saúde, desentendimentos, preocupações diárias que, vez por outra as fazia relembrar momentos do

passado, no entanto sem tornar esse retorno como central para o estudo. Essa forma de coleta de dados acabou por me apresentar múltiplas questões e temáticas que procurei desenvolver e conectar a partir da ideia central que se estabelecia no interesse de investigar a venda “doméstica” de crack que se desenvolvia no Oitão Preto. A multiplicidade de dados empíricos talvez possa ter a ver com a escolha da etnografia como metodologia de coleta de dados o que me lançou a realizar abordagens diversas, porém interligadas como vias que se cruzam.

O ponto de partida para entendermos a complexidade do território e o estigma social direcionado ao lugar e sua gente foi estabelecer um percurso que buscou demonstrar o surgimento da favela e como passou a ser reconhecida enquanto espaço de promiscuidade moral, prostituição e violência. Naquele pedaço de chão foram agrupados sertanejos fugidos da seca e alojados em “campos de concentração”, também foi ali que se estabeleceu a zona de meretrício mais popular de Fortaleza, o “Curral das Éguas” e é lá que hoje se desenvolve um comércio de drogas em expansão em meio a desproteção estatal e o acesso precário ao emprego e a renda. Ainda que as atividades laborais que permeavam o local estivessem atravessadas pela precariedade e pelo crivo da moralidade, foi somente com o desenvolvimento do comércio de drogas que se estabeleceu uma rede de oportunidades ilegais com a adesão de diferentes grupos de moradores, estabelecendo a possibilidade de acesso às atividades, sem que haja grandes exigências.

Assim, a partir de uma estrutura piramidal, observamos a existência de diferentes categorias de vendedores de drogas atuando no Oitão Preto. A partir dessa observação preliminar, tomamos emprestado de Chaves (2013) a terminologia utilizada para diferenciar os “vendedores do topo” e os “vendedores intermediários” e a partir daí, identificamos uma outra categoria nomeada por nós de “microcomerciantes domésticas”. Ao traçarmos a venda “doméstica” de crack por mulheres na Favela do Oitão Preto estabelecemos um eixo de análise que buscou compreender a microeconomia do crack dentro deste território e como tal atividade, aliada a marcadores de gênero, classe, raça e geração, toma centralidade e cria novas modalidades de “vendedoras” de drogas que por amplos aspectos buscam se diferenciar da ideia do traficante seja pela inexistência de padrões violentos de sociabilidade em torno da comercialização dessas mercadorias ilícitas que ocorrem em casa, seja pela baixa lucratividade que a realização das atividades ofertam a esse público em específico.

A diferenciação entre as categorias de vendedores de drogas e a observação de uma microeconomia cada vez mais doméstica e interligada a vida cotidiana de famílias nos parece uma situação relativamente nova no contexto de Fortaleza. O caráter novidadeiro a que nos

referimos não está tanto relacionado ao tempo em que ocorrem e se desenvolvem tais atividades no território, mas a amplitude e centralidade que alcança essa microeconomia do crack a partir de um perfil cada vez mais heterogêneo de integrantes. Ainda que a pesquisa seja especializada no Oitão Preto, a capilaridade das ações e a forma como a venda de crack está estruturada aponta a integração de uma população de vendedores e vendedoras em diferentes faixas etárias. No caso em específico, mulheres na faixa etária dos 60 anos que veem na venda de crack em casa, uma das poucas possibilidades de obtenção de renda, diante suas fragilidades corporais e responsabilidades familiares no cuidado e sustento da casa, dos filhos e dos netos. A estrutura de ilegalismos se desenvolve em uma tênue fronteira entre as escassas oportunidades de trabalho formal e legal e as múltiplas possibilidades de inserção em atividades ilegais sendo a venda de drogas “em casa” uma atividade pouco complexa e capaz de abranger um grupo heterogêneo de participantes inclusive mulheres com mais de 60 anos.

A partir do adensamento de processos como a “feminilização da pobreza”, temos um cenário em que as mulheres da classe trabalhadora ou das classes subalternas, principalmente aquelas das camadas mais empobrecidas se veem afetadas fortemente por situações de vida cada vez mais vulneráveis, lançando-as ao mercado de trabalho ou a postos de trabalho precários, e no estudo em tela ilegais, estando cada vez mais responsáveis pelo sustento financeiro da família. Nesse sentido, Duque-Arazola (2010) afirma que o lugar social da mulher “se materializa na disponibilidade permanente delas a serviço da família e na sua identificação social de gênero como dona-de-casa-esposa-mãe” (p.235). Essa constante relação de serviço está posta no cotidiano de vida das mulheres interlocutoras da pesquisa que agregam a disponibilidade e a responsabilidade pelo cuidado e manutenção financeira de outros, para isso assumindo postos de trabalho dentro da microeconomia da droga.

Ainda que estejam presentes e atuantes nesse circuito de venda ilegal de drogas, essas mulheres se diferenciam de outros vendedores de drogas a partir de algumas características já elencadas, mas que considero importante frisar: elas não dispõem de um aparato bélico; gozam de certo prestígio dentro da favela, justamente por estarem em uma faixa etária que as posicionam como detentoras de respeito e consideração no território; são consideradas menos propensas a causar problemas aos “vendedores do topo” ou aos “vendedores intermediários”, mantendo os pagamentos em dia e quase nunca se envolvendo em situações conflitantes; para os clientes também se apresentam como vendedoras mais confiáveis e menos perigosas, o que as torna atrativas a um certo perfil de compradores. Esse perfil de clientes procura evitar a compra das drogas nas “bocadas” ou na rua onde a exposição

e os riscos podem ser maiores e desejam o sigilo de suas condutas. Esse público específico também contribui para que não seja necessário acionar mecanismos ostensivos de violência. Conhecer os clientes pessoalmente se torna uma ferramenta importante para garantia da proteção das vendedoras. A forma de venda como a que está sendo aqui demarcada só é possível a partir dessa vertente que também se fortalece a partir do sigilo e da proteção garantidos pela vizinhança. Tal constatação insere o comércio de drogas realizado pelas interlocutoras dentro da categoria de “mercado de drogas pacífico” ainda que no entorno e em outros contextos dentro do próprio território estejam presentes formas de violência ostensiva o que inclusive contribui para o reconhecimento do Oitão Preto como local extremamente violento.

A etnografia realizada no Oitão Preto demonstrou a existência de um mercado de crack que se apresenta “fechado e coberto” convivendo com outros mercados “abertos e descobertos” que inter cruzam suas dinâmicas em uma linha tênue que se estabelece a partir da posição dos vendedores enquanto varejistas e do perfil da clientela e as garantias protetivas que buscam para um uso de crack o mais “seguro” possível. No ambiente doméstico esse comércio de crack se desenrola em meio a rotina dos afazeres diários e se coloca como mais uma atividade da qual as mulheres são responsáveis.

Todas essas características fazem com que essas mulheres adquiram protagonismo na microeconomia do crack dentro do Oitão Preto, além de imprimir nelas uma marca de diferenciação dentro do tráfico de drogas. A estrutura ilegal de venda de drogas se estabelece de maneira tal que cria dentro do próprio território, diferentes categorias de vendedores e estabelece a diferença entre a “vendedora doméstica” e o traficante da “bocada”. No cotidiano do comércio ilegal de drogas no Oitão Preto, pudemos perceber duas modalidades de venda direta de crack aos consumidores. Na primeira a comerciante de rua, em posse do produto, o oferece aos transeuntes principalmente nas ruas de maior movimentação dentro da favela ou mesmo nas praças e ruas próximas, tomando o cuidado para não ser identificada por alguma instância do Estado. Na segunda, as substâncias são mantidas nas casas das vendedoras e são os consumidores que vão até lá, realizando a compra e, muitas vezes o uso da droga naquele local.

Essa identificação da venda de crack por mulheres e a faixa etária em que elas se encontravam nos sugestionou pensar em suas condições de existência e demarcar o lugar da mulher preta, pobre e velha diante as encruzilhadas que esses marcadores as impõem. Assim posicionamos a ideia do trabalho feminino e precário, do acesso a renda por meio da

prostituição que se torna inviabilizada pela chegada da velhice, o contexto de “quase ausência do Estado” e a presença do seu braço repressivo por meio da polícia.

Ao traçar essas análises tentamos pensar a microeconomia do crack e a venda “doméstica” da substância não como um produto finalizado, mas como um projeto reflexivo que sem dúvidas poderá ser ampliado e problematizado a partir de diferentes vertentes de análise. Nossas observações são por isso heterogêneas, dentro do universo de análise que nos foi possível desenvolver, tendo ciência de que muito mais ainda falta ser dito. Ainda assim, consideramos importante, para finalizar, apresentar uma síntese daquilo que se constituiu como “achados” da pesquisa no sentido de possibilitar, a partir deles, novas discussões.

- a) A venda doméstica de crack se constitui em uma “nova” modalidade de comércio dentro da microeconomia da droga nos bairros, comunidades e favelas e, nesse contexto, abre-se a oportunidade de adesão de grupos anteriormente excluídos deste universo de ilegalidade como é o caso de mulheres maiores de 60 anos. Isso somente é possível a partir da estruturação de um mercado de compra e venda de crack que aciona distintas categorias de vendedores e possibilita o acesso delas ao produto e aos clientes, sem que sejam acionadas as práticas violentas e ostensivas comuns ao tráfico de drogas.
- b) Outra observação importante é a diferença entre o recrutamento de adolescentes e jovens, considerados o público preferencial dentro da estrutura do tráfico e das facções e o recrutamento das microcomerciantes domésticas que ocorre por motivações e interações diferentes dos primeiros. As microcomerciantes domésticas são recrutadas a partir de homens, familiares ou amigos que estabelecem “a ponte” entre elas e os “vendedores do topo”.
- c) As microcomerciantes domésticas não estão abertamente dentro do circuito das facções apesar de conhecerem seus líderes e reconhecerem o poder e a capilaridade desse grupo dentro da favela. Ainda assim não são faccionadas, não estando subordinadas às suas regras. No entanto, estão envoltas nos procedimentos velados que garantem o sigilo das ações e da identificação dos vendedores dos patamares acima, bem como de seus clientes.
- d) Por serem mulheres e estarem no exercício de uma prática ilegal, as microcomerciantes domésticas são alvo da ação violenta e sexista de policiais que se utilizam de sua condição de mulher para estabelecer práticas abusivas de controle, exigindo favores sexuais em troca da não importunação.

- e) As microcomerciantes domésticas de crack do Oitão Preto acumulam vulnerabilidades que se inter cruzam a partir de sua condição de gênero, classe, raça e geração, fundamentando uma condição de precariedade sendo a obtenção de dinheiro, o motor determinante para a prática das atividades ilegais. O que move as ações e determina a participação dessas mulheres nessas práticas é, sobretudo a necessidade de obter dinheiro. Tereza deixou isso muito claro em sua fala: “Não fosse pela venda dessas coisas, eu ia tá pedindo esmola nas calçadas do Centro”. Apesar do lucro pela venda de crack para elas seja pouco, ainda assim garante a subsistência e as impede de chegar à mendicância.
- f) A sexta questão parte da crítica feita por Peralva, Sinhoretto e Gallo (2012) em relação aos estudos dos mercados de drogas que, segundo as autoras, se detiveram focalizados em determinados territórios e abordaram populações específicas em uma associação entre tráfico e pobreza produzindo um “efeito lampadário” em que se discute somente aquilo que se encontra sob a luz dos holofotes sem que se observem o que se esconde nas “sombras”. Assim as autoras consideram que as perspectivas desse debate precisam ser revistas em um direcionamento das pesquisas a situações mais macro a partir da formação dos mercados de drogas. Apesar de concordar com a indicação das autoras quanto a necessidade de ampliação de estudos que contemplem as questões macro que envolvem o mercado das drogas, consideramos igualmente importante compreender como esse mercado se estrutura e se dinamiza nos micro contextos tendo em vista a capilaridade que adquirem e as transformações que se operam nesses territórios que acabam por dinamizar as relações de consumo e, como provamos aqui, promover o protagonismo de diferentes atores que, por motivos diversos, passam a compor o circuito de venda de drogas, tomado como atividade banal dentro do território estudado.

Além dos achados acima pontuados, consideramos importante dar ênfase ao “lugar do Estado” na questão das drogas e qual deve ser sua atuação junto às populações que estão diretamente envolvidas nesses circuitos. Os dados empíricos nos levaram a constatar, corroborando com Zaluar (2004) e Rocha (2013), a ausência do Estado protetivo e, de outra feita, a sistemática atuação de um Estado punitivo e repressor, centrado em uma perspectiva de combate às drogas, sem enxergar a base que fundamenta e fortalece essa rede ilegal que se forja na pobreza e na falta de acesso dessa população a políticas sociais públicas capazes de garantir

educação, emprego e renda. No Oitão Preto como em tantos outros cenários degradados, o Estado precisa lançar suas bases para além da presença policial e da transformação da paisagem para “os de fora”, numa tentativa de “expulsão” desses indivíduos e se posicionar como responsável por garantir o acesso a políticas públicas de fato protetivas. Essa população que já tem sua mão de obra explorada pelo tráfico, é deixada à própria sorte pelo Estado que se ancora em ações seletivas, focalizadas e pontuais a partir de uma lógica de “redução dos custos” e em voluntarismos encabeçados principalmente por igrejas neopentecostais. Nessas situações o Estado não mata, mas deixa morrer como fica evidente nas narrativas do acompanhamento a doentes por tuberculose. A garantia do medicamento, sem o suporte alimentar é deixar morrer. É necessário que o Estado ocupe seu lugar enquanto provedor de políticas sociais públicas de curto, médio e longo prazo abandonando as ações periódicas e esporádicas que fomentam a política do “deixar morrer”. É nas brechas deixadas pelo Estado que o comércio de drogas se impõem e se torna capilar dentro de comunidades pobres, tendo em vista que se apresenta como a maneira, para muitos a única, de acesso a renda e ao consumo. As microcomerciantes domésticas de crack condenam suas práticas, sofrem os danos do uso de drogas entre seus familiares, ainda assim utilizam desse meio arriscado, socialmente condenado na perspectiva de alcançar um determinado patamar de vida, o único que para elas é possível. Enquanto as respostas estatais forem apenas aquelas de caráter arquitetônico, de “requalificação” do espaço, sem estabelecer atuação junto às pessoas, poderá até retirar o tráfico daquele local, mas a problemática seguirá posta, em outro endereço.

REFERÊNCIAS

- ABRUZZI, J. C. **A experiência da gestação na perspectiva de gestantes usuárias de crack internadas em uma unidade psiquiátrica de um hospital geral**. 2011. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ADORNO, S. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: ADORNO, S. **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: NEV/USP, V. 04, 2002.
- ADORNO, R. C. F *et al.* Etnografia da Cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saude & Transformação Social**, Florianópolis, V. 4, n.2, p.04-13, 2013.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMORIM, C. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- ANUNCIÇÃO, D; TRAD, L. A. B; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. 01-13, 2020.
- ALVES, J. A. Sobre mulas e corpos: cativeiros negros na democracia racial brasileira. **Sociologia Crítica**, v. 42, p. 229-248, 2016.
- BARRETO, L. D’A. C. **“Chacina das Cajazeiras”**: facções criminosas e crimes violentos letais intencionais em Fortaleza/CE. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- BARRETO, L. C. **Prostituição: Gênero e trabalho**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- BARROS, A. da C. Favelas, as “chagas” de Fortaleza (1973- 1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019. Recife, **Anais...** Recife: [s.n.], 2019.
- BRASIL. G. M; SANTIAGO, E. M; BRANDÃO, M. D. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 169-193, jan/abr 2020.
- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BAHLS, F. C.; BAHLS, S. C. Cocaína: origens, passado e presente. Universidade Federal do Paraná, **Interação em Psicologia**, v.6, n. 2, p. 177-181, 2002.
- BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, 2009.
- BECKER. H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H. S. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, São Carlos, 2009.

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada**: território, lei e hierarquia no PCC. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/Gramma, 2018.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2008

BOITEUX, L. **Mujeres y Encarceliamento por delitos de drogas**. [S.l.]: CEDD – Colectivo de Estudios Drogas e Derecho, 2015.

BRANDÃO, M. D. **Dito, feito e percebido**: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha. 2017. 205f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BRANDÃO, M. D. Como um problema se torna público? Anotações pragmatistas a partir da marcha da maconha no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1 n. 25, p. 45-73, 2019.

BRASIL. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Modalidades de tratamento e encaminhamento**: módulo 6.- 5.ed. Brasília, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALVETE, C da S.; SOUZA, T. S de. História e formação do mercado das drogas. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 41, n. 76, p. 401-429, 2020.

CAMPOS, M da S. As percepções dos brasileiros sobre drogas, justiça e saúde. In: BOKANY, V (org). **Drogas no Brasil**: entre a saúde e a justiça, proximidades e opiniões. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CAMPBELL, N. **Using women**: gender, drug policy and social justice. London: Routledge, 2000.

CARNEIRO, H. S. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro Revista**, São Paulo, v. 6, p. 115 - 128, 2002.

CARNEIRO, H. S. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna**. São Paulo: Senac, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, H. S. O uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo. In FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

CARNEIRO, A. S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, ano 3, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, A. S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: CARNEIRO, A. S. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. C de. A emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras Conferências Internacionais do Ópio. **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 153-176, jan./jun. 2014.

CEARÁ. Secretaria da Saúde. **Boletim Epidemiológico: tuberculose**. Número 4, Fortaleza, 2020.

CEFAÏ, D. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 71-110, 2010.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estudos*, **CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 01, p. 187-213, mar., 2017.

CERQUEIRA, D *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAST, F. **Histoire contemporaine des médicaments**. Paris: La Découverte, 1995.

CHAVES, M. **Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico: marginalidade econômica e dominação simbólica em Lisboa**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.

COCHOY, F.; GROSSETTI, M. Liens, marchés et nouvelles sociologies économiques: autour de Harrison White. **Sciences de la société**, n. 73, p. 3-15, 2008.

COGGIOLA, O. O comércio de drogas hoje. **Revista de História Contemporânea: O Olho da História**, Salvador, n. 4, p. 199-? 1997.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan/abr 2016.

CORIOLOANO, L. N; PARENTE, K. M. Espaços de reserva do capital na orla oeste de Fortaleza (Ceará, Brasil): demandas para Lazer e Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.5, n.1, p.63-82, abr. 2011.

CORRÊA, M. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 7, n. 6, p.35- 50, jun.1996.

COSTA, A. L. Análise d redes de mercados ilegais sob uma perspectiva sistêmica: estudo de um depoimento da CPI do narcotráfico. **DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 4, p. 629-661, 2011.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. In Kimberlé Crenshaw et al. (eds.). *Critical Race Theory. The Key Writings That Formed the Movement*. New York: The New Press, 1995.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

CURCIO, F. **Mulher e tráfico de drogas: inclusão perversa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social de Campos, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.

Currais. Direção: David Aguiar e Sabina Colares. Produção: Além Mar Filmes. Roteiro: David Aguiar e Sabina Colares. Música: João Victor Barroso. Local: O2 Play, 2019. Documentário [90 min] COR, 2019.

DANTAS, A. L. T. **Superpopulação carcerária no Rio de Janeiro regulada pela economia da droga: um efeito da política de criminalização imposta aos jovens residentes das comunidades carentes**. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAS, V. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, University of California Press, 2007.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo social**, v. 29, n. 2, p.115-134, ago. 2017.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DFID/PNUD. **Programa de combate ao racismo institucional no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2005.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DIAS, C. N. Estado e PCC em meio as tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Pulo: Annablume, 2008.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DOWNEY, L. **Crianças do tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

DUAILIBI, L. B. **Revisão sistemática**: perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: MOTA, A. E (org). **O mito da assistência social**: ensaio sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

DURÃO, S. **Patrulha e proximidade**: Uma etnografia da polícia em Lisboa [Em linha]. 2006. 198f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2006.

DURÃO, S. Intimidades na pesquisa etnográfica: a diferença da antropologia. In: DURÃO, S; FRANÇA, I, L, F (orgs). **Pensar com Método**. Rio de Janeiro: Ed. Papéis Selvagens, 2018. P. 199-216.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESCOBAR, M. G. F. **No meio do caminho tinha uma "pedra"**: estudo sobre o uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza. 2016. 164f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, trabalho e questão social). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

ESCOBAR, M.G.F; BRASIL, M. G. M. A mulher negra “trabalhadora” do tráfico de drogas: entre a vulnerabilidade e a sobrevivência na ilegalidade. In: CALAZANS, M. E de; MALOMALO, B; PINEIRO, E da S (Orgs). **As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

ESCOHOTADO, A. **História general de las drogas**. Madri: Alianza Editorial, 1998.

ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços das drogas. In: ALMEIDA, A. R.; FERREIRA, O. S.; MACRAE, E.; NERY FILHO, A.; TAVARES, L. A. (orgs). **Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo**. Salvador: EDUFBA, Cetad/UFBA; 2004.

EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

SIQUEIRA, Paula.; FAVRET-SAADA, Jeane. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. São Paulo. **Cadernos de Campo**, ano 14, n. 13, p.155-161, 2005.

FEFFERMANN, M. O jovem/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

FELTRAN, G de S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

FELTRAN, G de S. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA FILHO, C. C. C. **Desafios e perspectivas da governança em segurança pública: uma avaliação do pacto por um Ceará pacífico no território do Vicente Pinzón**. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERRO, A. L. A. **O crime organizado e as organizações criminosas: conceito, características, aspectos criminológicos e sugestões político-criminais**. 2006. 205f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FIGLIARELLI, M. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 92, p. 9-21, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado ao Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRAMENTO, R de S. **A degradação da paz no norte do Brasil: um exame a partir da violência entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN)**. 2018. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**. v. 12, n. 3, p. 291-308, 2007.4

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 267-276, 2008.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, C. **Los usos de la diversidad**. Barcelona: Paidós, 1996.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: An essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern University Press, 1986.

GEERTZ, C. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GEERTZ, C. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, Vozes, 2012.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA, 2018.

GLENNY, M. **O dono do morro**: um homem e a batalha pelo Rio. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GILLIAM, A; GILLIAM, O. Negociando a subjetividade da mulata. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.525-543, nov. 1995.

GRILLO, C. C. **Fazendo o doze na pista**: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GRILLO, C. C. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **DILEMAS**, v. 1, n. 1, jul/ago/set. 2008.

GUIMARAES, A. S. A. Sociologia e desigualdades: desafios e abordagens brasileiros. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. S. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: Anpocs, p. 107-130, 2010.

GUIMARÃES, R. M. *et al.* Tuberculose, HIV e pobreza: tendência temporal no Brasil, Américas e mundo. **Jornal brasileiro de Pneumologia**, v. 38, p. 511-517, 2012.

GUPTA, A.; SHARMA, A. Introduction: rethinking theories of the state in an age of globalization. In: GUPTA, A.; SHARMA, A. **The anthropology of the state**: a reader. Oxford: Blackwell Publishin, 2006. p. 1-42, 2006.

GUSFIELD, J. R. **La cultura de los problemas públicos**: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2014.

HAN, C. **Life in debt**: times of care and violence in neoliberal Chile. Berkeley: University of California, 2012.

HART, C. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HASSEMER, W. Segurança pública no Estado de direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 2, n. 5, p. 58-60, 1994.

HEILBORN, M. L. Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica. In: Brasil. INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; UNICEF. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Brasil. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, p.23-38, 1991.

- HIRATA, D. V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. 2010. 195f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jul.1995.
- HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. 9. ed. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.
- HOLZTRATTNER, J. S. **Crack, gestação, parto e puerpério:** um estudo bibliográfico sobre a atenção à usuária. 2010. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- KARAM, M. L. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, B. C. *et. al.* (Org.). **Drogas e Cultura:** novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KESSLER, F; PECHANSKY, F. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. **Rev. Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 2, p. 96-98, 2008.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KNUDSEN, S.V. Intersectionality: a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in textbooks. In: BRUILLARD, E; AMOTSBAKKEN, B; KNUDSEN, S.V; HORSLEY, M. (eds.). **Caught in the Web or Lost in the Textbook?**, Caen: IARTEM/Stef/Iufm. 2005. p. 61-76.
- JESUS, C. M de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- KOPP, P. **A Economia da droga.** Bauru, SP: EDUSC, 1998
- KRONBERG, H. **Crime:** O Quarto Setor. Brasil: Hemus, 2006.
- KOURY, M. G. P.; BARBOSA, R. B. **Da subjetividade às emoções:** A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015.
- LABROUSSE, A. **Geopolítica das drogas.** São Paulo: Desatino, 2010.
- LANÇA, I.B. A construção dos problemas públicos: elementos para uma análise do caso Timor. **Revista Antropológicas**, n. 4, p. 113-130, 2000.
- LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher:** Permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA. P. V. **Memória e representações sociais de idosos encarcerados sobre velhice e saúde.** 2018. 198f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MADEIRA, Z; GOMES, D. D DE O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MACRAE, E; SIMÕES, J.A. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas.** Salvador: EDUFBA, 2004.

MACRAE, E; TAVARES, L. A; NUÑEZ, M. E (orgs). Diálogo com Dr. Antonio Nery Filho, George Gusmão Soares, Maria Eugenia Nuñez e Edward Macrae sobre o crack. In: **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso.** Salvador: EDUFBA, p. 27-58, 2013.

MACRAE, E; VIDAL, S. S. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 645-666, 2006.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MANSO, B. P; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

MARANGONI, S. R; OLIVEIRA, M. L. F. de. Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida. **Rev. Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 166-172, 2012.

MARINHO, C. H. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade.** 2012. 206f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARTINS, V. L. A política de descriminalização de drogas em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, pp. 332-346, 2013.

MATOS, M. I. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: MELO, H. P de; PISCITELLI, A; MALUF, S. W; PUGA, V. L (org.). **Olhares Feministas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Madrid: Melusina, 2011.

MELLO NETTO, M. Q. **Economia da droga e financeirização: os impactos do sistema financeiro no mercado de drogas.** 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MESQUITA, P. F. B. A. **Envelhecimento feminino: estilo de vida, afetividade e sexualidade aos 60.** 2014. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESQUITA NETO, P. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, D *et al* (orgs). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 149f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Instituto Universitário de Pesquisas, UCAM/RJ. 1999.

MISSE, M. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. **Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito**. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ. v. 2, p. 147-156, 2003.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 139-157, 2007.

MISSE, M. “Trocas ilícitas e mercadorias políticas”. **Anuário Antropológico**, n. 2, p. 89-107, 2009.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOUNTIAN, I. Políticas de drogas e intersecções de gênero, raça e sexualidade. In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NAPPO, S.A.; GALDURÓZ, J. C.; NOTO, A. R. Uso do “crack” em São Paulo: fenômeno emergente? **Rev. ABP-APAL**, v. 16, n. 2, p. 75-83, abr.-jun. 1994.

NAPPO, S. A *et al*. Mudanças no uso de cocaína como visto por informantes-chave: um estudo qualitativo realizado em 1994 e 1999 em São Paulo, Brasil. **Journal of Psychoactive Drugs**, v.33, n. 3, p. 241-253, 2001.

- NAPPO, S. A *et al.* **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2004.
- NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano II. n. 5, 1981.
- NEVES, F de C. Currais dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 – 1932). **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93 – 122, 1995.
- NUNES, A, I, F. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida.** 2015. 165f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.
- OLIVEIRA, J.E.S. **Novas fronteiras do trabalho: vivências “a margem” dos trabalhadores do tráfico de drogas.** 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- OLIVEIRA, J. F de; PAIVA, M. S. Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero. **Escola Anna Nery**, v. 11, n. 4, p. 625-31, 2007.
- OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 212-218, 2008.
- OSTERNE, M do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina.** Fortaleza: EDUECE, 2001.
- PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 02-19, 2019.
- PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.
- PAIVA, L. F. S. O Domínio das Facções nas Periferias de Fortaleza - CE. **Revista TOMO**, n. 40, p. 87- 122, jan-jun. 2022.
- PAIXÃO, A L. A organização policial numa área metropolitana. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.
- PARREIRAS, D. Canabismo ou maconhismo: In. **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros.** 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958.
- PASSETTI, E. **Das “fumeries” ao narcotráfico.** São Paulo: Educ, 1991.
- PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995.

PERALVA, A; SINHORETTO, J; GALLO, F. de A. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. In: KESSLER, C. A. G.; TELLES, V da S (ORGS). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino traço ed. 2012.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021.

PICCOLO, F. D. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: FRUGOLI JR, H; ANDRADE, L, T de; PEIXOTO, F, A (orgs). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp, 2006.

PINHEIRO, C. H. L. Desenvolvimento urbano e segregação sócio-espacial: Um Estudo da Avenida Leste-Oeste em Fortaleza –Ce. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005. São Luís. **Anais...** São Luís: [s.n.], 2005.

PINHEIRO NETO, A. **De curral da fome a campo santo**: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINHO, É. B. D. M. “**O tempo bom do Farol**”: transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

PORTO, M. S. G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, v. 16, p. 250-273, 2006.

PORTO, J. F. M. **CPI do narcotráfico**: análise do caso Hildebrando Pascoal. 2008. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008.

PRATTA, E. M.; SANTOS, M. A. O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 2, abr/jun 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005

QUINDERÉ, P. H. D. **A experiência do uso de crack e sua interlocução com a clínica**: dispositivos para o cuidado integral do usuário. 2013. 197f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará e Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2013.

RAMIRO, F de S; PADOVANI, R da C; TUCCI, A M. Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade: uma revisão sobre o fenômeno. **Saúde em Debate**, v. 38, p. 379-392, 2014.

- RAUP, L. M; ADORNO, R de. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2613-2622, 2011.
- RAUP, L. M; ADORNO, R de. C. F. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. **Revista brasileira adolescência e conflitualidade**, n. 4, p. 52-67, 2011.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, L. A.; SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S. A. Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo de droga. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 3, p. 210-218, 2010.
- RIOS, K. S. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- RIOS, F; PEREZ, O; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.
- ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013.
- RODRIGUES, T. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve - Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol**. São Paulo, n. 3, p. 257-277, 2003.
- RODRIGUES, T. Drogas e Guerras. In: LABROUSSE, A. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.
- RODRIGUES, T. Drogas e proibição: um empreendedorismo moral. In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.
- RODRIGUES, F de J. “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 02-21, 2020.
- RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 01-54, 2021.
- RUI, T. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SALES, A. P. L. **Da violência ao amor: economias sexuais entre “crimes” e “resgates” em Fortaleza**. 2018. 169f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

SANTOS, S. B dos. Feminismo Negro Diaspórico. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2007.

SANTOS, S. M de. M. **Direitos, desigualdade e diversidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, J. B. F dos; OSTERNE, M do, S. F; ALMEIDA, R. de O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G; SANTOS, J. B. F dos (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, K. C. M dos; AZEVEDO, N. P. da S. G. Análise discursiva da posição sujeito das mulheres negras militantes reverberada pelo discurso de Sojourner Truth. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-35, maio/ago. 2020.

SARRIS, G. C; FILLETI, J de P.; CARDOSO de MELO, M. F; GORAYEB, D. S. Perfil das Empregadas Domésticas no 1º trimestre de 2020: dados selecionados. In FACAMP: **Estudos NPEGen**. Campinas: Editora FACAMP, n. 02, agosto 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil para análises históricas**. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 1991.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SESTOKAS, L; OLIVEIRA, N. A política de drogas é uma questão de mulheres. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, p. 153- 166, julho 2018.

SILVA, J. C. **A macrocriminalidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

SILVA, S. L da. **Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack**. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em Práticas de Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, D. M. **Pirambu e suas geografias: um olhar sobre o jornal O POVO (1990-2005)**. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, R de O. **Jovens e adolescentes em busca das drogas**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Justiça Terapêutica, 2002.

SILVA, J. P. A da.; CARMO, V. M do.; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo, lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**. v. 7, n. 1, p. 101 – 122, Jan/Jul 2021.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINHORETTO, J (org). **Policimento e relações raciais**: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime. Universidade Federal de São Carlos Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2020.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUSA FILHO, M. P. de et al. Pacientes vivendo com HIV/AIDS e coinfeção tuberculose: dificuldades associadas à adesão ou ao abandono do tratamento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 2, p. 139-145, 2012.

SOUZA, T. S de. **A economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa**. Dissertação 2015. 162f. (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2015.

SOUZA, M. L de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L de. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 117-129, 2012.

SOUZA, J. E. L de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

STEINER, F. Marché, transaction et liens sociaux: l'approche de la Sociologie Économique. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 111-120, 2012.

STRATHERN, M. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Unicamp, 2006.

SUDBURY, J. **Global lockdown**: Race, gender, and the prison-industrial complex. New York: Routledge, 2005

TAVARES, L. A; NUÑEZ, M.E (orgs). **Crack**: contextos, padrões e propósitos de usos. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013.

TAVARES, A. S. **Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal**: entre os números e a invisibilidade feminina. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

- TELLES, V. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. In: TELLES, V. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TELLES, V. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 84, p. 153-173, 2009.
- TELLES, V. da S; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.
- VALOIS, L. C. **O direito Penal de Guerra as Drogas**. Belo Horizonte: D’PLACIDO, 2017.
- VARGAS, E. V. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”**. 2001. 196f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- VENTURI, G. Cultura de violência e drogas ilícitas no cotidiano juvenil. In: NOVAES, R. et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro, Unirio, 2016.
- VÉRAS, M. P. B. **Introdução a sociologia: Marx, Durkheim e Weber**. São Paulo: Paulus, 2014.
- VIEIRA, A. L. **“A colaboração lhe bate à porta...”**: Visitadoras sociais e a política de normalização de corpos e mentes de operários e operárias de uma indústria têxtil no Rio de Janeiro (1944-1953). 2012. 169f. Tese (Doutorado em História Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.
- WELMA, J. Violências invisíveis: direitos básicos faltam onde a criminalidade é iminente. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 18 out. 2017. Especial. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/violencias-invisiveis>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- WHYTE, W. F. Sobre a evolução de Sociedade de esquina. In: WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs/Sumaré, 1999.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APENDICE A - SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE

AO COMITÉ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ –
UECE

Vimos por meio deste documento solicitar a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do projeto de pesquisa intitulado: “O COMÉRCIO DE CRACK REALIZADO POR MULHERES NA COMUNIDADE DO OITÃO PRETO EM FORTALEZA (CE)”, da pesquisadora Maria Gomes Fernandes Escobar. Tal solicitação se apoia no fato de que o estudo aborda temática da comercialização de produto considerado pelas leis brasileiras como ilícito (CRACK), estando os participantes sujeitos a penalidades na forma da Lei caso sejam identificados de qualquer forma. Sendo assim, se faz necessária a total confidencialidade dos dados pessoais das participantes sendo a solicitação de assinatura do TCLE algo que poderia inviabilizar a pesquisa.

A pesquisadora se compromete a utilizar os dados provenientes desta pesquisa apenas para os fins descritos no projeto e a cumprir todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas nas Resoluções Nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e a confidencialidade dos dados.

Fortaleza, 10 de agosto de 2018

Maria Gomes Fernandes Escobar
Pesquisadora Responsável